



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Renata Rodrigues Chagas Pessoa

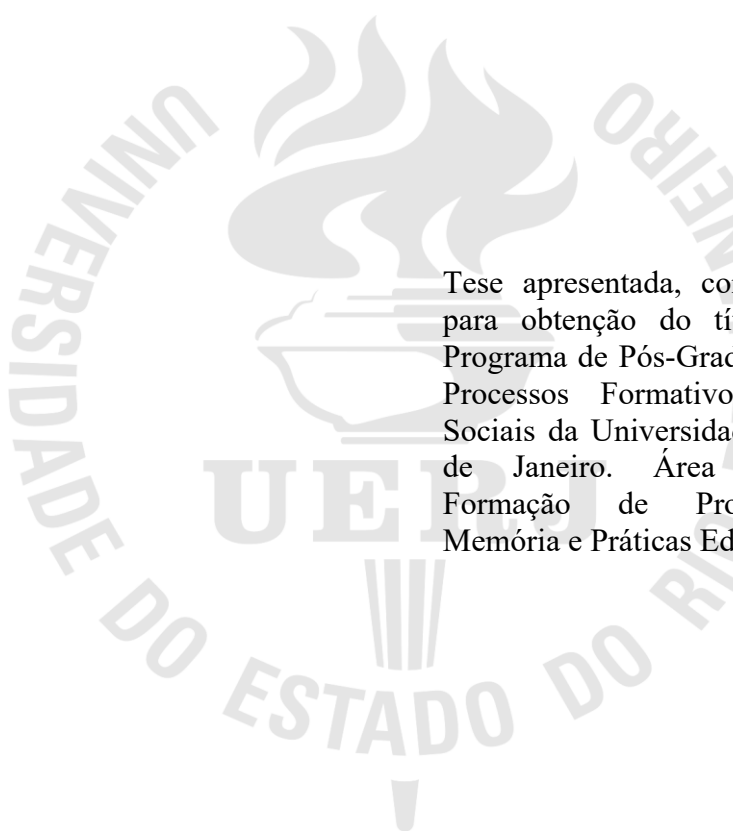
**Imprensa operária e Educação: experiências formativas de trabalhadores
na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920**

São Gonçalo

2024

Renata Rodrigues Chagas Pessoa

**Imprensa operária e Educação: experiências formativas de trabalhadores na cidade do
Rio de Janeiro na década de 1920**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação-Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sônia de Oliveira Camara Rangel

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

P475 TESE	Pessoa, Renata Rodrigues Chagas. Imprensa operária e Educação: experiências formativas de trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920 / Renata Rodrigues Chagas Pessoa. – 2024. 231f. Orientador: Prof.^a Dra. Sônia de Oliveira Camara Rangel. Tese (Doutorado em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 1. Imprensa trabalhista - Brasil – História – Teses. 2. Educação popular - Brasil – História - Teses. 3. Educação - Aspectos políticos - Teses. 4. Jornais na educação – Teses. I. Rangel, Sônia de Oliveira Camara. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título. CRB7 – 5190
--------------	--

CDU 070.11

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Renata Rodrigues Chagas Pessoa

**Imprensa operária e Educação: experiências formativas de trabalhadores na cidade do
Rio de Janeiro na década de 1920**

Tese apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Doutor, ao
Programa de Pós-Graduação em Educação-
Processos Formativos e Desigualdades
Sociais da Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Área de Concentração:
Formação de Professores, História,
Memória e Práticas Educativas.

Aprovada em 02 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Sônia de Oliveira Camara Rangel (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Laura Antunes Maciel
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dra. Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof.^a Dra. Ana Luiza Jesus da Costa
Universidade de São Paulo

Prof.^a Dra. Márcia Cabral da Silva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha ancestralidade que me provoca, me move e me impulsiona! À potência das mulheres, minha mãe Helena, minha sempre incentivadora da vida, às minhas avós Izabel e Theresinha de Jesus! Ao meu pai Renato e ao meu irmão João Victor! E ao Fernando Pessoa, Ninho, que, mais do que partilhar sobre a arte de trilhar, cursou este percurso junto, com motivação e entusiasmo, sendo vento quando se precisava de movimento e rocha quando precisava assentar as bases para fortalecer e prosseguir.

AGRADECIMENTOS

No ano de 2011 eu dediquei o meu trabalho de conclusão da graduação em Pedagogia à minha família. No registro: “dedico primeiramente a duas pessoas que me fizeram, cada qual a sua maneira, me apaixonar pela educação. Às minhas duas avós que me impulsionaram a estar na área da educação. À Isabel, por ter me mostrado o desejo de ler e escrever e como isto pode ser difícil frente à falta de oportunidades, e por me fazer lutar pela ampliação do acesso dessas oportunidades. À Terezinha de Jesus, por me mostrar que esta profissão carrega uma das mais importantes chamas da vida, o amor pelo trabalho”.

Ao ler a dedicatória de uma etapa muito especial, como um curso de graduação que me fez despertar o amor pela educação, chamou-me a atenção como esse texto já sinalizava as bases da construção do meu objeto de pesquisa, que veio se constituindo e se delineando com o passar dos anos e dos processos formativos com os quais atuei. No trecho extraído emerge o que considero como fundamental em um processo de pesquisa relativo ao que nos mobiliza. Descrevo como o que me impulsionou e o que continua a pulsar as trajetórias que também me constituem nas experiências de minhas avós.

Sendo assim, o que mostra os desafios, as lutas e as experiências de um saber vivido, experimentado e dotado de muita potência na história de minha avó Izabel, um dos elementos fundamentais para se pesquisar iniciativas educativas com a participação de trabalhadores que não necessariamente passavam pelas escolas ou espaços considerados formais. Em diálogo e articulação, também aparece em destaque a importância do trabalho e dimensão educativa presente nas duas trajetórias que, de diferentes formas, impulsionaram, associados a outras experiências e voos, o percurso pela educação. Assim, agradeço as minhas duas avós pelo legado, pelo incentivo que transformou projetos de vida!

Agradeço a Deus, aos guias espirituais e a minha ancestralidade, sobretudo na força das mulheres presentes na minha história que tanto me fortalecem a cada dia! Ao encantamento, a minha admiração e o meu agradecimento!

Agradeço minha mãe Helena, toda fonte de inspiração, de movimento, de labuta e ternura!

Ao meu pai Renato e ao meu irmão João Victor, pelo amor, carinho e pela motivação! Meu João, você não sabe, mas em muitas horas da escrita, que também se constitui solitária, você foi companheiro. Eu olhava para você menino, naquela foto ao lado do computador, e aquele abraço na festa junina me transportava para toda nossa força! Nunca foi sobre um só!

Sempre foi por nós! Também não tem como não lembrar do pátio da escola onde estamos nesse registro, nas minhas memórias como estudante sonhadora que sempre fui e de minha primeira experiência como professora. Ser sua irmã e professora! Você me ensinou e me ensina muito!

Agradeço pelo percurso, sobre quem está ao lado, respirando, incentivando, revisando e valorizando as potências, o meu companheiro de vida, poeta da natureza, Fernando Pessoa. Ao nosso grandioso Ninho e ao Lar que construímos!

Agradeço à minha orientadora Sônia Camara, pela orientação comprometida, criteriosa e atenta. Levo comigo a recepção afetuosa, inclusive na reta final, o abraço em forma de café, sabores e sorrisos, como acolhida, junto à sua família, o que diz muito sobre o que também lhe orienta.

Expresso meu agradecimento ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade Formação de Professores.

Meu agradecimento às professoras doutoras que integraram a banca, Ana Luiza Jesus da Costa, Laura Antunes Maciel, Márcia Cabral da Silva, Silvia Maria Fávero Arend, também minhas referências nessa trajetória, pelas contribuições e leitura atenta.

Agradeço aos professores suplentes, Luiz Fernando Sangenis e Evelyn Orlando.

Meu agradecimento se estende às professoras Mônica Ferreira e Marilene Antunes pelos incentivos e caminhos apontados logo no início desta etapa com sugestões valiosas. Aos professores e colegas do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI), dentre eles a Professora Sônia Camara, Professora Mônica Ferreira, Professora Marilene Antunes e Professor Jorge Antonio da Silva Rangel. Um agradecimento especial aos amigos de pesquisa pelas construções: Adriana, Alessandra, Bruna, Ana Paula, Cauã, Cláudio, Cinthya, Daniele, Dante, Deilson, Fernanda Cabral, Leonardo, Luciano, Leni, Luiza, Jodar, Kátia Regina, Marcelle Castro, Marcelle Haag, Marcelle Malaquias, Melriane, Milena, Niely, Rafael, Rosa e Victoria.

Aos professores e colegas da primeira turma do PPGEDu/UERJ/FFP, e os que tive oportunidade de conviver de outras instituições, como na UERJ/PROPED, pelas trocas no período das aulas virtuais.

Aos funcionários dos acervos e bibliotecas que tanto me ajudaram; do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional, o Senhor João Carlos e Dona Iza Barros da secretaria da Associação dos Empregados do Comércio pelos gentis contatos por telefone e e-mail.

Agradeço ao encontro no terceiro período da graduação em Pedagogia na UFF com a professora Heloísa Villela!

Aos trabalhadores que muito me ensinaram dentro do próprio núcleo familiar. Ao estudar o Centro Cosmopolita, com diferentes categorias de trabalho, o quanto pude ver de minha história com meu tio Elias atuando nos restaurantes, minha avó Izabel que saiu de Minas Gerais ainda menina aos treze anos em busca de melhores condições em casas particulares e seu encontro com vovô João, vindo do Ceará, o tão amado pai de minha mãe Helena que guarda tantas memórias que acalentam seu coração. Vivendo em outros tempos, sem que participassem dessas associações e sindicatos pelas particularidades de conjunturas distintas, construíram sonhos, experimentaram amores, dissabores e atravessamentos, marcas de forte desigualdade social arraigada historicamente, sem que fossem impedidos de experimentarem.

Carinhosamente, também me constitui com traços de minha avó Theresinha de Jesus, com trabalhos distintos que, como minha avó Isabel, experimentaram a luta de tomar a frente da criação de cinco filhos, trabalho de casa e demais tarefas, construção de afetos, cansaços e de inspiração para uma neta que admira e agradece a grandeza dessas mulheres em sua trajetória. À todas trabalhadoras e trabalhadores, parte integrante de minha ancestralidade, meu agradecimento.

Aos trabalhadores do tempo presente. Pelas minhas andanças vi muitos deles em diferentes lugares e movimentos. Almoçando próximo aos locais das obras da cidade, nos poucos tempos de descanso sentados e/ou deitados à sombra, para logo retornarem à labuta. Todos com histórias, com suas lutas e formas de viver.

Às crianças que, em meio aos desafios de um cotidiano repleto de cansaços e dúvidas, receberam a professora com abraços, sorrisos e perguntas, sendo o equilíbrio e novas molas propulsoras. Por elas me ensinarem, por meio de um cotidiano colorido, que a grandiosidade da ciência não reduz o olhar a somente acertos, mas sim em como se pensou os percursos. Pelo colorido que o processo possui!

A História da Educação me proporcionou observar experiências que até então eu desconhecia e ficavam invisibilizadas. Sem dúvidas, o exercício do ofício do historiador me faz estar atenta a experiências de ações que movimentam e dinamizam os espaços inscritas num determinado tempo.

Mesmo com todo esforço de trazer os nomes das pessoas que contribuíram para a realização desse trabalho, seria impossível resgatar todas as mãos, toda a rede que se constituiu, cada qual à sua maneira, para a conclusão de uma etapa tão importante. Por isso,

reforço meu agradecimento para aquelas e aqueles que participaram do cotidiano que atravessou a construção desta tese.

O meu agradecimento à comunidade escolar que constitui a EDI Rachel de Queiroz com construções e aprendizados para a vida e à Creche Municipal Estácio de Sá. Quantas histórias por meio dos trajetos diários ao longo destes doze anos como professora de Educação Infantil na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro!

As idas diárias, desde a descida da ponte até a chegada ao Centro do Rio, alimentaram as reflexões sobre os trabalhadores de uma cidade em movimento, até chegar nos encontros com os filhos das classes trabalhadoras ao longo desses anos de construção da tese. Quanta potência, quantos diálogos entre presente e passado, na esperança de uma construção com oportunidades mais justas e uma sociedade com base inclusiva, coletiva e com respeito à diversidade.

Eu agradeço pela trajetória que me proporcionou chegar até aqui e que se segue. Pelos caminhos desde os cursos de graduação em Pedagogia e História, o percurso do mestrado e do doutorado com o trajeto diário passando pela ponte Rio-Niterói, sempre atrelados às práticas educativas pelas escolas por onde passei, que tanto nutriram sonhos, inquietações e perguntas. Nesses caminhos, pude pensar no meu projeto de pesquisa, na atuação dos trabalhadores nas regiões que envolveram o trabalho no porto, ao ver os *containers* em movimentos ao passar logo no início das manhãs. Além do deslocamento de muitos para seus diferentes ofícios.

Ali, em muitos dias, indagações alimentaram suposições e reflexões acerca das vidas de trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto passava, via os do tempo presente e fui frequentemente tomada por perguntas sobre aqueles que viveram, amaram, disputaram em outros tempos. No ônibus, observando um espaço já modificado, mas que ainda tem marcas do passado, estiveram comigo pensamentos sobre essas experiências em um ambiente tão peculiar, emblemático e contraditório. Uma cidade na qual me debruço e vivo com sentimento de revolta pelas desigualdades e mazelas sociais, mas também com amor pelo pulsar de tanta vida e sonhos que insistem, existem, resistem e alimentam o presente.

Vou aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas
Vou aprender a ler
Pra ensinar meus camaradas
Prender a ler
Pra ensinar meus camaradas
Vou aprender a ler
(Yaya Massemba - Joao Roberto Caribe Mendes / Capinan)

Como se fora brincadeira de roda
Jogo do trabalho na dança das mãos
O suor dos corpos na canção da vida
O suor da vida no calor de irmãos
(Redescobrir - Gonzaguinha)

Sempre lutar pelas coisas em que se acredita
Mas tem que ser luta bonita
De ideais comuns
Quem não for justo e honesto nas coisas que faz
Jamais será flor que flui
Pra viver na eterna paz
Jamais será luz que influi
Pra vida na eterna paz
(Eterna Paz - Martinho da Vila)

RESUMO

PESSOA, Renata Rodrigues Chagas. *Imprensa operária e Educação: experiências formativas de trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920*. 2024. 231f. Tese (Doutorado em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

Esta tese insere-se na linha de pesquisa Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas do Programa de Pós-graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais, do curso de doutorado em educação, vinculado à Faculdade de Formação de Professores, em São Gonçalo (PPGEdu). A investigação está associada às pesquisas do programa, alinhada às discussões do grupo de pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI) e tem como objetivo analisar, pela imprensa operária, as experiências formativas debatidas e realizadas por trabalhadores da indústria, do comércio e de serviços da cidade do Rio de Janeiro na década de 1920. Foram selecionados como fonte de pesquisa os periódicos *Voz do Povo*, Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral, criado em 1920, e *A Classe Operária*, jornal feito por trabalhadores, para trabalhadores entre os anos de 1925 e 1928, com interrupções de circulação. A década de 1920 constituiu a baliza temporal da investigação, sem enrijecer marcos, na compreensão dos movimentos de cultura de classe como iniciativas educativas, a partir da imprensa operária. Esta assume a perspectiva de circuito privilegiado de matrizes diversificados quanto a projetos sociais difundidos, partilhados e construídos, capaz de promover intervenção no social e no processo de educação pelos trabalhadores, articulada às associações de trabalhadores. Assim, atentamo-nos ao ano de 1920, ano expressivo com a circulação do jornal *Voz do Povo* e construções com a participação de trabalhadores com diferentes iniciativas, a exemplo do Terceiro Congresso Operário (1920) e o Boletim do Terceiro Congresso Operário (1920). A justificativa percorre os anos de circulação dos jornais, considerando a efervescência dos debates em educação e instrução a partir de diferentes matizes. Coexistindo às discussões de princípios alinhados aos valores e costumes considerados adequados à nação adquiridos na escola, outras concepções foram debatidas. Proposições por uma educação em prol de uma transformação social e a emancipação das classes trabalhadoras, por meio da sua organização e educação, dentre outras abordagens que conversavam em termos didáticos, mas que rompiam com uma perspectiva tradicional. Contempla-se os aspectos particulares de uma cultura de classe (Batalha, 2004), ao identificar formas educativas, a exemplo de festivais, conferências e eventos com um público amplo de trabalhadores, associado ao desejo pela união da classe. A hipótese que orientou a Tese é a de que as classes trabalhadoras participaram dos debates e de diferentes ações na elaboração de projetos de cunho educacional por intermédio da imprensa. Assim, os jornais foram identificados como instrumento educativo e, em articulação, possibilitaram analisar o perfil pedagógico das associações. Neste sentido, investigar iniciativas pela imprensa operária possibilita analisar pautas construídas com e por trabalhadores por sua educação e de seus filhos. A pesquisa conta com o aporte teórico-metodológico dos seguintes autores: Thompson (1981,1998), Certeau (2014), Ginzburg (2007), Le Goff (1996), Darnton (1996), Chartier (1990). Para o diálogo com as fontes e o contexto histórico, apropriou-se principalmente das obras de Barbosa (2007, 2010), Batalha (2000, 2004, 2009), Chalhoub (2001, 2006) Camara (2010), Maciel (2012, 2016) e Costa (2016, 2019).

Palavras-chave: história da educação; educação das classes trabalhadoras; imprensa operária; *Voz do Povo*; *A Classe Operária*.

ABSTRACT

PESSOA, Renata Rodrigues Chagas. *Workers' press and education: workers' educational experiences in the city of Rio de Janeiro in the 1920s*. 2024. 231f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This thesis is part of the research line Teacher Education, History, Memory, and Educational Practices within the Graduate Program in Education - Formative Processes and Social Inequalities, part of the doctoral program in education affiliated with the Faculty of Teacher Education in São Gonçalo (PPGEdu). The investigation is associated with the program's research, aligned with discussions from the Interdisciplinary Research Center on the History of Education and Childhood (NIPHEI) research group. Its aim is to analyze, through the workers' press, the formative experiences discussed and carried out by workers in industry, commerce, and services in Rio de Janeiro city during the 1920s. The research draws from the newspapers *Voz do Povo*, created in 1920, and *A Classe Operária*, published between 1925 and 1928, with interruptions in circulation. The years comprising the 1920s constituted the time frame for the investigation, without enriching milestones, in the understanding of class culture movements as educational initiatives, based on the working-class press. This in turn assumes the perspective of a privileged circuit of diversified matrices in terms of widespread social projects, shared, negotiated and constructed, capable of promoting social intervention and in the education process by workers, articulated with worker's associations. The year 1920 is particularly significant, marked by the circulation of *Voz do Povo* and constructions with the participation of workers with different initiatives, such as the Third Workers' Congress (1920) and the Bulletin of the Third Workers' Congress (1920). The justification goes through the years of newspaper circulation, considering the effervescence of debates in education and instruction from different shades. Coexisting with discussions of principles aligned with the values and customs considered appropriate to the nation acquired at school, other concepts were debated. Proposals for education in favor of social transformation and the emancipation of the working classes, through their organization and education, among other approaches that spoke in didactic terms, but broke with a traditional perspective. Specific aspects of class culture (Batalha, 2004) are examined, identifying educational forms such as festivals, conferences, and events attended by a broad audience of workers, associated with the desire for class unity. The hypothesis that guided the Thesis is that the working classes participated in debates and different actions in the development of educational projects through the press. Thus, newspapers were identified as an educational instrument and, in conjunction, made it possible to analyze the pedagogical profile of the associations. In this sense, investigating initiatives by the workers' press makes it possible to analyze agendas constructed with and by workers for their education and their children's education. The research counts on the theoretical-methodological contribution of the following authors: Thompson (1981,1998), Certeau (2014), Ginzburg (2007), Le Goff (1996), Darnton (1996), Chartier (1990). For the dialogue with the sources and the historical context, it mainly appropriated the works of Barbosa (2007, 2010), Batalha (2000, 2004, 2009), Chalhoub (2001, 2006) Camara (2010), Maciel (2012, 2016) and Costa (2016, 2019).

Keywords: history of education; education of working classes; workers' press; *Voz do Povo*; *A Classe Operária*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Jornal <i>Voz do Povo</i>	42
Figura 2 -	Anúncio Salão Liberdade	48
Figura 3 -	<i>A grande realização</i> : As resoluções do 3º Congresso	72
Figura 4 -	Orientação e finalidade	73
Figura 5 -	Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário	74
Figura 6 -	Recordação Imperecível	76
Figura 7 -	Lista de gastos de um foguista	83
Figura 8 -	1º de Maio. Edição do Comitê Nacional do Socorro Operário Internacional. A classe operária reivindica!	85
Figura 9 -	Anúncio do Festival	97
Figura 10 -	Aulas diurnas e noturnas	120
Figura 11 -	Balancete Geral	124
Figura 12 -	Anúncio Agência Lux	127
Figura 13 -	A consciência proletária	128
Figura 14 -	Octavio Brandão e Minervino de Oliveira	148
Figura 15 -	Coluna do jornal <i>Voz do Povo</i> – <i>Um problema a resolver</i>	150
Figura 16 -	<i>Jornal Voz do Povo</i>	151
Figura 17 -	União dos Empregados em Padarias	176
Figura 18 -	Os filhinhos de Salvador Lopes	189
Figura 19 -	A Consciência dos Marítimos	194
Figura 20 -	“O Martírio das crianças proletárias em Sapopemba”	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Jornais da Imprensa Operária	38
Quadro 2 -	Seções do jornal <i>Voz do Povo</i> (1920)	45
Quadro 3 -	Associações de trabalhadores durante as duas primeiras décadas do século XX	103
Quadro 4 -	Iniciativas educacionais dos trabalhadores	118
Quadro 5 -	Grupos Femininos de Estudos Sociais	133
Quadro 6 -	Sete escolas primárias mantidas Associações Operárias <i>Gazeta de Notícias</i>	137
Quadro 7-	Intelectuais atuantes no Jornal <i>Voz do Povo</i> (1920)	228
Quadro 8 -	Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)	229
Quadro 9 -	Revista HISTEDBR <i>On-line</i>	230
Quadro 10 -	Cadernos de História da Educação	231

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN	Arquivo Nacional
BN	Biblioteca Nacional
BSFL	Biblioteca Social Fábio Luz
COB	Confederação Operária Brasileira
COB	Congresso Operário Brasileiro
FORJ	Federação Operária do Rio de Janeiro
FTRJ	Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro
NIPHEI	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infâncias
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UOCC	União dos Operários em Construção Civil
UOFT	União dos Operários em Fábricas de Tecido

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	A IMPRENSA OPERÁRIA E OS TRABALHADORES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS 1920	35
1.1	Pelos jornais <i>Voz do Povo</i> e <i>A Classe Operária</i>: experiências caminhanter	35
1.2	“Leiam a Voz do Povo”	41
1.3	“Trabalhadores! Esgotai as edições de <i>A CLASSE OPERÁRIA</i>!”	54
1.4	Os Congressos Operários e os movimentos dos trabalhadores	69
1.5	<i>Voz(es) do Povo</i> por direitos sociais: Os jornais operários e sua função formativa enquanto instrumentos pedagógicos para as classes trabalhadoras	76
2	EDUCAÇÃO POPULAR E EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS PELOS IMPRESSOS OPERÁRIOS	91
2.1	As múltiplas experiências e iniciativas educativas	91
2.2	Educação associativa: ação coletiva dos trabalhadores por sua instrução	99
2.3	Experiências educativas pelos estatutos, assembleias e atas	104
2.4	Nossas escolas: debates por educação e instrução	115
3	“<i>UM PROBLEMA A RESOLVER: EDUCAÇÃO E ENSINO</i>”	139
3.1	Iniciativas educativas: redes e trocas culturais	139
3.2	A educação em <i>Voz do Povo</i> e <i>A Classe Operária</i>	161
3.3	O poder da leitura como perspectiva de transformação social	172
4	“<i>E A EDUCAÇÃO DOS FILHOS?</i>” AS INFÂNCIAS EM DEBATE PELOS JORNAIS <i>VOZ DO POVO</i> E <i>A CLASSE OPERÁRIA</i>	179
4.1	As concepções de infâncias	179
4.2	Os debates em torno das infâncias trabalhadoras	192
4.3	“<i>O abandono em que jazem os desprotegidos da sorte</i>”: Os desafios da questão social em torno das infâncias	202
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
	REFERÊNCIAS	

APÊNDICE A – Os intelectuais atuantes no Jornal Voz do Povo (1920)	228
APÊNDICE B – Levantamento realizado nas revistas do campo da História da Educação	229

INTRODUÇÃO

O encantamento e a escolha pelo campo da História da Educação surgiram em minha vida a partir da graduação em Pedagogia no ano de 2008, na Universidade Federal Fluminense (UFF)¹. No início de minha trajetória com a pesquisa na graduação em Pedagogia, passei a investigar os processos históricos que indicavam a complexidade das atuações dos sujeitos e instituições no Rio de Janeiro. Naquela época, elenquei como temática de investigação a expansão da oferta do ensino público na cidade do Rio de Janeiro no século XIX.

Durante meu percurso associado à docência como professora das infâncias na educação pública municipal na cidade do Rio de Janeiro, desde o ano de 2011, pude perceber como a pesquisa histórica contribui, sobremaneira, para a compreensão dos processos que envolvem os desafios e as perspectivas da educação brasileira. Desde então a educação de crianças, homens e mulheres pertencentes às classes populares vem mobilizando os percursos formativos² que impulsionaram minhas inquietações, contribuindo assim para seguir novas etapas que me levaram ao Mestrado em Educação³.

A dissertação teve como foco analisar sobre as concepções e práticas educativas no que tange à instrução primária e profissional difundidas pelo periódico *Gazeta de Notícias*, no cenário de intensas discussões em meio a projetos em disputa. Percebe-se como a burocracia estatal e grupos das elites dirigentes consideravam a instrução do povo como essencial para

¹ Tive a experiência como bolsista de Iniciação Científica no projeto coordenado pela Prof.^a Dr.^a Heloísa Villela, intitulado *Intelectuais negros no campo da educação no século XIX*. A temática da pesquisa centrava-se na atuação do professor negro Phillipe José Alberto Júnior que lecionou no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.

No ano de 2011, a experiência com a pesquisa permitiu realizar a monografia *A expansão da oferta da instrução primária pública no século XIX na província do Rio de Janeiro* com análise dos Relatórios de Presidência da Província.

² Ao concluir a graduação em Pedagogia, dei continuidade aos estudos com outra graduação, em História na UFF. Neste mesmo período também ingressei na pós-graduação *latu sensu* na UERJ/FFP. O trabalho de conclusão de curso intitulado *Práticas Educacionais: nossos olhares para escolas do Rio de Janeiro no século XIX a partir dos relatórios de inspetores* permitiu levantar análises sobre algumas questões que envolvem as culturas escolares.

³ A pesquisa foi realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Alessandra Schueler, defendida em 2016. Durante a dissertação de Mestrado, intitulada *Instrução primária e profissional na Gazeta de Notícias - Rio de Janeiro (1875-1888)*, foi possível pensar as questões em torno da educação por meio da constituição da imprensa, seus discursos e suas relações de poder no contexto carioca. Na investigação compreendemos os processos históricos, a partir da centralidade de outras forças sociais, e acompanhamos os debates e projetos educacionais concebidos para as camadas populares através do jornal *Gazeta de Notícias*, de 1875 a 1888.

alcançar o desejado alinhamento aos moldes do que se estava considerando à época por tais grupos, sob inspiração de países com valores liberais, nutriu-se um projeto de civilização que deveria expandir em espaços públicos e privados.

Após a defesa da Dissertação em Educação, prossegui com o interesse pelas discussões acerca da educação popular⁴ e realizei outro curso de graduação, formando-me em História na UFF. Ainda durante a graduação em História, especialmente após a conclusão do Mestrado, mantive a inclinação para questões a respeito das práticas educativas das classes populares por meio dos jornais. No processo da graduação, surgiu a intenção de analisar, a partir de jornais operários, práticas e iniciativas elaboradas por e com trabalhadores⁵. O foco foi refletir sobre como esses sujeitos debateram questões relativas à educação e em que medida formularam projetos alternativos, os quais estudei durante o Mestrado.

Foi possível perceber, durante a pesquisa que culminou com a monografia, as aspirações de grupos sociais que defenderam a expansão da instrução pública, em coexistência às demandas pela oferta do ensino público estatal vinculadas ao desenvolvimento da ordem social burguesa, com a identificação dos debates por meio de artigos de lideranças operárias em articulação com a participação dos trabalhadores, vistas no jornal Voz do Povo e A Classe Operária, ambos veiculados na década de 1920. Deste modo, pude observar discussões a respeito da educação moderna⁶, da educação social, das defesas por escolas

⁴ Quanto à educação popular seguimos uma abordagem a partir das perspectivas e vozes das classes populares. O propósito foi dar visibilidade às iniciativas de trabalhadores em prol da educação e não somente às falas e projetos de autoridades e profissionais da área, inventariando a criação de aulas e cursos, os investimentos na abertura e manutenção de escolas, debates sobre métodos e conteúdos adequados aos processos formativos dos cidadãos e o aprendizado de ofícios. A respeito da educação e da instrução popular, conferir Martinez (1997, p. 23). Para nossa análise são consideradas as relações, as nuances, as particularidades e as distinções compreendidas nos conceitos relativos a educação e a instrução. A esse respeito, a instrução compreende à diversidade de cursos, à preocupação mais sistematizada do Estado, de outras instituições e/ou de outros grupos sociais, como organizações de trabalhadores, em destinar o curso primário, cursos elementares, com direcionamento para o ensino de conhecimentos básicos, concernentes à leitura, escrita e demais saberes elementares, associados à linguagem matemática, com uma configuração mais sistematizada. Inclui, nessa variedade de propostas associada à instrução, a aprendizagem de ofícios, a exemplo dos cursos de datilografia, de desenho aplicado, dentre outras. A Educação, que, pode também contemplar essa dimensão concernente à escolarização, assume uma maior amplitude, ao considerar como processos formativos, uma ampla diversidade, relacionada à noção de culturas, de movimentos sociais, intelectuais, políticos, a partir das experiências e diversas manifestações da vida humana, suas relações sociais, de trabalho e os seus princípios educativos, a partir de suas vertentes que envolvem formação, pensamento e ação. Assim, consideramos os processos formativos encontrados nos jornais operários, estatutos, atas, assembleias, reuniões, festivais, peças teatrais e iniciativas artísticas, bibliotecas e demais construções de organizações e documentos produzidos por trabalhadores enquanto potenciais instrumentos educativos.

⁵ Monografia no curso de História da UFF, no ano de 2019, intitulado Trabalhadores pela educação - projetos educacionais criados e mantidos por trabalhadores, Rio de Janeiro, primeiras décadas do século XX, orientado pela Prof.^a Dr.^a Laura Antunes Maciel.

⁶ Desenvolvemos no terceiro capítulo da Tese as propostas da Educação Moderna e Educação Social que

operárias, que possibilitavam identificar formas diferentes do modelo de educação que era difundido à época por iniciativas de particulares e no âmbito do Estado. Assim, ampliou-se o desejo por aprofundar a temática, o que incentivou a continuação dos estudos⁷ a respeito da participação e iniciativas dos trabalhadores sobre sua educação.

Deste modo, a Tese teve como interesse investigar, a partir da imprensa operária, as iniciativas educativas pleiteadas pelas e com as classes trabalhadoras em busca de escolarização, a exemplo da criação de escolas da instrução primária e profissional, além de outros processos formativos, com a identificação da organização de bibliotecas, de festivais e de teatros. Neste sentido, assume-se como questão central: Quais eram as propostas de educação e instrução debatidas pela imprensa operária, por e com trabalhadores da indústria, do comércio e de serviços, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1920?

A fim de refletir acerca da problematização colocada, selecionamos dois periódicos, o jornal a *Voz do Povo* e *A Classe Operária*, elaborados por trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920. O propósito foi analisar as reivindicações e os anseios dos trabalhadores e grupos afeitos às suas causas, por meio de seus discursos nos periódicos. Interessou-nos investigar a mobilização e o envolvimento de operários com iniciativas sobre a criação e a manutenção de escolas, cursos diurnos e noturnos e incentivos para instrução primária e profissional, além de outros processos formativos por meio das experiências de trabalhadores na cidade, como a criação de bibliotecas, centros de estudos, festivais de teatros, músicas e exibição de filmes. Assim, buscamos compreender as concepções de educação associadas às propostas das classes trabalhadoras voltadas para as infâncias e suas representações nos jornais selecionados.

Os anos que compreendem a década de 1920 constituíram a baliza temporal da investigação. Neste sentido, com relação a periodização, definiu-se 1920, ano expressivo com a circulação do jornal *Voz do Povo* e a participação de trabalhadores na construção de diferentes iniciativas, a exemplo do Terceiro Congresso Operário (1920) e o *Boletim do Terceiro Congresso Operário* (1920). Período este que se articula, inclusive, a aspectos particulares de uma cultura de classe (Batalha, 2004, p. 112), que possibilitou analisarmos

circularam em *Voz do Povo* no ano de 1920.

⁷ A partir do ingresso no doutorado no ano de 2019, a participação no grupo de pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI), coordenado pela prof.^a Dr.^a Sônia Camara, foi de fundamental importância, pois potencializou a realização de diálogos e reflexões que muito me acrescentaram no percurso. Reitero meu agradecimento às companheiras e companheiros do Seminário de Pesquisa pelas leituras na construção deste trabalho.

formas educativas em diferentes âmbitos, a exemplo de festivais, conferências e eventos que estimularam um público mais amplo de trabalhadores e demonstraram um desejo pela união e luta da classe.

Assim, ao analisar a “multiplicidade de experiências e a pluralidade de expressões” concernentes a história da classe operária no contexto da Primeira República, Batalha (2000, p. 8) nos provoca a observar a diversidade de atividade, grau de qualificação e as relações de trabalho. Considerando “as condições desfavoráveis e dos elementos de divisão e diferenciação da classe operária”, bem como as especificidades dos trabalhadores rurais, Batalha ressalta como “a história da Primeira República permanece como um momento de extraordinária mobilização coletiva e de forte organização de classe” (2000, p. 14). Para o autor (2004, p. 113), iniciativas no mês de maio, como a festa do Centro Cosmopolita em 1919 e os festivais como o da União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos no ano de 1920 e em 1922 o da Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas contribuíram para transformações relativas ao movimento operário. Celebrações e mobilizações que constituíram em um processo que culminou no aumento do número de trabalhadores sindicalizados no final dos anos 1910, corroborando para a construção de uma cultura de classe (Batalha, 2004, p. 113), processo este que ganhou novos contornos na década de 1920.

Desse modo, pode-se analisar, durante a década de 1920, expressivas transformações que germinavam, tanto sob o olhar sobre a cidade carioca e suas modificações políticas, econômicas e sociais, quanto na perspectiva educacional, mediante a ênfase atribuída ao seu papel nos debates da sociedade. Com relação aos movimentos que mobilizaram a vida carioca, compartilha-se das ideias de Camara (2010), que destaca a efervescência dos anos de 1920 nos campos educativo, jurídico e médico, o que contribuiu para a “redefinição dos lugares a serem ocupados pelos sujeitos sociais” (2010, p. 248). Interessou-nos jogar luz na atuação dos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras, em diálogo e, em tensão, com os demais atores e grupos sociais, acerca de sua educação e instrução.

Na compreensão da imprensa operária enquanto instrumento pedagógico, de reivindicação e de luta que produziu pautas sobre as condições de vida e trabalho da população na cidade, em especial no que concerne à saúde, habitação, alimentação, aos transportes, interessou-nos analisar especialmente os títulos selecionados, *Voz do Povo* (1920) e *A Classe Operária* (1925), uma vez que permitia captar como os trabalhadores registraram, debateram e pleitearam demandas por sua educação.

A escolha pelo jornal operário *Voz do Povo* se deu por considerar as possibilidades, de analisar, a partir de sua natureza, a variedade das colunas que demonstravam os cotidianos vividos por trabalhadores. Sendo um órgão da Federação⁸ dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e de proletariado em geral, foi a partir de *Voz do Povo* que fomos mergulhando na análise sobre as associações de trabalhadores e nos propiciou construir caminhos para investigar experiências educativas de trabalhadores. A justificativa para o jornal *A Classe Operária* se deu pela possibilidade em analisar debates, aspirações e ações concernentes à organização operária, também no contexto de ascensão do comunismo no movimento operário. O foco, portanto, privilegiou identificar como grupos de trabalhadores pensavam e perspectivavam a sua educação. Interessou analisar outras proposições relativas à educação e instrução debatidas, na compreensão acerca da sociedade que se pretendia construir coletivamente. A seleção incidiu na perspectiva de tomar os periódicos, cada qual com a sua natureza, suas finalidades em representar um coletivo, na qual a noção de classe trabalhadora assume um papel de destaque.

A hipótese que orientou a Tese caminhou na direção de que as classes trabalhadoras, a partir dos conflitos, tensões e consensos, participaram dos debates e de diferentes ações na elaboração de projetos de cunho educacional por intermédio da imprensa. Consideramos que investigar iniciativas pela imprensa operária possibilita analisar pautas e demandas construídas com e por trabalhadores por sua educação e de seus filhos. Partindo dessa premissa, a análise dos periódicos operários permite apreender estratégias encaminhadas pelas classes trabalhadoras por sua educação, que dão a ver como, em meio aos conflitos sociais, produziram seus cotidianos (Certeau, 2014), com propostas e concepções de educação plurais e dinâmicas, algumas delas alternativas aos valores difundidos à época.

A noção do *fazer-se* desenvolvida pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson (2004) no tocante à formação da classe operária orientou este trabalho, no sentido de considerar o dinamismo, os movimentos e, sobretudo, as particularidades da sociedade brasileira, com centralidade na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, orientados a partir da compreensão do autor que analisou a sociedade e as peculiaridades dos ingleses, coube a tarefa de perceber como a educação e a cultura, de forma indissociável, foram sendo constituídas, realizadas e se entrelaçaram nos mais variados espaços individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, os jornais analisados nos permitiram captar as

⁸ Como bem demonstra Batalha (2000, p. 19), as federações “de modo ainda mais visível do que nos sindicatos, alternavam-se períodos de funcionamento com períodos que desapareciam, variando de acordo com a conjuntura econômica e política vivida pelo movimento operário” (2000, p. 19).

experiências partilhadas nas relações dialógicas e as questões de poder estabelecidas. Em articulação às formulações salientadas, dialogamos com a assertiva desenvolvida por Certeau (2014) sobre “as mil maneiras de fazer”, com relação às muitas formas de educação e do ato de educar elaborados à época.

As iniciativas educacionais das classes trabalhadoras, identificadas pela imprensa operária, são compreendidas enquanto “força social ativa”, ao considerar suas configurações próprias, em diálogo, confronto e tensão com a imprensa hegemônica constituída pelos grandes veículos de circulação (Maciel, 2009, p. 1). De modo que consideramos a imprensa e suas linguagens, bem como a dimensão da palavra escrita e de seus usos sociais correspondentes aos possíveis alcances, a escuta e as trocas dessas práticas socializadas, diante das possibilidades de construção de conhecimento e de formação de opinião pública.

A imprensa enquanto agente histórico é compreendida como produtora de culturas, com significados e construções resultantes de experiências humanas (Darnton, 2010). Nessa direção, Cruz (2013, p. 10) elucida o caráter da imprensa “enquanto importante campo de luta social”. Em se tratando da imprensa operária, cabe atentarmos sobre como diferentes trabalhadores buscaram construí-la como um instrumento de militância, de espaço formativo e de expressão de suas vozes. A partir desta premissa, considerou-se a potencialidade do ser humano se constituir no processo e não como estado determinado e estático diante das correlações de forças sociais existentes.

Pesquisas realizadas nas últimas décadas (Ferreira, 1988; Maciel, 2009, 2016; Costa, 2012) vêm demonstrando a relevância das produções de trabalhadores e trabalhadoras por meio da imprensa operária, suas redes de comunicação, suas expectativas, planos e estratégias na busca por reivindicações, propostas e lutas no que diz respeito às suas memórias. Destaca-se, assim, em diálogo com as reflexões levantadas por Maciel (2016), a proposição de que “um caminho em aberto é a leitura dessas pequenas e combativas folhas para evidenciar aquelas que buscaram elaborar uma percepção própria e popular da política e da sociedade” (2016, p. 426). Trabalhamos na perspectiva de que esses periódicos podem trazer pistas sobre os elementos constitutivos da dimensão educativa das classes trabalhadoras.

Cruz e Peixoto (2007, p. 269) salientam a perspectiva de que esses periódicos se constituíram como formuladores de crítica social e de denúncias, especialmente no que se referiam às lutas sociais, às tramas em disputa, em negociação e articulação, os enfrentamentos e o papel ativo dos atores e grupos sociais na sociedade à época. Nesta direção, indo ao encontro das ideias das autoras, Maciel pontua:

Outro aspecto a assinalar é que os periódicos classificados nos acervos e instrumentos de pesquisa como ‘imprensa operária’ remetem para uma gama variada de publicações (sindicais, partidárias, de associações culturais e profissionais etc.), pouco ou nada homogênea em termos de sua constituição, conteúdos ou objetivos, apesar de compartilharem alguns aspectos que as diferenciam de outras modalidades de periodismo. Sua propriedade estava em mãos de associações ou de grupos isolados de trabalhadores que se dedicavam a debater seus problemas e questões; eles exerciam um jornalismo autônomo, independente, crítico e socialmente posicionado [...] (Maciel, 2016, p. 421, grifo da autora).

Ao realizar um balanço crítico das produções construídas com e por trabalhadores, Maciel (2016) demonstra que a imprensa operária precisa ser analisada “no bojo do enfrentamento classista com a ‘imprensa comercial’ ou burguesa”, assim como “em face da expansão da vida associativa na cidade” (Maciel, 2016, p. 421, grifos da autora). Para tal, a perspectiva demonstrada nos provocou a pensar as diferentes dimensões da imprensa operária, a saber: o seu caráter militante e a perspectiva de tomá-la como campo de análise sobre a realidade das classes trabalhadoras, por meio de suas estratégias e formas de organização social e associativa. Focamos nos jornais como instrumentos educativos, de percepção de subjetividades, de produção de ideias e de intervenção na realidade.

A imprensa construída por grupos populares representa um campo possível para perceber experiências por meio de “testemunhos importantes dos projetos e lutas de trabalhadores e, também, de suas opiniões e intervenções sobre as questões sociais mais amplas que os mobilizaram naquelas conjunturas” (Maciel, 2016, p. 419). Ao ler seus conteúdos, foi possível, em alguns títulos, perceber o intento de os diferenciar dos jornais produzidos pelas “grandes empresas jornalísticas” (Barbosa, 2010, p. 116). Aspecto que se observa, especialmente a partir do apoio e das relações de subvenções que possibilitavam recursos e insumos tecnológicos a época, a exemplo de máquinas mais modernas. Diferentemente dos jornais da chamada grande imprensa⁹, como *Gazeta de Notícias*, que possuíam “vultosos contratos firmados com os órgãos municipais para a publicação dos atos oficiais da Prefeitura” (Barbosa, 2007, p. 30), muitos impressos populares, de cunho operário, não contavam com subsídios do governo e necessitavam do apoio popular para sua criação e manutenção.

Por este motivo, podemos perceber como se apropriaram dos códigos da imprensa e buscaram construir configurações próprias com instrumentos para elaboração e expressão de suas visões de mundo. Nesse sentido, cabe atentar para os discursos que foram construídos, as

⁹ Representava muitas vezes os interesses dos proprietários das grandes empresas que constituíram o setor da imprensa com grandes aparatos tecnológicos, subsídios e insumos materiais, além de difusão expressiva. Em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, neste contexto de profusão de periódicos, essas grandes empresas jornalísticas envolviam grande faturamento com publicidade.

intencionalidades que desejavam passar, as defesas e combates que selecionaram. Quanto ao levantamento das fontes documentais, foi realizado através do portal de periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, disponíveis para consulta *online*.

Inicialmente, vislumbrávamos construir uma perspectiva de análise ampliada referente às iniciativas educativas percebidas em diferentes impressos e percorrer áreas para além do centro da cidade do Rio de Janeiro, incluindo os subúrbios que enfrentaram os impactos do processo urbano nas primeiras décadas do século XX. No entanto, no período subsequente ao ingresso ao doutorado no segundo semestre de 2019, devido a pandemia da COVID-19¹⁰ as visitas aos arquivos foram inviabilizadas. A partir de então, optamos por dar centralidade em dois títulos em análise, disponíveis na Hemeroteca Digital: *Voz do Povo*: Órgão da Federação dos trabalhadores do Rio de Janeiro e do proletariado em geral (1920); e *A Classe Operária*: jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores (1925-1928).

Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional estão disponíveis 301 pastas¹¹ que correspondem as edições diárias do jornal operário *Voz do Povo*, com circulação durante os meses de fevereiro a dezembro de 1920. Na compreensão dos limites quanto à utilização de palavras-chave como instrumento de busca, no sentido de limitar outros aspectos importantes aos problemas históricos definidos, estivemos atentos às discussões problematizadas a partir dos jornais analisados, dos textos publicados e das discussões levantadas.

O percurso da investigação esteve centrado nos elementos relacionados a materialidade do periódico, a compreensão do perfil dos jornais e o seu contexto de produção, as construções relativas à escrita e à leitura dos jornais, as pistas com relação às possibilidades a respeito da forma como chegavam em seu público e a produção de significados (Silva, 2009, p. 66). Cabe destacar o interesse em captar as ideias, defesas e iniciativas por educação que estiveram em debate. Assim, a metodologia consistiu no levantamento, seleção e análise de *Voz do Povo* e *A Classe Operária* na busca por compreender como os trabalhadores participaram de forma ativa nos processos formativos incluindo escolarização e outras iniciativas educativas.

¹⁰ Em março de 2020 fomos surpreendidos com medo e pavor com a pandemia pelo vírus da COVID-19, deparando-nos com o isolamento. Perdas, dores e sofrimentos incalculáveis e indescritíveis. Emocionalmente, sentimos, cada um com suas particularidades e singularidades, esta situação única e carregamos em nossas vivências, experiências que deixarão marcas por toda nossa existência. É difícil pensar e tentar representar pela escrita, como muitas pessoas, com suas histórias e suas famílias, levam cicatrizes para uma vida inteira, de forma devastadora.

¹¹ Para acessar o jornal na Hemeroteca Digital:
<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720003&Pesq=%22Voz%20do%20Povo%22&pagfis=1>. Acesso em: 10 abr. 2024.

No percurso metodológico buscou-se conhecer a natureza dos periódicos, suas particularidades e as pluralidades que os constituíram a partir das diferentes mãos que o produziram, quem escrevia, bem como as temáticas e amplitude do que produziam. O processo buscou privilegiar os periódicos de maneira a compreender as ideias, as iniciativas dos colaboradores e idealizadores dos jornais e suas redes de comunicação no tocante à educação. O uso de palavras-chave na hemeroteca digital com a pesquisa nominal referente a intelectuais e demais militantes possibilitou analisar iniciativas construídas a partir das relações de sociabilidade entre diferentes atores sociais. Os registros permitiram analisar práticas que envolveram eventos de perfis variados com a circulação de ideias, proposições e iniciativas contemplando processos formativos.

Em levantamento realizado no Jornal *Voz do Povo*, encontramos uma série de discussões sobre as diferentes temáticas que compuseram as pautas de trabalhadores e trabalhadoras, líderes políticos, professores, médicos, advogados associados às defesas por direitos das classes populares. Os dados apontavam debates, reivindicações e propostas relativas às questões de saúde, moradia, condições de trabalho, elementos formativos das aspirações da vida humana, sendo a educação parte constitutiva dessas agendas. Com circulação no ano de 1920, o periódico chamou a atenção pela diversidade de debates e movimentações empreendidas pelas classes trabalhadoras, pelo dinamismo que envolveu diferentes iniciativas e bairros cariocas.

A vista disso, proporcionou compreender debates efervescentes sobre a construção de lutas sociais e dos enfrentamentos dos atores sociais que demonstram articulações de valores e defesas alternativas aos projetos em expansão à época. *A Classe Operária*, com um número reduzido de edições e exemplares disponíveis¹², trouxe debates acerca da educação e da instrução que contribuíram para pensar as concepções de educação veiculadas, assentadas no comprometimento e busca por transformação social.

As diferenças de perfis não podem ser desconsideradas, bem como as tendências políticas e ideológicas, tais aspectos não invalidam as relações que se pode inferir ao analisar os dois periódicos. Ainda que fossem marcados por configurações e tendências ideológicas e políticas distintas, convergiam com relação à crítica de um olhar à nação calcada em bases exploratórias, imperialistas. Cada qual com sua natureza, os jornais criticaram o modelo de

¹² Na Hemeroteca Digital encontram-se cinco pastas correspondentes às edições disponíveis para consulta de *A Classe Operária*, órgão do partido comunista, ainda que conste nas informações do acervo do site o indicativo de oito pastas.

sociedade liberal que se difundia e debateram projetos de construção de nação sob outra orientação de organização do sistema de produção e de sociedade.

Na perspectiva desenvolvida por Ginzburg (2006), buscou-se percorrer as análises dos jornais como fontes a serem interrogadas, bem como a materialidade, enquanto produto e produtor de experiências dos atores sociais, o que permitiu inquirir os periódicos e demonstrar as relações estabelecidas dos cotidianos e das vivências. Buscamos inquirir acerca das representações e informações encontradas por meio dos indícios que demonstrassem possibilidades de diálogos e suas criações mediante as experiências das classes trabalhadoras (Ginzburg, 2007).

A partir dos jornais operários, ampliou-se o conhecimento a respeito das associações¹³ de trabalhadores. Desta forma, buscou-se investigar parte de estatutos e demais documentações a partir do acervo localizado no Arquivo Nacional. Porém, não tivemos a pretensão de inventariar as associações em sua totalidade, bem como realizar um aprofundamento sobre suas atividades. A centralidade deu-se nos debates e iniciativas educativas das organizações e dos movimentos dos trabalhadores sobre seus processos formativos.

Tomando como pressuposto as recomendações de Batalha em relação a cultura envolvendo práticas dos trabalhadores e trabalhadoras e a forma como “percebiam o mundo e a si mesmos” (2004, p. 96-97), conduzimos os caminhos metodológicos a partir de alguns critérios nas análises dos jornais. Buscou-se em articulação com publicações e textos dos diretores e redatores e demais intelectuais, as experiências dos trabalhadores, seja por meio de assinaturas individuais ou coletivas dos jornais. Também foram organizadas seleções com publicações que tratavam de iniciativas educativas pelos jornais, a saber: publicações que envolviam temáticas de educação e instrução, criação de escolas, aulas e cursos, além de experiências educativas percebidas pelas associações de trabalhadores. O percurso consistiu em organizar os arquivos da pesquisa como notas e informações por grupos temáticos, a exemplo de educação, instrução, escolas, cursos, conferências, infância trabalhadora. A partir dessa compilação, o objetivo foi captar parte das experiências educativas construídas com a participação e envolvimento das classes trabalhadoras.

Ao eleger *Voz do Povo* (1920) e *A Classe Operária* (1925-1928¹⁴) como fonte e objeto da pesquisa enfrentamos desafios concernentes a edições, regularidade e funcionamento dos

¹³ Para conferir as associações e o ano de fundação, ver o Quadro 2 no segundo capítulo.

¹⁴ A presente investigação analisou as edições que compreendem os anos entre 1925 e 1928, disponíveis na

periódicos relativos às páginas do jornal, a disponibilidade das manchetes e o corpo editorial. Algumas dificuldades devem ser ressaltadas, no que se refere ao estado de conservação de alguns jornais, frequência irregular por diferentes motivos, marcas de possíveis silenciamentos e ausências que representam sentidos e significados. Não tivemos a pretensão de realizar um estudo comparativo entre *Voz do Povo* e *A Classe Operária*, mas problematizar e confrontar alguns elementos, sobretudo que envolviam experiências educativas no cotidiano dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro.

Assim, coube-nos indagar os sentidos das ausências em meio a documentação em sua constituição e que davam pistas para a compreensão de experiências, de cotidianos e de formação de grupos populares. Em diálogo, mobilizada pelos caminhos metodológicos desenvolvidos por Arantes (2010) e Costa (2019), analisamos estatutos e bases de acordo de associações de trabalhadores que permitiram identificar vestígios sobre suas atuações, propostas e ações sobre educação, escolarização e instrução no que se referia, especificamente, às escolas, aos cursos e às aulas. Na particularidade que constituiu a documentação selecionada, associada aos jornais e os estatutos, seguindo o propósito de captar o “fenômeno educativo” (2019, p. 109), ressaltamos que as análises foram tecidas de forma a contemplar e perceber os diferentes elementos integrantes de uma dimensão educativa.

Foram selecionados os estatutos das seguintes federações, encontrados no jornal *Voz do Povo*: a Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro¹⁵ (FOERJ) fundada em 1906, e a “Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ) fundada no ano de 1919 e, que em março do ano de 1920 reunia 25 sindicatos federados”¹⁶ (Batalha, 2009, p. 222). O Centro Cosmopolita reuniu diferentes categorias de trabalhadores, assim como a União Geral dos Metalúrgicos, que contemplou o sindicato dos serralheiros mecânicos que compreendia limadores, ajustadores e montadores. A diversidade de ofícios possibilitou perceber algumas camadas de lutas, tensões e negociações entre os trabalhadores. No Arquivo Nacional tivemos

hemeroteca digital. De acordo com Sodré (1966), *A Classe Operária* começou a circular no dia 1º de maio de 1925. Foi proibido de circular na décima segunda edição (1966, p. 369). Contou com diversas investidas de supressão e censura, sendo suspenso pelo governo no terceiro mês de sua veiculação. Nos anos 1926 e 1928 voltou a circular contando com tentativas de interrupção (Oliveira, 2019). No ano de 1929 teve a redação invadida e depredada. Funcionou de forma clandestina em diferentes conjunturas do cenário brasileiro.

¹⁵ Fundação em 3 de setembro de 1906 e diferentes períodos de atuação 1907, 1909-1910, 1912-1917. Retomou suas atividades em 1923. Conferir: Batalha (2009, p. 223-224).

¹⁶ A obra de Batalha (2009) conta com um importante e consubstancial compilado de informações acerca de organizações de trabalhadores. Ainda que este quantitativo fosse fluido, foi possível analisar o dinamismo de suas ações.

acesso ao estatuto do Centro da Federação dos Homens de Cor (1920), União dos Operários Estivadores com período de atuação entre (1903-1930?¹⁷) de acordo com Batalha (2009, p. 272).

O aspecto desafiador de encontrar registros que contivesse vestígios das vozes dos trabalhadores não significa que esses atores e grupos sociais não tenham lutado, reivindicado e atuado por demandas próprias, incluindo a educação. Os silêncios e os não ditos possuem intencionalidades e não são aleatórios ou involuntários. As dificuldades concernentes à localização e consulta de registros carregam representações e interesses. Assim, para o estudo com a imprensa operária, a redução de escala de observação proposta nas análises relacionadas à Micro-história é um importante instrumento teórico-metodológico que contribui para a construção da operação historiográfica (Vendrame; Karsburg, 2020).

Autores como Ginzburg (2007) nos alerta sobre a utilização de termos que enquadram e engessam mais do que colaboram para construção do trabalho propriamente dito, sem que se possa refletir sobre seu alcance e potencialidades. Em relação à escolha do objeto e os percursos investigativos, o autor também contribui para importantes reflexões acerca das pesquisas micro-históricas, ao destacar as possibilidades da investigação “[...] supondo como potencialmente mais rica a documentação mais improvável [...]” (Ginzburg, 2007, p. 277). A assertiva do autor nos provoca a trilhar caminhos metodológicos que demonstrem experiências populares.

O jornal *Voz do Povo* veiculado no ano de 1920 foi produzido num contexto de intensa mobilização dos anarquistas e forte repressão ao movimento dos trabalhadores no Rio de Janeiro. Neste sentido, defende Gomes (2005, p. 125) que as conferências, festivais, peças de teatros e outras práticas em benefício de sindicatos e do jornal foram ações identificadas nas análises do periódico, iniciativas essas de caráter educativo. Tais incentivos eram propositivos para suas pautas, dentre elas, a educação popular, numa perspectiva que ampliava variados processos formativos. A autora enfatiza a importância da ação relativa “à organização dos trabalhadores em suas associações de classe” (2005, p. 132).

Tanto em *Voz do Povo* quanto em *A Classe Operária*, articulados com os estatutos de associações de trabalhadores, analisados a partir dos jornais operários, podem ser identificados debates e iniciativas no período que apontam caminhos de resistência, de experiências, de apropriações, de conflitos e reformulações (Certeau, 2014) frente aos modos de vida na cidade do Rio de Janeiro. De certo, que as diferenças que distinguem *Voz do Povo*

¹⁷ Grifos do autor. O grifo refere-se à data.

e *A Classe Operária* são expressivas, com tendências políticas e ideológicas particulares partilhando em comum as lutas dos trabalhadores, também heterogêneas.

Nesse sentido, percebe-se como os debates e conflitos entre as ideias anarquistas e comunistas foram intensos¹⁸. Ainda que tais ideias fossem marcadas por orientações distintas e, muitas delas com expressivas críticas e distanciamento¹⁹, não impede a presente investigação, assumindo como foco as iniciativas e movimentos em prol da educação e instrução. Portanto, tomando o cuidado para não enquadrar estes periódicos com perfis ideológicos e políticos delimitados, interessou-nos investigar as táticas e estratégias²⁰ (Certeau, 2014, p. 45) em prol da educação das classes trabalhadoras.

Ao contemplar a cultura dos atores sociais, Thompson (1981) possibilita-nos pensar nas experiências sociais, não do ponto de vista determinadas pelas relações de produção. A partir dessa orientação, as análises proporcionam contemplar os processos históricos acerca das experiências de múltiplos atores sociais no que diz respeito às práticas educativas vividas

¹⁸ Não constitui centralidade da presente tese aprofundar as diferentes matrizes políticas. Na correlação de forças no contexto do capitalismo, fizeram-se presentes com significativas influências as tendências anarquista, socialista e comunista nos diferentes espaços de organização do movimento operário. A tendência anarquista influenciou expressivamente entre o final do século XIX e início do século XX. Defendia um projeto de sociedade a partir de uma corrente ideológica separada do poder do Estado e da Igreja. Dentre expressivas críticas com relação ao anarquismo, *A Classe Operária* destacou como ponto em comum acordo a supressão do Estado, diferenciando o processo de organização para a sociedade pretendida (*A Classe Operária*, 01/05/1920, p. 2). As ideias socialistas também foram levadas em diferentes edições de *Voz do Povo* (1920), mostrando como atraíram inúmeros trabalhadores de muitos países. Corrente ideológica que questionou os grandes contrastes entre a riqueza e pobreza da burguesia, no socialismo o Estado assumiria um papel como forma de organização com a finalidade de transformação social. O papel dos trabalhadores assume fundamental importância para a organização para a conscientização e emancipação da classe trabalhadora. Os debates trazidos pelas ideias com tendências comunistas no jornal *A Classe Operária* também iam além da organização partidária. Possuíam a finalidade educativa de levar ao mais amplo público possível, a fim de levar o perfil ideológico defendido.

¹⁹ Na entrevista concedida aos pesquisadores Maria Cecília Velasco e Cruz e Renato Lessa, Octávio Brandão, entre janeiro e fevereiro do ano de 1977, salientou as fortes divergências entre os princípios ideológicos de cunho anarquista e comunista. O arquivo original da entrevista em forma de pdf não apresenta paginação. Desta forma, a página refere-se ao documento do arquivo. Conferir: (Rego, 1993). O material traz importantes aspectos de sua vida, sua liderança enquanto intelectual e a trajetória política, articulada à atuação dos trabalhadores, a fundação do Partido Comunista e do jornal *A Classe Operária*. Considerada uma importante fonte histórica, de relevância social, que permite analisar, pela voz de uma liderança ativa, em diferentes contextos das lutas dos trabalhadores, as divergências entre as tendências anarquista e comunista, os princípios políticos e filosóficos, demonstrando a multiplicidade de ideais e defesas que compunha as lutas trabalhistas e as lutas por uma outra sociedade. No anseio, que convergia a defesa por parte de diferentes militantes e intelectuais, estava a transformação da sociedade a partir de uma construção mais justa e igualitária.

²⁰ Certeau (2014) desenvolve uma análise a partir da compreensão da sociedade na assertiva de uma forma atenta e desafiadora baseada nas relações sociais e de poder. A partir dos lugares e dos papéis assumidos, do poder que exercem, os sujeitos não estão conformados às crenças e entendidas como determinações estáticas na ordem social. Assim, a partir da “invenção do cotidiano”, os atores sociais produzem culturas e fabricam, construindo seus costumes e hábitos, mesmo em meio às relações de poder enfrentadas. Sob este aspecto, vale a reflexão das estratégias enquanto ações de grupos e sujeitos pertencentes aos que detêm o poder, aparato e aparelho ideológico, político e estatal. Como táticas, “práticas cotidianas” (2014, p. 46), invenções, astúcias de sujeitos e grupos que desafiam o poder instituído, na arte de construir ações inventivas em suas experiências.

por trabalhadores. Em diálogo com Certeau (2014), problematizamos o cotidiano vivenciado por e com as classes trabalhadoras, inventado a partir da prática de vida, ensaio e atitudes dos movimentos de atuação, frente às diferentes circunstâncias que pressupõem pensamento e ação. Esse dinamismo de homens e mulheres sobre seus processos formativos, abrangem a concepção de educação de forma ampliada a partir da experiência humana potencializa nossa abordagem.

Caminhamos seguindo a perspectiva de considerar as diferentes possibilidades de contato com a cultura letrada. Se, por um lado, nos deparamos com um quantitativo expressivo referente a população que não dominava os códigos da leitura e da escrita, além de grupos que não conseguiram ter acesso a escola, por outro lado, também se mostram legítimas outras experiências educativas e possibilidades de experiências com relação à cultura letrada. Quando não exerciam a compreensão diretamente, se fazia presente experiências que envolviam a prática de segunda natureza, “que é descrita, evidentemente, por aqueles que efetivamente a realizam” (Barbosa, 2010, p. 217). De modo que o acesso a jornais poderia ocorrer em espaços públicos, como bares e locais de trabalho, incluindo os jornais de patrões, além das experiências por iniciativa própria.

De acordo com Barbosa (2007), a leitura de jornais também era realizada nos locais de trabalho e outros espaços sociais. Nesse sentido, podemos perceber como muitos sujeitos das camadas populares e de segmentos sociais diversos participavam do mundo letrado, seja pela leitura, pois havia os que dominavam o código da leitura e da escrita, ou por outros mecanismos de propagação de ideias, trocas de informações, pois havia acesso e circulação das informações. Desta forma, pretendemos perceber as nuances da dimensão educativa a partir da imprensa operária, em que segundo Bertucci, Faria Filho e Oliveira (2010):

Do mesmo modo, talvez pudéssemos pensar que a história da educação brasileira se veria enriquecida se voltasse o seu olhar para um conjunto de experiências que, ao longo de nossa história, teve a escola como interlocutora, mas não se ateve a mesma. Pensamos, aqui, por um lado, nas experiências educacionais articuladas pelos trabalhadores, sobretudo no século XX, que se voltaram para o ensino-aprendizagem dos conhecimentos escolares, mas não se detiveram neles e buscaram permitir o acesso às tradições intelectuais e políticas mais diversas (2010, p. 54).

Contemplam-se, assim, as experiências associadas à cultura e articuladas às problemáticas com relação às lutas de classe e à economia, considerando os aspectos do cotidiano relativos ao modo de ser, pensar, viver e atuar. Quando vemos esforços e movimentos por criação de bibliotecas, espaços de estudos, promoções de festivais relacionados a arte, também nos conduz a problematizar uma educação que considerava os

diversos aspectos do ser humano. Publicações de diferentes gêneros nos levam a perceber como coexistiam pensamentos que iam da preocupação com a formação para o trabalho propriamente dito, associados a discursos que incentivavam a leitura dos trabalhadores, festivais que promoviam momentos de lazer com peças teatrais, musicais e cinemas, e que também contribuía para medidas associadas ao coletivo, com arrecadação de verbas para investimentos nos jornais, para criação de escolas e outras demandas.

O caminho interpretativo assumido por este estudo pauta-se em não pensar a falta, as determinações e os modelos explicativos que tendem a ver as experiências educacionais como estáticas em meio a correlação de forças sociais, como tão bem inspira Costa (2019), dentre muitos pesquisadores que nos alertam sobre a complexidade dos processos formativos que envolvem a história da educação brasileira. Com isso, não pretendemos negar as relações conflituosas, mas perceber no interior delas as vivências, na compreensão de que os trabalhadores incluíram como reivindicação e luta dos direitos básicos à vida, relativos à alimentação, à moradia e à saúde, a educação e a instrução como partes constitutivas do direito social a ser conquistado pelas classes trabalhadoras.

Com o intento de realizar a revisão de literatura, buscou-se artigos produzidos no campo da história da educação²¹ abordando estudos com impressos das classes trabalhadoras. As revistas selecionadas foram: a *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), *Revista Histedbr On Line* e *Cadernos de História da Educação*. Na RBHE, ao usar as palavras-chave: *educação das classes trabalhadoras e imprensa operária*, a busca demonstrou ser uma área de estudos que nos convida a colaborar para os debates e aprofundamentos da pluralidade do tema.

Estudos sobre a educação das classes trabalhadoras e a imprensa, como desenvolveu, dentre outros, Costa (2016) e Schueler (2017) possibilitaram perceber como a temática de investigação é fértil, com fronteiras abertas para novas questões e análises. No que se refere aos aspectos da instrução de trabalhadores em cursos noturnos, com ênfase no curso oferecido pela Escola de São Sebastião na cidade do Rio de Janeiro, Rizzini e Schueler (2017) trazem contribuições quanto a problematizações dos embates, conflitos e negociações referentes aos rever processos de escolarização e seus limites, enfrentados por grupos de trabalhadores. O artigo contribui para a pesquisa documental com utilização de fontes seriais relativas a

²¹ As informações reunidas a respeito dessas revistas sinalizadas encontram-se no Apêndice B organizado pela autora. Posteriormente, no decorrer da pesquisa, foram consultadas outras publicações para além dessas revistas, dispostas nas referências bibliográficas.

registros de matrículas, além de jornais de grande circulação, que compõem uma sólida análise e interpretação histórica de fontes.

Articulam-se a estas preocupações as contribuições suscitadas pelo diálogo com a produção de Rizzini, Gomes e Schueler (2020) no artigo da *Revista Histedbr On-line*²². As autoras analisam a atuação da professora Elisa Scheid em diferentes espaços público, bem como a defesa pela instrução primária e profissional, suas redes de sociabilidade e seu ativismo no campo político.

A respeito da materialidade dos impressos, destaca-se o artigo de Limeira (2012) localizado no periódico *Cadernos de História da Educação*, ao apresentar os movimentos que os impressos podem assumir. Ao desenvolver sua pesquisa a partir dos objetivos frente ao comércio da instrução particular que estavam em dinâmica da sociedade no decorrer do século XIX, mesmo com objetos de investigação e periodização distintos, contribuiu acerca dos sentidos e significados que constituem a materialidade de um determinado jornal, o que é valorizado socialmente e os jogos de poder em disputa da sociedade.

Para aprofundar algumas temáticas que se relacionam com o presente trabalho, também contamos com a contribuição de pesquisas localizadas no levantamento de dissertações e teses na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com período de abrangência entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. O levantamento foi realizado a partir das seguintes palavras-chave: educação dos trabalhadores, educação operária, educação libertária e imprensa operária. Nesse levantamento encontrou-se pesquisas que contribuíram por nutrir os debates neste percurso investigativo.

A pesquisa de Costa (2016), com compilação da documentação histórica relativas aos estatutos e relatórios de sociedades e associações de trabalhadores no Rio de Janeiro, ressalta como a cultura letrada e a instrução possuíam destacada importância nos debates e iniciativas das referidas organizações, com aulas, bibliotecas e conferências. E como uma dessas iniciativas, a intenção ou criação do periódico, foi um dos caminhos pensados e/ou executados por um número expressivo dessas associações, apontando um aumento significativo a partir de 1890. Além de observar a transformação no perfil das organizações estudadas neste contexto, a autora indicia elementos de análise, associados ao caráter educativo dos

²² As autoras Rizzini, Gomes e Schueler (2020) tratam da trajetória da professora Elisa Scheid e suas experiências no movimento operário no século XX. Exponente liderança operária, recebeu homenagem da União Operária do Engenho de Dentro, tendo seu nome nas “Escolas Operárias ‘Elisa Scheid’”, aspecto que demonstra suas frentes de atuação no movimento de trabalhadores. Para aprofundar a análise a respeito da professora e militante, conferir também o trabalho de Gomes (2019).

impressos. A partir dessa compilação e interpretação dos dados, sugere ainda que “as classes trabalhadoras tenham passado a sentir necessidade de educar o restante da sociedade” (Costa, 2016, p. 146).

No que se refere às pesquisas que se desenvolvem acerca da educação popular no contexto da Primeira República retratando as classes trabalhadoras, a partir de experiências articuladas à concepção de educação libertária, foram localizadas as seguintes dissertações e Teses: A dissertação de Silva (2015) na qual o autor trouxe os debates sobre educação promovidos no ano de 1920 e a experiência da Escola Operária em Vila Isabel com o anarquista Pedro Matera. A de Machado (2017) que contou com análises de jornais organizados pelo educador Pedro Matera com artigos do professor Ruy Gonçalves²³, como *O Clarim* (1913-1917) e *Liberdade* (1917-1919?), de tendências anarquistas. Sobre as experiências educacionais dos trabalhadores a partir de jornais operários, identificamos as dissertações de Silva (2009); Santos (2010); Marques (2013); Oliveira (2019). Já a dissertação de Gomes (2019) traz um debate profícuo ao abordar experiências dos trabalhadores nos subúrbios por meio da imprensa. Para compreensão sobre educação moderna, dialogaram com a dissertação de Calsavara (2004) e a tese de Roberto (2019).

Outra contribuição foi a tese de Mendonça (2017) que, ao investigar a imprensa e suas redes de articulações, propõe trazer a compreensão do processo histórico destacando sua heterogeneidade nos subúrbios. Assim, evidenciam-se as experiências ressaltando uma diversidade com relação aos interesses suburbanos e as formas variadas de recorrer e construir um jornalismo para forjarem suas intenções e propostas. Para o estudo relacionado às infâncias²⁴, dialogamos com a tese de Camara (2006) que aborda o Código de Menores de 1927, a infância trabalhadora e dando importantes contribuições para pensar sobre as representações de infâncias na Primeira República na cidade do Rio de Janeiro.

Esta tese se organiza em quatro capítulos. No primeiro, *A imprensa operária e os trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1920* procuramos trazer os elementos constitutivos da imprensa operária, com centralidade nos jornais *Voz do Povo* e *A Classe Operária*, interessando compreender sua produção, seus discursos e construções de sentidos no contexto dos anos 1920. Interessou demonstrar os debates publicados por trabalhadores como prática letrada produzida por esse grupo social. Refletimos sobre como os textos e

²³ O professor Ruy Gonçalves lecionou na escola fundada pela Liga Operária da Construção Civil em Niterói no ano de 1921 e na escola A Forja até 1924. Anarquista preocupado com a questão educacional em prol da transformação da sociedade. Maranhense que se estabeleceu no Rio de Janeiro durante a Primeira República.

²⁴ A temática sobre as infâncias aparece com frequência em jornais analisados, a exemplo de *Voz do Povo* desenvolvido no quarto capítulo da Tese.

publicações demonstram impactos e desafios vivenciados na cidade do Rio de Janeiro. Para além de sua constituição concernente às lutas de cunho classista, compreende-se a imprensa operária enquanto instrumento de experiências coletivas, de intervenção e vivências, inclusive no que diz respeito à cultura letrada. Interessou-nos compreender essas redes de relações, contato e participação de trabalhadores de diferentes ofícios. Nessa direção, necessário sublinhar que a dimensão da militância é uma, dentre outras que constituíram suas experiências e que demonstram formas de organização, de informação e de expressão de suas dinâmicas de vida.

No segundo capítulo, *Educação Popular e Experiências Formativas pelos impressos operários*, buscamos compreender as iniciativas educativas como criação e manutenção de escolas, cursos e aulas. Pelos estatutos de associações, analisamos como a educação e a instrução foram debatidas. Foram enfatizadas as propostas educativas de organizações sindicais, compostas por experiências, lutas partilhadas, pleiteando anseios e propostas comuns.

No terceiro capítulo, *“Um Problema A Resolver: Educação E Ensino”*, analisamos diferentes propostas e perspectivas de educação nos jornais operários na década de 1920. Abordamos a educação popular à época e as influências da Educação Moderna e Libertária partindo da coluna *Um problema a resolver - Educação e Ensino* do jornal *Voz do Povo*. O foco centrou-se nas discussões acerca das concepções de educação que circularam nos jornais analisados que constituíram a imprensa operária e como os periódicos abordaram a educação e a instrução das classes trabalhadoras, os discursos e sentidos atribuídos aos diferentes projetos em voga. Cabe ressaltar a intenção de dar visibilidade a quem escrevia, os atores sociais que conceberam, colaboraram e as ideias que buscavam difundir.

No quarto capítulo, *“E A Educação Dos Filhos?” As Infâncias Em Debates pelos jornais Voz Do Povo e A Classe Operária*, analisamos como os jornais operários perspectivaram as infâncias na sociedade carioca. Abordamos a infância nas fábricas e demais espaços laborais, bem como as críticas dos jornais ao trabalho de menores e as condições relativas ao ambiente e higiene nas fábricas, além das desigualdades entre crianças de diferentes classes sociais.

Consideramos a imprensa operária como instrumento de intervenção social e construtora de sentidos. Sendo assim, sua análise e apreensão permite captar dimensões das vidas dos trabalhadores, especialmente suas lutas por educação. Pelos rastros e indícios deixados pela imprensa operária no contexto das primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro, trabalhadores e associações organizadas por diferentes grupos sociais

contaram com ações estratégicas para garantir a expressão de suas vozes como forma de registrar suas bandeiras em defesa da educação e de seus direitos sociais. Pelos vestígios a partir das análises de *Voz do Povo* e *A Classe Operária* investimos nos debates e circulação de propostas e ações educacionais empreendidas pelos e com trabalhadores.

1 A IMPRENSA OPERÁRIA E OS TRABALHADORES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS 1920

1.1 Pelos jornais *Voz do Povo* e *A Classe Operária*: experiências caminhantes

Nas primeiras décadas do século XX, visando distanciar a cidade dos aspectos associados ao atraso, o Rio de Janeiro respirava a influência de projetos modernizadores que buscavam transformar, remodelar, higienizar e sanear a então capital do país (Velloso, 1988, p. 11). Com as transformações socioespaciais e a reconfiguração das relações de trabalho, as palavras de ordem e progresso delineavam os contornos das reformas urbanas²⁵, constituindo-se como parte da nova ordem social. Discursos de melhorias de vida da população, de destruições de casas, cortiços e de ruas que enfeavam a cidade foram moldando o espaço carioca. Essas mudanças propostas, contudo, afetavam as classes populares que foram obrigadas a se deslocarem para os subúrbios e áreas periféricas.

No contexto urbano e industrial, os projetos modernizadores foram de “caráter excludente” para às camadas populares (Velloso, 1988, p. 12). Na cidade que se reorganizava, a população vivenciava relações de tensões, de conflito, de negociações e de solidariedade, de diálogos que demonstravam experiências em seu cotidiano. Nesse pulsar de forças, as classes trabalhadoras viveram, elaboraram, atuaram e movimentaram-se em meio às estruturas. Considerando a carestia de vida, as desigualdades sociais e as frequentes estratégias de sujeitos pertencentes aos grupos dirigentes, forças estatais desejosas de manter a concentração de renda e de poder, os trabalhadores construíram formas de produzir seus cotidianos e de criarem espaços de crítica e de formulações sobre suas vidas. Homens, mulheres e crianças pertencentes às classes populares constituíram formas variadas de atuação sobre seus modos

²⁵ O processo de urbanização marcado por sucessivas e distintas intervenções do Estado (Abreu, 1987), mediante diferentes períodos na cidade carioca durante o início do século XX, ocasionou uma série de segregações sociais e espaciais. Na Reforma Pereira Passos (1902-1906), dentre outros governos, nota-se também pulsar diversos interesses e disputas, tentativas de se fazer valer diante de um modelo de adequação de um estilo de vida sobreposto a tantos outros existentes. Como evidencia Abreu (1987, p. 74), no período entre janeiro a julho de 1919, a administração de André Gustavo Paulo de Frontin “retomou a prática de privilegiar as áreas mais ricas da cidade”, como na gestão de Pereira Passos. Sob o crédito de realizar muito em pouco tempo, vale refletir as práticas pelos espaços privilegiados, nos quais áreas desprestigiadas, a exemplo de áreas proletárias, recebiam outro olhar, tratamento e iniciativas quanto a melhoramentos. Em seguida a administração seguiu com o prefeito Milcíades Mário de Sá Freire, na gestão de julho de 1919 a junho de 1920. No entanto, de acordo com Abreu (1987, p. 74), “as grandes realizações do período Epitácio Pessoa estão ligadas à administração Carlos Sampaio (1920-1922)”.

de viver, de trabalhar, de socializar, com trajetórias distintas, interesses variados, que partilhavam em comum o desejo pela conquista de expressão de suas vozes, espaço de debate e ação em busca de seus direitos.

Em contraponto às bases de uma sociedade alicerçada na ordem e no progresso, higienista, no cuidado com a mente, com a preocupação moral para o andamento que se desejava constituir por determinados forças de poder, muitos trabalhadores a partir de diferentes produções, a exemplo dos jornais operários, exerceram espaços de críticas e de formulações de ideias. Organizando-se como campo privilegiado de discussões, em relação, trocas e confronto com a imprensa comercial que possuía grande influência e poder, além de diferentes interesses políticos e econômicos, a imprensa operária como constitutiva da imprensa popular (Maciel, 2009, 2012, 2016) possibilita captar experiências das classes populares. Alternativa em relação ao campo de disputas no qual se configuravam grandes perfis empresariais (Cruz; Peixoto, 2007 p. 269) e com um número expressivo de títulos e diversidade²⁶ em relação às suas linguagens, objetivos e interesses, nutriram, na e pela imprensa, a forma de imprimir suas elaborações e interpretações da realidade. Neste sentido,

O que resulta de significativo na existência da imprensa operária é o fato de que ela estará sempre ligada à alguma forma de organização da classe trabalhadora – seja partido, sindicato ou qualquer outra espécie de agremiação –, circulando de maneira diferente da imprensa burguesa, ou grande imprensa (Ferreira, 1988, p. 6).

Compreendida como imprensa contra-hegemônica, segundo o pressuposto da noção de hegemonia²⁷ desenvolvida por Williams (2007), a imprensa operária trouxe, de forma ativa,

²⁶ Para uma análise mais profunda de outros periódicos, conferir a obra de Ferreira (1988) com importantes debates acerca dos jornais operários do Rio de Janeiro e seus diferentes perfis. Costa (2012) se dedica à educação na e pela imprensa, sistematizando um compilado de impressos veiculados no período imperial até o ano de 1914, com perfis associados a categorias de trabalhadores. Conferir Maciel (2009) que, em sua pesquisa, menciona a diversidade de títulos para além de jornais de cunho operário, com perfil popular, na compreensão de analisá-los enquanto agentes de ação coletiva, citando os títulos: *O Combate* (1892), *O Baluarte* (1910), *A Voz do Padeiro*, dentre outros. Despertou a atenção o periódico *O panificador*, órgão dedicado aos interesses da classe dos empregados de padaria, no ano de 1900, com três edições disponíveis na hemeroteca digital. Logo em sua primeira página, aspectos de sua materialidade dão a ver a luta de sua existência e características sobre suas intencionalidades. Logo acima, na primeira página, escrito: “Aparece quando pode” demonstra as dificuldades com relação à periodicidade. “Preço a vontade”, “Justiça, trabalho e liberdade” “Queremos igualdade” e “Um por todos e todos por um” remetem a pretensões na luta coletiva (*O panificador*, 01/01/1900, p. 1).

²⁷ Tal enfoque fundamenta-se na análise desenvolvida pelo intelectual inglês Raymond Williams. Seguindo as proposições de Williams (2007) a respeito da cultura, é possível pensar os diferentes sentidos e significados das expressões em uma sociedade com experiências de um cotidiano produtor e produzido também por meio da linguagem. A esse respeito, o uso de palavras que demonstram concepções e interpretações de mundo, com elaborações e valores, não de forma determinista e sem conflito e tensão, orienta-nos a compreender as experiências e pressões. Em diálogo com a assertiva de Gramsci, ao mencionar a relevância do termo hegemonia, considerando sua complexidade, destaca como essas forças hegemônicas podem ser

formulações, críticas, combates e estratégias diversas para difundir, a partir de suas próprias concepções e posições frente às diferentes pautas que compunham suas defesas e bandeiras.

Assim, seus idealizadores buscaram demarcar diferenças com relação à imprensa comercial²⁸. Os redatores e articulistas buscavam maior coesão visando uma proximidade com os trabalhadores ao propor temas associados às suas reivindicações. Em muitas circunstâncias eles assumiram papel de destaque na construção e feitura dos jornais operários, em diferentes áreas de atuação, seja na produção dos textos, das notas, na divulgação das iniciativas promovidas pelas associações e no registro de suas pautas. Como bem explicitam Cruz e Peixoto (2007) e Maciel (2009), essas características os diferenciavam da imprensa hegemônica, mas que em sua configuração ocupava lugar distinto na arena conflitante, no qual interesses distintos representam objetivos e propostas. Em relação à imprensa operária, Batalha (2000) afirma que:

Ela foi o principal instrumento de propaganda e debate, assumindo formas diversas: periódicos de correntes políticos ideológicas (anarquistas, socialistas, comunistas, católicos etc.), jornais sindicais; publicações destinadas à classe operária em geral. Muitas dessas publicações, que normalmente eram jornais de quatro páginas com periodicidade mensal, quinzenal ou, quando muito, semanal, tiveram vida efêmera (2000, p. 64).

Como exposto pelo autor, é no interior dessa diversidade de publicações que os trabalhadores e trabalhadoras “constituíram sua militância por meio do periodismo uma experiência social extremamente importante e compartilhada pela maioria das categorias e organizações” (Maciel, 2016, p. 417). Corroborando com essas ideias, caminhamos na compreensão de que a imprensa se constituiu em um espaço de práticas sociais, de intensa comunicação, de difusão de opiniões, de lutas, de cultura letrada e de escrita de diferentes

compreendidas em seu sentido ampliado para além das questões políticas, no sentido de “descrever um predomínio mais geral de ver o mundo, a natureza humana e as relações” (Williams, 2007, p. 200).

²⁸ Importante considerar que a imprensa operária não se configurou separada, rígida e inflexível em relação aos jornais de grande circulação. Publicações em tom de resposta, de confronto de ideias, demonstram inclusive como os grupos populares não só tinham acesso, como também liam jornais da chamada grande imprensa. De acordo com Barbosa (2010), a popularidade dos jornais estava relacionada com o “prestígio dos literatos e do diálogo permanente com o público leitor” (p. 126). Assim, os jornais com estrutura empresarial, a exemplo de *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *Jornal do Comércio* e o *Correio da Manhã*, lançaram mão de estratégias para se classificarem como próximos do público leitor, desejosos de sua expansão aos setores populares, inclusive com colunas específicas. Como demonstra Barbosa (2010), as colunas *Queixas e Reclamações* e *O Paiz nos Subúrbios* eram destinados ao diálogo com o leitor, tratando de seções específicas no periódico *O Paiz*. A autora expõe a partir da elaboração de um quadro acerca dessa troca com maior especificidade, demonstrando também outras colunas direcionadas nos outros periódicos de perfil comercial no mesmo período de abrangência (1900-1908): *Correio da Manhã* com a seção *Reclamações Pelos Subúrbios*, *Jornal do Brasil* com a coluna *Queixas do Povo* e *Zé do Povo*, *Jornal do Comércio* com *A Pedidos* e *Gazeta de Notícias* com *A Pedidos e Reclamações do Povo* (Barbosa, 2010, p. 126).

grupos sociais. A imprensa operária é compreendida então em uma perspectiva que contempla outras dimensões para além da militância, abarcando elementos constituidores da cultura operária, com suas orientações políticas e ideológicas. No Quadro 1, busca-se demonstrar a pluralidade de alguns jornais operários de perfis diversificados nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro.

Quadro 1 – Jornais da Imprensa Operária

PERIÓDICO	ANO DE VEICULAÇÃO
<i>O Alfaiate</i>	1903-1906
<i>A Voz do Marmorista</i>	1903
<i>O Baluarte</i>	1907
<i>A Voz do Trabalhador órgão da Confederação Operária Brasileira</i>	1908-1915
<i>O Echo do Mar: Propriedade das associações de marinheiros e remadores e da União dos Foguistas</i>	1909
<i>A Voz do Padeiro</i>	1913
<i>O Debate</i>	1917
<i>O Cosmopolita</i>	1916-1918
<i>Voz do Povo: Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do proletariado em geral</i>	1920
<i>O Metalúrgico União dos Metalúrgicos</i>	1921
<i>Voz do Chauffeur: Notícias, crítica, literatura e arte</i>	1924-1926
<i>A Classe Operária</i>	1925-1928*
<i>A Nação</i>	1926
<i>O Barbeiro</i>	1926
<i>O Sapateiro</i>	1928

Fonte: Construído pela autora a partir de: (Sodré 1966; Ferreira, 1988; Maciel, 2016).

A partir dos títulos²⁹, nota-se que diferentes ofícios e categorias de trabalhadores lançaram mão de periódicos como estratégia para fortalecer lutas e atuar frente às tensões, com experiências que demonstram as dimensões da vida humana em seus mais variados aspectos. Os jornais, enquanto produto e produtor de vozes de trabalhadores e trabalhadoras,

²⁹ Não se teve a pretensão de trazer a totalidade dos jornais, mas sim demonstrar o contexto da Primeira República com a criação de diferentes periódicos com alguns títulos veiculados nas primeiras décadas do século XX com perfil operário. Em 1917 foi veiculado no Rio de Janeiro o jornal *O Debate*, tendo como colaboradores Lima Barreto, Fábio Luz, Maurício de Lacerda, dentre outros (Sodré, 1966, p. 363), intelectuais que atuaram em diferentes jornais. Segundo Sodré, no primeiro, o jornal analisou a revolução russa com a vitória dos bolchevistas, além de em edições seguintes abordar Lenin e o apoio à greve dos operários em São Paulo. Em dezembro de 1917, começou a circular *O Cosmopolita*, “órgão sindical dos empregados na indústria hoteleira, apoiando também a revolução russa (Sodré, 1966, p. 363). A greve geral ocorrida em São Paulo no ano de 1917 intensificou os movimentos de muitas associações de trabalhadores inspirando o movimento operário de diferentes regiões. Iniciada com trabalhadores menores na luta que exigiam aumento de salário, a greve de 1917 contou também com o discurso de Elisa Gonçalves.

representam caminhos possíveis em analisar suas expectativas, conflitos e enfrentamentos, tanto sobre os aspectos que envolveram o universo do trabalho quanto elementos constitutivos de suas vidas no que corresponde às culturas das classes trabalhadoras. Corroborando Batalha (2004), convém ressaltar que:

Essa ‘cultura popular’, heterogênea e composta de elementos antagônicos, incorpora aspectos da imigração europeia recente, outros da herança africana da escravidão e traços da cultura dominante, reapropriados e reelaborados pelas classes subalternas. Por um lado, essa cultura é composta de elementos diversos, o que lhe confere um caráter fragmentado. Por outro, essa cultura não se articula da mesma maneira nos diferentes setores e camadas que constituem as classes populares ou subalternas, atravessados por relações complexas entre brasileiros e estrangeiros, negros e brancos, homens e mulheres, trabalhadores formais e informais, assalariados e autônomos, empregados e desempregados, e assim por diante (2004, p. 97-98, grifos do autor).

Tratava-se de práticas sociais que foram vivenciadas por diferentes trabalhadores nacionais e imigrantes de diversos países. Diante de uma sociedade com fortes desigualdades, com um projeto de nação relacionado ao processo de trabalho em profunda modificação, que visava a concentração do poder político e econômico, importa perceber as experiências de atores sociais populares. Considerando, para tanto, a pluralidade no que tange à nacionalidade, orientações e tendências políticas³⁰ (Batalha, 2000), com atuações distintas no bojo da construção de uma nova ideologia do trabalho (Chalhoub, 2001).

Muitas vezes, os jornais operários, a exemplo de *Voz do Povo* e *A Classe Operária*, dependiam do apoio das classes populares para o seu funcionamento e circulação, fato este que se associava à luta por sua existência, criação e manutenção. Quanto à tiragem e aos demais elementos de natureza técnica, possuíam menos estrutura em relação aos grandes jornais que detinham máquinas com capacidade de produção de milhares de exemplares (Barbosa, 2007, p. 29). Vale ressaltar, contudo, que essa configuração se refere tão somente à estrutura material e ao insumo tecnológico comparado aos perfis de cunho empresarial, e não ao conteúdo produzido e difundindo nesses periódicos.

³⁰ Sob este aspecto, há diferentes tendências e linhas ideológicas, associadas ao positivismo, que defenderam melhores condições de trabalho atrelado às autoridades a correntes ligadas à Igreja católica. Temos o sindicalismo de ação direta com condenação de organização partidária que tinham como premissa: proibição da existência de funcionários pagos nos sindicatos; defesa por greve como principal forma de luta; adoção de direções colegiadas e não-hierárquicas; reprovação dos serviços de assistência nos sindicatos, dentre outras vertentes com diferentes especificidades. Essas ideias balizaram os congressos operários brasileiros de 1906, 1913 e 1920, importantes momentos da história dos trabalhadores, divulgados com destaque nos jornais operários. Além disso, também podemos acompanhar outra linha do sindicalismo, a de cunho reformista. Multiplicidade que reflete diferentes interesses, perspectivas, tendências e orientações, motivo de impasses e desafios no interior do movimento operário (Batalha, 2000, 2009; Chalhoub, 2001).

Diferentemente dos jornais da chamada grande imprensa, como o *Gazeta de Notícias*³¹, muitos impressos populares de cunho operário não contavam com subsídios do governo. A respeito dos jornais comerciais, representavam muitas vezes os interesses dos proprietários das grandes empresas que constituíram o setor da imprensa com grandes aparatos tecnológicos, subsídios e insumos materiais, além de difusão expressiva. Em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, que ocorreu a profusão de periódicos e o crescimento do faturamento com publicidade (Barbosa, 2007). De modo que,

Duas tipologias de jornais circulam na cidade: uma imprensa ainda de caráter artesanal, caracterizada por suas baixas tiragens e, sobretudo, por ser projeto executado normalmente por entusiastas na ‘arte’ de fazer jornal e uma imprensa já estruturada em moldes empresariais, processo que se inicia – como vimos anteriormente – na virada do século XIX para o XX (2007, p. 76).

Barbosa (2010) entende a imprensa comercial no que concerne ao intuito de “amplificar as múltiplas falas dos grupos dominantes”, trabalhando na construção de “uma unidade discursiva em torno de um projeto político” (2010, p. 119), associado à ideologia da modernização e da ordem à época. Ao analisar a imprensa operária, alternativa aos grandes moldes que se delineavam nas primeiras décadas do século XX, atentamos a como elas construíram suas produções, a partir da materialidade, das formas e conteúdo, colunas e seções, estratégias para registrar, como também difundir seus ideais. Gomes (2005) sinaliza como os anos de 1919 e 1920 foram de intensas manifestações públicas e forte presença sindical carioca, destacando o “clima revolucionário que se vivia no mundo e também no Brasil” (2005, p. 131).

Em consonância com as ideias da autora, pelas diferentes páginas dos jornais *Voz do Povo* e *A Classe Operária*, nota-se artigos de cunho partidário, ideológico, combativos aos valores burgueses que estruturavam a sociedade carioca do início do século XX. Entre as questões alusivas à vida e lutas dos trabalhadores na cidade e que compunham as pautas, os registros dos acidentes de trabalho, das moradias, a situação das concepções de infâncias, o trabalho infantil, as precariedades enfrentadas em seus locais de trabalho, assim como o esforço em empunhar bandeiras em torno das reivindicações por melhores condições de trabalho, de saúde e de educação.

³¹ Sobre a instrução primária e profissional no periódico *Gazeta de Notícias*, conferir: Chagas (2016).

1.2 “Leiam a Voz do Povo”

Com circulação diária no ano de 1920 e impressão nas oficinas de L. Faria e Companhia, à Rua da Constituição, número 12, no centro da cidade do Rio de Janeiro, o jornal *Voz do Povo* foi criado pela Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em Geral³², e também com apoio de diversas associações de trabalhadores. Dentre as associações, podemos citar a da construção civil, do comércio, da indústria, de tecidos, das padarias e demais serviços. Constituiu-se como órgão articulador de categorias profissionais com foco no “dever inadiável de todos nós. Ler e fazer ler a *Voz do Povo*” (*Voz do Povo*, 6/02/1920). Veiculado nas cidades do Rio de Janeiro, Petrópolis e em São Paulo no ano de 1920, o jornal tratou de uma série de questões sociais e pontuou diferentes circunstâncias relacionadas à cidade do Rio de Janeiro.

O discurso expressa um pedido de auxílio aos trabalhadores para a publicação do jornal que manifestava sua distinção, não sendo “uma empresa capitalista, de indústria e comércio: não tem serviços ocultos de publicidade – não mantém contratos rendosos nem subvenções quaisquer”³³ (*Voz do Povo*, 13/02/1920, p. 1). Assim:

Quanto à orientação, é bom não esquecer de que somos órgão de uma Federação trabalhista, à qual estão filiados operários de todos os credos políticos e sociais. O nosso fim principal é defender as classes trabalhadoras que continuamente são atingidas e postergadas nos seus direitos, orientando hoje ao mesmo tempo para uma organização sindical - que como já dissemos - é perfeitamente neutra. (*Voz do Povo*, Sexta-feira, 13/02/1920, p. 2).

³² De acordo com Batalha (2000), essas federações foram organizações que buscavam maior coesão em prol de reivindicações e conquistas por direitos. Possuíam estatutos com as principais pautas e procedimentos para o fortalecimento dos movimentos. Contavam com a organização de trabalhadores com funções, tais como: tesoureiro, secretário e presidente. O Decreto 1.637, de 5 de janeiro de 1907, sobre sindicatos e cooperativas constituiu uma legislação com uma série de restrições práticas, ações que contribuíam para diminuir a força dos movimentos, fragilizando a atuação dessas organizações. A maioria das organizações operárias continuaram com o Código Comercial de 1850 para funcionamento das sociedades civis e, posteriormente, com o Código Civil de 1916 (Batalha, 2000, p. 21). Essas sociedades tinham que ser regulamentadas por meio de registro em cartório e sua existência deveria ser comunicada à polícia, mantendo informações a respeito de mudanças estatutárias e de diretoria.

³³ As publicações foram transcritas nas normas contemporâneas da Língua Portuguesa.

Figura 1 – Jornal *Voz do Povo*

Fonte: *Voz do Povo*, 7/06, 1920, p. 1.

O periódico descreve suas características em ser “consagrado aos interesses das classes trabalhadoras das cidades e dos campos do Brasil. Jornal de educação social, de doutrinação reivindicadora e libertadora, de combate esclarecido” (*Voz do Povo*, 15/02/1920, p. 1). A distribuição ocorria de diferentes formas, com assinaturas a valores respectivamente de 28\$000 por ano, semestral a 15\$000, 3 meses a 8\$000 e mensalmente a 3\$000 (*Voz do Povo*, 10/02/1920, p. 1). Conforme registrado em sua primeira página, para venda ao “estrangeiro” os valores passavam a: 50\$000 anual e por semestre a 30\$000. De forma avulsa, era vendido por 100 reis³⁴, considerado “um preço barato”³⁵, de acordo com a análise de Barbosa (2010), a exemplo de jornais de grande difusão. Pode-se inferir um incentivo com relação às assinaturas. Possuía, geralmente, quatro páginas e algumas ilustrações, geralmente em tom de críticas aos valores burgueses e por vezes de forma satírica. O jornal lançava mão

³⁴ De acordo com informações de Barbosa, referentes ao período compreendido entre 1900 a 1908, a venda avulsa dos periódicos comerciais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* também eram de 100 réis (Barbosa, 2010, p. 124).

³⁵ Barbosa (2010) nos informa a respeito do valor da passagem de bonde e da barca Rio-Niterói a 100 réis para relacionar aos valores da venda avulsa desses jornais que era vendido em quiosques ou pequenos jornaleiros (2010, p. 124).

de ironias como denúncia de contradições políticas e sociais ao longo dos números publicados. Deste modo, declarava que:

[...] precisamos, a nosso ver é de um grande jornal diário, completo do ponto de vista jornalístico e informativo, embora feito sob moldes mais consentâneos com o bom senso e mais elevação de vistas do que os grandes jornais cuja fatura se baseia na caça de escândalo policial ou político, um grande jornal inteiramente, exclusivamente consagrado aos interesses das classes trabalhadoras das cidades e dos campos do Brasil. Jornal de educação social, de doutrinação reivindicadora e libertadora, de combate esclarecido, tenaz e irredutível a todas as explorações e injustiças de que são vítima cotidianas os homens e as coletividades do trabalho. Numa palavra: um jornal feito por trabalhadores para trabalhadores (*Voz do Povo*, 15/02/1920, p. 1).

A edição de 11 de fevereiro sinalizou que *Voz do Povo* se constituiria enquanto espaço crítico e combativo em relação a outros jornais com maior estrutura, alinhados com a dinâmica de empresas capitalistas. Nota-se que esses apontamentos podem indicar uma preocupação de distinção em relação a outros periódicos quanto à forma e ao conteúdo, ressaltando a sua identidade. Esse perfil aguerrido também pode ser acompanhado por meio de publicações analisadas como respostas a outros jornais e que indicavam reclamações, trocas e embates pela abordagem realizada nas reportagens.

Na composição de seu corpo diretor e redator, o jornal reunia intelectuais médicos, professores e políticos afeitos às causas dos trabalhadores. Figuras destacadas como: Carlos Dias, Afonso Schmidt, Álvaro Palmeira e Astrogildo Pereira (diretores), bem como os militantes Fábio Luz, anarquista, médico, professor, e inspetor escolar no Distrito Federal; José Oiticica, anarquista e professor; Octavio Brandão, importante liderança anarquista à época e um dos fundadores do órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro, *A Classe Operária* no ano de 1925; bem como o político e escritor Mauricio de Lacerda. Carlos Dias foi o primeiro diretor do jornal *Voz do Povo*, substituído após vinte dias por Afonso Schmidt, devido a ‘razões pessoais’ (Batalha, 2008, p. 57-58, grifos do autor). Em maio, Álvaro Palmeira sucedeu a direção do jornal até setembro, quando Astrogildo Pereira assumiu. Astrogildo foi idealizador e Fábio Luz colaborador de *A Voz do Trabalhador* (1908-1915), órgão do Primeiro Congresso Operário Brasileiro que ocorreu em 1906. As diferentes dinâmicas durante as primeiras décadas do século XX demonstram o engajamento e a ação junto aos trabalhadores, sendo a educação uma pauta levantada nos movimentos empreendidos.

A rede de intelectuais atravessou diferentes movimentos e tendências políticas que atuaram em periódicos, conferências e palestras. Com ativa militância política em

organizações operárias, alguns deles participaram em diferentes periódicos de cunho operário. Muitos deles tiveram contato com ideais libertários e atuaram em diferentes áreas, a exemplo de “João da Costa Pimenta³⁶, Domingo Passos³⁷, Cândia de Souza³⁸ e Manoel Campos e os intelectuais Astrojildo Pereira, José Oiticica, Edgard Leuenroth³⁹, Florentino de Carvalho, Everardo Dias⁴⁰, Fábio Luz e Adelino de Pinho” (Oliveira, 2019, p. 46).

O *Voz do Povo* era um jornal operário, sindicalista, que se definia em suas páginas como resultado de um grande esforço dos trabalhadores e que fazia questão de sinalizar não se constituir enquanto empresa capitalista. Em sua materialidade, podemos observar em diferentes colunas o incentivo à leitura de *Voz do Povo*, a exemplo, dentre outros: “Todo o operário consciente deve ler *Voz do Povo*” (*Voz do Povo*, 20/04/1920, p. 1). Organizado em seções e com pequenos anúncios, geralmente em sua última página, podendo também ser visto na terceira página, o jornal trazia, estampado em seu cabeçalho e acima do título, a frase: “Trabalhadores do Brasil, uni-vos”, como inspiração para o que consideravam ser o propósito do periódico, ou seja, constituir-se como um “instrumento incomparável de SOLIDARIEDADE na ação dos proletários. Mas um jornal NOSSO, feito por NÓS, criado por NÓS, alimentado por NÓS e destinado só a NÓS” (grifos do jornal). O quadro a seguir apresenta as seções encontradas no jornal *Voz do Povo*.

³⁶ João da Costa Pimenta foi gráfico, anarquista e comunista (Batalha, 2009, p. 128). Foi padeiro e estudou no Liceu de Artes e Ofícios. Atuou no Centro Cosmopolita. Participou como um dos redatores de *Na Barricada*, jornal de tendência anarquista. Dirigiu o órgão do Centro Cosmopolita, o jornal *O Cosmopolita*. Em 1921 foi um dos fundadores e dirigiu o jornal *A Vanguarda* em São Paulo. Foi um dos fundadores do Partido Comunista no ano de 1922.

³⁷ Domingos Passos era anarquista. Atuou como 2º secretário da União dos Operários em Construção Civil em 1919 e 1º secretário no ano seguinte. Foi delegado da mesma União no 3º Congresso Operário Brasileiro. Em 1923 foi Membro da Federação Operária do Rio de Janeiro (Batalha, 2009, p. 123). No ano seguinte foi preso retornando ao Rio de Janeiro e com atuação em São Paulo em 1927.

³⁸ José Cândia de Souza foi um militante, atuante na Federação dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, primeiro secretário da Associação Gráfica Fluminense (*Voz do Povo*, 25/03/1920, p. 3). A atuação de José Cândia de Souza pode ser vista em diferentes edições de *Voz do Povo*, como na sua indicação de trabalho na Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro (*Voz do Povo*, 21/05/1920, p. 2), dentre outras. A edição de 7 de junho demonstra sua participação em palestras. Cândia abriu a solenidade e, em seguida, Mancio Teixeira realizou a conferência contra o projeto de Adolfo Gordo, na Construção Civil, localizado na rua da Conceição, 165 (*Voz do Povo*, 07/06/1920, p. 2).

³⁹ O anarquista Edgard Leuenroth atuou como tipógrafo, editor e jornalista. Editou jornais *A Terra Livre* com Neno Vasco e Manoel Moscoso no ano de 1905 e *A Plebe*, jornal anarquista de mais longa duração a partir de 1918 (Batalha, 2009, p. 89). Teve expressiva atuação em São Paulo e de 1900 a 1910 atuou no Rio de Janeiro.

⁴⁰ Everardo Dias foi tipógrafo, contador, maçom, anarquista, comunista. De acordo com Batalha, o livre-pensador trabalhou em São Paulo como tipógrafo - caixista no Estado de São Paulo (p. 58). No ano de 1920 fez parte da Coligação Social e foi um dos organizadores do Grupo Clarté no Brasil entre 1921 e 1922. Em meados dos anos 1920 aderiu ao Partido Comunista do Brasil (Batalha, 2009, p. 59).

Quadro 2 - Seções do jornal *Voz do Povo* (1920)

<i>Quadros de miséria</i>	Críticas relativas à sociedade.
<i>O povo reclama</i>	Embates e críticas.
<i>Boletim Telegráfico</i>	Rede de comunicações sobre o movimento operário com estados e países.
<i>O Trabalho – Tem a palavra os trabalhadores</i>	Diferentes assinaturas com críticas e demandas diversificadas de trabalhadores.
<i>Um balanço da República (sua falência)</i>	Denúncias e críticas ao governo.
<i>A vida dos trabalhadores – Nos sindicatos, nas oficinas, nas obras e nas fábricas – Notas e informações</i>	Organização dos trabalhadores, com informações sobre convocações, assembleias e demais ações por eles construídas.
<i>Folhetim da Voz do Povo</i>	Coluna literária.
<i>Educação e Ensino – Um problema a resolver</i>	Coluna com temática educacional.

Fonte: *Voz do Povo*

Em relação à sua linha editorial, possuía seções que apareciam com mesmo título em todas as edições, mesmo que não apresentasse frequência regular. Nesta direção, destaca-se *Quadros de Miséria*, trazendo temáticas com críticas relativas à sociedade, e a coluna *O povo reclama* que demonstrava a heterogeneidade do impresso, apresentando os seus embates e as críticas. A seção *Boletim Telegráfico* apresentava a rede de comunicações com outros países, além de sugerir o intento em conhecer a situação de trabalhadores em outras localidades, e ideias variadas segundo os propósitos do jornal. Por meio das correspondências com, por exemplo, a Rússia, a Inglaterra, a França e Portugal, buscaram estabelecer conexões com o movimento operário, visando o fortalecimento das mobilizações de trabalhadores em defesa dos interesses e na propagação dos seus ideais.

Outra seção, *O Trabalho - Tem a palavra os trabalhadores*, contou com diferentes assinaturas compartilhando inúmeras críticas, o que permite captar as estratégias para exercer a comunicação marcada no periódico. Uma seção intitulada *Um balanço da República (sua falência)*, assinada em algumas edições por “Prof C.C”, contou com uma série de denúncias e

críticas ao governo. É interessante observar o espaço dedicado às seções de cunho literário, como poesias e folhetins. A coluna literária *Folhetim da Voz do Povo* aparece, predominantemente na última página, junto aos anúncios, ainda que possa ser vista na terceira página em algumas edições. O acesso dos folhetins ou colunas destinadas à literatura demonstra a abordagem sobre a arte, a escrita literária e, em alguns casos, também do desejo de articular as causas por eles defendidas por meio da divulgação de textos teóricos traduzidos.

Como aponta Barbosa (2010, p.132), a linguagem do jornal expressa a função de “instruir e normatizar a sociedade”, o que nos faz analisar como a imprensa operária dialogava com a grande imprensa para imprimir suas ideias e objetivos no tocante a alguns aspectos com relação à organização da materialidade de algumas seções, à importância dada aos diferentes aspectos políticos e econômicos, garantindo proporcionar a literatura e demais dimensões envolvendo as artes. A seção *A vida dos trabalhadores* registrou convites e comunicados para assembleias, conferências e demais eventos com apelo ao envolvimento e participação das classes trabalhadoras para experiências em comum, elementos que indiciam para uma educação social, articulada às relações, aos diálogos estabelecidos e construídos em integração e em rede.

Alguns aspectos foram demonstrados na divulgação dos estatutos, assembleias e atas das associações, evidenciando ações empreendidas coletivamente. Corroborando as formulações de Maciel (2016, p. 432) acerca das iniciativas objetivarem construir e elaborar suas pautas pela conquista de direitos e busca pela identidade de classe em formação, pode-se inferir a ação estratégica com a seção *A vida dos trabalhadores nos sindicatos, nas oficinas, nas obras e nas fábricas – Notas e informações*. Buscava-se envolver diferentes trabalhadores e associações por meio de comunicados e orientações, a exemplo da nota a seguir:

A vida dos trabalhadores nos sindicatos, nas oficinas, nas obras e nas fábricas – Notas e informações.

NOTA: No interesse da organização operária, criamos esta seção que se destina a ser o reflexo, a expressão da vida dos trabalhadores. Ela registrará todos os fatos, desde os mais comuns, com o desenvolvimento que nos permitir o espaço de que possamos dispor.

O serviço que esta seção prestará aos trabalhadores é, de fato, inestimável. Para que, porém, seja completa e preencha os seus fins, é necessário que possamos contar com a boa vontade dos camaradas a quem as classes confiaram a missão de as representar junto a nós. Queremos estender a nossa seção até o interior das fábricas, oficinas e outros centros proletários. [...] (*Voz do Povo*, 6/02/1920, p. 3).

A seção regular *A vida dos trabalhadores*, nas edições diárias alocada na terceira página do periódico, buscava garantir o espaço para que diferentes associações e uniões de

variados ofícios expusessem questões concernentes às suas demandas e aspirações. A nota anterior demonstra a pretensão em pautar os interesses de diversas associações de trabalhadores na construção e composição do impresso. Assinavam a publicação geralmente com o nome da associação de trabalhadores que pertenciam ou com expressões como “A Comissão”, destacando o caráter coletivo dos debates e das construções elaboradas com a participação de diferentes trabalhadores.

Assim, na seção *Voz do Povo A vida dos trabalhadores* – “Nos sindicatos, nas oficinas, nas obras e nas fábricas – Notas e informações”, também registrada como *Vida dos trabalhadores nos sindicatos nas oficinas e demais espaços laboriosos*, percebe-se expectativas, desejos e lutas por diferentes demandas por parte dos trabalhadores. Pode-se observar na coluna regular *A vida dos trabalhadores* outra organização no jornal com espaço para *Convocações*, com convites e *Assembleias*, dedicado a informações e notas a respeito de reuniões de diferentes associações de trabalhadores.

Nas convocações esses convites se davam a partir de formas e intencionalidades variadas, a exemplo da União dos Empregados em Padarias que sinalizou a elaboração do relatório das reclamações da classe (*Voz do Povo*, 9/03/1920, p. 3). Ainda que apontasse para uma comissão interna, ou seja, uma seleção mais detalhada segundo alguns critérios não expostos, demonstra-se uma construção no coletivo. Os anúncios, além de veicular interesses específicos, foram iniciativas para angariar verbas para manutenção dos periódicos. Enquanto espaço privilegiado de debates políticos e sociais, os jornais operários se apropriavam de configurações da imprensa, como os anúncios. Estes, por sua vez, davam a ver aspectos culturais da classe trabalhadora, além de propagar seus produtos.

Figura 2 – Anúncio Salão Liberdade



Fonte: *Voz do Povo*, 29/03/1920, p. 2.

Muitos anúncios buscaram demonstrar aspectos do cotidiano dos trabalhadores, com ações do dia a dia que compunham diferentes momentos da vida e que foram registrados no jornal *Voz do Povo* veiculado no ano de 1920. É possível perceber como a atividade de cortar o cabelo, exemplificada no anúncio, demonstra um desejo de fortalecer as práticas vividas, empreendidas e construídas por grupos de trabalhadores. Demarcava-se, assim, por meio do nome do salão, *Liberdade*, indícios de ideais e valores caros aos trabalhadores, bem como o estímulo para chamar “todos ao salão dos operários”. Desde o nome do estabelecimento comercial, a exemplo do salão, aos chamamentos e demais propagandas para atrair o público, como no caso expresso pela propaganda – “Todos ao Salão dos operários” –, que indicia o propósito de fortalecer os aspectos associados a hábitos e valores que também constituem parte da sua cultura. Para além do exposto, ressalta-se a venda de um serviço.

Os obstáculos relativos à forte repressão por forças políticas culminaram com o encerramento da publicação do jornal em dezembro de 1920 e com o enfretamento de tentativas de desarticulação dessas iniciativas. Analisando as edições, podemos captar como as expectativas de prosperidade, evidenciadas com a publicação de celebração sobre a iniciativa do jornal em sua inauguração e as comemorações pela sua existência, enquanto instrumento de identidade e pertencimento de grupo, estavam distantes das condições e desafios para a sua manutenção. De acordo com Batalha (2000, p. 13), ocorreram muitas prisões e medidas arbitrárias, como a expulsão de estrangeiros sem processo regular, dentre

outras práticas violentas. O operariado sofreu com tais medidas e o fechamento de jornais ocorreu de forma expressiva à época.

As represálias por forças estatais e policiais geraram forte impacto nos movimentos dos trabalhadores. “Ser pobre, portanto, desde o início do século, significou ter sob si os olhos vigilantes da polícia, conforme denunciou o jornal conservador [*O Paiz*]⁴¹ que, regra geral, reproduzia os discursos oficiais” (Menezes, 1996, p. 191-192). Nessa premissa, o planejamento do modelo de projeto civilizatório seria organizado por meio da valorização de qualidades para a formação de um trabalhador em meio ao combate da preguiça, desordem, construções sociais legitimadas e associadas às classes populares, como exposto por Chalhoub (2001):

Delineia-se, então um processo social amplo que, após muita luta e resistência por parte dos populares, levaria à configuração das relações sociais de tipo burguês-capitalista na cidade do Rio de Janeiro já nas primeiras décadas do século XX. A imersão do trabalhador previamente expropriado nas leis do mercado de trabalho assalariado passa por dois movimentos essenciais simultâneos e não excludentes: a construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias (2001, p. 47).

Nessa nova ordem de vida urbana no cenário carioca, associado a busca de uma construção de identidade nacional, por uma nação organizada por determinados moldes socialmente construídos, desejava-se romper com as marcas de um passado atrasado e formar cidadãos “úteis”. A valorização do nacionalismo rendeu uma série de ações arbitrárias de iniciativas variadas para o que ameaçasse o projeto da nação. O processo contou com um olhar vigilante por parte das forças estatais e buscando, diante das leis, a legitimação para atuar como mecanismos de forte controle e repressão aos classificados como “indesejáveis” (Menezes, 1996). Segundo a autora, o termo cunhado à época para designar estrangeiros que ameaçassem a ordem. Os discursos e propostas de leis buscaram legitimar a expulsão de trabalhadores estrangeiros com ideais e tendências diferentes aos propagados.

A Lei da Imprensa, aprovada em outubro de 1923, foi elaborada a partir de intensos debates, em meio a tensões e conflitos que se delinearam, assumindo como base “a proteção do Estado, dos poderosos e das instituições” (Maciel, 2021, p. 386). Como reitera a autora, as estratégias em torno do processo de construção e legitimidade da legislação, sob argumentos de liberdade de expressão, de combates a notícias falsas, constituía mecanismos de controle e

⁴¹ O jornal *O Paiz*, entre 1900 e 1908, tinha de seis a doze páginas, com ilustrações e fotografias, folhetim e crônicas de perfil literário, conforme aponta Barbosa (2010).

persuasão para nutrir o objetivo que se pautava na restrição da liberdade de expressão e da garantia dos direitos de cidadania. Assim, para ancorar o projeto, estava previsto:

[...] a obrigatoriedade do registro das matrículas e endereços de oficinas e redações de jornais, exigiu que os periódicos estampassem no cabeçalho os nomes de seus diretores e proprietários com a intenção de impedir a ‘imprensa clandestina’, instituiu o direito de resposta e, principalmente, proibiu o anonimato estabelecendo que o ‘diretor ou redator principal será considerado autor de todos os escritos’, assinados ou não. Além de caracterizar os ‘crimes de imprensa’ que incluíam revelar “segredos de Estado” ou “ofensas ao presidente da República”, instituir a censura prévia e obrigar a responsabilidade penal solidária —entre autores, editores, proprietários do jornal ou das oficinas responsáveis pela impressão, até os distribuidores e vendedores—, esse decreto criou prisão especial para os jornalistas ‘infratores’, definiu as penas ‘conforme a gravidade da ofensa e as condições de fortuna do réu’— multas em dinheiro ou prisão— e estabeleceu os trâmites dos processos e julgamentos (Maciel, 2021, p. 388, grifos da autora).

Anos antes, em 1920, *Voz do Povo*, demonstrou a forte resistência no contexto em que se discutia as medidas arbitrárias que eram delineadas, recriminando as ações do governo durante o processo. Pode-se notar, inclusive nas publicações de *Voz do Povo*, as perseguições em relação à muitas organizações de trabalhadores. Com a lei, foram endossadas as rígidas exigências para a permissão de criação de associações e jornais enquanto órgão de classe, determinações em âmbito de legislação em benefício dos patrões, enquanto os jornais e as produções de trabalhadores eram submetidos a situações de violências.

Intitulado *A besta de carga*, o texto assinado por Coelho Cavalcanti criticou os projetos de Adolfo Gordo, pontuados como “desumanos” na edição de 8 de junho de 1920. Em resposta, o advogado e político Adolfo Gordo⁴² assinou a lei responsável por perseguir os militantes que, no ano de 1920, atuaram no jornal. O texto problematizou a gestão de Geminiano da França, chefe da polícia do Distrito Federal no ano de 1919, e as legislações que não contemplaram os direitos dos operários (*Voz do Povo*, 8/06/1920, p. 1). Ao citar a lei de 7 de janeiro de 1920 que “declara indeportável o estrangeiro residente no Brasil por mais de dois anos contínuos”, com brechas podendo “em certos casos ser revogada” declarou como “vandalismo fardado que prende, que espanca, que rouba, que deporta, que mata”, denunciando as repressões das forças policiais e governamentais (*Voz do Povo*, 8/06/1920, p. 1).

As leis durante as primeiras décadas do século XX que legitimaram a expulsão de estrangeiros tiveram a participação de Adolfo Gordo. É o caso da Lei de Expulsão de

⁴² Adolfo Afonso da Silva Gordo (1858-1929) participou da elaboração dos Códigos Civil e Comercial e atuou como relator no projeto de Reforma da Constituição no ano de 1926. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

Estrangeiros no ano de 1907 com alterações em 1913 e a segunda Lei de Expulsão de Estrangeiros no ano de 1919, mesmo ano da Lei de Acidentes no Trabalho. No ano de 1923, a Lei de Imprensa buscou controlar e reprimir a ação dos intelectuais e lideranças operárias, movimentos dos trabalhadores que pudessem ameaçar a ordem estabelecida.

Voz do Povo denunciou em suas edições as arbitrariedades com relação aos “indesejáveis” e denunciou de forma incisiva a truculência das forças policiais em ações diversificadas, que buscavam neutralizar o que consideravam como ameaça, desordem ou mesmo que não atendesse às suas ordens. Pontuou em muitas de suas edições a violência com as deportações que afetaram o cotidiano de muitas pessoas e a dinâmica de famílias inteiras (*Voz do Povo*, 24/02/1920, p. 2). Acerca das perseguições e prisões de trabalhadores e de lideranças operárias, evidenciam-se as frequentes indagações, como exposto a seguir:

Preso. Por quê?

A polícia prendeu anteontem à tarde um trabalhador, quando este pretendia passar a um soldado do batalhão Naval livros e panfletos anarquistas.

É simplesmente risível a atitude da polícia. Risível e ilegal.

Prender alguém por propaganda pacífica de qualquer credo político, social ou religioso é o maior dislate e a mais doce ingenuidade, quando livros e folhetos revolucionários estão expostos em vitrines de livrarias, vendendo-se às centenas e aos milhares.

E mesmo que isto não houvesse, onde está o crime do trabalhador Queiroga? Desconhecerá porventura, o bacharel delegado do 12º distrito que só há crime quando há meio idôneo de realização? Ou pretenderá o bacharel delegado do 12º distrito algum prêmio futuro a violência, que faz engradando um trabalhador altivo?

Talvez queira o bacharel delegado secretariar algum futuro congresso de beleguins, semelhante ao que se vai realizar proximaamente em Buenos Aires.

Quem sabe lá de seus projetos [...] (*Voz do Povo*, 13/02/1920, p. 2).

Demonstrando a forte repressão de forças representantes do Estado no que diz respeito às ideias e práticas que colocariam em risco a ordem estabelecida, a publicação condenou a opressão, frequentemente lançada para conter a divulgação de panfletos anarquistas. De fato, se podemos ver as diferenças com relação ao tratamento concernente ao gênero, podem ser observadas algumas experiências enfrentadas por trabalhadoras, como na edição de 17 de maio de 1920. A notícia informou na primeira página a prisão de Victoria Peres, operária da Fábrica de Tecidos Corcovado. A denunciada foi intimada pela polícia no dia 14 de maio no Jardim Botânico, sem justificativa. Tendo comparecido ao distrito, ficou presa e encaminhada para a Casa de Detenção. Registrando revolta e indignação, o jornal informou a situação de Victoria, mãe de cinco filhos menores e os impactos com a circunstância enfrentada (*Voz do Povo*, 17/05/1920, p. 1).

O fato de *Voz do Povo* ter sofrido o *empastelamento*, bem como outros jornais também o foram, ou seja, o encerramento por parte de forças policiais, demonstra o incômodo ao que saía da régua delimitada pelo Estado e colocava em risco a ordem burguesa. Assim, lançaram mão de dispositivos legais para legitimar a punição sob a alegação de infringir contra a ordem, prevendo prisões de militantes (Maciel, 2016, p. 424) e, assim, atingir as formulações de crítica social como as diversas organizações de trabalhadores.

Como salientado, os assuntos associados ao periódico articulavam-se às questões sociais, políticas, econômicas e culturais das classes trabalhadoras. Sob esta perspectiva, as interlocuções entre trabalhadoras e trabalhadores com o jornal demonstraram sua natureza participativa, a exemplo de: “As empregadas da oficina de costura da rua Visconde de Itaúna n. 122 [...]”, “escrevem-nos reclamando contra as explorações de que são vítimas neste estabelecimento”. De acordo com a publicação, nota-se uma crítica quanto a hora de saída, além da denúncia em relação ao prolongamento das horas de trabalho. “Recorrem as operárias da casa para nós”. Na referida matéria ficou ressaltada a organização para fortalecimento das trabalhadoras, “a fim de melhorar as condições econômicas e sociais dos componentes da classe”, incentivando a procurarem à União das Costureiras⁴³. Esses frequentes incentivos ao coletivo são indícios de orientações de uma dimensão educativa referente ao social que acreditava partir da “solidariedade” na conquista por reivindicações (*Voz do Povo*, 27/10/1920, p. 2).

Foram pontuadas nas páginas do *Voz do Povo* ações violentas, desde agressões, prisões de operários, de lideranças políticas e de crianças trabalhadoras, como a publicação que denunciou a violência sofrida pelo menor Arlindo Fonseca, engraxate de 10 anos. Intitulada *Por causa de 200 réis*, informou como o filho de Antônio Fonseca apanhou de um guarda por se recusar a dar os 200 réis exigidos (*Voz do Povo*, 17/10/1920, p. 2), evidenciando as arbitrariedades e conduções das forças policiais.

O texto do operário Benedicto Preto ao *Voz do Povo* sinalizou sua expressão e produção numa dimensão individual, indicando também os debates acerca da construção do jornal em âmbito coletivo. Enquanto uma estratégia de produção demonstrou a pluralidade de anseios e intervenções de trabalhadores sobre seus cotidianos. Ao se dirigir ao redator do

⁴³ A obra de Batalha (2009) reúne uma série de associações de trabalhadores e nos permite ter acesso a alguns nomes de trabalhadores e trabalhadoras de diferentes ofícios. Chegamos ao indício do jornal veicular no dia 5 de fevereiro de 1920, pelo nome de Elisa Gonçalves de Oliveira, que segundo informações contidas na obra do autor foi fundadora e compôs a primeira parte da diretoria da União das Costureiras e Classes Anexas, no ano de 1919. Ainda que não tenhamos maiores informações se corresponde à mesma associação citada, indicia para o universo amplo de associações no contexto da Primeira República.

jornal *Voz do Povo*, caracterizou o jornal como instrumento de sua classe, retratando ser o periódico um “órgão defensor das classes oprimidas” (*Voz do Povo*, 8/06/1920, p. 1).

Centrado no instrumento de comunicação e representação do periódico, o operário Benedicto Preto destacava uma identificação com a assertiva difundida pelas edições do jornal enquanto expressão das classes trabalhadoras e, portanto, órgão de classe. Benedicto abordou de forma crítica alguns condicionantes sociais percebidos em locais de trabalho, como na fábrica mencionada, associados ao fato de que ali circulavam adultos e crianças. Com sua explicação, condenava determinadas práticas entre adultos na presença de “criancinhas que ainda necessitavam do doce aconchego materno a fim de lhes prepararem o caráter para não serem atiradas ao lodaçal da imoralidade, quando tivessem de ganhar a subsistência, nas oficinas de um burguês qualquer” (*Voz do Povo*, 8/06/1920, p. 1). Segundo a crítica:

É preciso pois, fazer-se, em torno deste caso algo de prático e que possa pôr um paradeiro nos escândalos que ali se verificam, e que grandes males não de causar a essas inocentes crianças, que ali vão em busca do pão com quem enganar a fome que as atormentam e não as lições de prostituição que lhe são dados através dos beliscões e apertões e apalpadelas, usados com revoltante descaso, entre vários homens e mulheres desta sórdida fábrica.

Não diremos que Fuão Chin-Fô, dono desta espelunca, com rótulo de fábrica de esteirinhas chinesas, seja conivente nestas cenas de pouca vergonha, no entanto, é justo que se lhe atire aos ombros alguma responsabilidade, porque sendo ele tão exigente com os meninos seus empregados, ao ponto de bater-lhes com sarrafos a fim de despertar-lhes a atividade produtiva, quando naturalmente se distraem do serviço, devia também ser mais zeloso pela moral de sua casa, evitando assim, os fatos vergonhosos que referimos (*Voz do Povo*, 8/06/1920, p. 1).

Considerando a diversidade no tocante às suas vivências, trouxe elementos que revelavam valores, comportamentos e práticas cotidianas vividas também por crianças. Muitas delas, desde cedo, enfrentavam situações envolvendo atitudes agressivas. De acordo com o texto, homens, mulheres e crianças “do maior ao menor todas fumam cigarros”. O trabalhador demonstrou preocupação ao alegar que o contato com determinadas práticas relatadas acabaria por “corromper” os pequeninos em razão da “inconsciência de sua pouca idade” (*Voz do Povo*, 8/06/1920, p. 1).

No que se referia às relações que envolviam o mundo do trabalho, cabe observar a complexidade que perpassava os atores sociais e os múltiplos aspectos como a questão das crianças, que desde cedo trabalhavam em oficinas e demais espaços laboriosos. O relato de práticas ocorridas numa fábrica, especialmente com os seus proprietários, que segundo

Benedicto eram chineses, denunciava a relação de violência e exploração econômica e social das crianças.

A manifestação do operário Benedicto expressava como essas práticas geravam inquietações e incômodos, além de reiterar a função social do periódico. Vale ressaltar a perspectiva deste enquanto um instrumento de interlocução, diálogo e espaço de pertencimento para a expressão de suas ideias e debates. Podemos inferir a identificação do autor da denúncia com o jornal como construtor de debates e seu papel ativo, demonstrando também seu papel como espaço formativo e instrumento de vozes de seus construtores, incluindo Benedicto e outros. Ao debater diferentes temáticas que afetavam e impactavam a vida dos trabalhadores, os jornais operários, a partir de muitas vozes, criticaram ações convergentes aos valores liberais em voga, com sujeitos e grupos sociais pertencentes às classes mais favorecidas.

1.3 “Trabalhadores! Esgotai as edições de A CLASSE OPERÁRIA!”

A frase em destaque no subtítulo encontra-se na edição de 13 de junho de 1925 do jornal *A Classe Operária*, com ênfase na promoção da divulgação dos folhetos de publicitários editados pelo periódico, destacando-se, assim, o esforço em difundir seus conteúdos aos leitores. A propaganda estimulava o conhecimento de “O canto imortal dos trabalhadores” e “Abre teus olhos, trabalhador”. Para além de divulgar os valores de cada obra, despertou a atenção sobre o que Certeau (2014) nos provoca a pensar acerca da noção do consumo, no sentido do acesso e apreensão de determinado conteúdo específico e como forma de fabricar e produzir a partir da experiência. Assim, “os versos, a música, a história, os retratos, as biografias do autor da letra, do autor da música e do tradutor da ‘Internacional’” demonstram diferentes formas para chegar à “grande massa”.

Como enfatizava o jornal com relação à diversidade de produções, focava-se em obter o maior alcance de público possível (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 1). A expressão, destacando o dever de cada trabalhador em “ler e propagar os livros que falam a verdade” (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 1), revela como esses grupos sociais registravam por meio de suas produções, a exemplo dos jornais, folhetos e demais edições, formas de expressar suas opiniões, elaborar e interpretar, por meio também da palavra impressa, as intenções formativas e os conteúdos. O periódico buscou desenvolver, com centralidade em temas

relativos à situação das classes trabalhadoras, os ideais do marxismo e as críticas ao capitalismo.

Nota-se diferentes experiências com construção de espaços de crítica social por meio de ações coletivas de trabalhadores e diferentes organizações e o embate com leis, forças policiais, medidas dos patrões e do Estado que buscaram reprimir as formas de luta e resistência das classes trabalhadoras. Em meio a sucessivas ameaças e mecanismos de repressão, foi criado em 1925, o jornal *A Classe Operária: jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores* pelo Partido Comunista. Portanto, enquanto órgão do Partido Comunista e da Internacional Comunista, trouxe aspirações e motivações elaboradas por e com grupos de trabalhadores. Associadas a essa classe, atuavam lideranças políticas, a exemplo dos comunistas Otávio Brandão, Laura Brandão e demais intelectuais que intervinham socialmente diante de constantes estratégias de repressão.

Sua criação estava associada à fundação do partido comunista na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1922, porém o estado de sítio convocado durante o governo do presidente Artur Bernardes⁴⁴ (1922-1926) impediu a sua criação, que ocorreu no ano de 1925. De acordo com Sodré (1966), começou a circular no dia 1º de maio de 1925, com tiragem de 5.000 exemplares (p. 369). Na edição de 30 de maio de 1925, *A Classe Operária* informou suas assinaturas, além do valor avulso de \$100: 12 meses com o valor de 8\$000, 6 meses a 4\$000 e 3 meses a 2\$000 (*A Classe Operária*, 30/05/1920, p. 4).

Veiculado aos sábados, era vendido a cem réis, com sua redação e administração localizada à rua Marechal Floriano Peixoto na cidade do Rio de Janeiro, 172, não contava com oficina própria, sendo um jornal dos operários que refletia “questões concretas: a vida dos operários, a vida dos camponeses, a revolução na Rússia” (Rego, 1993, p. 29).

Com circulação em diferentes cidades e estados do país, inicialmente possuía quatro páginas com periodicidade semanal, constando como diretor responsável Alcides Adett Brazil de Mattos⁴⁵. De acordo com Otávio Brandão (1977), fundador e diretor do jornal, Alcides

⁴⁴ Arthur Bernardes (1875-1955) foi advogado e político, presidente do Brasil entre 1922 e 1926, exerceu um poder político com forte controle social e repressão. Governou em estado de sítio, com crise econômica, reorganizando crédito bancário e realizando a reforma de ensino. Governo que contou também com a criação do Conselho Nacional do Trabalho, instituiu a lei da imprensa e “propôs uma divisão nos códigos penal e comercial”. Disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/58-servicos/descricoes-arquivisticas/152-arthur-da-silva-bernardes>. Acesso em: 12 ago. 2023.

⁴⁵ De acordo com Otávio Brandão, Alcides Adett Brazil de Mattos residia na Rua dos Inválidos, próximo a Polícia Central. Na época, houve uma procura frustrada por Brazil de Mattos, que diante da ação estratégica com um incêndio despistou a polícia para que não fosse mais visto e que culminou com a destruição de seus pertences. Segundo o relato de Brandão (1977), Mattos caminhava pelas ruas após a tática e contou com a

Adett era o diretor legal, apenas para registro e como forma de despistar as forças policiais e a censura. Otávio Brandão ainda destacou a rede de comunicação e apoio ao elencar diferentes trabalhadores, tecelões, metalúrgicos, gráficos, ferroviários, trabalhadores em padaria, garçons que participavam da construção do jornal. Somava-se a figura destacada da professora, poetisa Laura Brandão⁴⁶ e Astrogildo Pereira como fundadores do jornal. Astrogildo, expressiva liderança política e ativo nas organizações operárias durante a Primeira República, atuou como um dos principais redatores de *A Classe Operária* juntamente com Octávio Brandão. O jornal contou com 12 números no ano de 1925. Foi proibido de circular na décima segunda edição (Sodré, 1999, p. 322; Boenavides, 2022, p. 199), voltando no ano de 1928 com alterações e adequações, a fim de evitar retaliações. Segundo Octávio Brandão, havia uma coleção da classe operária. Segundo as memórias de Otávio Brandão (1977), havia uma coleção da *Classe Operária*, composta por livros e jornais que ficaram guardados com o pai de Laura Brandão e desaparecidos após a morte de seu sogro, possivelmente perdidos por cupim, o que ocasionou em queima (p. 39).

O editorial de *A Classe Operária* destacava de forma direta a proposição de encaminhar suas bandeiras de lutas trabalhistas e as causas do partido. Sob perspectiva incisiva, clara e argumentativa, suas defesas em prol das transformações da sociedade conduziram o perfil. *A Classe Operária* se inscreve no jornalismo opinativo, no qual a emissão de julgamentos propunha uma orientação persuasiva aos leitores a “comprar” as ideias difundidas.

Contou com diversas investidas de supressão, censura e funcionou de forma clandestina em diferentes conjunturas do cenário brasileiro⁴⁷, sendo suspenso pelo governo no terceiro mês de sua veiculação. Nos anos 1926 e 1928 voltou a circular contando com tentativas de interrupção nos anos seguintes (Oliveira, 2019). Na edição de *A Classe Operária*, pode-se observar por meio de uma pequena nota, que os anúncios na seção intitulada *Pequenos anúncios* custavam “\$800 a linha cada vez” (*A Classe Operária*, 25/08/1925, p. 3). Sua configuração levava como orientação o anseio na construção de identidade que

lealdade por parte dos trabalhadores que sabiam da história e permaneciam em segredo sobre a real situação referente à manipulação de seu paradeiro (Rego, 1993).

⁴⁶ Laura Brandão (1891-1942) foi comunista, contribuiu para a criação do jornal *A Classe Operária* ao lado de seu marido Octavio Brandão e demais companheiros do Partido (Batalha, 2008, p. 37). De acordo com Batalha, compõe as obras de Laura Brandão: “*Poesias* (1915); *Imaginação* (1916); *Meia dúzia de fábulas* (1917); *Serenidade* (1918)” (2009, p. 38).

⁴⁷ De acordo com Sodré (1966), funcionou legalmente no ano de 1946 sendo analisado positivamente com relação às inovações gráficas (p. 369). No período da ditadura militar circulou clandestinamente.

Ocorresponderse às suas causas, lutas e possibilidades de inserção social, além de criar estratégias para a conquista por direitos. Assim, *A Classe Operária* apresenta-se como:

[...] órgão político – a política operária, a política da defesa dos direitos adquiridos e da conquista dos novos direitos; é um órgão para guiar os trabalhadores na sua luta contra seus inimigos; é um órgão para mostrar que toda luta econômica é uma luta política e vice-versa; é um órgão para mostrar que toda que toda luta econômica e política é uma luta de classes; e vice-versa; é um órgão cuja preocupação fundamental imediata é a organização [?] ⁴⁸ dos milhões de trabalhadores do Brasil; é um órgão que mostrará a necessidade do partido operário para guiar toda a luta proletária.

A CLASSE OPERÁRIA é isto e muito mais.

Mas A CLASSE OPERÁRIA deve ser também um riquíssimo repositório de informações e dados estatísticos sobre a vida proletária em toda sua amplitude, em toda sua profundidade... (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 2, grifos do jornal).

De certo, o trabalho como dimensão constitutiva e formativa da vida do trabalhador na luta pelas conquistas de direitos, na compreensão do trabalho criativo e de união, contrapunha-se aos valores burgueses no bojo dos novos ideais do Estado. Sob este aspecto, atentamo-nos para o perfil do jornal, associado à mediação, participação e intervenção, envolvendo um público leitor mais amplo. Nesta direção, o anúncio destacava que:

AVISO. Nós, operários pintores, associados a União dos Operários em Construção Civil, participamos aos srs. empreiteiros de pinturas que nós, em diversas reuniões de classe, deliberamos pela segunda vez, o nosso salário mínimo de 10\$0000, a começar a 1 de agosto de 1920. Avisamos com bastante tempo para que, depois, não digam que não foram avisados com tempo preciso. Somos trabalhadores que, uma vez cumpridores dos nossos deveres, reclamamos este direito. Rio de Janeiro, julho de 1920. *A comissão*. (*Voz do Povo*, 14/07/1920, p. 2).

O texto intencionava demarcar a participação dos trabalhadores como construtores de mensagens, na compreensão de apresentar seus direitos, e como a organização da classe foi uma forma encontrada para lançar mão de seus objetivos. Participou o público leitor acerca da situação vivida, sendo pontuada as ações para notificar como comunicado “em diversas reuniões” que, de forma coletiva, tomou uma decisão sobre o aumento dos salários.

O jornal *A Classe Operária*, sob a direção de Octávio Brandão, recebeu influência direta dos pressupostos teóricos advindos da Rússia nas primeiras décadas do século XX. Essas teorias que também ganharam volume após a Revolução Russa de 1917 tinham como um dos instrumentos formativos “a criação de um jornal operário para toda a Rússia”, o que remete à crença do periódico como elemento potente em instrumentalizar um projeto político,

⁴⁸ Algumas palavras não estão completamente legíveis, em razão da deterioração de alguns periódicos.

econômico e cultural alternativo ao que se delineava com o advento do capitalismo. Nessa direção, demonstra Boenavides (2022) que:

Segundo Otávio Brandão escreveu em seu livro *Combates e batalhas* (1978), em suas duas primeiras fases, *A Classe Operária* buscou seguir o programa de Vladimir Ilitch Lênin na obra *O que fazer?* (2020[1902]), na qual havia propostas e análises para a criação de um jornal operário para toda a Rússia. Publicado antes da Revolução Russa de 1917, o programa de Lênin para a criação de um jornal operário em âmbito nacional e sua efetivação, em 1925, no Brasil, era visto como um dos fatores responsáveis pelo sucesso da Revolução. [...] De acordo com Lênin, as trabalhadoras e trabalhadores nesse jornal não deveriam participar ‘como operários’, mas ‘como teóricos do socialismo, como os Proudhon e os Weitling’. No entanto, para isso, era preciso que sua consciência fosse expandida para que participassem da escritura do jornal: ‘noutros termos, só participam no momento e na medida em que consigam dominar, em maior ou menor grau, a ciência da sua época e fazê-la progredir’ (p. 197, grifos da autora).

O trecho revela o objetivo da criação de um jornal como ferramenta para a transformação social. Aborda ainda a necessidade do processo formativo para a consciência de classe. Como afirma Boenavides, as formulações de Lenin influenciaram, sobremaneira, a construção do jornal *A Classe Operária*, este seria “um organizador coletivo”, instrumento educativo em prol da transformação da sociedade (2022, p. 198). Sua composição editorial dispunha de colunas destinadas às questões de trabalho e às condições de vida dos trabalhadores, com conteúdo que ia desde o incentivo por conquistas para a classe até denúncias de acidentes de trabalho e demais condições precárias. O título do jornal, bem como suas intenções expostas nas colunas e seções indicia a importância dada ao coletivo, como exposto a seguir:

O martelo e a foice. O martelo e a foice que dão uma expressão maior ao título do nosso jornal de trabalhadores têm uma significação precisa, determinada. O martelo é o símbolo do labor do operário industrial. A foice é o símbolo do labor do operário agrícola.
O martelo e a foice, o operário industrial e o trabalhador dos campos, a fábrica e o roçado, a cidade industrial e o campo de lavoura é [?] combinados num só bloco, terão [?] transformar o mundo (*A Classe Operária*, 30/05/1925, p. 1).

A foice e o martelo foram elementos articulados à ideia de força, “Proletários de todos os países, uni-vos”, com intenção comunicativa e de identificação do periódico. Trabalhadores do campo e das cidades eram convocados, com uma linguagem direta e incisiva, para uma linha de crítica à ordem social tendo como objetivo, segundo eles, a transformação social a ser conquistada na luta por mudanças, o que exigia ações coletivas. A nota a seguir dedicada aos colaboradores enfatiza o caráter do “combate” do jornal, que demonstrava uma produção de cunho classista com objetivos delimitados para os interesses

trabalhistas. Outro ponto em destaque era a “censura proletária do jornal”, que buscava evidenciar os desafios no interior do projeto de elaboração e veiculação, caso pontuasse a distância em relação ao perfil do periódico, ressaltando que:

Aos colaboradores. Quem escreve para o jornal está sujeito à censura proletária do jornal. O jornal tem uma linha única, homogênea, de combate. Os artigos devem estar em nossas mãos até terça-feira à noite e as pequenas notícias e comunicações até quinta-feira à noite. É preciso que todos compreendam que A CLASSE OPERÁRIA não é um jornal individual e sim uma obra coletiva; não é um jornal corporativista e sim um jornal classista – de toda a classe operaria nacional e internacional; e não pode ser um meio para gloriolas literárias (*A Classe Operária*, 6/06/1925, p. 3, grifos do jornal).

Os seus redatores procuravam enfatizar que o impresso “não é um jornal individual, e sim uma obra coletiva; não é um jornal corporativista e sim um jornal classista – de toda a classe operária nacional e internacional” (*A Classe Operária*, 6/06/1925, p. 3). Não sem intenção, muitos de seus enunciados possuíam assinatura de forma coletiva. Já com relação aos colaboradores, vale pontuar, por meio de uma pequena nota no canto esquerdo, há os indícios de uma construção feita coletivamente. Intitulada *Redação*, é possível inferir a construção do jornal e suas possibilidades com o registro de que “toda e qualquer colaboração deve ser entregue no máximo até quarta-feira às 20h30min” (*A Classe Operária*, 04 de julho de 1925, p. 3). Nesse sentido, a nota sugere um formato aberto para colaboração e uma organização com relação ao recebimento dos textos enviados por diferentes atores sociais.

Uma coluna chamada *Correspondência Internacional* que trouxe elementos sob o título *O melhor educador na Rússia dos Soviets* carrega sentidos e significados no diálogo e interação com seu público leitor (06/06/1925, p. 4). Essa publicação permite algumas reflexões acerca do papel educativo do próprio jornal e como o periódico levantava algumas bandeiras no que se refere às propostas de educação. Ao trazer a realidade de uma organização de um “concurso relativo ao melhor professor da escola soviética”, destacou alguns apontamentos sobre a educação popular e o papel do professor. Longe de ser o transmissor e detentor do conhecimento, centro do processo que vai comandar aliado à reprodução dos valores das classes dominantes o educador foi concebido como “uma alavanca poderosa que movimenta não apenas a obra escolar, mas também toda a atividade cultural”.

Na publicação foram descritas práticas educativas organizadas por professores em meio aos obstáculos de um contexto de fome, pobreza e precárias condições de vida. As defesas expressas nas edições associadas a essa publicação permitem inferir aspectos de circulação do pensamento educacional socialista, a partir de outras formas de ver o mundo

que se delineavam aos moldes capitalistas. Imbuídos das influências da Revolução Russa de 1917 e seus impactos, *A Classe Operária* trouxe à tona debates pedagógicos atravessados de caráter revolucionário que estavam em circulação.

A Classe Operária também possuía uma coluna intitulada *Atividade proletária nos sindicatos*. Nela registrou-se o propósito em pontuar as reflexões e planejamento da organização das classes trabalhadoras. Advogava pelo valor dado à associação como instrumento de luta para a conquista por seus direitos. Nesse sentido, a criação e manutenção das associações constituiu-se como instrumento educativo e pedagógico. No registro que destacava como “o patronato se mantém em ofensiva permanente contra as associações operárias” (*A Classe Operária*, 6/6/1925, p. 3), fica perceptível a forma como esses espaços foram organizados a partir de ações e pensamentos distintos aos correspondentes às classes patronais. O “aumento do custo de vida”, “perda das conquistas adquiridas”, “melhorias adquiridas pelos trabalhadores” (*A Classe Operária*, 6/6/1925, p. 3) foram fatos mencionados na publicação e que atribuíam “a necessidade de uma organização, cada vez mais sólida, de todos os trabalhadores”, demonstrando um eixo educativo a partir de uma organização desejada, projetada e constituída por ações em diferentes níveis (*A Classe Operária*, 6/6/1925, p. 3).

Para além de Octávio Brandão e demais assinaturas coletivas que correspondiam a associações e uniões de trabalhadores, importa observar o registro de quem também escrevia ou/e registrava-se como parte integrante do periódico, a exemplo de Firmino Silva, como na publicação intitulada “Diário de um sapateiro” (*A Classe Operária*, 13/6/1925, p. 2). Ao tratar de um diário que transmite uma ideia de intimidade, um instrumento e recurso em que se pode exprimir anseios e vivências particulares, carrega essa conotação de proximidade e vínculo com o público. Relatando sobre seu cotidiano e de sua esposa Fortunata, “esfolado oito horas para receber 8\$000” (*A Classe Operária*, 13/6/1925, p. 2), imprime sua leitura crítica a respeito das condições de trabalho, vencimentos e problemáticas envolvendo o dia a dia, desde a condução, com seu deslocamento de trem para o trabalho. Atentemos para a narrativa de Firmino que pontuou de forma jocosa sua correria para conseguir pegar o trem que quase partia. “– Quem é bom já nasce feito! – gritei, vitorioso, para um companheiro, que correu muito, mas o trem correu mais...” (*A Classe Operária*, 13/6/1925, p. 2). E prossegue:

O expresso parou no Engenho Novo. Depois, foi uma carreira só: estava na Central. Até que enfim!
Sacudi o carvão da roupa e azulei para ver se passava na frente do subúrbio, que apitou no túnel. Passei: fui feliz.

Na rua, afinal! Agora é caminhar. Andei, andei, dobrei esquinas, virei à direita, virei à esquerda e pronto: entrei na fábrica ainda cinco minutos antes da hora.

– Agora, meu amigo – disse eu comigo – é pegar firme e tocar pro pão!

Às 7, O Mecanismo da fábrica pois se a mover. Toda aquela engrenagem complicada: rodas, correias, tornos, máquinas de cortar e furar, máquinas de coser, estava entregue a uma legião de operários. A conversa, quem instantes antes se ouvia, foi cessada por completo. Só se escutava o giro das rotas, movendo as correias. Tinha começado o trabalho de todo dia...

Às 16:00, as correias deixaram de mover-se. Era hora de ir me embora. Trabalhei como um mouro. 1252 pares de Calçado. E os meus tamancos pedindo outros! Esta vida é um buraco! Enfim, não sou eu o único. Milhões e milhões de trabalhadores do mundo inteiro, fazendo o máximo de produção por dia não tem o mínimo para viver um mês!

Quem sabe, se houvesse união esta ‘joça’ se acabaria?

Quando eu ouço falar na Rússia, fico entusiasmado. Aquilo é que é país! Lá quem manda é o operário, o camponês. O dono da produção é o que produziu. É mesmo uma beleza!

Por que se dá isto na Rússia?

É porque o pessoal de lá é do fato. Uniu-se e libertou-se. Por que não se dá o mesmo no Brasil?

Por falta de união; por não haver consciência de classe porque o operariado daqui é desorganizado.

Companheiros! É necessário que nos organizemos também. Eu sou um que estou disposto a pegar no ‘pão furado’ para me libertar do patrão que, além de me explorar me passa por qualquer coisa, uma espinhação. Trabalhadores do Brasil, enquanto vocês não se convencerem de que o negócio só vai à força, a nossa vida não pode melhorar, não passaremos de escravos permanentes. Camaradas, sejam mais solidários, o partido operário do Brasil, nosso comandante, abre nos incisivos fileiras, entremos para elas (*A Classe Operária*, 13/6/1925, p. 2, grifos do jornal).

Demonstrando interlocuções com diferentes trabalhadores, na coluna intitulada *Nossos Correios*, pode-se observar comentários e diálogos com pessoas que encaminhavam artigos e diferentes textos. Também podem ser analisadas algumas críticas mencionando que estão vendendo o jornal acima do valor estipulado, como explicitado. Quando ocorria, colocava-se o nome da pessoa em negrito e em seguida o diálogo, no caso de Álvaro Teixeira aparece como “não vendam o jornal a 200 réis fina” (*A Classe Operária*, 13/6/1925, p. 2).

Quando o jornal afirmava que não atendia a interesses individuais, percebe-se o desejo em se autodeclarar como órgão de classe por meio de diferentes expressões, conforme exposto na primeira página do jornal na edição de 4 de julho de 1925. A publicação assinada por “empregados das padarias do Rio de Janeiro” iniciava afirmando que “os trabalhadores das padarias do Rio de Janeiro têm várias reclamações a fazer” (*A Classe Operária*, 04/07/1925, p. 1). Enquanto voz coletiva dessas pessoas que levantaram uma série de “reclamações”, além do sentido de reivindicação, pretendia documentar os anseios e propostas da classe trabalhadora. “Por intermédio do nosso jornal e do nosso sindicato chamamos a atenção desses companheiros em não se sujeitarem a tamanha exploração” (*A Classe Operária*, 04/07/1925, p. 1).

Convém ressaltar a diversidade no tocante ao perfil de trabalhadores envolvidos no movimento operário, constituído por estrangeiros de diferentes nacionalidades, brasileiros em diversas circunstâncias e trajetórias de vida (muitos que se constituíam também pela condição imposta de ex-escravizados), dos quais uma parte considerável migrou de áreas rurais para os centros urbanos. Ao considerar que os sujeitos não eram inteiramente livres e autônomos, não impede que atentemos sobre suas potências, sobre o que experimentavam, de acordo com as suas circunstâncias e vivências (Thompson, 1981). Tal aspecto demonstra como a complexidade das “diferenças de região, de ramo de atividade, de grau de qualificação e de salários tinham também, é claro, uma influência direta nas condições de vida e de trabalho do operariado” (Batalha, 2000, p. 11).

Torna-se necessário sublinhar a respeito do que os jornais revelavam em suas representações sociais. Ao passo em que as evidências por meio de pesquisas⁴⁹ e dos registros históricos não correspondem à efetiva e expressiva participação ativa das mulheres nas reivindicações, assembleias e demais movimentos de luta das classes trabalhadoras. Demonstrando a desigualdade de gênero, faz-se necessário ressaltar os silenciamentos, os não ditos que muito têm a demonstrar sobre a sociedade desigual e hierarquizada.

Essa invisibilidade das mulheres é uma questão que salta aos olhos nos periódicos, o que contrasta com os indícios da sua presença e atuação no mundo do trabalho e construções de práticas sociais associadas à produção dos jornais. Corroborando a reflexão de Boenavides (2022) acerca da materialidade do jornal, da importância atribuída na escolha das matérias em primeira página, pensamos a respeito da atuação e dos discursos das trabalhadoras no periódico *A Classe Operária*. Ao tratar de publicações assinadas por operárias charuteiras do Recôncavo Baiano, das telefonistas do Rio de Janeiro e das operárias das fábricas têxteis de Alagoas (p. 208) na edição de 12 de maio de 1925 veiculadas no periódico *A Classe Operária*, a pesquisadora salienta como as seleções dispostas pelas páginas dos jornais influenciam e atendem a determinados propósitos com a finalidade de alcançar um público maior de leitores. Assim, as intencionalidades relativas a compor a primeira página, os conteúdos e seus espaços atendem a objetivos planejados previamente (2022, p. 210).

À luz das reflexões de Pires (2022), que destaca o papel das trabalhadoras em cargos de liderança nas associações e sindicatos, vale ressaltar como a imprensa operária, fruto de sua época, de fato, por um lado, reforçou a invisibilidade e desequilíbrio no tocante ao registro das experiências das trabalhadoras, sendo perceptível o descompasso no que se refere

⁴⁹ A respeito da atuação das experiências das mulheres nas fábricas, conferir: Campos (2021) e Pires (2022). Para atuação das mulheres na imprensa, conferir: Alves e Silva (2020).

às ações empreendidas por trabalhadoras de diferentes ofícios. Na tarefa de pensar na atuação dessas mulheres, com todas as dificuldades diante dos registros históricos e, a partir de uma imprensa plural, mas não menos propícia a acentuar os espaços em comparação à atuação masculina, refletimos sobre o papel das mulheres nos espaços laborais, sua atuação, elaborações e construção de seus cotidianos (Pires, 2022; Boenavides, 2023). Entretanto, por outro ângulo, os periódicos revelam experiências das lutas das trabalhadoras, os enfrentamentos de suas atividades laborais evidenciando as expressivas desigualdades salariais.

É possível pontuar algumas denúncias elucidativas do que se pretendia salientar nas diferenças salariais na seção *Nossos Correspondentes*, em *A Classe Operária*, assinada por operários e operárias. Ao relatar, trazendo inclusive os dados quantitativos dos baixos salários (que se mostraram ainda mais reduzidos quando se tratou do pagamento referente às trabalhadoras na Companhia Manufatura de Biscoitos), pode-se notar o intento em destacar essa prática discriminatória. Em denúncia datada de 8 de junho e veiculada no jornal na edição seguinte, fica marcado o registro compartilhado, ao pontuar que “nós, seus 200 operários e operárias, somos oprimidos de uma forma bárbara” (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 2).

Esse universo que envolvia o processo de trabalho possuía outros vieses, pois foi informado ainda a problemática vivenciada por não se ter um sindicato, demonstrando a importância enquanto instrumento de luta, denunciando longas jornadas diárias de até dez horas, excluindo os serões, em que “As operárias ganham 2\$500, 3\$500 e 4\$000. São muito poucas as que ganham 5\$000. Os operários ganham de 6\$ a 8\$000. Só alguns é que ganham 9\$000. De vez em quando trabalhamos 15 e 20 minutos depois da hora sem ganharmos um real” (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 2).

Localizada à rua do Livramento, foram pontuados como a companhia se utilizava da agressividade por parte do gerente Joaquim e “o mestre geral, José, por qualquer descuido nosso, profere palavras obscenas”. “Não estamos dispostos a continuar numa situação destas. – OS OPERÁRIOS E AS OPERÁRIAS DA COMPANHIA MANUFATORA DE BISCOITOS” (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 2, grifos do jornal).

Longas jornadas diárias que passavam de dez horas, salários diferenciados, má alimentação e a luta pela conquista por seus direitos foram condições que impulsionaram aproximadamente duzentas operárias, com diferentes ofícios, dentre os quais costureiras, chapeleiras, bordadeiras, ajudantes e aprendizes em trinta e nove fábricas, oficinas, ateliês e casas de moda da cidade do Rio de Janeiro a se reunirem em sindicato em prol de suas lutas

(Campos, 2021, p. 5). Assim, a União das Costureiras, fundada em 18 de maio do ano de 1919, foi uma organização sindical de origem revolucionária que contemplava diferentes orientações ideológicas, a exemplo das atuações da anarquista Elvira Boni e das comunistas Elisa Gonçalves de Oliveira e Emma Silveira (Campos, 2021).

Se por um lado os jornais operários, enquanto produções elaboradas por e com as classes trabalhadoras, representam uma possibilidade de olharmos a partir de outras perspectivas as experiências e os cotidianos, por outro, aguça a inquietação sobre os desequilíbrios e a invisibilidade dos registros acerca da reflexão sobre gênero e a questão étnico racial. Tendo em vista que encontramos um momento de avanços nas pesquisas e nas investigações que buscam diminuir essas distâncias, sabemos do longo caminho a trilhar no tocante às experiências das mulheres e dos trabalhadores contemplando sua diversidade. Essa questão, contudo, atravessava e constituía a imprensa operária e as associações. Todavia, é necessário que tenhamos a perspectiva que contempla essa heterogeneidade que vem sendo cada vez mais sinalizada com a presença ativa de trabalhadores negros, das mulheres e suas trajetórias, compondo, a partir de suas participações, experiências diversificadas sobre seus cotidianos.

Outra orientação que assume a condução da pesquisa é não reduzir os movimentos de questionamentos, lutas, paralisações e greve apenas às influências das correntes vindas da Europa. Contemplando as tendências a exemplo das ideias anarquistas, socialistas e comunistas em circulação de forma expressiva nas primeiras décadas do século XX, considera-se relevante destacar lutas historicamente pontuadas por diferentes trabalhadores. Em consonância com Campos (2021), “é importante ressaltar que o movimento de paralisação do trabalho não foi um modelo importado da Europa, mas uma prática de luta historicamente realizada pelos brasileiros, por exemplo a greve dos trabalhadores escravizados na Bahia em 1857” (2021, p. 4).

Como demonstra Costa (2018), não se pretende ter uma análise anacrônica de visões que predominavam à época, fincadas no etnocentrismo, e mesmo tal reflexão não impede que possamos captar tensões e conflitos no interior das relações de cotidianos desses trabalhadores, que foram atravessados também nas perspectivas de gênero, raça e classe⁵⁰. “Trata-se de pensar os conflitos existentes entre a classe trabalhadora no processo de sua formação e quanto o pensamento racista/etnocêntrico – e não a diversidade étnico-racial – pode ter representado uma limitação nesse processo” (Costa, 2018, p. 8).

⁵⁰ Não temos a pretensão de esgotar a complexidade que envolve os processos de trabalho e movimentos de deslocamento dos diferentes trabalhadores, os espaços laborais e as demais circunstâncias.

Arantes (2010), à luz de Fausto (1979), demonstra como os trabalhadores no setor de serviços, que contemplava ferroviários, marítimos e doqueiros, abrangia uma “superioridade numérica de trabalhadores nacionais, especialmente negros. Imbuídos pela ideologia anarquista” (Arantes, 2010, p. 27), comprovando a variedade das classes trabalhadoras e as influências em seus pensamentos e práticas. De certo, ao refletir como no interior dos grupos de imigrantes⁵¹ houve a estigmatização com maior visibilidade aos grupos italianos na historiografia paulista como propõe a discussão de Sarmiento (2023, p. 116), com relação a demais grupos de imigrantes no que tange inclusive à participação em periódicos operários. Essa situação se agrava quanto aos registros que abordem a efetiva participação de trabalhadores negros e das mulheres na imprensa operária. Sabendo-se da ativa participação desses trabalhadores, fica a marca do muito que foi silenciado. Como demonstra Sarmiento, a imigração galega⁵² representou o terceiro grupo em termos quantitativos atrás dos portugueses e italianos (2023, p. 115).

Se por um lado, muitos questionamentos acompanharam as lacunas no sentido de não se ter maiores informações a respeito da atuação de mulheres e trabalhadores na imprensa, seguimos pelas pistas de como essa imprensa operária, ainda que revele esse perfil ainda seletista por um viés, por outro, enquanto fenômeno educativo, assumiu como finalidade atingir um amplo público possível no que tange às classes trabalhadoras. Como propulsor de ideias, os jornais operários davam ênfase ao seu perfil de propaganda que, mais do que informar, tinha o propósito de transmitir e expandir seus conteúdos, dimensões constitutivas do jornal, para além da sua natureza militante. É possível inferir a perspectiva de sua difusão como forma educativa em caráter coletivo. Não raro, evidenciava-se a importância dada à propaganda compreendida como mola propulsora do movimento coletivo, conforme o trecho a seguir:

Males a corrigir

A PROPAGANDA SINDICAL

A propaganda sindical pela imprensa e para a classe operária o melhor e mais eficaz veículo.

Pelo jornal transmitimos aos mais recônditos lugares as nossas ideias, os nossos pensamentos.

⁵¹ Para efeito deste trabalho, a obra organizada por Carula e Sarmiento (2023) traz um profícuo debate acerca dos processos de imigração. Durante muito tempo da historiografia houve um predomínio de pesquisas abarcando a imigração italiana. Entende-se a relevância de ampliar os olhares sobre esse processo, na compreensão trazida pela produção ao recuperar aspectos da imigração chinesa, espanhola, dentre outras temáticas incluindo debates de gênero e em perspectiva transnacional.

⁵² Corresponde à região da Galiza, norte da Espanha.

Pelo jornal podemos combater os erros passados dissecando-os no presente por uma crítica conscienciosa e sem sectarismo.

Pelo jornal demonstraremos a prática de certas táticas, que nos levem com mais eficácia ao fim colimado.

Pelo jornal combateremos os abusos do capitalismo.

Por ele seremos implacáveis com os companheiros que, esquecendo-se se colocam direta ou indiretamente ao lado do capitalismo.

Enfim, o jornal é o dínamo incansável propulsor de nossas ideias.

Mas para que surta o efeito necessário, o jornal precisa ser divulgado na oficina, na fábrica, no ateliê, no salão, fazê-lo penetrar, quer pelo correio, quer pessoalmente, em todos os lugares onde haja operários. O jornal de uma corporação deve penetrar em todos os lugares onde os componentes dessa mesma corporação se encontrem [...] (*A Classe Operária*, 30/05/1925, p. 3).

Notamos a intenção comunicativa em busca de formular espaços de crítica, combate, resistência e de proposições, a partir de suas lutas por direitos sociais. Em sua pluralidade, produziu táticas, centradas nas suas proposições, formulações acerca da realidade e confrontando as explorações do modelo burguês, ao levar suas ideias e pensamentos. Compreendido como “propulsor de ideias”, convocou a divulgação e, portanto, seu consumo nos diferentes espaços laborais.

Alguns elementos informam sobre a estrutura do jornal e formas para concitar auxílio aos trabalhadores para o seu financiamento, característica que se diferencia de jornais com infraestrutura de perfil empresarial e grande aparato. Um deles refere-se a uma nota que mencionou sobre o único “empregado pago”, destinado às tarefas de *A Classe Operária*. Nessa direção, afirmava-se ainda que “o jornal está impondo a necessidade de um redator pago” (*A Classe Operária*, 04/07/1925, p. 3), enfatizando a expectativa de crescimento do periódico que caminharia para a necessidade de um auxiliar em administração e redação. Essas informações incidem sobre como os jornais também dependiam da atuação e dedicação de trabalhadores, muitas vezes em suas horas vagas, e demais lideranças que não recebiam remuneração alguma para o seu funcionamento, além de destacar o desejo por configurações mais sólidas sobre sua existência, relativas à possibilidade de pagamento aos profissionais que se debruçavam sobre atividades específicas dos jornais.

A nota pontuava a necessidade do apoio financeiro, a fim de que sua atuação pudesse arcar com as despesas, a exemplo de pagamento aos trabalhadores dedicado ao próprio jornal (*A Classe Operária*, 04 de julho de 1925, p. 3). Um dos desafios encontrados tanto no periódico em questão, quanto em outros jornais operários, era a parte financeira para a sua manutenção. No jornal *A Classe Operária*, operários da companhia de cigarro Souza Cruz elencaram uma série de demandas referentes às condições de trabalho questionando humilhações, multas, problemas na alimentação e no tratamento aos funcionários. Dentre as

pautas e “aspirações”, reivindicavam a instalação e manutenção de uma escola sem intervenção do Estado, com destaque para “uma escola de trabalhadores – criada e dirigida por trabalhadores, para trabalhadores” (*A Classe Operária*, Sábado, 13/06/1925, p. 1). Entre suas aspirações, constavam:

VII – NOSSAS ASPIRAÇÕES

São as seguintes:

[...] Intelectuais.

19º Usufruto de uma casa afim de nela instalarmos uma escola de trabalhadores, criada e dirigida por trabalhadores, para trabalhadores;

20ª Subvenção de meio por cento dos lucros líquidos anuais para a manutenção da escola.

Uma empresa que, à nossa custa, ganha anualmente 1.300 contos, pode muito bem tirar a insignificância de 6 ½ contos para com tal quantia educarmos nossos filhos e os nossos companheiros analfabetos.

Por meio da organização esperamos transformar essas aspirações em realidade.

Portanto:

- Viva a União dos Trabalhadores em Fábricas de Fumo!

Os operários e operárias da Companhia Souza Cruz

(*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 1).

As redes de comunicação entre os diferentes movimentos de trabalhadores podem ser percebidas pelas atuações e dinâmicas nos jornais. A edição de 30 de maio de *A Classe Operária* demonstrou os votos registrados pelo operário da indústria de cigarros, militante e jornalista Antônio Mariano Garcia Mariano Garcia⁵³. Na nota ficou expresso o anseio do cigareiro para que o jornal tornasse sua circulação em formato diário.

Pode-se observar uma série de táticas lançadas para divulgar os jornais e ampliar o número de assinantes, como a mensagem que sinaliza que: “Todos quantos receberem o jornal e não o tiverem devolvido, serão considerados assinantes. Assim, queiram pagar a assinatura o mais breve possível” (*A Classe Operária*, 6/6/1925, p. 4). A administração de *A Classe Operária*, nos registros administrativos veiculados na mesma edição, informou que ainda não contava com agenciador de anúncios. Como estratégia de expansão da vendagem, divulgou a tática que deveria ser utilizada “aos vendedores nos ‘pontos’”, a constar o pedido “de conservar o jornal aberto, bem à mostra, todos os sete dias até que chegue o novo número”. Interessante também o incentivo por premiação ao vendedor com maior vendagem de jornais avulso com o prêmio de um livro, fato este que pressupõe uma prática social de estímulo à

⁵³ Antônio Mariano Garcia atuou no jornal abolicionista *Gazeta Operária*. Posteriormente fundou o jornal com mesmo nome, com valores semelhantes. Foi redator do jornal *A Alvorada*, no ano de 1890, dedicado às classes operárias. Nos jornais operários escreveu em *Echo Popular*, *A Época* e *Gazeta Suburbana*. Liderança expressiva do movimento dos trabalhadores durante a Primeira República. Dentre suas pautas estavam a defesa pela criação de um partido operário, instrução, leis para regulamentação do trabalho infantil, das mulheres e jornada de oito horas, difundindo as ideias socialistas. Também atuou nos jornais com grande perfil empresarial como *O Paiz* e na seção *Coluna Operária* do *Gazeta de Notícias*.

leitura e de apropriação de uma ação difundida na sociedade mediante o pagamento para impulsionar as vendas (*A Classe Operária*, 6/6/1925, p. 4). Otávio Brandão (1977) descreveu a atuação do jornal e o impacto de sua intervenção social, como exposto a seguir:

O.B. - É. Na década de 20. Mais ou menos em 1925, o jornal 'A Classe Operária' penetrou no meio das massas, desde Manaus e Belém até Boavista do Erechim, no Rio Grande do Sul, uma coisa maravilhosa! Porque ele chegou na hora, o jornal. Era estado de sítio, e o jornal 'A Classe Operária' queria uma expressão daquilo. Nós manobramos. É uma história muito bonita o jornal 'A Classe Operária' (Rego, 1993, p. 51, grifo nosso).

Como o militante Octávio Brandão Rego demonstra, a atuação do jornal no ano de 1925 ocorreu durante forte controle e repressão por parte do governo, que afetou, mas não impediu, as intensas movimentações de diferentes trabalhadores em prol de suas experiências. Sob este aspecto, compreender pelas expressões construídas com e por trabalhadores dinâmicas de suas vidas demonstram como foram construídas pela participação ativa de elementos que envolvem a cultura letrada no universo da leitura, escrita, produção e apropriação dos impressos como instrumento de suas pretensões e propostas.

No contexto dessas correlações de forças que distanciava as intenções do Estado e as lutas pelos direitos sociais dos trabalhadores, acompanhamos produções que partilhavam dos interesses dos trabalhadores e indiciavam suas proposições a respeito da conquista pela cidadania, condições trabalhistas e demais direitos sociais que envolviam saúde, alimentação, educação e moradia. Nessa direção, contemplando as experiências, Silva (1999) destaca os diferentes atravessamentos que demonstra como:

As várias cidades existentes dentro de uma única cidade convivem no mesmo espaço e podem ser percebidas pela forma como os habitantes utilizam-se desses espaços e de sua percepção dos mesmos. A cidade que emerge a partir do olhar da população que transita no centro é frenética (p. 61).

Sob este aspecto, os jornais operários tratavam a partir de outra perspectiva os discursos acerca da modernidade almejada e da civilização pretendida. No bojo de intensos debates de caráter jurídico, político e médico-higienista, os jornais *Voz do Povo* e *A Classe Operária* construíram discursos sobre o que era considerado como novo e o que se apresentava como possíveis caminhos e soluções para a sociedade carioca. Sobre as formas variadas de mediação e construção que envolviam a cultura letrada, muitas publicações indiciam os movimentos e construções empreendidos por diferentes trabalhadores e suas

intervenções⁵⁴, como os congressos operários promovidos por lideranças operárias e com a participação expressiva de trabalhadores.

1.4 Os Congressos Operários e os movimentos dos trabalhadores

Na coluna *Atividade Proletária nos Sindicatos*, na edição de 24 de julho de 1925 do jornal *A Classe Operária*, foi promovido um debate sobre a imprensa operária, vista também enquanto “vanguarda consciente da classe operária, na luta pela emancipação dos trabalhadores da tutela patronal” (*A Classe Operária*, 4/07/1925, p. 3). Na publicação, ficou demonstrada a preocupação com a “orientação” e “organização” dos trabalhadores (*A Classe Operária*, 4/07/1925, p. 3), mobilizações pensadas e organizadas já nas primeiras décadas do século XX por meio dos Congressos Operários Brasileiros ocorridos no Rio de Janeiro.

Tais Congressos foram iniciativas articuladas pela mobilização da classe trabalhadora. De caráter revolucionário, o Primeiro deles ocorreu no Rio de Janeiro na sede do Centro Galego (Sodré, 1966, p. 358), à Rua da Constituição, entre 15 e 22 de abril de 1906. Com bases sindicalistas, lançaram a demanda por educação e instrução, com registro em suas resoluções sobre as finalidades de “[...] estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado [...]”, bem como a criação de um jornal como instrumento educativo e de propagação das ideias e defesas por eles estabelecidos. Nota-se que, em consonância com as reivindicações econômicas e condições de trabalho que orientavam suas demandas, a educação foi uma pauta levantada dentre os direitos a serem conquistados. Contou com a participação de 43 delegados de vários estados do país.

Ao pensar na organização sindical, podemos, em consonância com as reflexões de Batalha (1999), refletir sobre como o Primeiro Congresso Operário Brasileiro no ano de 1906 “consolida a concepção de que o movimento operário deve adotar a nova forma organizativa” (1999, p. 47). No Primeiro Congresso ficou latente a influência do sindicalismo revolucionário e a ação direta como práticas a serem adotadas, tais como greves, boicotes a casas comerciais e demais movimentos reivindicatórios em prol da conquista por direitos. A

⁵⁴ A exemplo de assinaturas de textos no jornal *Voz do Povo*, tais como: “assina um operário”, “um operário”, “leitores operários” (*Voz do Povo*, 11/02/1920, p. 2), assim como títulos de publicações: “Falam os trabalhadores – Congresso Operário”, além de seções: “Vozes rebeladas”, e construções de expressões e de ideias que sugerem possibilidades e estratégias: “escrevem-nos” (*Voz do Povo*, 27/10/1920, 1920, p. 2), “Alguns trabalhadores [...] solicitam pelo nosso intermédio [...]”, dentre outras publicações que constituíram demandas e interesses de diferentes trabalhadores.

aprovação das Bases de Acordo da Confederação Operária Brasileira contou com a criação do jornal *A Voz do trabalhador* (1908-1915), potente na (in)formação e luta pelos direitos dos trabalhadores. Entre os editores estava o português Neno Vasco⁵⁵, Astrojildo Pereira como idealizador e Lima Barreto como colaborador. Foram deste período também o jornal *Terra Livre*. *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, quinzenal, “com a tiragem, vultuosa para a época e para o gênero, de 4.000 exemplares” (Sodré, 1966, p. 361).

Nota-se com o Segundo Congresso realizado no ano de 1913 diretrizes orientadoras para uma educação e instrução pensadas para as classes trabalhadoras:

Em 1913, durante o 2º Congresso Operário, existe já um acúmulo de reflexão sobre as experiências relativas à criação de escolas operárias o que possibilita que ao tema da educação e da instrução, seja dado tratamento mais rigoroso. Critica-se a monopolização da instrução, baseada no misticismo e na resignação praticada pelas escolas burguesas, a partir de uma apropriação da ciência ‘sabidamente invertida’, cultivando-se os sofismas do civismo, consolidando ‘com mais firmeza todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual, econômica e social do proletariado e da humanidade (Giglio, 2019, p. 201-202, grifos da autora).

Promovido de acordo com as resoluções do Segundo Congresso Operário no que diz respeito à ação sindical e às proposições da educação associativa, foram estimulados os métodos de organização, a fim de concitar a consciência coletiva em benefício da emancipação social. O Terceiro Congresso abordou ainda a necessidade de organização dos trabalhadores do campo (*Voz do Povo*, 01/05/1920, p. 2), com o incentivo de organizar sindicatos próprios, integrando-os aos sindicatos de ofícios, a exemplo dos ferroviários e empregados do comércio.

Intitulada *As operárias*, a nota reiterou a preocupação da “educação social e intelectual” das trabalhadoras, pontuando também o estabelecimento “no trabalho um ambiente de respeito, repelindo a brutalidade dos patrões, intensificando a campanha no sentido de que para elas seja abolido o trabalho noturno e os seus salários equiparados aos dos homens” (*Voz do Povo*, 01/05/1920, p. 2). Foi destacada ainda a jornada de oito horas para as classes que ainda não tinham efetivado a jornada de oito horas, como as associações mencionadas: “Marítimos, da Arte Culinária; Trabalhadores do Campo, Empregados do Comércio, etc.” (*Voz do Povo*, 01/05/1920, p. 2).

⁵⁵ Em setembro o falecimento do português Neno Vasco foi veiculado no jornal *Voz do Povo*. Adelino de Pinho escreveu o texto publicado em primeira página informando como o telégrafo deu a notícia. Destacou os ideais de justiça, sua dedicação à filosofia anarquista, pontuou sua atuação com a fundação dos jornais *Amigo do Povo*, *A Terra Livre* e a revista *Aurora*, além do trabalho como redator do *Avanti*. Segundo publicação, neste último, os socialistas italianos, de São Paulo, retiraram-se por discordarem da orientação encaminhada por este jornal. Foi colaborador de *A Lanterna* e demais jornais libertários de língua portuguesa. Regressou a Portugal no ano de 1911. (*Voz do Povo*, 23/09/1920, p. 1).

Organizado por uma comissão Executiva, a partir das formulações anteriores, o Congresso de 1920 reforçou a importância de ativa fiscalização como forma de melhorar as condições de trabalho, inclusive concernentes aos acidentes de trabalho. Pode-se notar nas primeiras edições de *Voz do Povo* a expectativa coletiva com o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, vista como:

uma necessidade que se impõe neste momento, quer pela perspectiva que se desenha ante o olhar dos trabalhadores, quer mesmo pela necessidade de conservar tudo o que, em matéria de organização, até hoje e através de todos os contratempos, tem conseguido subsistir (*Voz do Povo*, 6/02/1920, p. 2).

O Terceiro Congresso ocorreu entre os dias 23 e 30 de abril à Rua Acre, número 19, na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Composta por cerca de 150 delegados, representou aproximadamente 75 associações sindicais de diversos Estados, dentre eles Rio de Janeiro (Distrito Federal e Estado), São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Amazonas e Pará. Partindo de uma visão de conjunto para a emancipação dos trabalhadores, os membros da comissão propuseram inúmeras ações, com o objetivo de transformação social em meio à realidade de exploração do capital.

É possível demonstrar a perspectiva pedagógica do jornal com inúmeras publicações, como a edição de 26 de abril, que dedicou ênfase ao Terceiro Congresso. Intitulado *A discussão do 2º tema Educação e Instrução* debruçou sobre a expectativa de desenvolver as escolas operárias a partir de orientação racionalista (*Voz do Povo*, 26/04/1920, p. 1), nela foi informada a leitura de diversas moções sobre a temática. A reunião indicia para a troca de ideias, debates que demonstram divergências acerca das escolas. O posicionamento ia na direção das escolas operárias e a defesa pelos seus funcionamentos nos sindicatos. Em contrapartida, contra-argumentou sobre a escola estar independente dos sindicatos, inclusive para evitar a perseguição policial, aspecto este que revela as repressões enfrentadas. Outro fato demonstrado era a defesa por alguns grupos pela instrução primária primeiramente, para depois, então, ser racionalista. Tal aspecto aponta para a orientação de perfil racionalista.

Ainda em relação ao Terceiro Congresso, o tópico Intitulado *Educação Associativa* destacava a ação dos sindicatos na construção e fortalecimento das organizações e na luta por seus direitos. Assim, dentre as pautas, os estatutos de diferentes associações e organizações de trabalhadores demonstravam os percursos pensados em prol da educação dos trabalhadores e o desejo por escolas operárias.

Como parte das atividades que envolviam solenidades, percebe-se formas de construção de uma identidade, com celebrações e demais eventos, elementos constitutivos de uma cultura de classe. A edição do dia primeiro de maio evidencia o caráter formativo com sua abordagem que elencou as pautas das classes trabalhadoras a partir de uma organização que pode ser compreendida, inclusive com a materialidade do jornal e disposição das temáticas divididas por eixos de debates. Assim registrou o periódico:

Figura 3 – *A grande realização*: As resoluções do 3º Congresso

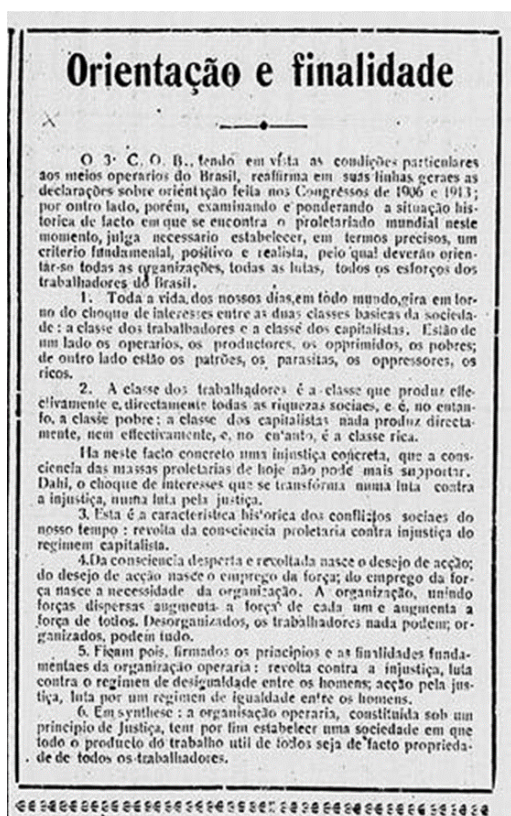


Fonte: *Voz do Povo*, 01/05/1920, p. 2.

Concebido como expressão de classe, foi promovido com uma série de organização de trabalhadores buscando enfatizar a orientação e finalidade que iriam constituir e reforçar suas formulações. Como órgão da Federação que reunia uma série de associações, buscou a registrar a celebração do primeiro de maio como instrumento de luta e ação, bem como ressaltar o movimento do proletariado de diferentes países, como o operariado espanhol, português e russo.

No centro, destaque para a imagem com Elvira Boni entre outros três representantes das classes trabalhadoras. A despeito do descompasso do registro das mulheres na liderança, Elvira demonstra a resistência e existência na atuação das trabalhadoras em suas diferentes frentes de trabalho e de reivindicações. O terceiro Congresso Operário também reafirmou as finalidades dos que ocorreram em 1906 e 1913, destacando as necessidades do contexto de 1920. Reiterou a necessidade da organização dos trabalhadores e da força da coletividade em prol dos seus direitos. Construído com a participação dos trabalhadores, pode-se notar um planejamento e proposições que evidenciam um projeto em construção como objetivos definidos, alinhados aos interesses por uma transformação social.

Figura 4 – Orientação e finalidade



Orientação e finalidade

O 3º C. O. B., tendo em vista as condições particulares aos meios operários do Brasil, reafirma em suas linhas gerais as declarações sobre orientação feita nos Congressos de 1906 e 1913; por outro lado, porém, examinando e ponderando a situação histórica de fato em que se encontra o proletariado mundial neste momento, julga necessário estabelecer, em termos precisos, um critério fundamental, positivo e realista, pelo qual deverão orientar-se todas as organizações, todas as lutas, todos os esforços dos trabalhadores do Brasil.

1. Toda a vida, dos nossos dias, em todo mundo, gira em torno do choque de interesses entre as duas classes básicas da sociedade: a classe dos trabalhadores e a classe dos capitalistas. Estão de um lado os operários, os produtores, os oprimidos, os pobres; de outro lado estão os patrões, os parasitas, os opressores, os ricos.

2. A classe dos trabalhadores é a classe que produz efetivamente e, diretamente, todas as riquezas sociais, e é, no entanto, a classe pobre; a classe dos capitalistas nada produz diretamente, nem efetivamente, e, no entanto, é a classe rica.

Há neste fato concreto uma injustiça concreta, que a consciência das massas proletárias de hoje não pode mais suportar. Daí, o choque de interesses que se transforma numa luta contra a injustiça, numa luta pela justiça.

3. Esta é a característica histórica dos conflitos sociais do nosso tempo: revolta da consciência proletária contra a injustiça do regime capitalista.

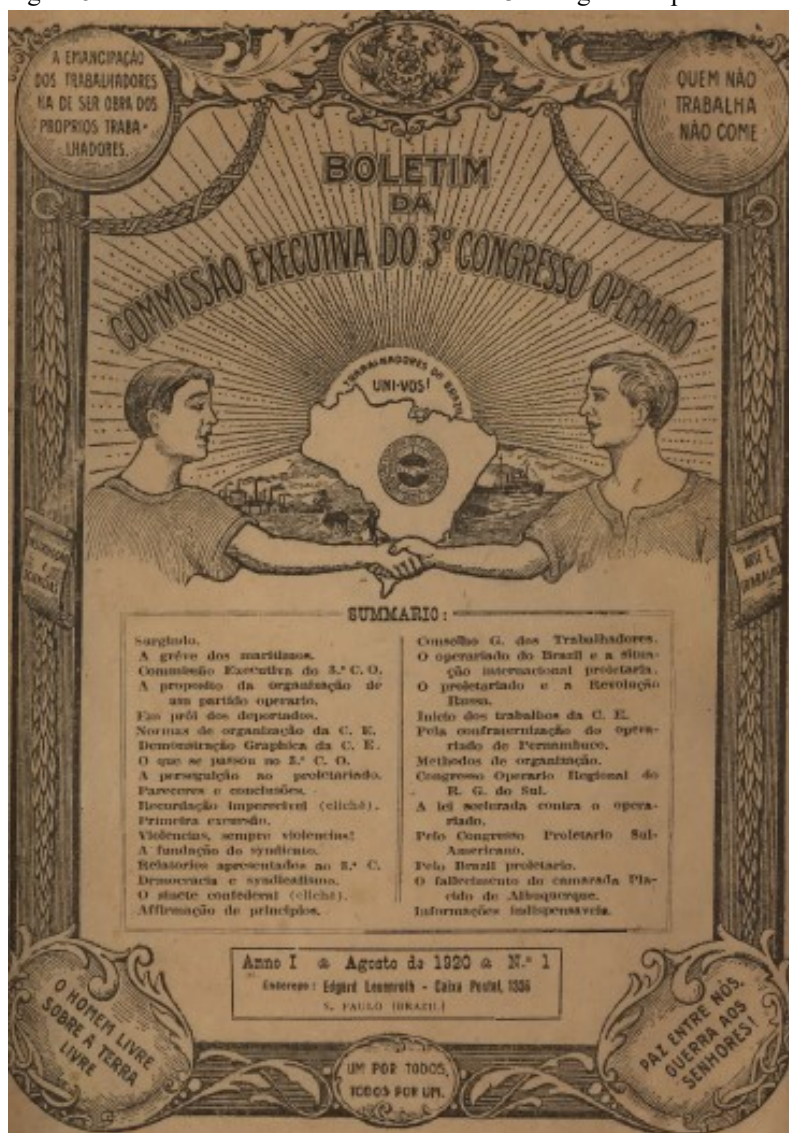
4. Da consciência desperta e revoltada nasce o desejo de ação; do desejo de ação nasce o emprego da força; do emprego da força nasce a necessidade de organização. A organização, unindo forças dispersas, aumenta a força de cada um e aumenta a força de todos. Desorganizados, os trabalhadores nada podem; organizados, podem tudo.

5. Ficam, pois, firmados os princípios e as finalidades fundamentais da organização operária: revolta contra a injustiça, luta contra o regime de desigualdade entre os homens; ação pela justiça, luta por um regime de igualdade entre os homens.

6. Em síntese: a organização operária, constituída sob um princípio de Justiça, tem por fim estabelecer uma sociedade em que todo o produto do trabalho útil de todos seja de fato propriedade de todos os trabalhadores (*Voz do Povo*, 01/05/1920, p. 2).

Abordando “imprensa proletária” (*Boletim do 3º Congresso Operário*, 1920, p. 6), o Terceiro Congresso Operário, dentre uma série de pautas, mencionou a Resolução sobre o tema: Educação e Instrução que pleiteava a criação de escolas nas dependências dos sindicatos. A capa do *Boletim da Comissão Executiva do Terceiro Congresso Operário*⁵⁶ permite analisar as suas aspirações. Em uma espécie de margem, dizeres que constituíam aspectos fundamentais das pautas das classes trabalhadoras. No canto da margem superior esquerda, *A emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores*.

Figura 5 – Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário



Fonte: Boletim do 3º Congresso Operário, 1920, p. 9.

⁵⁶ Conferir: <http://ccssp.com.br/portal/index.php/notas/67-boletim-do-3-congresso-operario-brasileiro>. Acesso em: 21 maio 2023.

Podemos articular as intencionalidades das expressões em destaque que compõem a estrutura da margem nos quatro cantos constituindo uma espécie de moldura com outras palavras e os sentidos e significados para as proposições pretendidas. Por conseguinte, as expressões *Instrução e Ciências* aparecem na região do meio da margem, na mesma direção de *Arte e trabalho* carregando representações de pontos importantes debatidos e pleiteados. Os dizeres cunhados aparecem abaixo da direção de *A emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores* e *Quem não trabalha não come*, respectivamente, entre o *homem livre sobre a terra livre* e *Paz entre nós. Guerra aos senhores*. A necessidade do chamamento pela união e coletividade, a concepção do *homem livre sobre a terra livre* e os lugares bem marcados presentes na noção de pertencimento do *nós* distinguindo o lugar dos senhores também evidenciaram a força do movimento operário pelas dimensões de suas vidas, sendo a educação uma delas.

Em 1920, a celebração da Revolução Russa de 1917 havia feito parte do terceiro *Boletim do Congresso Operário* (Boletim do Terceiro Congresso Operário p. 16) descrita como “uma revolução social”. Mesmo valorizando o movimento na Rússia, Batalha, que assina o texto, destacou como “os movimentos sociais dos vários países têm características tão acentuadas que isso é completamente impossível” em se tratando de uma “uniformidade absoluta” no tocante à reprodução quando realidades são distintas. Tal análise reitera como diferentes ideais e concepções poderiam influenciar determinados pensamentos e práticas, respeitando-se as particularidades culturais, econômicas, políticas e sociais de cada localidade.

Em decorrência da agitação das discussões e influências envolvendo o mundo do trabalho em diferentes países, pode-se notar como o *Boletim do 3º Congresso Operário* enfatizava “a característica histórica dos conflitos sociais do nosso tempo: revolta da consciência proletária contra a injustiça do regime capitalista” (Boletim do 3º Congresso Operário, p. 24). O documento reflete a agitação do contexto, bem como a importância da “conscientização”, convocando os trabalhadores para a “ação”, visando a realização de estratégias para a transformação da realidade da classe. Essa ação somada à organização e à força empreendida com a construção dos trabalhadores.

Figura 6 – Recordação Imperecível



Fonte: Boletim do 3º Congresso Operário, 1920, p. 9.

Na imagem, pode-se observar a heterogeneidade do público⁵⁷, em sua maioria homens, de traje formal, materiais que podem indicar uso para anotações no espaço formativo do momento. Pode-se inferir acerca de uma concepção de educação com “princípios e finalidades” baseadas na “organização operária”. Em contraposição aos valores burgueses, conceberam e reafirmaram os propósitos na “luta contra o regime de desigualdade entre os homens; ação pela justiça, luta por um regime de igualdade entre os homens” (*Boletim 3º Congresso Operário Brasileiro*, p. 24). Assim, como as noções de classe não são estáticas, sendo fluida e dinâmica no interior das ações, acordos, arranjos e tensões dos sujeitos sociais, as práticas educativas também revelam seu caráter dinâmico. Um ponto a destacar está relacionado ao desejo de união da classe, muito debatido em diferentes associações, uniões de trabalhadores e em federações que viam nessa coletividade o caminho para as transformações necessárias na sociedade almejada.

1.5 Voz(es) do Povo por direitos sociais: Os jornais operários e sua função formativa enquanto instrumentos pedagógicos para as classes trabalhadoras

⁵⁷ Endereço Eletrônico: <http://ccssp.com.br/portal/index.php/notas/67-boletim-do-3-congresso-operario-brasileiro>. Acesso em: 21 maio. 2023.

As sociedades e associações de trabalhadores no Rio de Janeiro, desde o século XIX até as primeiras décadas do XX, tiveram participação ativa na conquista por direitos sociais. Nesse contexto, uma das iniciativas foi a intenção ou criação dos periódicos pensados e/ou executados por um número expressivo dessas associações, o que ajuda a entender o aumento significativo de periódicos a partir de 1890. Para Costa (2012), a imprensa operária, sendo uma parte expressiva composta por órgãos de propaganda de associações de trabalhadores, possibilita identificar nuances das experiências dos trabalhadores enquanto instrumento de caráter educativo. À vista disso:

[...] o uso de uma linguagem escrita perpassada pela oralidade (poemas, breves citações, frases de efeito, seções de boatos); o uso de metáforas e de histórias exemplares, entre outros mecanismos, facilitou a apreensão do conteúdo a ser comunicado, ‘ensinado’ pela imprensa operária aos trabalhadores. Por meio dela, eles tinham acesso, mesmo quando não alfabetizados, por ouvirem e lerem os jornais, ao universo da leitura e da escrita, aos conhecimentos gerais, às notícias cotidianas, às teorias e ideologias como o socialismo e o anarquismo, enfim, a uma arena de debates na qual ocorria o que chamamos de ‘aprendizado da política’ (2012, p. 42, grifos da autora).

Vale ressaltar que a perspectiva de análise desenvolvida por Costa (2022) não desconsidera as tensões e conflitos vivenciados pelas classes trabalhadoras. Ao trazer aspectos desse cotidiano, contempla diversas experiências ativas de trabalhadores que, se não leem de forma direta, pode estar próximo aos debates e/ou de leituras. Em momentos diferenciados, como na hora do almoço, poderiam estar em contato com os jornais, junto de uma possível discussão ou a um pequeno grupo com comentários, críticas, diálogos com negociações e mesmo de acordo com iniciativas relacionadas às forças de poder em questão. Tal perspectiva de análise possibilita compreender o dinamismo no interior dessa sociedade constituída por adversidades e desigualdades sociais, em meio à exploração econômica e à opressão política, relações estas que não excluem a perspectiva da classe operária se formar (Thompson, 1987, p. 23).

As interlocuções e construções sociais de diferentes trabalhadores demonstram a forma de um periódico produzido a partir de suas demandas. Dentre a materialidade que o constituía, seu editorial, as defesas endossadas por seus redatores e editores, os apontamentos e argumentos construídos por trabalhadores permitem acompanhar o papel ativo na busca por seus direitos, expressando também o anseio pela construção de identidade. O texto assinado por “Leitores operários” do jornal *Voz do Povo*, de 11 de fevereiro de 1920, enfatiza uma imprensa que denunciou e pontuou os embates diante da (des)estrutura social, ao passo que buscou formas de construir suas expressões e proposições frente às múltiplas experiências

desses sujeitos que a constituíram. O registro “construído pelos leitores operários” demonstra uma construção no coletivo, ao supor uma preocupação com o construtor de tal discurso exemplificar no plural, ou seja, um indício de que a crítica tenha sido compartilhada de forma conjunta.

É possível notar a preocupação de demarcar características dos operários serem “leitores”, fato este que nos revela a condição da leitura como um aspecto socialmente valorizado. Chartier (1988) analisa como as práticas culturais estão associadas a partir de representações de uma determinada sociedade, assim como do universo da cultura impressa por meio da escrita, da leitura e de suas apropriações, compreende-se a forma pela qual aqueles indivíduos vivenciavam a já citada efervescência do início do século XX.

A matéria demonstra uma prática social de acordo com o contexto agitado do período, associada ao cotidiano de luta, “[...] por melhores salários, pela diminuição da jornada de trabalho e por condições de trabalho mais dignas” (Batalha, 1999, p. 46). A denúncia pelos “leitores operários” pontuou um problema envolvendo os preços e a forma de realização na cobrança das passagens de trens. Além dessa preocupação trazida por um coletivo, que presume ter sido construída a partir da demanda de um grupo de trabalhadores, há a expressão de um questionamento, com registro de sugestões para os danos das passagens cobradas de forma indevida, segundo a assinatura do jornal:

Os trabalhadores estão sendo prejudicados
É extraordinário o que se vem passando em relação a certos trens denominados diretos, com os passageiros em sua maioria operários, moradores entre Oswaldo Cruz e Deodoro.
Os preços das passagens até Deodoro são de ida e volta em 2ª classe, 300 réis e de um passe mensal 5\$000.
Acontece que certos trens, em determinadas horas, param nestas estações e como vem de Santa Cruz ou Paracambi, os passageiros são obrigados a pagar de Cascadura à Central outra passagem, cobrando assim duas passagens a título de serem trens diretos. Ora se são diretos por que param naquelas estações? É o caso de o trem vir a Central, ou então cobrar o condutor o preço da passagem correspondente até Deodoro, visto o trem parar naquelas estações.
Todos os dias dão-se atritos entre condutores e passageiros dos ‘trens diretos’, sem chegarem nunca a uma firme compreensão, porque pagam 2 passagens, multas etc. Uma vez que o preço da passagem até Deodoro é de 5\$000 pelo passe e \$300 pela ida e volta, seria justo que acima da extensão quilométrica de Deodoro, se cobrem as tais duas passagens – e seja abolido nestes trens que param nas estações compreendidas até Deodoro o preço das passagens em duplicata, o que não se justifica absolutamente.
‘Chamando a vossa atenção para esse intrincado caso, pedimos a intervenção deste jornal, a fim de vermos se cessa semelhante abuso contra a bolsa do trabalhador’.
E por falar em Central do Brasil, pergunta-se para que foi construída uma plataforma a mais na estação de Oswaldo Cruz que não serve para nada, visto os trens passarem por ela sem fazer sequer uma pequena parada e, aliás, em horas bem necessárias.
‘Leitores Operários’ (*Voz do Povo*, 11/02/1920, p. 2, grifos nossos).

O registro traz ainda outro aspecto sobre o cotidiano na cidade, ou seja, os conflitos entre o condutor do trem e os demais trabalhadores que questionavam as cobranças de passagens. No texto, os trabalhadores solicitavam uma intervenção do periódico ao explicar um conflito envolvendo trajetos com destino até a Central. A crítica reflete uma série de enfrentamentos vivenciados pelos populares, em meio ao processo de reformas urbanísticas que modificaram o espaço urbano no Rio de Janeiro. O processo de urbanização marcado por sucessivas e distintas intervenções do Estado (Abreu, 1987), mediante diferentes períodos na cidade carioca durante o início do século XX, ocasionou, dentre outros fatores, uma série de segregações sociais e espaciais.

Nesse sentido, diferentes medidas foram empreendidas na administração pública municipal durante as gestões de Pereira Passos, e federal por Rodrigues Alves, no período de 1902 a 1906. Posteriormente, em 1919, na administração municipal de Paulo de Frontin seguido por Carlos Sampaio (1920-1922), o viver dos grupos populares foi fortemente impactado, sendo a habitação uma dessas pautas constantemente pontuadas nos periódicos associadas às demais questões que atravessaram as condições de vida das classes trabalhadoras. De acordo com Barbosa (2010) a partir do recenseamento de 1920, nota-se um crescimento de áreas rurais, “com deslocamento de algumas indústrias e pelo surgimento de vilas e residências operárias na periferia da cidade. A especulação imobiliária toma conta do Rio e os aluguéis aumentam de 300% a 400%” (2010, p. 57). Ainda segundo a autora, Irajá cresceu 263% na década, enquanto Inhaúma, 92% e Campo Grande, 67%. A autora destaca como a década de 1920 enfrentou os impactos diante da crise mundial que afetaram, dentre outros aspectos, as obras públicas no setor industrial (2010, p. 57).

A publicação assinada por “leitores operários” sinalizou uma temática que revela dinâmicas urbanas vivenciadas por muitos trabalhadores que moravam nos subúrbios e, em quantidade expressiva, trabalhavam nas regiões centrais da cidade Rio de Janeiro, enfrentando longas distâncias diariamente. Demonstra um cotidiano enfrentado por trabalhadores em áreas suburbanas e/ou periféricas com trabalhos no centro da cidade e suas intervenções. A crítica a respeito das habitações, dos transportes e o que atravessava o dia a dia dos trabalhadores não constituía uma novidade nas expressões registradas pelos jornais operários, sendo pauta recorrente por diferentes registros. Denunciando um problema que afetava diretamente a vida de muitos trabalhadores, o articulista em *Voz do Povo*, no de 1920, elencou as consequências que as modificações urbanas acarretavam para os grupos populares, evidenciando as desigualdades sociais. Assim:

A crise de habitações

Todos os dias falam os jornais na crise de habitação. Os aluguéis sobem vertiginosamente, delirantemente. E, é estranho, mas parece que o número de casas diminui... Para debelar a crise, alvitram-se medidas variadíssimas. Uns apelam para a limitação no preço dos aluguéis. Outros pelo fomento das construções. Outros ainda são pelas construções baratas (claro, para os operários) feitas pelo próprio governo. Houve mesmo quem já lembrasse ao governo a construção de barracões de madeira, onde se empilhassem as famílias proletárias... Muito gentil! [...] (*Voz do Povo*, 7/02/1920, p. 1).

A matéria sinaliza uma leitura acerca da realidade social das habitações coletivas, com aumento de valores de aluguéis, as condições das construções direcionadas para os operários e a forma como o governo lidava com a situação. As temáticas relativas às formas como os trabalhadores viviam com suas famílias foram debatidas pelos jornais operários e por diferentes grupos sociais. Analisando os processos que atravessaram as habitações populares e as políticas públicas sob a ótica de intelectuais como Olavo Bilac, Coelho Neto, João do Rio e Lima Barreto, Engel (2012, p. 115) demonstra como as reformas urbanas impactaram o espaço no contexto de “projetos políticos de modernização da capital republicana”. O problema da moradia foi intensificado, sobretudo das classes trabalhadoras, uma vez que a reforma focou nas regiões centrais da cidade. A autora nos provoca a pensar as “narrativas subjetivas do real vivido” (2012, p. 115), o que nos faz jogar luz em relação a como esses trabalhadores elaboravam as suas dinâmicas de vida. Circunstâncias estas que foram sinalizadas com enfrentamentos diante das constantes obras que alteravam o morar, o viver e indicavam o estranhamento registrado no texto (2012, p. 115).

A denúncia evidenciava a condução do governo em relação à estrutura urbana da cidade que se apresentava distinta dos prédios luxuosos que formavam quarteirões com grandes e monumentais construções. Ao sinalizar sobre as “construções baratas”, enfatizando o direcionamento de tais obras para os operários, o jornal *Voz do Povo* problematizava as formas com que o poder público e a iniciativa privada tratavam e promoviam ações direcionadas aos grupos populares. O registro dos “barracões de madeiras” e moradias de aluguel em quartos como registrados em outros jornais, como sinalizado em *A Classe Operária*, evidenciam lugares distintos de atuação, experiências que constituíram forças sociais na cidade que corroborava para acentuar as desigualdades.

Dentre variadas construções registradas pelos trabalhadores, a denúncia do trabalhador Felizardo Alves de Abreu feita em *Voz do Povo* indicia a exposição de um fato ocorrido com seus filhos, pressupondo um posicionamento e averiguação de tal caso acerca de uma prática educativa. O texto do operário da Prefeitura Felizardo aponta para a situação que afetou seus “filhos matriculados na 10ª escola mista do 23º distrito escolar”. Intitulada *Uma escola que é*

um inferno – Que faz o inspector do distrito?, a indagação partia do incômodo pelo castigo destinado a seu filho de oito anos por parte da professora. Consta no relato que:

Naturalmente por qualquer travessura foi surrado pela mestra! A vitimazinha da ira da sra. Adylles está seriamente contundida, tal a violência com que a castigou. Diante desse fato, pedimos que o Sr. Nascimento Filho abra um inquérito, a fim de verificar se realmente tal professora usa dos processos abusivos, medievais, de castigar os alunos (*Voz do Povo*, 23/06/1920, p. 3).

Questionava-se, então, as formas de intervenção para uma concepção educacional que se utilizava dos castigos corporais. Contrários ao método, tanto o operário quanto o posicionamento registrado no jornal, demonstram possíveis modificações com relação à conduta relatada, pressupondo, inclusive, a defesa por práticas de ensino com orientações diferentes da ação divulgada, desprovidas de práticas violentas como forma de instruir. Tal enfoque fundamentou o pedido de abertura de um inquérito para averiguar as atitudes da professora. Nesse sentido, a ação do trabalhador destacava o papel social do jornal, ao poder manifestar suas vozes e suas demandas, evidências que apontam para tentativas de mediação por meio de estratégias sobre os seus modos de vida e indicia para seus pensamentos em práticas de ensino utilizadas pela professora.

A perspectiva do jornal *Voz do Povo* enquanto espaço educativo demonstrava a sua apropriação assumindo novas ressignificações das interpretações da realidade em que atuavam. Henrique Perez levou sua insatisfação em relação a determinadas práticas realizadas pela Escola Nilo Peçanha⁵⁸. Enquanto instrumento de prática social para legitimar a sua expressão de descontentamento com a condução realizada na escola, registrou:

Vozes rebeladas

Escreve-nos:

O camarada Henrique Perez protestando sobre a maneira de roubar-se o tempo das crianças na Escola Nilo Peçanha. Os alunos não aprendem nada porque vivem a fazer exercícios, a cantar hinos a Bandeira Nacional, desde o entrarem até ao saírem, para quando aqui chegar o rei Alberto formarem garbosamente na Avenida Central (*Voz do Povo*, 05/09/1920, p. 2).

Ainda que não se explicita outros detalhes, a nota evidencia a opinião contrária às práticas realizadas na instituição, que segundo o registro, correspondiam a atitudes que não contribuíam para o processo de aprendizagem das crianças ao se atentar para circunstâncias

⁵⁸ Não temos como afirmar ser a mesma instituição, no entanto a Escola Municipal Nilo Peçanha localizada no Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão, possui sua data de fundação de 12 de dezembro de 1910, segundo acervo da própria escola. Disponível em: <https://gecnilopecanha.weebly.com/a-escola.html>. Acesso em: 03 nov. 2023.

distantes do cotidiano, como a preocupação com a vinda do rei da Bélgica à cidade. Nota-se a insatisfação com “a maneira”, a forma de serem realizados os ensaios frequentes por parte da escola para a recepção do rei Alberto⁵⁹.

A crítica a respeito de uma ação referente ao cotidiano escolar pode ser compreendida como uma demanda frequente registrada em diferentes edições do jornal *Voz do Povo* por trabalhadores e demais lideranças políticas. A apropriação de Henrique Perez para expressar seu descontentamento com a ação realizada pela instituição evidencia a importância desse espaço para poder expressar sua leitura sobre a situação que envolvia uma ação da rotina escolar naquele determinado período, para uma finalidade a qual também foi criticada.

O protesto de Henrique Perez articula-se com outras críticas direcionadas às iniciativas do governo e demonstra interlocuções com redatores e demais colaboradores regulares do jornal *Voz do Povo* evidenciando a construção do periódico a muitas mãos. Esta interlocução se evidencia com a crítica em outra edição escrita por Fábio Luz, assíduo colaborador do jornal *Voz do Povo*. Fábio Luz destacava a ineficiência do governo, combatendo veementemente a operação estatal frente à visita do rei belga. No texto, acentuou a crítica a “essa burguesia”, “incapaz de trabalho de utilidade geral” (*Voz do Povo*, 14/08/1920, p. 1).

Entre as denúncias de abusos enfrentados pelos trabalhadores frequentemente pontuadas nos jornais analisados, despertou a atenção um relato com as despesas de um foguista publicado no jornal *A Classe Operária*, reproduzido na Figura 8 a seguir, sendo descrito de forma detalhada os valores correspondentes ao seu cotidiano com aluguel de quarto e alimentação. As despesas de “miudezas de armazém” como o sal, cebolas, alhos, vinagre, pimenta do reino, azeite, fósforos e sabão, “despesas de quitanda” com legumes, verduras, carne, banha, feijão “o mais barato”, os valores demonstram um *déficit* com relação ao salário recebido pelo trabalhador.

O registro expresso no jornal também nos permite refletir sobre os costumes, dinâmica de uma vida com carestia, dos gastos e custos diários de uma família a suposta estratégia de, a partir daquela atitude, intervir socialmente com a finalidade de melhoria das condições. É possível inquirir como esta iniciativa contou com a participação e autorização ou pedido do trabalhador para que tal registro pudesse constar na edição mencionada como forma de expressar sua indignação, de tal modo que o periódico pudesse mediar tal circunstância. Deste

⁵⁹ A visita do rei Alberto e sua esposa repercutiu de forma expressiva em muitos jornais no ano de 1920. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/curiosidades/brasiliiana-fotografica-viagem-reis-belgica-ao-brasil-sob>. Acesso em: 21 fev. 2022.

modo, pode-se analisar como os trabalhadores se apropriaram das linguagens dos jornais como forma de compreendê-los enquanto espaço de questionamento e de construção de ideias.

Figura 7 – Lista de gastos de um foguista

A CLASSE OPERÁRIA
JORNAL DE TRABALHADORES, TUDO POR TRABALHADORES, PARA TRABALHADORES

Na mesma tectia - A CLASSE OPERÁRIA
VISTA OS PESQUISES DO

O QUE SE PASSA NA CANTAREIRA
As condições e condições de que são os trabalhadores da cantareira

União dos Trabalhadores em Fabricas de Fumo
O apelo dos operários da Companhia Souza Cruz

PELOS MARÍTIMOS

Um foguista, responsável pelo sustento de quatro criaturas (mãe, esposa e dois filhos), nos forneceu a seguinte nota de despesa e receita mensais:

Aluguel do quarto.....	60\$000
Pão (1 kg. por dia a 1\$200)....	36\$000
Cafê (4 ks a 5\$600).....	22\$400
Açúcar (15 ks a 1\$400).....	21\$000
Feijão - só o mulatinho que é o mais barato (15ks a \$800) ...	12\$000
Farinha (8ks a 1\$000)	8\$000
Arroz (do mais inferior (15ks. A 1\$200)	18\$000
Carne ou peixe (1\$500 por dia)	45\$000
Banha (4ks a 7\$000)	28\$000
Batatas (12ks a 1\$000)	12\$000
Despesas de quitanda (legumes, verduras e temperos), \$800 por dia	24\$000
Despesas de miudezas de armazém (sal, cebolas, alho, vinagre, pimenta do reino, azeite, fósforo, sabão e outras miudezas)	36\$000
Carvão (1\$200 por dia)	36\$000
Total	358\$000
Ordenado mensal	235\$000
Déficit	123\$400

Um foguista responsável pelo sustento de quatro criaturas (mãe, esposa e dois filhos) nos forneceu a seguinte nota de despesa e receita mensais:

Aluguel do quarto	60\$000
Pão (1kg por dia a 1\$200).....	36\$000
Cafê (4ks a 5\$600)	22\$400
Açúcar (15ks a 1\$400)	21\$000
Feijão - só o mulatinho que é o mais barato (15ks a \$800) ...	12\$000
Farinha (8ks a 1\$000)	8\$000
Arroz (do mais inferior (15ks. A 1\$200)	18\$000
Carne ou peixe (1\$500 por dia)	45\$000
Banha (4ks a 7\$000)	28\$000
Batatas (12ks a 1\$000)	12\$000
Despesas de quitanda (legumes, verduras e temperos), \$800 por dia	24\$000
Despesas de miudezas de armazém (sal, cebolas, alho, vinagre, pimenta do reino, azeite, fósforo, sabão e outras miudezas)	36\$000
Carvão (1\$200 por dia)	36\$000
Total	358\$000
Ordenado mensal	235\$000
Déficit	123\$400

Note-se bem que, na demonstração acima, só estão incluídas as despesas de alimentação e casa. Alimentação por demais parca, casa que é um cubículo onde habitam promiscuamente pais e filhos. E o vestuário? E as enfermidades? E a educação dos filhos?

Para cobrir o *déficit* e suprir mais essas despesas, a companheira do camarada aferra-se dia e noite à máquina de costura. E ele emprega as horas de folga fazendo 'biscates' que lhe rendam mais alguns tostões.

E assim vive sem descanso, sem alegria e sem conforto essa família proletária (*A Classe Operária*, 6/06/1925, p. 1, grifos do jornal).

A transcrição da publicação do semanal *A Classe Operária*, demonstrava o valor do “aluguel do quarto”, levando-nos a supor que residiam juntos cinco integrantes da família, o trabalhador, sua mãe, esposa e dois filhos. Foram demarcados outros aspectos constituidores de suas vidas, a constar a indagação sobre as múltiplas dimensões da vida humana que contemplavam a militância, mas que não se encerravam nela. Pela folha do impresso, a publicação destacava em tom questionador, aspecto que remetia a uma postura de descontentamento e crítica: “E o vestuário? E as enfermidades? E a educação dos filhos?” (*A Classe Operária*, 6/06/1925, p. 1). Tal abordagem indicia outras pautas que estavam em debate, levantadas nas discussões e trazidas pelo impresso. Para além dessa circunstância, outros aspectos constituíram a vida, o desejo e iniciativas das classes trabalhadoras em conquistar seus direitos relativos ao educar, como ressaltado na indagação: “E a educação dos filhos?” (*A Classe Operária*, 6/06/1925, p. 1, grifos nossos).

As mobilizações registradas nos jornais exemplificam a arena de disputas, a qual os trabalhadores pontuaram suas proposições e formulações. É o caso da edição especial do dia do trabalhador de *A Classe Operária*, do ano de 1926, que buscou enfatizar a importância da união destes, convidando-os ao comício a ser organizado. Reforçando o próprio título do periódico e sua conotação e intencionalidade como representante da classe operária, sob “reivindicações e palavras de ordem” registrou-se orientações, segundo determinados critérios para a luta da classe. Assim, foi enfatizada uma série de pautas, estabelecidas de acordo com uma organização que partia de questões econômicas, políticas e sociais, em âmbitos gerais e específicos e que tratavam de especificidades das causas trabalhistas.

Reivindicações foram expostas acerca das demandas referentes à vida no campo que, dentre as necessidades econômicas e políticas, melhores condições de trabalho, envolvendo saúde e higiene e a jornada de trabalho, destacando a necessidade do aspecto intelectual. A imagem articulada ao texto potencializa as perspectivas a serem conquistadas na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras que, de braços entrelaçados, buscavam a mensagem de se unirem às causas e lutas ali defendidas.

Figura 8 – 1º de Maio. Edição do Comitê Nacional do Socorro Operário Internacional. A classe operária reivindica!



Fonte: *A Classe Operária* 1/05/1926.

Vale ressaltar que mesmo a imagem pode indiciar tensões e distinções no interior do movimento dos trabalhadores. As vestimentas e calçados podem ser indicativos reveladores de diferenciações realizadas num contexto de fortes desigualdades sociais, de uma sociedade aprisionada em valores de uma nação sob a égide da escravidão que hierarquizou seres humanos. Assim, não parece ser sem intenção que na imagem apareça sem calçado e sem camisa, o homem negro, na frente da batalha, mas com distinções. Ainda que não se possa afirmar, a imagem indicia a representação da mulher atrás da linha de frente no combate.

Na edição de 1º de maio de 1926, enfatizou-se a comemoração da data na orientação de celebrar os mártires, a ênfase no protesto contra a exploração, a necessidade da compreensão do passado para novas ações e a reafirmação da coesão solidariedade e esperança de libertação das garras do capitalismo. Dentre os objetivos, registrava-se a importância em formular reivindicações e observa-se no texto a importância dada à organização de reuniões relativas aos propósitos das classes trabalhadoras. Sinaliza-se que

“diante das massas, convém igualmente tratar dos seguintes assuntos em linguagem acessível”.

A preocupação com a escrita dos trabalhadores pode ser observada na edição de 30 de maio de 1925 do jornal *A Classe Operária*, sob o título *Para aprender a escrever*, uma pequena nota demonstrava, mas também dimensões que envolviam intencionalidades com a apreensão dos textos. Sinalizavam que “Um dos meios de o trabalhador aprender a escrever” seria “empregar as horas vagas em copiar colunas inteiras deste jornal” (*A Classe Operária*, 30/05/1925, p. 2), ressaltando como este trabalho evitaria as revisões realizadas. Tal argumento aponta para uma prática valorizada por determinadas concepções de educação que viam na cópia a finalidade da correção gramatical e instrumento de aprendizagem, o que também evidencia as inferências a respeito de como a educação era pensada e articulada. A publicação sugere que os textos produzidos por trabalhadores passavam pelo crivo do jornal, sendo uma produção construída por e com a participação deles. Leituras e revisões realizadas possivelmente pelo corpo editorial. A ênfase em demarcar, no título da publicação, a característica de ter sido escrito por trabalhadores, pode ser vista na quinta edição do jornal *A Classe Operária* de 1925, conforme a nota a seguir:

‘A CLASSE OPERÁRIA’ É ESCRITA POR TRABALHADORES

O n. 5 da A CLASSE OPERÁRIA foi escrito por quatro gráficos, três tecelões, três empregados no comércio, dois marítimos, dois revolucionários profissionais russos (Illitch e Stiecklov), dois tintureiros, um beneficiador de fumo, um bordador, um garçom, um canteiro, um lavrador de verduras, um alfaiate, um trabalhador em café, um marceneiro, um barbeiro, um carregador, um intelectual proletário, outros trabalhadores cujos ofícios especiais a redação ignora (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 3, grifos do jornal).

Tal aspecto demonstra a preocupação com o valor social empreendido por tais práticas relacionadas à escrita, das quais os trabalhadores se apropriavam. Sinalizaram o ofício de cada trabalhador na construção do texto, demonstrando a diversidade com relação às práticas social e cultural, de maneira coletiva. Além da ênfase na escrita por trabalhadores, como exposto no título da publicação, podemos ressaltar a heterogeneidade dos ofícios composto por gráficos, tecelões, empregados do comércio, marítimos, entre outros que se pode ver na citação.

Esses estímulos dados às dinâmicas podem ser observados em diferentes periódicos de cunho operário que tinham por objetivo o caráter de propagação e órgão de classe. O periódico *A Classe Operária* também reforçava o seu caráter formativo ao estimular a união para a organização e luta em prol da transformação social por meio de diferentes iniciativas com “palestra com outros camaradas, no lar, nas oficinas, etc.” (*A Classe Operária*,

04/07/1925, p. 2). Como expressões de suas vozes, os trabalhadores reivindicavam e demonstravam suas leituras acerca da cidade. Denunciaram as precárias condições de transporte, de moradia, de espaços e as diferenças salariais entre trabalhadores e trabalhadoras.

É interessante observar a diferença referente ao destaque sinalizado pelo jornal com relação ao “intelectual proletário” e como havia também outras distinções no que diz respeito a outras profissões que não foram especificadas. Sobre o intelectual proletário, é possível considerar o trabalhador em seu ofício, contemplando a dedicação à sua formação, incluindo leituras valorizadas ao mundo do trabalho e que possibilitassem pensar e refletir criticamente nos aspectos político, social e cultural, atento também às demais práticas educativas. Vale ressaltar que, de acordo com a publicação, a própria “redação ignora”, ou seja, ofícios de trabalhadores que participaram da construção e que, segundo o periódico, não foram especificados (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 3, grifos do jornal).

Tal discriminação com relação aos ofícios também se articulava com essa diversidade, indiciando uma suposta valorização de algumas profissões, inclusive entre as classes trabalhadoras, demonstrado na escolha e na ausência de determinadas especificidades laborais. Registro que permite inferir que um jornal operário, crítico à aspectos da imprensa comercial, não estava isento de hierarquizar profissões e saberes. Como produções de sua época, também demonstrava o que era valorizado, questionado para aqueles que se colocavam sobre determinados assuntos e temáticas, demonstrando articulações em comum, consensos e dissensos.

Por meio das publicações pode-se inferir um desejo pela formação que contemplava um adensamento concernente às leituras realizadas, de maneira a formar trabalhadores preocupados com a dimensão crítica e reflexiva. Sob este aspecto, o intelectual proletário estaria associado ao comprometimento com a dedicação e apropriação de leituras potentes acerca das formulações e interpretações da realidade em que atuavam. É possível perceber as táticas envolvendo as funções sociais do jornal articuladas aos movimentos dos trabalhadores. Essas formas de interação são reveladas em diferentes publicações, a exemplo da matéria intitulada *A ti, leitor*, de 6 de junho de 1925 de *A Classe Operária*. Para atingir determinados objetivos, utilizavam também mensagens aguerridas, chamando a “responsabilidade” do trabalhador no tocante a difundir o jornal, bem como as aspirações da classe pelas fábricas e oficinas (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 3).

Pode-se notar a perspectiva pedagógica, de luta e resistência do jornal em diversas instâncias. A preocupação com a linguagem acessível, a importância das reuniões como

espaço de construção de conhecimento propagação e aprendizado, o registro do material de estudo como instrumento de luta e de formação e apontamentos sobre a necessidade de criação de escolas e centros de cultura. A ênfase no registro de estudo com um conteúdo que pressupõe planejamento e articulação ficou destacada em:

Material para estudo:

Sobre os mártires: a “Voz Cosmopolita” n. 45 e “A Classe Operária” n. 3 e 10. Sobre a exploração: a coleção de A Cl. Op e o manifesto de novembro de 1925 aos operários em fábricas de tecidos. Sobre o imperialismo: A Cl. Op. n. 2, 6, 8, 10, 11 e 12, e as teses do 2º Congresso. Sobre o socialismo: A Cl. Op. n. 2, 9, 10, 11 e 12, a “Voz Cosmopolita” n. 72 e seguintes, e os jornais “7 de novembro” e “Vladimir Ilitch”. Sobre o anarquismo: o “Movimento Comunista”, o “Rússia Proletária”, “A Voz Cosmopolita” n. 74 e o manifesto de janeiro de 1926 publicado no Rio Grande do Sul. Sobre o capitalismo: o Programa e o ABC de Bukharine. Sobre a reação: A Cl. Op n. 12 e a Carta da A Cl. Op. Sobre Lenin e a revolução russa: o “Movimento Comunista”, “o Rússia Proletária”, o “Rússia dos soviets”, o “7 de Novembro” o “Vladimir Ilitch”, tec. (*A Classe Operária*, 1/05/1926, p. 5, grifos do jornal).

O trecho extraído da edição comemorativa do jornal possibilita observar uma organização quanto à seleção de textos com as temáticas centrais. Diante do exposto, evidencia-se o caráter formativo que destaca uma série de obras e autores voltados às proposições das classes trabalhadoras, a partir de um eixo orientador segundo seleções e escolhas previamente estabelecidas. Elenca-se, desta maneira, jornais construídos com a participação de trabalhadores, a exemplo de *Voz Cosmopolita* e *A Classe Operária*, além das teses do segundo Congresso Operário Brasileiro. Percebe-se inclusive a valorização por produções de perfil operário e elaboradas por e com trabalhadores, compondo o plano de estudo, uma forma de ressaltar as suas próprias construções como base nos processos de leitura e apreensão de conhecimentos. A organização do estudo conta ainda como a seleção de textos do movimento operário da Rússia, com ênfase nas influências de Lenin⁶⁰ e na obra de Burkharine⁶¹.

Dentre as reivindicações também previa escolas públicas nos grandes estabelecimentos agrícolas, manutenção a ser custeada pelos respectivos proprietários” (*A Classe Operária*, 1/05/1926, p. 5). Ou seja, observamos que, ao passo das críticas com relação ao governo estatal e à escola pública propriamente dita, as escolas públicas foram um caminho pensado e pontuado em grupos e lideranças políticas. Aos trabalhadores das cidades, além de demandas em perspectivas gerais destinadas ao aumento salarial e a jornada de oito

⁶⁰ Vladimir Ilitch Ulianov, Lenin (1870-1924) foi um político, comunista, líder da revolução socialista e chefe de governo da Rússia (1917-1924) e da União Soviética (1922-1924).

⁶¹ Nikolai Ivanovich Bukharin (1888-1938), líder e político russo.

horas, constava a especificidade da jornada de sete horas para as mulheres e de seis para os menores. “Direito de atrasar-se cinco minutos. Controle, pelos sindicatos operários, da lei das férias anuais. Licença, às operárias, de oito semanas antes e oito semanas depois do parto, e pagamento integral. Auxílio do Estado às cooperativas. Controle operário sobre a produção”. Acerca das reivindicações políticas também se enfatizou os direitos de promover reuniões, encontros em praça pública e o direito de livre associação para os operários da Light, Mocanguê, América Fabril, S. Félix, Cachoeira, Muritiba etc. (*A Classe Operária*, 1/05/1926, p. 5).

Foi ressaltado o respeito às associações e aos jornais operários, destacando a revogação do fechamento do periódico *A Classe Operária*, imposto no ano de 1925 e da lei de imprensa que dificultava a vida dos jornais proletários. Livre propaganda, restituição dos milhares de livros e folhetos confiscados e nenhuma confiscação da literatura comunista pelos Correios, além de leitura e propaganda dos jornais operários dentro dos locais de trabalho. Conquista dos menores e das mulheres trabalhadoras na luta de classes, reconhecimento dos sindicatos por parte do patronato, comemoração do Primeiro de Maio sob o ponto de vista da luta de classes.

Dentre as pautas enfatizadas nas “reivindicações e palavras de ordem” documentadas na edição do 1º de maio, registraram melhores condições sociais, de moradia, de trabalho, aumento dos salários, direito de livre associação e opinião política, bem como a demanda por se instalar em cada fábrica uma “escola de trabalhadores – criada e dirigida por trabalhadores, para trabalhadores”, incluindo “Escolas profissionais para os filhos dos trabalhadores sustentadas e mantidas pelo Estado” (*A Classe Operária*, 1/05/1926, p. 5). Outra preocupação frequentemente pontuada refere-se aos maus tratos com relação aos menores. À vista disso, registra-se que deveria contar com “suspensão dos contramestres que maltrataram os menores”⁶² (*A Classe Operária*, 1/05/1926). Nota-se mais uma vez que, no processo pela emancipação de uma escola criada e dirigida por trabalhadores, também havia a perspectiva do incentivo estatal na defesa por escolas profissionais.

Considerar o alerta de Chalhoub (2001) acerca de experiências de trabalhadores no cenário carioca num contexto em que o trabalhar, viver, “como tudo de resto, deveria se

⁶² A partir de 1921 se esboçaram as políticas de assistência, de natureza paternalista-moralista, para os grupos populares, por meio da aprovação da Lei Orçamentária Federal. De acordo com Camara (2010), acentuou-se as desigualdades sociais, uma vez que a atuação não se centrava nos direitos para integração das crianças, mas em ações com predomínio no internamento e controle social (p. 266). No ano de 1927 foi criado o Código de Menores que buscou contemplar uma série de questões sociais e jurídicas relativas à infância. Foram lançadas as bases sobre o papel do Estado e medidas em relação aos menores abandonados e delinquentes (2010, p. 267).

enquadrar nos padrões morais da ordem burguesa que se impunha” (2001, p.171-172), nutre a inquietação no que se refere a educação e o educar. Somos provocados para além de interpretações que frequentemente enquadravam as classes populares pela falta (Costa, 2012), pela desqualificação, portanto aqueles que deveriam receber de forma passiva a instrução pensada pelos grupos de poder. Os percursos por meios de suas produções, sendo os jornais operários uma dentre outras existentes, demonstram vestígios de como trabalhadores e trabalhadoras pensaram e criaram estratégias para sua educação e de seus filhos. Segundo essa perspectiva de análise, não se exclui as defesas por parte das classes trabalhadoras pela instrução ofertada pelo Estado e as reivindicações desta como direito, assim como se contempla debates, iniciativas e outras concepções de educação discutidas nas primeiras décadas do século XX. Com efeito, no próximo capítulo buscamos trazer iniciativas educativas pleiteadas e efetivadas por e com a participação de trabalhadores.

2 EDUCAÇÃO POPULAR E EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS PELOS IMPRESSOS OPERÁRIOS

2.1 As múltiplas experiências e iniciativas educativas

No contexto das primeiras décadas da República, a educação foi uma temática debatida por muitos grupos sociais, sob diversas perspectivas. Em prol de sua expansão na capital federal, ações e estratégias foram pensadas tanto pelo governo, quanto por grupos assistencialistas e de iniciativa privada, bem como por uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras que reivindicavam a oferta por ensino público. Pelos jornais podemos analisar como os movimentos educacionais viam nas escolas públicas uma forma possível de oferta de ensino para as classes populares. Nesse sentido, defenderam e pleitearam espaços de ensino oficial, mas ao mesmo tempo propuseram sentidos e significados alternativos aos difundidos pelo ensino estatal.

Com isso, vale ressaltar que havia durante a década de 1920 uma intensa mobilização por parte do Estado em propagar o ensino oficial, na busca pela expansão da oferta de instrução pública, inclusive no contexto de projetos reformadores da educação. Entretanto, em paralelo a isso, outras concepções de educação e práticas de ensino foram debatidas, segundo lógicas e orientações diversas. A título de exemplo, difundida durante o início do século XX, elementos da concepção da pedagogia libertária exerceram influências. As propostas desse modelo de educação ganharam nas escolas operárias⁶³ notória expressão, mas influenciaram outras práticas educativas. Nela, as relações entre professores e estudantes eram vistas de forma colaborativa e construtiva. Defendia-se o ensino laico e a valorização da ciência. A ênfase do conhecimento estava articulada à experiência e à observação, ao contato com a natureza, tendo como premissa o ensino racional, adotando a ciência como método.

A educação libertária se baseava na autogestão, coeducação dos sexos, educação integral, estímulos por processos educativos baseados na autonomia e cooperação. A

⁶³ São alguns exemplos de Escolas operárias em diferentes regiões do Brasil nas primeiras décadas do século XX: Escola da União Operária de Franca em São Paulo no ano de 1912. No mesmo ano União Operária de Livramento no Rio Grande do Sul. Ainda no Rio Grande do Sul, em 1914, Escola de Ensino Racionalista. Em São Paulo as Escolas Modernas n.º 1 e n.º 2. Escola dos Operários em Construção Civil em Pernambuco em 1914. No mesmo ano em Bauru a Escola Moderna Sociedade da Luz. Universidade Popular de Cultura Racional e Científica em São Paulo no ano de 1915. A Escola Moderna, Instituto de Educação e Ensino Racionalista no Rio Grande do Sul 1919, Escola Racional Francisco Ferrer em Belém no ano de 1919. Em 1921 a Liga Operária de Sorocaba (Machado, 2020, p. 179-180).

iniciativa de *A Colmeia*⁶⁴ contemplava o valor da formação integral do ser humano, suas experiências e habilidades em prol de suas ações individuais, bem como o auxílio mútuo e ao mesmo tempo incluía o ensino técnico e profissional. Nota-se a preocupação com o pensamento crítico, reflexivo e as especificidades por meio de um trabalhador com as qualificações para seus determinados ofícios. A concepção de educação numa dimensão ampliada que integra e agrega cultura, política e saberes profissionalizantes.

É nesse sentido que experiências educativas de perfis diversificados influenciaram espaços formativos, bem como promoveram intervenções sobre a educação e instrução das classes trabalhadoras. A imprensa, então, mais do que propagar ideias da educação e escolas com tendências anarquistas, socialistas, apresentava-se como um instrumento educativo que demonstrava formas variadas de educação. Sob este aspecto, pode-se observar pensamentos de cunho libertário que questionavam as escolas oficiais devido ao caráter de reproduzir o modelo burguês e acentuar as desigualdades.

No jornal *Voz do Povo*, no ano de 1920, foram veiculadas inúmeras publicações relacionadas à educação e à instrução, reverberando as concepções de educação que estavam em debate à época. A coluna do periódico *Voz do Povo*, intitulada *Educação e Ensino*, trazia informações referentes à abertura de cursos, muitos deles diurnos e noturnos, aspirações de criação de uma escola de trabalhadores, assim como os debates e iniciativas de associações que, coletivamente, articulavam-se em busca de estratégias para a educação e instrução dos trabalhadores e de seus filhos.

Em alguns movimentos sobre suas vidas, é possível atentar para atuações que dão a ver como os processos formativos podem ser compreendidos para além da escolarização sistematizada, referente ao ensino por meio de escolas e cursos. Pedidos de conferências, reuniões, assembleias e organizações de festivais, por exemplo, podem ser analisados como rastros da presença de iniciativas educativas de perfis variados. Nesta direção, acerca de um projeto cultural vindo do movimento operário, Batalha (2004) assinala que:

Por cultura entende-se não apenas a produção cultural, no sentido de peças de teatro, conferências, mas as celebrações, os costumes, as normas que regulam as associações operárias. Em outras palavras como através dessas práticas e desses

⁶⁴ *A Colmeia* foi um projeto educacional fundado em Rambouillet na França. Tratava-se de uma experiência educativa visando a educação integral, autogestão, a partir da articulação da construção dos conhecimentos com a prática (Faure, 2015). Os pesquisadores Marques e Silva (2015) analisam *A Colmeia* como uma experiência "muito mais que uma escola libertária, laica e livre. Constituiu-se como um espaço de vida comunitária libertária, onde as crianças e adultos viviam numa propriedade rural, numa verdadeira comunidade educativa autogestionada e com orientação cooperativista. Funcionou de 1904 a 1917 numa área de 25 hectares de bosque e abrigava, aproximadamente, 40 crianças" (2015, p. 13). A primeira edição da referida obra de Sebastian Faure foi traduzida e editada por Antonio Bernardo Canellas no ano de 1919.

rituais os membros das associações percebiam o mundo e a si mesmos (2004, p. 96-97).

Apresentando elementos culturais nos espaços sociais de trocas e interações, o autor destaca os processos formativos por meio de vivências individuais e coletivas. Com base nessa compreensão, os jornais foram um instrumento de propagação e difusão de iniciativas diversificadas com caráter formativo e que constituíram uma cultura associativa plural, composta por encontros, diálogos e ações envolvendo pensamentos e ações das classes trabalhadoras. Com relação às transformações culturais relativas ao movimento operário no decorrer das primeiras décadas do século XX, Hardman (1984) destaca:

No ascenso do movimento operário que se deu a partir do final da I Guerra Mundial [...], os grandes jornais diários anarquistas passam a anunciar outro tipo de reunião operária. Com efeito, a tradicional ‘festa de propaganda’ realizada em salões das ligas e entidades de classe foi substituída por ‘festivais’, ‘piqueniques’ e excursões a lugares públicos, ao ar livre, patrocinados pelos jornais da imprensa operária (1984, p. 38, grifos do autor).

A partir dos jornais operários, com o surgimento de *A Plebe* em 1917, em São Paulo, e *Voz do Povo*, no Rio de Janeiro, no ano de 1920, Hardman reconheceu uma permanência com relação aos anúncios de festivais, fato este observado ao longo dos “anos 20-30” (1984, p. 38). Enfim, pode-se inferir acerca do caráter educativo quanto a essas iniciativas coletivas, eventos que reuniam um quantitativo significativo, desde a organização à realização, além das seleções e estudo sobre os conteúdos relativos às programações.

Pode-se notar o desejo de conquistar o direito à educação pública, que aliasse instrução técnica a especificidades com princípios de uma escola operária, a exemplo da divulgação das matrículas abertas da Escola Profissional Visconde de Mauá⁶⁵, na Estação Marechal Hermes. O texto registrou uma iniciativa, resultado de “um estabelecimento da Prefeitura, mas dirigido pelo camarada Orlando Corrêa Lopes”⁶⁶. Demarcou a direção do “camarada” como uma possível ênfase de aproximação ou identidade com as classes trabalhadoras. Promoveu e recomendou, estimulando os trabalhadores a “colocar seus filhos com grande proveito” sem nenhum pagamento, com merenda e oferta gratuita de “livros,

⁶⁵ A respeito da Escola Profissional Visconde de Mauá, conferir: Gaze (2013); Esteves (2014).

⁶⁶ Sobre o anarquista Orlando Corrêa Lopes (1872-1927), conferir a dissertação de Gaze (2013). Entre 1916 e 1927 foi diretor da Escola Profissional Visconde de Mauá. Gaúcho, o engenheiro e jornalista de profissão Orlando Corrêa Lopes (Gaze, 2013, p. 60) foi redator no jornal *Correio da Noite* (1907-1912) e escreveu em *A Época*. Em periódicos de perfil anarquista colaborou em *A Vida* nos anos 1914 e 1915, *Na Barricada* (1915-1916), no ano de 1919 em *O Germinal* do Rio de Janeiro e em 1922 e 1923 na *Revista Liberal*. Foi um dos criadores do Centro de Estudos Sociais no ano de 1913 (Gaze, 2013, p. 60-61).

papel, tinta, penas, lápis, roupa para o trabalho e almoço” (*Voz do Povo*, 15/03/1920, p. 2). Instrução com “curso primário, curso de teoria, há um curso de desenho e de matemáticas elementares” (*Voz do Povo*, 15/03/1920, p. 2). A instituição dispunha de oficinas com ensino de carpintaria, marcenaria, torneiro mecânico, ajustador mecânico e pedreiro, afirmando que seguiam “os métodos americanos, que por sua vez, são aperfeiçoamentos dos processos russos, ensina-se na rua Visconde de Mauá a técnica de todos os ofícios acima” (*Voz do Povo*, 15/03/1920, p. 2).

Como desenvolve Camara (2010), na década de 1920 percebe-se propostas de intervenções sobre o processo de expansão da instrução pública, difusoras de um modelo ideal com teor de adequar os sujeitos e grupos populares na construção de uma identidade nacional. Projetos foram arquitetados por grupos no poder com a finalidade de promover a almejada modernização da cidade. Estratégias para a educação e instrução das classes populares foram concebidas com o intuito instituir uma educação regeneradora dos males sociais, formadora dos princípios para o controle, a ordem e o progresso.

A par dessas referências, compreende-se que esse projeto, com base em uma civilização pretendida com os ideais republicanas por parte das elites, teve a educação como um de seus instrumentos de ação e disseminação de uma ideia redentora da sociedade a ser desenvolvida mediante intervenção e controle estatal. Reformas administradas com o crescimento de discursos higienistas e eugenistas encaminharam intervenções na cidade. Neste contexto, experiências variadas podem ser percebidas⁶⁷, acerca das propostas em âmbito educacional (Vidal, 2007; Camara, 2010). No período em questão, ampliou-se a defesa pela escola para todos e as discussões sobre a democratização do acesso e da igualdade de oportunidades. Em alguma medida, diferentes movimentos objetivavam modificar a estrutura escolar lançando outras bases para a educação e para o ensino praticado.

Em uma das suas primeiras edições, *Voz do Povo* se reportou *Aos nossos leitores*, destacando que iniciaria “brevemente a publicação de novas seções dedicadas à instrução dos trabalhadores” (*Voz do Povo*, 7/02/1920, p. 3). Também foi sinalizado um planejamento com uma coluna específica abarcando a temática da educação, prevista para edições posteriores, encarregada de divulgar movimentos de associações como estatutos, que demonstravam em suas pautas ações em prol da educação. Essa preocupação com a mobilização e circulação por conteúdos pôde ser percebida em diferentes publicações.

⁶⁷ Dentre os diversos debates promovidos por várias vertentes, encontra-se o movimento que vai contribuir para lançar as bases e diretrizes de uma nova política de educação, conhecido como Escola Nova, tendo como documento síntese de sua ideia, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

Os periódicos demonstravam, ainda, o interesse em abordar temas educativos em diferentes dimensões que os constituem. Desde aspectos associados a aulas, cursos e escolas até outros elementos formativos da vida, como os voltados para o lazer e a arte, estiveram no radar de alguns grupos e associações. Sob o título *Sociedade Recreativa Operária* veiculada no *Voz do Povo*, de 8 de outubro de 1920, expressou-se o desejo por um grupo destinado ao lazer das classes trabalhadoras (*Voz do Povo*, 8/10/1920, p. 2). Analisando a temática dos conteúdos, a materialidade e natureza do jornal com o local em que as matérias estavam dispostas, percebemos ao lado da publicação a expectativa com a fundação da referida agremiação outra matéria intitulada *Escola primária da C. Civil*⁶⁸. Nesta, é possível observar a solicitação por parte da comissão da União dos Operários em Construção Civil destinada às associações co-irmãs, a fim de prestar contas para o planejamento da escola.

Percebe-se uma intenção em trazer conteúdos diversificados, elementos que eram consumidos, partilhados e debatidos por diferentes atores sociais, que por sua vez demonstram representações de práticas e experiências que desejavam ser expandidas e como a educação era pauta em suas diversificadas nuances. Na mesma página ainda pode ser observado a publicação do *Festival no Teatro Lírico* e informações de *Grande Festival* em São Paulo “em benefício” do jornal *A Plebe* e em celebração ao Francisco Ferrer⁶⁹ (*Voz do Povo*, 8/10/1920, p. 2). A celebração do pedagogo anarquista espanhol indicia o vestígio do apreço pela concepção de educação libertária defendida pelo intelectual.

Articulados às mobilizações elaboradas pelos trabalhadores, os festivais foram instrumentos educativos e de lazer, organizados por muitas associações. No *Festival associativo* fica evidenciado o caráter educativo, sendo percebidas defesas por uma educação comprometida com a questão social das classes trabalhadoras. Foi informado como o evento promovido na sucursal de Cascatinha, da União dos Operários em Fábricas de Tecidos Petrópolis, contou com a colaboração do Grupo Dramático de Cascatinha, realizando um espetáculo “muito concorrido em benefício das Escolas que a União mantém e onde tantas crianças e adultos já recebem a instrução, tanto em Petrópolis como em Cascatinha” (*Voz do Povo*, 25/08/1920, p. 2). Para além da relevância educativa dos festivais, convém ressaltar suas outras finalidades, como a de angariar verbas, muitas vezes para criação de bibliotecas,

⁶⁸ Escola Primária da Construção Civil.

⁶⁹ Francisco Ferrer foi um educador catalão, um dos expoentes que explorou os ideais anarquistas e que influenciou muitas experiências educativas com a criação da Escola Moderna de Barcelona em 1901 (Ferrer Y Guardia, 2014). No ano de 1909 foi assassinado sob argumentos de promover ameaças à ordem social.

financiamentos de periódicos de perfil operário e, como neste caso, para auxiliar em escolas e cursos.

O festival contou com diversas iniciativas educativas, como a leitura da palestra pelo professor Pinho “tratando do *Valor e da Necessidade da Associação e da Organização Operária*”. Foi ressaltado o valor dado ao “caminho associativo” “e aos benefícios de trabalhadores de amanhã” por meio do trabalho e dedicação (*Voz do Povo*, 25/08/1920, p. 2). Presume-se os planejamentos de muitos festivais que buscavam diversificar suas atividades e proporcionar artes, música, dança, palestras com temáticas selecionadas segundo critérios previamente estabelecidos, como neste que contou com “a representação do drama de caráter social *O Operariado* e que teve muito bom desempenho pelo grupo de amadores” (*Voz do Povo*, 25/08/1920, p. 2), seguido por ato de ilusionismo e a representação de uma comédia. Esta, por sua vez, foi avaliada como inapropriada pelas “frases de duplo sentido que continha e ao seu nenhum interesse social”. Sob esta perspectiva, foi destacado como “Os operários não deverão aceitar, em suas festas educativas, tudo aquilo que não concorra para a elevação do caráter moral dos trabalhadores” (*Voz do Povo*, 25/08/1920, p. 2). Além da defesa pelo associativismo, é perceptível como os trabalhadores foram convocados, de forma ativa, a analisar a coerência das propostas desenvolvidas, bem como a participar das experiências formuladas entre eles.

Nota-se a função educativa dos diferentes movimentos e o receio de que tais práticas despertavam, tal fato que se comprova com as proibições por parte do governo, como o veto ao festival que se realizaria na Quinta da Boa, exposto na edição de 3 de outubro de 1920. Como tática, os trabalhadores que já possuíam ingressos seriam realocados para o festival no Jardim Zoológico com permissão da União dos Operários em Construção Civil (*Voz do Povo*, 03/09/1920, p. 1).

Observa-se uma manobra para ampliar a vendagem do jornal associada à divulgação do Festival do Jardim Zoológico, que incluía o acesso livre às crianças, tendo direito ao “ingresso quando portadores de um exemplar [do dia] da *Voz do Povo*”. Tal ação incide no estímulo pela propagação do jornal para participar do evento com extensa programação, iniciando com a visita ao jardim às 10 horas, corridas de bicicleta, luta romana, jogo do pau, corridas de obstáculos, futebol e conferência. Interessante ainda é a declaração da União dos Operários em Construção Civil, ao declarar feriado em 12 de outubro, o dia do festival (*Voz do Povo*, 12/09/1920, p. 2).

O *Grandioso Festival* no Centro Galego foi divulgado com data para se realizar no dia 23 de outubro, a aquisição do ingresso dava direito de acesso à acompanhante. Promovido

pela Aliança dos Empregados no Comércio e Indústrias, sua realização tinha como objetivo angariar fundos para a construção de uma biblioteca. A organização exposta incide para o planejamento e valorização da “Noite de Arte e Alegria!” e contava com “conferência literária, por um conhecido conferencista”, “selecionado cabaré” com atores e atrizes da Capital, além de um baile familiar. Destaque para o espetáculo de “uma banda de música e uma orquestra de 25 professores” (*Voz do Povo*, 16/10/1920, p. 3).

Com objetivos diversificados, a programação contemplava aspectos para atrair grupos específicos tendo como propósito angariar verbas, muitas vezes como forma de incentivar projetos. Dentre muitos festivais que reuniram um público variado, o jornal *Gazeta de Notícias*, de grande circulação, divulgou a iniciativa do Centro Beneficente dos Operários Municipais⁷⁰ que visava “atrair, principalmente, a criançada” com programação no Jardim, às 13 horas da tarde, em benefício da Escola Operária mantida pelo Centro (*Gazeta de Notícias*, 22/08/1926, p. 11).

Figura 9 – Anúncio do Festival



Fonte: *Voz do Povo*, 22/11/1920, p. 2.

Ao tratar de informações sobre a apresentação teatral de um grupo artístico, outra coluna regular intitulada *Os cartazes do dia* indicia para a dimensão educativa das peças teatrais, sendo estas manifestações culturais que foram divulgadas com títulos e temáticas variadas no jornal *Voz do Povo*, no ano de 1920. Pensar em como as classes trabalhadoras debateram e pleitearam o acesso à instrução pública e atuaram para efetivar formas de educação e instrução possibilita analisar formas diversificadas de ações em seu cotidiano.

⁷⁰ Segundo a publicação, o Centro possuía sede à Rua Visconde de Itaúna, número 341.

Assim como o impresso, cada qual com suas particularidades e configurações, as peças teatrais buscavam, essencialmente, criar possibilidades de conhecimento e valorização das artes. Com seu acesso, apreensão e ressignificação, a arte buscava propiciar uma transformação interna a partir da interpretação do público. Neste caso, também é possível sinalizar a articulação com a escolarização e iniciativas que abordavam a criação e manutenção de escolas. O discurso divulgado no jornal celebrou a proposta, “pois o produto destes espetáculos destina-se para combater um dos maiores males que afligem a Humanidade – o analfabetismo”. Segundo a publicação, o valor arrecado pelos festivais promovidos seria destinado para abertura e manutenção de escolas (*Voz do Povo*, 09/11/1920, p. 2).

Para tal, os jornais, os estatutos e as iniciativas, a exemplo de organizações de festivais, planejamento e divulgação para aulas, cursos diurnos e noturnos de especificações variadas, ainda que com intensos enfrentamentos e tensões de cunho econômico, político e social, demonstraram como as classes trabalhadoras buscaram exprimir e registrar suas defesas e proposições acerca de sua educação e sua instrução. Ao tratar da educação considerando a escolarização e outras práticas cotidianas que não necessariamente passam pela escola, Costa (2016) demonstra como “essas dimensões da existência das classes trabalhadoras geralmente são subestimadas, especialmente quando se trata da educação voltada para elas no século XIX” (2016, p. 146). Salienta ainda como a temática que trata do “cotidiano” e da “experiência” por vezes não recebe a devida atenção enquanto aspectos formativos e munidos de saberes outros, conhecimentos da prática da vida cotidiana que muito possui de sentidos, significados e apropriações.

Por sua vez, Biccas (2020) destaca as marcas do processo educacional brasileiro ao estudar os desafios da Educação de Jovens e Adultos em perspectiva histórica. Dessa forma, realiza uma reflexão quanto à perspectiva de análise baseada na falta e na ausência presentes na educação das classes populares, isto é, como deixamos de contemplar importantes iniciativas pleiteadas e efetivadas com a participação de grupos populares. Para tal, a autora problematiza a construção de um discurso historicamente reproduzido na compreensão da educação e formação das classes populares como uma questão baseada no problema a ser solucionado pelo Estado, analisado, sobremaneira, pelas lacunas e com ideias de uma escolarização como homogeneização social (2020).

Portanto, sob este ângulo de análise, era reservado àqueles grupos a ideia de que precisavam receber a instrução com finalidades de “regenerar”, “nacionalizar”, “civilizar”, muitas das quais contribuíram para estigmatizá-los. Passando por vertentes associadas a questões étnico-raciais, de classe e gênero, em um projeto de construção de identidade

nacional difundido à época. Com essas provocações, a pesquisadora nos apresenta reflexões que evidenciam outras experiências que tratam de conhecimentos e de saberes em diferentes localidades, bem como por diversos sujeitos. Perspectiva que, por sua vez, considera as relações compreendendo estratégias, iniciativas e formas de educação de grupos populares, ativos no processo histórico de conquista por sua educação.

2.2 Educação associativa: ação coletiva dos trabalhadores por sua instrução

Os debates em torno da educação e instrução foram constituídos pela heterogeneidade que compunha os atores e grupos sociais, construtores das múltiplas ideias que se apresentaram, não só nos jornais operários, mas também em diversos espaços formuladores de ideias sobre o que era valorizado e almejado socialmente. Assim, percebemos processos educativos que se aproximavam da concepção de educação desenvolvidos pela instrução pública em consonância com o poder estatal e os valores burgueses. Simultaneamente, nota-se defesas por noções pedagógicas também diversificadas, muitas delas diferentes e/ou alternativas que, em alguma medida, buscaram se distinguir do sistema estatal.

Analisando a educação escolar e outros processos formativos, Gallo (2012) analisa as possibilidades que contemplam a dimensão educativa no cotidiano de homens, mulheres e crianças pertencentes às classes trabalhadoras. A essa concepção de educação que considera os elementos constitutivos da formação das classes trabalhadoras, o autor assegura que:

Assim, vemos, como parte dos processos educativos, cursos para adultos, palestras, seminários, ciclos de conferências, mas também um forte investimento em uma imprensa libertária, com a publicação de jornais e revistas, livros e panfletos a serem distribuídos de maneira mais ampla possível. Vemos ainda o teatro como instrumento importante de educação, de certa forma recuperando o sentido social e formativo que as tragédias encenadas em praça pública tinham para os antigos gregos. As festas e manifestações coletivas complementaram esses esforços de educar as mentalidades, construindo uma outra forma de vida orientada pela solidariedade, pela liberdade, pela não exploração (2012, p. 170).

Corroborando as ideias do autor, percebe-se como essas experiências construídas perspectivaram lutas por escolarização, concepções de educação e vivências por diferentes processos educativos que não necessariamente passavam pela escola, a saber: nas artes, nos festivais envolvendo teatro e bandas musicais. Em nossa compreensão e, em consonância com as reflexões levantadas por Gallo (2012), esse desejo presume ações coletivas, liberdade e a

não exploração que vislumbravam no sentido de construir a transformação social, compondo aspectos da cultura associativa, cuja educação possuía diferentes pensamentos e ações. Por isso, a educação, percebida, produzida e apropriada em diferentes âmbitos do cotidiano dos trabalhadores, pode significar uma mudança no sentido de propor uma “emancipação social” em relação às conduções governamentais da época.

A “emancipação” mencionada em diferentes espaços de sociabilidades (a exemplo da imprensa, dos encontros promovidos por conferências, festivais, assembleias e demais reuniões organizadas pelas associações) foi pauta constantemente debatida pelas classes trabalhadoras. Associada a essa demanda, discutia-se por uma escola pensada *por e para* trabalhadores junto a outros grupos sociais, questionando a concepção de educação que se delineava em conformidade com uma nova ordem social difundida no contexto da Primeira República. Em relação a esses espaços de sociabilidade que dialogam com a construção dos trabalhadores por meio de suas ações coletivas, podemos observar, como destaca Maciel (2016), que:

Um inventário das memórias dos trabalhadores cariocas nos leva para os espaços coletivos onde se constituíram práticas associativas e laços de solidariedade de classe e que podem ser apreendidos a partir dos endereços das redações e escritórios de jornais e órgãos de propaganda, das sedes sociais de associações, ligas, uniões, sociedades e partidos, de tipografias e gráficas, clubes, bibliotecas, escolas e teatros, assim como os principais trajetos e espaços públicos de comemorações e/ou protesto na cidade. Misturada a essa sociabilidade de caráter classista que se constituía no cotidiano dessas organizações, articulavam-se outras formas associativas – clubes, salões, sociedades – de vários tipos (carnavalescas, literárias, dramáticas, musicais), que remetem para a constituição de uma cultura popular múltipla e profundamente enraizada na cidade do Rio de Janeiro (2016, p. 437-438).

Para além das atuações em diferentes espaços sociais que trazem a questão dos grupos que desenvolveram formas de organização envolvendo o dinamismo das classes trabalhadoras, o “caráter classista” e militante das organizações, Maciel (2016) chama a atenção para aspectos importantes na análise das condições que proporcionaram a educação, ao mencionar formas associativas de origens diversas. Em consonância com a autora, essa diversidade tocante aos movimentos de associações possibilita conhecer experiências de trabalhadores, com participações em iniciativas em prol de uma concepção de educação que defendia a instrução, a escola e outras práticas educativas.

Trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres comuns no cenário carioca, constituíram e formaram, a partir de suas experiências, os cotidianos que também podem ser analisados na seção de *Voz do Povo A vida dos trabalhadores – Nos sindicatos, nas oficinas, nas obras e nas fábricas – Notas e informações*. Nessa coluna podemos acompanhar registros,

representações de experiências vividas nas associações, que nos permitem interpretar histórias por vezes suprimidas e invisibilizadas. Este caminho ajuda a compreender as escolhas das associações de trabalhadores selecionadas enquanto documentação elaborada por e com trabalhadores. Estas, por sua vez, demonstram estratégias de iniciativas educacionais, seja com ações empreendidas para criação e manutenção de bibliotecas, escolas ou processos educativos como eventos relacionados a teatro, cinema e demais práticas educativas não sistematizadas. Diferentes movimentos organizados em âmbito coletivo por meio de atas, assembleias e solicitações com pautas diversificadas demonstraram dinâmicas de trabalhadores em sua formação.

Ao tratar a “cultura associativa”, Batalha (2004) analisa “o hábito de associar-se, à tendência – facilmente observável no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX – de conferir uma certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas” (p. 96). Nessa premissa, acreditamos que os espaços sociais e suas construções têm um potencial que permite captar não somente anseios, como também projetos elaborados por trabalhadores/as.

No *Boletim do 3º Congresso Operário* fica nítida como era entendida a importância dos sindicatos, visto não “só como uma arma para obter aumentos de salário, melhoramentos das condições oficinas, redução da jornada de trabalho, mas ainda como a célula da Sociedade Futura” (*Boletim do Congresso Operário*, 1920, p. 16). Há um indicativo de uma dimensão econômica, militante e política em uma compreensão ampliada de se pensar a sociedade, por meio de organização coletiva. Nesse sentido, mesmo que diversas em suas propostas, observa-se o valor atribuído à criação de escolas para trabalhadores por parte dos sindicatos e ou/associações.

Sob esta perspectiva, é possível inferir que durante a década de 1920 em diferentes associações de trabalhadores e trabalhadoras encontram-se evidências de experiências que revelam iniciativas educativas de operários e operárias. Muitas associações tiveram planos acerca da instrução, perspectivando instrumentos de formação educativa. Vale ressaltar a diversidade de perfis e configurações⁷¹, segundo a natureza das associações, sindicatos e o caráter das organizações de trabalhadores. As associações e uniões poderiam ser de perfil sindical, assistencial, mutualista, beneficente e política, geralmente articuladas a um partido político contando com categorias diversificadas de sócios e movimentações distintas, de acordo com seus objetivos.

⁷¹ Para conferir nuances e a complexidade das organizações de caráter mutualista e sindicalista, ver: (Batalha, 1999; 2000).

As organizações mutualistas prestavam algum auxílio, oferecendo apoio com relação a atendimento hospitalar, medicamentos e auxílio financeiro em sepultamentos. Também atuavam em algumas ações de festas, jogos esportivos e demais promoções de lazer⁷². As organizações de perfil sindical⁷³ possuíam uma atuação com maior embate no mundo do trabalho. Conforme Batalha, “Essas novas organizações surgiram com as denominações mais diversas: associação, centro, grêmio, liga, sociedade, união e, até mesmo, sindicato” (2000, p. 15). Ainda segundo o autor, a denominação associada à ‘resistência’ tinha a finalidade de se distinguir do caráter ‘benéfico’ das sociedades mutualistas (Batalha, 2000, p. 15, grifos do autor). Nos discursos e em algumas práticas poderiam ter diferenças significativas, no entanto, apresentavam elementos empreendidos por ambos os perfis de organizações, como auxílios, festas e demais eventos.

A partir de 1917, demarcava-se de forma mais direta os conflitos dos trabalhadores com capitalistas e forças associadas ao Estado e/ou patronato (Batalha, 2004). As proposições centravam-se com mais afinco nos direitos dos trabalhadores, relativo a uma ou mais categorias profissionais. Costa (2012) destaca uma transformação no perfil das organizações de trabalhadores⁷⁴ e como partilhavam o interesse por melhores condições de vida das classes trabalhadoras. Deste modo, o recenseamento do ano de 1920⁷⁵ contribuiu para pensar como estavam localizadas algumas associações à época, cujas iniciativas educativas foram conhecidas a partir dos jornais *Voz do Povo* e *A Classe Operária*. Possibilitou refletir também sobre o ativo movimento operário pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro. A área

⁷² Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MUTUALISMO.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

⁷³ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Sindicalismo.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

⁷⁴ A pesquisadora trabalha com cinquenta e duas associações de auxílio mútuo e beneficência entre o período de 1835 a 1912. Constrói importante quadro a partir do qual demonstra o perfil heterogêneo e o cruzamento das fontes para a construção das informações (Costa, 2019, p.100). De acordo com sua tabela, das cinquenta e duas associações registradas em sua pesquisa e o ano de fundação, após 1890 são: Associação Benéfica do Corpo de Oficiais Inferiores da Armada (1907), Associação de Classe União dos Pedreiros (aproximadamente (1903), Associação de Marinheiros e Remadores (1904), Associação de Resistência dos Cocheiros Carroceiros e Classes Anexas (1906), Associação dos Funcionários Públicos Civis (1904), Centro dos Operários Marmoristas (1903), Liga Federal dos Empregados em Padaria no Rio de Janeiro (1902), Partido Operário (1890), Partido Operário do Brasil (1892), Partido Operário Independente (1905), Partido Operário Socialista (1908), Partido Socialista Brasileiro (1906), Sociedade Benéfica Litográfica (1901), Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria (1898), Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café (1905), Sociedade dos Carpinteiros e Artes Correlativas (1903), Sociedade Operária do Jardim Botânico (1903), Sociedade Protetora dos Empregados Públicos (1906), Sociedade União dos Foguistas (1903), União dos Operários das Pedreiras (1901), União dos Operários Estivadores (1903), União Protetora do Comércio Volante (1912) (Costa, 2019, p. 100).

⁷⁵ BRASIL. Recenseamento geral do Brasil de 1920. Volume V. Rio de Janeiro. Typ. da Estatística. 1927. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6383.pdf> p.26(pdf). Acesso em: 3 set. 2023

portuária e a Cidade Nova, com até então, as freguesias de Santana, Espírito Santo e Santa Rita contemplavam associações como a União dos Operários Estivadores. Na Praça da República, a União dos Operários em Construção Civil. Também na região central, na Rua Senhor dos Passos, o Sindicato dos Alfaiates. Nota-se um dinamismo que envolvia diferentes iniciativas, dentre as quais reuniões, conferências, palestras e demais práticas sociais e educativas em prol dos interesses da classe.

Percebemos por meio dos periódicos uma série de associações, uniões e alianças que objetivavam reivindicar direitos sociais, abordando iniciativas educativas de perfis diversificados, seja por meio de escolas, cursos, aulas, criação e manutenção de bibliotecas. Foram selecionadas algumas associações na pesquisa documental, destacando-se as seguintes organizações, com base nas iniciativas educativas registradas pelas diferentes edições de *Voz do Povo*, a constar: União dos Operários em Construção Civil, da União dos Operários em Fábrica de Tecidos, da Aliança do Empregados do Comercio e Indústrias, da União Operaria Fabril de São Cristovão, da Associação dos Maleiros, dos Caixoteiros, Corrieiros, Selleiros e Artes Correlativas, União dos Operários Estivadores.

Quadro 3 – Associações de trabalhadores durante as duas primeiras décadas do século XX

ASSOCIAÇÕES	ANO DE FUNDAÇÃO
Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro (FOERJ) Essa Federação reuniu uma série de sindicatos.	1906?
União dos Operários em Fábrica de Tecidos	1917
União dos Operários em Construção Civil	1918
Aliança do Empregados do Comercio e Indústrias	1919
Associação dos Maleiros, Caixoteiros, Corrieiros, Selleiros e Artes Correlativas	1919
Aliança dos Caixeiros de Hotéis e Restaurantes ⁷⁶	1920?*
União Operaria Fabril de São Cristovão	1919
União dos Trabalhadores do Cais do Porto	
União dos Operários Estivadores	1903
Aliança dos Operários em Calçados	1919
Centro Cosmopolita	1903-1931? ⁷⁷
Centro de Empregados em Ferrovias	1903
União dos Alfaiates	1909

⁷⁶ O asterisco refere-se à imprecisão quanto à data de fundação da Aliança dos Caixeiros e Hotéis e Restaurantes. A esse respeito, conferir: (Batalha, 2009, p. 173).

⁷⁷ O período de atuação e de encerramento de muitas associações é incerto diante dos processos de sufocamento por parte das forças de governo e policiais.

União Geral dos Metalúrgicos ⁷⁸	1917
União dos Operários em Construção de Veículos	1918-? ⁷⁹

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados compilados por Batalha (2009).

Sem a pretensão de traduzir a totalidade das dinâmicas das associações e sociedades de trabalhadores, os dados selecionados revelam aspectos de registros, planejamentos e objetivos de grupos em prol da organização de setores de serviços. Assinalavam sua finalidade enquanto mobilizações coletivas e demonstravam os critérios de participação de trabalhadores e trabalhadoras. Muitas associações contavam com uma divisão de cargos administrativos relativos à organização e planejamento das associações. A partir delas nota-se como a frequência dos trabalhadores às assembleias era outro fator expressamente pontuado para o bom andamento das dinâmicas desenvolvidas. Algumas associações também eram criteriosas quanto à permissão para votar e ser votado aos cargos existentes, a exemplo de diretor, tesoureiro, secretários, dentre outros.

2.3 Experiências educativas pelos estatutos, assembleias e atas

Por meio dos estatutos, com diferentes ofícios em suas associações, grupos de trabalhadores buscaram agenciar esforços com estratégias diversificadas no que diz respeito às ações educativas. A publicação de estatutos de associações e organizações de trabalhadores pode ser compreendida como uma forma de (in)formar os trabalhadores e trabalhadoras, e mesmo dialogar com possíveis outros públicos leitores por meio do contato com os periódicos. Considera-se que, mais do que passar as normas, objetivos e finalidades de determinadas organizações, esses registros possuem caráter formativo e de interação com os trabalhadores.

Para Costa (2016), a cultura letrada e a instrução possuíam destacada importância nos debates e iniciativas das referidas organizações, com aspirações por aulas, bibliotecas e

⁷⁸ Com base nas informações compiladas por Batalha (2009), A União Geral dos Metalúrgicos, associação de perfil sindical, teve o início de suas atividades no ano de 1917, aderindo à União Geral dos Trabalhadores em 1918. No ano de 1920 “cedeu lugar à Federação Metalúrgica” (*Voz do Povo*, 06/02/1920, p. 3), proposta aprovada a partir do 3º Congresso Operário Brasileiro (2008, p. 278). Extinta a Federação Metalúrgica mediante a repressão em 1921, passou por processo de reorganização e funcionamento em 1922. Após a reforma dos estatutos, em 1926 houve mudança com nova “denominação para União dos Operários Metalúrgicos do Brasil” (Batalha, 2009, p. 278).

⁷⁹ União dos Operários em Construção de Veículos (Batalha, 2009, p. 270).

conferências. Deste modo, evidencia-se, com essas categorias e ofícios diversos, aspirações e expectativas referentes a iniciativas na busca por autonomia frente às adversidades. As produções por meio de estatutos e demais informações, como assembleias, reuniões e demais publicações demonstram práticas associativas de perfis e finalidades distintas, mas que atuavam em busca de suas representações.

O estatuto do Centro da Federação dos Homens de Cor (filial), registrando que o “centro é de auxílio mútuo e tem por fim desenvolver o intelecto e o moral dos seus associados e dos homens de cor do Brasil, com sede na capital” (Estatuto Centro da Federação dos Homens de Cor, 04/09/1920). Dentre os objetivos, estabelecia-se o de prestar auxílio aos associados, afirmando o intento de:

g) manter aulas diurnas e noturnas para os sócios e seus filhos. h) criar, por meio de [?] ou de aquisição, uma biblioteca para uso dos associados e de suas famílias. Aquisição por parte da sociedade só poderá ser feita quando os fundos sociais permitirem. i) manter aula de datilografia e, atendendo adiantamento dos alunos, organizar também aulas de línguas práticas e preparatórios, para as escolas superiores. j) promover, na sede e fora dela, conferências literárias, científicas, comemorações cívicas, representações de ofícios? e mais diversões (Arquivo Nacional Estatuto Centro da Federação dos Homens de Cor, 04/09/1920).

Observa-se a vontade de criar biblioteca e cursos em turnos, demonstrando um possível cuidado em contemplar rotinas de trabalho variadas, além de uma preocupação com a instrução de seus associados. A diversidade da oferta registrada é um ponto que merece atenção, contemplando aulas de: Datilografia, Línguas Práticas e preparatórios, aspectos estes que pressupõem uma postura interessada na profissionalização e especialização por meio dos estudos. Uma das perspectivas que consideramos como interesse em comum, ainda que apareça em propostas e práticas de acordo com suas particularidades, refere-se à dimensão educativa, relativa à promoção do desenvolvimento, comumente expressa nos estatutos. No âmbito de suas finalidades, registravam aspectos relacionados à promoção de “levantamento moral e intelectual dos trabalhadores”, como demonstrado no registro da União dos Operários Estivadores⁸⁰ (Arquivo Nacional – Registro de Sociedades Cívicas). Com base nessa compreensão, pelo registro, é possível perceber as proposições elencadas, como expresso a seguir:

⁸⁰ De acordo com Batalha (2009), a União dos Operários Estivadores, que aparece também como Sociedade União dos Operários Estivadores, teve sua fundação em 1903 com sede à Rua Senhor dos Passos no ano de sua inauguração. Com atuação, ainda que incerto, até 1930 (2008, p. 272). De perfil sindical e mutualista, no ano de 1903 chegou a 800 trabalhadores.

Registro da União dos Operários Estivadores

União dos Operários Estivadores tendo por fim ‘proteger e defender seus associados, trabalhar pelo levantamento moral, intelectual e material da classe, prestar auxílio aos associados, quando vítimas de injustiça, resolver as questões entre operários e patrões, comemorar solenemente o dia primeiro de maio seu aniversário, regulamentar as condições de trabalho, criar uma biblioteca e aulas de instrução, organizar um sindicato para o fim de contratar diretamente o serviço de carga e descarga dos navios e enfim procurar por todos os meios lícitos de estreitar os laços da solidariedade operária com todas as associações dentro e fora do país’ (Arquivo Nacional – Registro de Sociedades Cíveis – grifos do estatuto).

Os estatutos das sociedades e organizações de trabalhadores configuram-se enquanto produções construídas coletivamente por e com trabalhadores de diferentes níveis e graus de instrução. Constitui-se enquanto documento de cunho normativo para organização das relações e condições relativas ao trabalho, orientador para elaborações concernentes às questões econômicas, políticas e sociais.

A Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro, fundada em 28 de março de 1920, com sede em Niterói, à rua da Conceição, 165 – sobrado, registrou uma nota por meio da comissão executiva (*Voz do Povo*, 21/04/1920, p. 3) manifestando o desejo “em ativar a organização de associações operárias em todo o estado, principalmente nos lugares mais populosos”. Pediu auxílio para “as associações operárias que existem” no sentido de fortalecer o grupo enviando “correspondência, sugerir ideias”. A publicação sugere ainda que as associações encaminhassem seus estatutos para servir de “norma a constituir as novas associações” (*Voz do Povo*, 21/04/1920, p. 3). Tal orientação incide sobre a função social do periódico em registrar e comunicar o intuito em regulamentar as reuniões semanais, evidenciando o valor dado à sistematização dos movimentos e da dinâmica que indicia o tom formativo nestes espaços associativos.

Constava como finalidade nas Bases de Acordo da Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro (FOERJ) “empregar todos os esforços para melhorar as condições econômicas, profissionais e sociais dos mesmos, até a sua completa emancipação” (*Voz do Povo*, 23/09/1920, p. 2), ou seja, não estava explícito o termo educativo, por isso trabalhamos com a tese de que esses eixos orientadores dos “fins” registrados no estatuto são indicativos de finalidades educativas para os propósitos relatados. No interior da estrutura social, segundo a ordem vigente, as atuações de diferentes trabalhadores, inclusive na elaboração das bases de acordo da federação enquanto documento produzido pelos trabalhadores, permite perceber como se movimentavam e participavam em meio aos conflitos na busca por seus direitos. Portanto, seguindo as reflexões desenvolvidas por Thompson (1981), não desconsideramos os

conflitos e as tensões, inclusive, por meio deles pensamos que as relações sociais não são estáticas, revelam dimensões das experiências humanas.

Bases de acordo da Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro

(Fundada em 28 de março de 1920)

Capítulo I

Fins, Meios e Orientação

Art. 1º – A Federação Operária do Estado do Rio, organizado em Nictheroy, de acordo com os presentes estatutos, tem por fins:

- a) Promover o levantamento moral e intelectual dos trabalhadores;
- b) Empregar todos os esforços para melhorar as condições econômicas, profissionais e sociais dos mesmos, até a sua completa emancipação.

Art. 2º A Federação realizará os seus objetivos pelos seguintes meios:

- a) Promovendo nas sedes das associações federadas, conferências e palestras sobre assuntos que digam respeito ao melhoramento sucessivo das classes trabalhadoras;
- b) Criando bibliotecas de caráter sociológico e econômico e escolas, ou cursos primários, secundários e profissionais;
- c) Editando um jornal destinado à propaganda e à defesa das reivindicações Operárias;
- d) Promovendo a união dos trabalhadores assalariados do Estado, organizando-os em associações de classe para a defesa de seus interesses morais, sociais, econômicos e profissionais;
- e) Estreitando os laços de solidariedade e estabelecer constantes relações entre todas as sociedades federadas, dando mais força e coesão aos seus esforços e reivindicações;
- f) Cultivando relações com as sociedades exclusivamente oneradas [?], organizadas sobre o terreno econômico, não só no Brasil, como nos outros países, pondo assim o proletariado deste Estado ao corrente? da situação e da ação do proletariado de todo o mundo;
- g) Reunir e publicar dados estatísticos e informações exatas sobre as condições de trabalho o movimento operário do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º A Federação Operária do Estado do Rio não pertence a nenhuma escola, facção ou doutrina política ou religiosa, não podendo tomar ---- coletivamente em eleições, manifestações partidárias, religiosas, nem tampouco qualquer dos seus membros, individualmente livres e autônomos, poderá servir-se de um título ou função da Federação [...] (*Voz do Povo*, 23/09/1920, p. 2).

A Federação Operária do Estado do Rio tinha entre seus objetivos “promover o levantamento moral e intelectual dos trabalhadores” e “melhorar as condições econômicas, profissionais e sociais dos mesmos”, de modo a chegar “até a sua completa emancipação” (*Voz do Povo*, 23/09/1920, p. 2). Essas preocupações relativas à emancipação demonstram uma distinção aos modelos e planos das elites dirigentes. Portanto, podemos supor outros horizontes para além do que se instrumentalizar também por parte do Estado, alicerçada ao viés civilizatório da educação formal que ganhava força e volume à época.

Para alcançar o objetivo proposto, o estatuto ressaltava a intenção de criar bibliotecas, além de escolas com cursos primários, secundários e profissionais, registrando a importância do movimento por meio de “associações de classe para a defesa de seus interesses”. Reforçamos como parte constitutiva das preocupações evidenciadas as bases de acordo de associações e organizações de trabalhadores, bem como a importância de interesses

“econômicos”, os valores “morais”, os “sociais”, os “profissionais” (*Voz do Povo*, 23/09/1920, p. 2), e as dimensões da vida humana nas quais a educação constituía aspecto integrante.

Dessa forma, nota-se pontos específicos a serem contemplados nas diferentes organizações de trabalhadores, espaços que assumiram configuração de resistência e de proposições para as classes trabalhadoras. Em *A Classe Operária*, 27 de junho de 1925, a ação dos operários da Companhia Lloyd Brasileiro elencou as aspirações de cunho político, econômico, econômico-higienista e intelectual. No documento publicado no jornal em questão foram realizados acréscimos ou ressalvas, com base nas demandas pleiteadas, com pontuações referentes aos lucros da empresa, problematizando os investimentos necessários aos trabalhadores que dinamizavam e que geravam a riqueza dos proprietários (*A Classe Operária*, 27/06/1925, p. 1).

A preocupação com a educação, seja pela pretensão de promover o ensino elementar e desenvolver a instrução profissional, seja pelo estímulo aos princípios da organização de trabalhadores podem ser observados em diferentes estatutos. O Estatuto da Aliança dos Caixeiros de Hotéis e Restaurantes, divulgado em *Voz do Povo*, expressou o apelo ao coletivo e enfatizou seus eixos orientadores:

Aliança dos Caixeiros de Hotéis e Restaurantes

Os seus Estatutos

Artigo 6. A Aliança de conformidade com o art. 2º dos presentes estatutos tem por fim e meios:

1º Estabelecer aulas de ensino elementar.

2º Desenvolver a instrução profissional por meio de palestras, leituras comentadas de livros e revistas da arte culinária.

3º Promover assembleias de propaganda associativa, conferências científicas, concitando seus componentes para uma ação inteligente em favor de sua emancipação integral.

4º Intensificar a solidariedade entre os membros da classe, a fim de se prestarem reciprocamente o auxílio de que precisarem quando feridos na sua dignidade ou prejudicados nos seus interesses econômicos [...] (*Voz do Povo*, 6/09/1920, p. 2).

Esse aspecto formativo pode ser percebido em outros registros, sendo visto também nos objetivos do Estatuto da Aliança dos Caixeiros de Hotéis e Restaurantes compartilhados no jornal. A aliança, de perfil sindical, teve como sócios caixeiros e trabalhadores em hotéis e restaurantes (Batalha, 2009, p. 173). Pode-se observar o forte desejo por transformações e melhorias em prol da classe. Esta dinâmica de veicular no jornal o documento, com leituras diversificadas em âmbito individual e coletivo, possíveis conversas e diálogos a respeito dos

estatutos divulgados nos periódicos, evidenciam os movimentos das organizações de trabalhadores no sentido de interlocução e comunicação.

De acordo com Batalha (2009), a Aliança foi fundada em concorrência com o Centro Internacional dos Garçons, no entanto manteve articulação com o Centro Cosmopolita. Tal aspecto evidencia a criação de associações paralelas, mediante as suas divergências ou proposições diferenciadas. Com isso, supomos que este Centro Internacional dos Garçons pode ser a mesma Sociedade União Internacional dos Garçons encontrada no arquivo (Arquivo Nacional). No ano de 1922, “a Aliança foi incorporada pelo Centro Cosmopolita, juntamente com a União dos Empregados em Cafés, Bares e Leiterias, deixando de existir” (Batalha, 2009, p. 173-174).

A Sociedade União Internacional dos Garçons fundada em 20 de agosto de 1919, na Capital, localizada à Rua dos Arcos, número 26, demonstra o cenário de muitas organizações com suas sedes distribuídas no centro e arredores da cidade. Sendo “uma Associação Instrutiva Beneficente e Recreativa”, trouxe em seu título a preocupação em nomear-se como “instrutiva”, indiciando os objetivos que orientavam suas finalidades. Ainda que no contexto dos anos de 1920 o caráter sindical e de classe tenha tido mais volume e expressividade com relação às décadas anteriores, a referida associação⁸¹ demonstrava sua natureza de auxílio e de cunho beneficente.

Outro fator parece colocar em destaque o aspecto de ser composta por “ilimitado número de sócios”. A associação fez questão de registrar que em seus critérios não possuía “distinção de nacionalidade, com empregados em Hotéis, Restaurantes, Bares e Confeitarias, exercendo a profissão de gerentes, caixeiros ou metres de Hotel” (Livro n. 70: Estatutos de sociedade civil). Apresentou como uma de suas finalidades “estabelecer aulas diurnas ou noturnas de idiomas e outros elementos de instrução profissional, tendente ao desenvolvimento moral e intelectual dos seus associados; promover o desenvolvimento de uma biblioteca social”. Além de prestar auxílio quanto à saúde, também estava previsto “proporcionar diversões aos seus associados tais como bailes, conferências, bilhares e outros jogos permitidos; e finalmente, constituir-se representante e defensora da classe, por cujo bem estar lhe cabe pugnar”. Prevvia-se que seriam reformáveis, reformados ou revistos dentro do prazo mínimo de cinco anos (Estatutos de sociedade civil).

Para ser admitido como sócio, critérios foram estabelecidos a contar a idade mínima de 15 anos, residência e estado civil. Ao analisar o estatuto, os valores a serem pagos para

⁸¹ Para uma análise mais aprofundada sobre associações de caráter mutualista conferir, dentre outras pesquisas: Viscardi (2009); Costa (2019).

serem admitidos despertaram a atenção, mediante às condições enfrentadas pelos trabalhadores e os altos custos de vida no cenário carioca. Necessitava “satisfazer no ato da admissão a joia de 10\$000 réis, 2\$ réis de distintivo, 3\$000 de cota mensal. E 1\$000 réis de fundo de reserva no mês de dezembro de cada ano”. Nota-se neste caso em específico que, de acordo com os valores, era exigido do trabalhador um planejamento para o ingresso na associação. Os sócios estavam divididos em fundadores, contribuintes, beneméritos e protetores.

Ainda que esta associação fosse de proteção e de caráter beneficente, diferente em muitos aspectos das organizações de caráter sindical e de classe, possibilita-nos analisar alguns pontos em comum, referentes à organização, planejamento e propósitos. Práticas documentadas, considerando particularidades a partir de registros, tais como: “frequentar a sede e consultar os livros, mapas e jornais existentes na Biblioteca” indiciam uma série de estratégias em prol do incentivo à leitura como processo formativo dos grupos de trabalhadores. Assim como em demais ações ligadas a “propor verbalmente ou por escrito qualquer medida que julgar conveniente aos interesses sociais”, em muitas organizações de trabalhadores registradas no jornal *Voz do Povo* do ano de 1920, pode-se notar como documentaram e publicizaram o desejo por práticas educativas articuladas com o estímulo das bibliotecas e o incentivo com o acesso e consumo dos órgãos de propagandas das associações.

O Centro Cosmopolita, com configuração sindical e assistencial, teve atuação entre 1903-1931?⁸² (Batalha, 2009, p. 201), com sede à Rua do Lavradio, 39, sobrado no ano de 1908, e entre os anos de 1916 a 1920 na Rua do Senado, 215-217. De acordo com Batalha, reuniu “empregados em hotéis, cafês, confeitarias, chopes e casas particulares” (2009, p. 202). Em 1917 foi fechado pela polícia e reaberto no mesmo ano, e no ano seguinte aderiu à União Geral dos Trabalhadores. Batalha (2009) demonstra as disputas no interior da associação para eleição de diretoria em que, segundo o autor, no ano de 1922, realizou campanha com o objetivo de reunir e unificar diferentes sindicatos. Aspecto este que revela as dinâmicas, as negociações e as tensões dentro do movimento operário e buscas por alcançar maiores proposições ao angariar uma ampla gama de trabalhadores em prol de suas causas. “Até abril daquele ano, haviam aderido ao Centro Cosmopolita, a Aliança dos Caixeiros de Hotéis e Restaurantes e a União dos Empregados em Cafês, Bares e Leiteiras, faltando o Sindicato Culinário e a União dos Caixeiros em Casas de Pasto” (2009, p. 203). Ainda com base nos

⁸² O período de atuação, de encerramento de muitas associações é incerto diante dos processos de forças de governo e policiais. Conferir: Batalha (2009, p. 201-202).

dados do autor, em 1923 era um dos sindicatos “no campo de influência do PCB” (Batalha, 2009, p. 203).

O desejo por parte de algumas associações de empreender reforma de seus estatutos supõe a reflexão crítica, interpretação a respeito das construções de documentos produzidos coletivamente por integrantes das classes trabalhadoras, evidenciando um elemento de natureza educativa dos estatutos e da dinâmica das associações. O Centro Cosmopolita “projetando a reforma” informou que “o Centro deve de passar por uma modificação orgânica e ideal”, defendendo a reforma dos Estatutos, além de articular a ação a uma conferência para “estudar e assentar as bases para a elaboração dos estatutos” (*Voz do Povo*, 11/03/1920, p. 3). Para tal, registrava-se inclusive “que é preciso um entendimento entre a parte pensante do Centro para trocar impressões de forma a conciliar ideias”. O estudo para a elaboração dos estatutos revela o planejamento, estratégia em reunir membros do Centro para debate e acordos para a construção de proposições. Vale destacar uma divisão entre os integrantes que compunham o processo da construção e aqueles que poderiam assistir. Quanto às formas de organização, pode-se perceber que:

A estas conferências pode assistir qualquer camarada que se ache habilitado a responder as seguintes condições:

1º - O Centro deve organizar-se em bases federalistas?

2º - O centro deve ser beneficente ou declaradamente resistente e ter por fim a formação de cooperativas?

3º - Quais os meios mais práticos para arregimentar a classe?

4º - No caso de organização federativa quais as atribuições de cada corpo e do todo federal?

5º - Como devem ser organizadas a federação e as partes em si?

Os camaradas que quiserem tomar parte na conferência devem antes responder ao questionário acima, dirigindo-se por escrito à Secretaria. Os demais camaradas só podem assistir como espectadores (*Voz do Povo*, 11/03/1920, p. 3).

Ao demonstrar a organização e dinâmica do processo de elaboração da reforma do estatuto, é perceptível como algumas questões deveriam ser respondidas por escrito, bem como a participação de determinados trabalhadores que dominavam os códigos da leitura escrita. Para os outros, a participação estava prevista “como espectadores”. Tal observação caracteriza alguns elementos dinamizados por esta associação e que pode caracterizar indícios de práticas empreendidas por outras associações. A organização que presume o valor dado às leituras enquanto práticas formativas que constava com a leitura do balancete e da Federação demonstra organização e planejamento com o propósito de informar, divulgar e deixar os trabalhadores cientes de forma participativa no andamento das ações das referidas sociedades.

Por meio do jornal *Voz do Povo* foi possível perceber novas incursões e movimentações sobre as experiências das classes trabalhadoras por outros periódicos e outras práticas na busca pelos interesses das categoriais profissionais. É o caso do jornal *Voz Cosmopolita*, órgão dos empregados em hotéis, restaurantes, cafés, bares e classes congêneres. Como bem informa Sarmiento (2023, p. 121), as bases do periódico aprovadas a “8 de novembro de 1921 na sede do Centro Cosmopolita” destacam a atuação de grupos de trabalhadores do comércio e pequenos hotéis no “Grupo Editor da Voz Cosmopolita” e demonstram a participação quanto aos interesses da classe e suas intervenções por meio do periódico. Para o intento de salientar as redes de solidariedade e os enfrentamentos entre os estrangeiros, na centralidade dos galegos, a autora pontua que:

Entre as preocupações esplanadas no periódico encontrava-se o analfabetismo da classe trabalhadora como um todo. Nas bases da fundação aparecem dois pontos ligados à temática como: a promoção de conferências sociológicas de propaganda associativa e a criação de seção de debates sociais com o fim de aprimorar e desenvolver os conhecimentos intelectuais. No ano de 1928, um articulista que assina como J. G. Corredora, chama atenção para os cursos diurnos e noturnos de português, francês e inglês oferecidos no Centro Cosmopolita e que a diretoria pensa, ainda, em inaugurar um curso noturno de Geografia (Sarmiento, 2023, p. 121-122).

O periódico *Voz Cosmopolita* de 1922, representante da mesma classe de trabalhadores do jornal *O Cosmopolita* (1916-1918), declarou um posicionamento alinhado ao Partido Comunista do Brasil, diferente das ideias anarco-sindicalistas de seu antecessor (Engel, 2011, 4). É perceptível a participação de trabalhadores no ramo do comércio e serviços atuando em seus processos formativos, desde a elaboração das bases de acordo até a construção e edição do jornal. Nessa direção, a preocupação em difundir as assembleias, vista em muitas edições, evidencia o registro como instrumento pedagógico, a ser publicizado como propósito de (in)formar os leitores e demais públicos acerca dos movimentos das organizações de trabalhadores. Inúmeras assembleias foram divulgadas, como vista na edição de 6 de fevereiro de 1920. Publicado o registro da assembleia organizada pela União Geral dos Metalúrgicos, datada de 28 de janeiro do mesmo ano, neste caso em específico ficou resolvida a estruturação de um sindicato com diversos ramos de atividades para o desenvolvimento e organização dos trabalhadores (*Voz do Povo*, 6/02/1920, p. 3).

A assembleia, iniciativa que tinha em sua natureza a dimensão do coletivo e do encontro, pressupunha a frequência e participação dos associados, um espaço formativo constituído pela arte da palavra com as orientações segundo defesas e proposições. Conforme registrado, o sindicato dos serralheiros e mecânicos compreendia limadores, ajustadores e

montadores. Segundo o seu artigo primeiro, a admissão para participação deste sindicato não fazia distinção de nacionalidade, credos políticos ou religiosos, aspectos que demonstram fatores de pontos de inflexão e de tensões diante de orientações políticas e ideológicas que poderiam afetar o coletivo. O documento prossegue destacando em seu artigo segundo o propósito, dentre as ações sobre as condições de trabalho, de: “a) Zelar pelos direitos de associação, reunião e livre pensamento; b) Esforçar-se pela cultura de seus associados, por meio da instrução racional e profissional”; dentre os cuidados com as condições de trabalho (*Voz do Povo*, 6/02/1920, p. 3).

Parece razoável supor que a concepção de instrução descrita nas bases defendia uma educação “racional e profissional”. Ainda que não tenhamos maiores informações sobre iniciativas dessa instrução efetivadas por meio de escolas, com a organização de trabalhadores, pode-se inferir os possíveis alcances dessas defesas. Concepções de educação debatidas entre diferentes espaços formativos, seja pelos periódicos, demais *lôcus* de socialização e espaços laborais, com a participação de trabalhadores no que diz respeito às ideias, pensamentos e debates por meio de leituras.

A nota do Centro de Empregados em Ferrovias evidenciou o valor dado aos estatutos enquanto documentos, resultados de forças sociais ativas, portanto, ficando estabelecido que: “comunica-se aos sócios que o projeto da reforma dos estatutos acha-se na Secretaria à disposição dos sócios que o queiram examinar” (*Voz do Povo*, 05/04/1920, p. 3). O teor educativo pode ser visto nos mais variados aspectos, a constar no texto coletivo aberto a ser avaliado por diferentes associados, e na sequência do que se analisava como “projeto de reforma dos estatutos”, informando que: a comissão que elaborou a reforma tem grande interesse em que o seu trabalho seja devidamente estudado pelos sócios, que têm o direito de emendá-lo etc., por isso que o projeto de reforma contém inovações várias (*Voz do Povo*, 05/04/1920, p. 3).

Outra organização de trabalhadores com diferentes iniciativas educativas foi a União dos Operários em Fábricas de Tecidos. Parte de seu estatuto foi publicado na edição de 17 de abril, destacando filiação à Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. No documento referente à União dos Operários em Fábricas de Tecidos é possível observar os critérios para ser sócio, que incluía ser operário de fábricas de tecidos maior de 14 anos (*Voz do Povo*, 17/04/1920, p. 3). Esse apontamento reflete como muitos trabalhadores iniciavam suas atividades laborais desde cedo.

Além da idade, era verificado se tinham algum processo criminal em pendência ou tinham sido excluídos de outras sociedades, e também não poderiam ser mestres e diretores

das fábricas, apenas contramestres encarregados poderiam ser admitidos. Como deveres, constavam: a regularidade das mensalidades, o comparecimento às assembleias e o atendimento às resoluções. Como direitos dos sócios, destacavam-se as possibilidades em “propor, votar e ser votado, discutir nas assembleias gerais, respeitando o assunto” (*Voz do Povo*, 17/04/1920, p. 3). Os impedimentos estabelecidos caminhavam na seguinte direção: Não poderiam ser votados os que fossem analfabetos, empregados de escritório, os mestres e os portadores de patentes militares (*Voz do Povo*, 17/04/1920, p. 3).

As experiências registradas por meio dos estatutos coexistiram aos debates de diferentes atores e grupos sociais que se debruçaram sobre a temática da educação, em meio aos desafios da instrução pública, e na construção de críticas à condução do Estado. Em alguma medida, os planejamentos construídos e registrados nos estatutos foram efetivados, demonstrados inclusive nas propostas, debates e ações das assembleias. As atas e os balancetes também expressam produções elaboradas pelos trabalhadores, bem como refletem o valor dado aos registros para planejamentos e ações empreendidos pela referida união. O apontamento de uma revisão permite inferir os cuidados e as preocupações com relação às suas produções.

É perceptível a elaboração dos estatutos como um instrumento de debate e discussão realizado de forma coletiva e de maneira processual. Sob essa perspectiva, é possível observar uma publicação que desejava informar, registrar, caracterizando elementos formativos da união em sua natureza. A União dos Alfaiates com sua sede na Rua Senhor dos Passos, ao anunciar a assembleia, indicia as etapas previamente planejadas das reuniões, que contavam com leituras dos balancetes relativos aos meses anteriores, demonstrando ações para manter os membros associados informados e demonstrar as ações por eles pretendidas e realizadas (*Voz do Povo*, 8/03/1920).

Com o propósito de contextualizar os trabalhadores envolvidos, as atas, enquanto produções elaboradas com e por trabalhadores, apontam um planejamento das reuniões como espaço formativo, que contavam com a leitura em grupo e o planejamento por meio das etapas publicizadas. Nota-se nesses documentos uma finalidade na qual o trabalhador “possa cientificar-se de maneira mais completa de como se desenrolaram os trabalhos”, como exposto no *Boletim do 3º Congresso Operário* (Boletim do 3º Congresso Operário, 1920, p. 6).

As atas de reuniões geralmente possuíam a finalidade de descrever o evento realizado, informando, muitas vezes por meio de leitura em voz alta, as etapas de assembleias, reuniões e demais sessões de associações. Tal iniciativa cumpria com o objetivo de manter os

envolvidos informados dos passos realizados e dos próximos planos, enquanto espaço formativo, tratando de diferentes temáticas que atravessaram o *fazer-se* das classes trabalhadoras. Como registro do primeiro secretário da União dos Alfaiates em sua sede na Rua Senhor dos Passos, número 48, pode-se perceber o planejamento e organização da assembleia:

[...] Ordem do dia:

Leitura da ata;

Leitura dos balancetes de junho de 1924 a maio de 1925;

Leitura dos balancetes da aula de corte e do festival.

Indicação da comissão revisora dos mesmos;

Continuação da discussão dos estatutos;

Assuntos gerais.

Dada a importância dos assuntos que temos a tratar, e além disso, devido a muito tempo que esta associação não se reúne, é de esperar que os companheiros não faltem. – O 1º secretário (*A Classe Operária*, 4/07/1925, p. 3).

Sem desconsiderar a importância da escola no processo formativo, sendo a própria escolarização uma demanda também expressamente pontuada na defesa pela expansão da oferta de ensino público por parte das forças governamentais, a dinâmica com as assembleias e reuniões e até mesmo o registro por meio das atas nos provoca a pensar como os sujeitos se constituíram, formaram-se e, portanto, participaram ativamente dos seus processos educativos nas variadas circunstâncias em que viveram. Assim, a construção das propagandas, das comissões de estatutos e desses cargos são consideradas ações educativas construídas pelos trabalhadores, como uma parte integrante de um projeto educacional pleiteado pelos grupos de sua classe.

2.4 Nossas escolas: debates por educação e instrução

A expressão “nossa escola” retirada de publicações do Jornal *Voz do Povo* nos alerta para os princípios e as aspirações que impulsionavam os atores sociais envolvidos com pautas educativas. Uma reflexão que emerge é a de que desejavam a sua educação e a do grupo que faziam parte. No *Voz do Povo*, quando se referiam à expressão “nossa escola”, o anseio ia ao encontro de uma organização que pudesse contemplar as proposições construídas com as classes trabalhadoras. Dentre muitas possibilidades que as edições dos jornais apontam, constata-se a defesa por iniciativas alternativas, para a educação e cultura associativa. Nessas

organizações, a busca por seus interesses evidencia os valores forjados e compartilhados por trabalhadores e que influenciaram em suas experiências (Mattos, 2009).

Acerca do caráter polissêmico que a expressão “nossa escola” pode possuir, registrado no dia 15 de fevereiro de 1920, é possível identificar diferentes interesses. Parece-nos sugestivo propostas quanto à dimensão da educação escolar desejada por estes atores e grupos sociais que, coletivamente, deixaram registrados suas pautas, conforme elaborado no texto a seguir:

Doutrina sindical

A nossa Escola

Falamos da necessidade de se criar a escola revolucionária no Brasil.

A escola de que falamos não é uma escola de ensino integral, como a Escola Moderna, mas apenas uma adaptação desta, uma escola de rudimentos e princípios elementares de sociologia sem sectarismo pronunciado, no bastante para fazer com que a juventude e mesmo a adolescência das organizações operárias assimilem o respeitante ao papel e à função que lhes cabe dentro dos sindicatos e o trabalho a que diariamente são chamados a executar em conformidade com os fins dos mesmos, uma escola cuja organização não alimente apenas fins educativos mas que a par represente também um baluarte para defesa e propaganda do movimento associativo. Estes são os fins da escola.

Mas, antes de pensarmos pôr a ideia em prática, temos, primeiro, de estudar qual o meio para o fazer, o que é indispensável para o bom êxito de qualquer iniciativa - e nisto é que temos sempre pecado em todos os nossos empreendimentos, manifestando sempre certa relutância, que mais parece fobia, para com meios e táticas que, embora à primeira vista pareçam ser de efeitos negativos, no fundo são inocentes.

Ora, uma organização destas, para preencher cabalmente os seus fins, na amplitude como a concebemos, precisa de ter vida real e entusiástica e a principal preocupação deve de consistir em não fazê-la cair no indiferentismo, no platônico, no nominal.

E o meio então será o de prender-se a atenção da nossa mocidade e para isso temos que os trazer até nós com todos os seus hábitos e costumes, isto é, com as aspirações que sejam aproveitáveis, mas que hoje são empregadas por meios e para fins dos quais apenas lhe condenamos os efeitos, para que colocando-os de forma a tomarem um curso diverso tenham para nós os efeitos desejados.

- E o que é que alimenta ou pode alimentar a vocação da mocidade de hoje e que por nós pode ser aproveitado?

A música, o teatro, a pintura, o esporte etc., afinidades estas em que se dividirá a escola e que são, por assim dizer, - os meios; a fusão ou conjunto de todos - os fins.

Mas como garantir o bom êxito dos fins? Do seguinte modo.

Abstraindo da forma orgânica acima descrita, a organização ainda se divide em duas categorias: a dos sócios componentes, que são os jovens e que compreendem a parte primeira e as dos sócios auxiliares que são sócios mais velhos, e com quem está o cargo da execução dos fins da escola e são quem imprimem o caráter geral da organização.

Mas dirão isso - Isso poderá não corresponder a expectativa...

- Já Sabemos. É sempre o estafado estribilho que tem como consequência o nunca fazer coisa alguma. Mas não é bem assim... E mesmo que assim fosse nada se perderia porque algo, por muito insignificante que fosse, sempre se aproveitaria de considerável para a nossa obra e ainda porque, em última análise, é preferível tentar do que nada fazer.

De resto, a experiencia o demonstrará, como já sucedeu em outras partes.

E aqui está o que podem vir a ser as juventudes sindicalistas brasileiras (*Voz do Povo*, 15/02/1920, p. 3).

No artigo fica notório o debate sobre “a necessidade de se criar a escola revolucionária no Brasil”. Sendo perceptível a diferença que se pretendia imprimir em relação a uma educação assentada em valores afeitos ao governo e à ordem burguesa. Ao refletirmos acerca dos projetos pensados para a educação na década de 1920 influenciados pelos escolanovistas, é possível atentar para o fato de como as reformas educacionais articularam processos de escolarização com planos de ação que focavam em ampliar o quantitativo de instituições na luta pela difusão do ensino primário e de seu caráter obrigatório. Sendo o ensino técnico-profissional e a valorização do ensino prático, aspectos que convergiam entre as diferentes concepções de educação. As ideias sob influência da “nossa escola”, da concepção moderna, racionalista, a escola e educação social expressa nos jornais, contrapunham-se às hierarquias, às desigualdades, buscando ações para a expansão da instrução para as classes populares. A escola dos trabalhadores, com suas tensões e conflitos, foi pensada e articulada pelas e com as classes trabalhadoras com destaque para um elemento formativo com base nas questões sociais de direto combate e crítica à ordem estabelecida.

Para tanto, buscaram problematizar, inclusive, as especificidades relativas à Escola Moderna, atribuindo adaptações desta última, conforme destacado. Percebe-se uma ênfase no caráter sindicalista e na dimensão educativa associada a “uma escola cuja organização não alimente apenas fins educativos, mas que represente também um baluarte para defesa e propaganda do movimento associativo” (*Voz do Povo*, 15/02/1920, p. 3).

Outra questão a ser ressaltada refere-se à música, ao teatro, à pintura e ao esporte para o desenvolvimento de habilidades de múltiplas dimensões educativas constitutivas do ser humano. É possível perceber estes aspectos como integrantes da dimensão educativa formativa proposta no artigo de *Voz do Povo*. Assim, as articulações entre os sócios, suas diferenças e divergências foram apontadas como uma problemática a merecer atenção no sentido de focar no êxito em prol do planejamento da escola. O desafio concernente à heterogeneidade que muitas vezes causava divergências de origens foi percebida como um obstáculo a ser enfrentado em busca da construção coletiva desse ambiente. No entanto, vale ressaltar que os obstáculos não foram vistos como um elemento que inviabilizaria o projeto. Deste modo, a construção passaria pelas diferenças no interior das classes trabalhadoras em prol de uma escola que constituiria uma identidade, a partir do uso do termo “nossa” e dos sentidos que essa “nossa escola” assumiria, inclusive como construção e afirmação da identidade de classe (*Voz do Povo*, 15/02/1920, p. 3).

A educação e a instrução aparecem em muitas pautas dessas associações, em que se defendia a promoção de festivais, a criação e manutenção de escolas e de cursos diurnos e

noturnos. Muitos registros pontuaram a educação como parte integrante das proposições produzidas a partir de reuniões, assembleias e eventos organizados por associações de trabalhadores. Com efeito, é possível identificar estratégias autônomas com a atuação de organizações de trabalhadores. Tal percurso permite inferir que outras sociedades e uniões pudessem buscar formas distintas para pensar e lançar ações para os processos formativos. O Quadro 3 foi construído a partir da análise do jornal *Voz do Povo* esboçando iniciativas pleiteadas e efetivadas com a participação de trabalhadores em variados ramos na área central do Rio de Janeiro no ano de 1920.

Quadro 4 – Iniciativas educacionais dos trabalhadores

ESCOLAS/AULAS/ CURSOS	CURSOS E AULAS - INFORMAÇÕES	ENDEREÇO	ANO	ORGANIZAÇÃO
Nome Abertura de uma escola. Funcionamento das 12 às 23 h	Primeiras letras, cursos elementares, desenho aplicado; curso comercial, datilografia e línguas vivas	Rua 7 de Setembro, nº 187, 2º andar.	1920	Francisco Alexandre, Miguel Capllonch, Vicenti Miranda Reis e outros.
Curso Noturno Funcionamento de 20 às 22 h todos os dias. Aulas a começar no dia 16/09/1920	Aulas de Português, francês e aritmética	Sede social: Rua Marechal Floriano, 46, sobreloja.	1920	Aliança do Empregados do Comercio e Industrias
Aulas	Manutenção de aulas “quase de graça”	Travessa Cel. Souza Valente, n.11	1920	União Operária Fabril de São Cristóvão
Aulas	Aulas de corte e música	Sede, Praça Tiradentes, 50	Inscrição aberta (1920)	Centro Auxiliar dos Artistas Sapateiros
Escola da União Operária Fabril de São Cristóvão	Recomeço de aulas no dia 23	?	23/02 /1920	União Operária Fabril de São Cristóvão
Aulas	Abertura no sábado de aulas e inauguração de novas dependências do Departamento Intelectual	?	?	Associação Cristã de Moços
Curso. Quintas-feiras de 4 as 5 da tarde	Curso elementar e gratuito da linha auxiliar Esperanto	Sede do Brasila Klubo Praça 15 de novembro 101, 2º andar	1920	---
Escola Prática de Agricultura				
Aulas noturnas em funcionamento Quarta e sextas, das 19h às 21h	Para associados e seus filhos	Rua Camerino 64	1920	União dos Trabalhadores do Cais do Porto Assina Souza Lima 1º secretário

Escola Primaria da Construção Civil	Escola Primaria da Construção Civil	Sobrado, Rua Camerino, n.148	1920-?	União dos Operários em Construção Civil
Sociedade Recreativa Operária	Sociedade Recreativa Operaria			
Escola Terças, quintas e sábados às 17 horas.	Letras primárias		1920	Associação dos Maleiros, Caixoteiros, Corrieiros, Selleiros e Artes Correlativas

Fonte: Quadro elaborado pela autora⁸³, a partir do jornal operário *Voz do Povo* (1920).

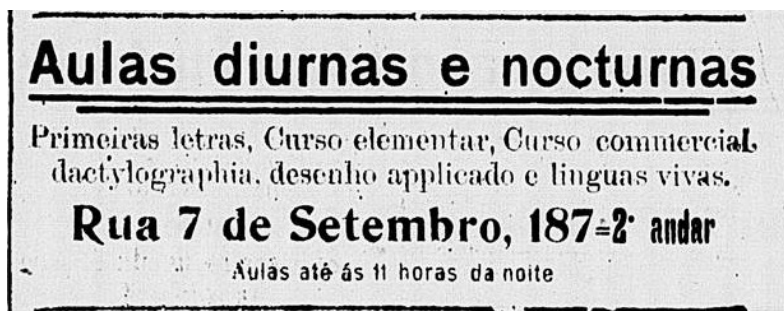
A análise dos dados do quadro 3 possibilita perceber iniciativas organizadas por trabalhadores da indústria, comércio e serviços que demarcam a heterogeneidade de seus ofícios e as especificidades laborais quanto às ofertas apresentadas. Observamos, dentre uma série de iniciativas, a celebração na primeira página de *Voz do Povo* pela *Abertura de uma escola* (*Voz do Povo*, 09/05/1920, p. 1). Localizada na Rua 7 de Setembro, 187, segundo andar, Centro da cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa foi divulgada como “uma excelente oportunidade para os companheiros operários estudarem” (*Voz do Povo*, 09/05/1920, p. 1). De acordo com a notícia da inauguração, destinava-se “Uma escola que se recomenda aos camaradas” “a preços reduzidos”, sem menção de valores.

Organizado pelos trabalhadores Francisco Alexandre, Miguel Capllonch, Vicente Miranda Reis⁸⁴, dentre outros voltados “a lecionar primeiras letras, manter cursos elementares, de desenho aplicado, além de proporcionar conhecimentos necessários aos alunos” (*Voz do Povo*, 09/05/1920, p. 1). A publicação identificava a atuação dos trabalhadores ao lecionar diferentes cursos. Tais projetos “organizado pelos camaradas” demonstram o planejamento e a efetivação de ações educativas empreendidas por trabalhadores. Posteriormente, em outras edições do periódico, pode-se encontrar anúncios com informações de aulas no mesmo endereço divulgado, conforme exposto a seguir:

⁸³ O quadro demonstra uma elaboração que no presente momento precisou ser concluído para esta investigação. Importa destacar outras iniciativas e experiências educativas que merecem e possuem o direito do registro, que por ora ainda não são documentados. Os espaços não preenchidos são informações e dados não encontrados.

⁸⁴ Não foram encontradas maiores informações a respeito dos trabalhadores.

Figura 10 – Aulas diurnas e noturnas



Fonte: *Voz do Povo*, 17/05/1920, p. 3.

O anúncio de aulas diurnas e noturnas publicado nas páginas do jornal operário *Voz do Povo* apareceu no decorrer do ano de sua circulação, a exemplo do dia 17 de maio do ano de 1920 (*Voz do Povo*, 17/05/1920, p. 3). É possível perceber o horário iniciando atividades no período da manhã até a noite, indícios de atendimento com flexibilidade para a participação das classes trabalhadoras. A oferta por instrução demonstra uma diversidade quanto às etapas possíveis para se cursar e o perfil de quem poderia frequentar. O horário tornava-se um desafio para aqueles que precisavam frequentar a escola e/ou cursos depois de longas jornadas de trabalho. Por isso, o registro do horário tornava-se indispensável para o planejamento dos que iriam participar do processo de escolarização. Nessa direção, inferimos sobre o cuidado com muitas propagandas de ofertas de cursos, a fim de ser um estímulo, mostrando possibilidade e viabilidade, em meio às outras adversidades já vivenciadas com relação ao trabalho e demais aspectos da vida cotidiana.

Pelas ruas do Cento da cidade observavam-se algumas iniciativas educativas, que poderiam estar situadas próximas dos locais de trabalho. Em alguma medida, pode-se supor que, em que se avalie os desafios a respeito do transporte, um dos grandes problemas dos centros urbanos vivenciados por esses trabalhadores que passavam doze, quatorze horas do seu dia no trabalho, era o acesso de aulas, cursos e bibliotecas localizada no Centro e arredores como um recurso por estar perto do seu local de trabalho, mais próximo ou, ainda, menos distante de sua residência. Algumas publicações informavam o curso, seu valor e o endereço, a exemplo do dia 17 de julho de 1920. Na seção *Pequenos anúncios*, com título *Português ou Aritmética* sob o conteúdo de “ensino garantido”, informou a possibilidade das aulas diurnas e noturnas com o custo mensal de 5\$000 no endereço da Rua 7 de Setembro, 187, segundo andar.

Em meio à efervescência de diferentes atores sociais e de grupos de médicos, professores, políticos e diferentes lideranças que buscavam intervir na criação de escolas e

pensar a educação das classes populares, os trabalhadores, por meio da imprensa operária, de associações e sociedades, dentre outras formas, demonstravam diversificadas atuações frente à pauta do direito social a ser conquistado. Entre o fio da construção narrativa que se tece, seguimos os rastros (Ginsburg, 2007) que demonstram uma série de intenções, parte delas colocadas em prática, ainda que contassem com uma série de desafios. Deste modo, percebemos como diferentes associações, algumas delas exemplificadas no quadro 3, demonstravam práticas educacionais, testemunhos produzidos pelas classes trabalhadoras.

Uma diversidade de cursos foi ofertada, ainda que não tenhamos maiores informações a respeito da duração e do tempo de sua existência. No entanto, ainda assim, é possível perceber uma preocupação em destinar o curso primário, cursos elementares que demonstram o direcionamento para o ensino da leitura, da escrita e demais saberes elementares associados à linguagem matemática. A aprendizagem de ofícios também aparece em algumas propostas, a exemplo dos cursos de datilografia, de desenho aplicado, dentre outras.

Em edições de *Voz do Povo* percebe-se o aspecto educativo no caso do “convite” da Associação dos Maleiros, Caixoteiros, Corrieiros, Seleiros e Artes da manutenção da “ESCOLA” da Associação. A nota chama “os camaradas que queiram instruir-se nas letras primarias”, sugerindo o desejo pela “Nossa Escola”. Do mesmo modo, conforme assinalou Costa (2012, 2016) acerca do “educar-se das classes populares”, evidencia-se o papel ativo de trabalhadores e trabalhadoras sobre sua educação. Cabe destacar os debates e iniciativas na busca pela conquista de sua instrução e formação. É possível identificar esse incentivo também na edição de 27 de novembro de 1920, ao chamar os “camaradas que queiram instruir-se nas letras primarias a comparecer às terças, quintas e sábados as 17 horas em ponto”. Sob este aspecto, “instruir-se”, formar-se e, o “educar-se”, demonstra essa função ativa na experiência desses trabalhadores e trabalhadoras.

O secretário geral E. Martins, a Aliança dos Caixeiros de Hotéis e Restaurantes do Rio de Janeiro destacou uma assembleia com as pautas sinalizadas na reunião, além de pontuar a “inauguração da Escola Social para os filhos *menores dos associados*” (*Voz do Povo*, 25/10/1920, p. 3). Com destaque às matrículas abertas para crianças de ambos os sexos até 12 anos com apresentação de atestado de vacinação. A publicação ressaltou o dinamismo da associação acerca da instrução e a realização do festival, com data prevista para o dia 6 de novembro no Salão da Sociedade de Beneficência Espanhola.

Algumas publicações demonstravam os objetivos de criação e funcionamento de escolas associadas à construção por parte dessas organizações, mesmo com dificuldades e curto período de funcionamento. Dentre alguns exemplos, o Sindicato dos Pintores de

Carruagens que informou assembleia e reunião “para estudo e discussão do projeto da Escola” para o dia 5 de dezembro, às 20 horas (*Voz do Povo*, 4/12/1920, p. 2). É relevante pontuar o uso das expressões “estudo e discussão do projeto da Escola”, ao partir da premissa que a utilização de termos, não é realizada de forma neutra e ingênua, portanto, carregam determinados objetivos. Ainda que não se possa alcançar a intencionalidade presente na construção narrativa de tal discurso, chama atenção o destaque para o debate que pode presumir preparo, leitura, amadurecimento de um projeto, expressão igualmente representativa, dentro de suas nuances, de um planejamento estratégico a ser realizado em assembleia.

Como uma das ações para arrecadação de recursos em benefício de suas iniciativas estava prevista a organização de diferentes festivais. Muitas edições veiculadas no mês de julho de 1920 divulgaram o festival organizado pela União dos Operários em Construção Civil como forma de angariar verbas para a criação de uma escola:

Realiza-se, no dia 18 do corrente, do Cycle Club, no Velódromo da Haddock Lobo, 192, para a fundação de uma escola primária para a educação dos filhos dos camaradas operários. Ingressos à venda em todas as associações, preço 1\$000. A Comissão (*Voz do Povo*, 10/07/1920).

Organizações de diferentes ofícios registraram a necessidade por escolas e promoveram ações diversificadas. A “bela iniciativa” conseguiu angariar verba devido o festival organizado pela União dos Operários, “o qual teve o êxito desejado”. Na região central da cidade, à Rua Camerino, número 148, no salão do sobrado, outra associação instalava, no ano de 1920, com grande celebração uma escola primária. Intitulada *Inauguração da Escola da União dos Operários da Construção Civil*, na publicação⁸⁵ foi informado que:

A Escola funcionará no salão do sobrado sito a rua Camerino, n. 148, estando o seu curso entregue à competência do nosso camarada professor Luiz Palmeira, cuja proficiência pedagógica é reconhecida.
Para assistir ao ato da inauguração desta Escola, a União convida as associações irmãs a se fazerem representar, e bem assim convida os associados a comparecer a esta solenidade, que será abrilhantada com a execução de vários trechos musicais pela Orchestra 4^a de abril (*Voz do Povo*, 5/10/1920, p. 2).

A edição de 5 de outubro de 1920 celebrou a iniciativa: “Inaugura-hoje, às 19 horas, com a devida solenidade, a Escola que os companheiros da União dos Operários em

⁸⁵ A publicação aparece com o trecho final rasurado.

Construção Civil resolveram criar nesta capital para ministrar a indispensável instrução primária e elementar aos associados e seus filhos” (*Voz do Povo*, 5/10/1920, p. 2). As edições seguintes evidenciaram o funcionamento da Escola da União dos Operários em Construção Civil, anunciando o início no dia seguinte após a celebração, sob a direção de Luiz Palmeira. “Grande tem sido o entusiasmo pela iniciativa da União, realmente uma iniciativa digna de todos os encômios” (*Voz do Povo*, 7/10/1920, p. 2). Nas discussões encaminhadas pelas edições para a criação de escolas, o balancete ilustrado na Figura 13 demonstra a iniciativa educativa construída com a participação das classes trabalhadoras, sob organização da União dos Operários em Construção Civil.

A “comissão de escola” da União dos Operários em Construção Civil demonstrava um planejamento da iniciativa educacional com estratégias organizadas em etapas que caminharam desde uma orientação que nos permite supor a noção de um projeto pensado e articulado pela classe, passando pela ação de conquistar meios como forma de se concretizar, fase esta entendida pela realização do festival, evento no qual também pode-se ver uma dimensão educativa. O planejamento expresso por meio do balancete sugere a organização da União em prol da escola. Apesar de não tecer maiores informações sobre o funcionamento e manutenção, permite captar a instalação da Escola Primária da União dos Operários em Construção Civil.

O Balancete apresentado pela comissão da Escola primária da União dos Operários em Construção Civil é compreendido como um documento produzido pelas experiências dos trabalhadores. A receita indica o quantitativo de venda de 500 ingressos, um índice considerável de envolvidos, seja na participação do evento no festival como momento de lazer e sua participação em relação às contribuições para o apoio da escola por meio do auxílio, inclusive financeiro ao adquirir o ingresso. Além da experiência educativa do próprio festival, pode-se notar como perspectivaram os debates, festejos e projetos pela escola da associação. Observa-se também possibilidades de vivências artísticas ao proporcionar momentos em que homens, mulheres e, possivelmente crianças dançavam e cantavam após um dia de trabalho. A descrição do planejamento registrou desde valores relativos à arrecadação, bem como o seu destino e o dinheiro em caixa. Demonstrou uma iniciativa promovida com a participação ativa dos trabalhadores, como a atuação de Fernando e João Gonçalves⁸⁶, nomes cujos ofícios não aparecem especificados, mas que indiciam para um trabalho realizado para a execução em

⁸⁶ Não foram encontradas maiores informações a respeito dos trabalhadores Fernando e João Gonçalves.

prol do funcionamento da escola, além do pintor, do trabalho do carpinteiro e do servente. Os nomes e funções do trabalho correspondem ao valor dos dias trabalhados:

Figura 11 – Balancete Geral

BALANCETE GERAL	
Apresentado pela comissão da Escola da União dos Operarios em C. Civil	
RECEITA — (Resumo)	
596 ingressos vendidos e recebidos pela comissão conforme balancete apresentado.....	2:596\$000
Receita apurada no Jardim Zoologico, conforme balancete já publicado.....	6:502\$500
Livros vendidos na escola.....	31\$300
Somma	9:130\$000
RESUMO DA DESPEZA	
Despeza do festival do Jardim, conforme balancete já publicado.....	3:125\$700
Quantia entregue á «Voz do Povo»	3:000\$000
Montagem da escola, (balancete apresentado).....	2:494\$800
Somma	8:620\$500
Dinheiro em caixa.....	509\$300
Balancete da Escola primaria da União dos Operarios em C. Civil	
DESPEZA	
20 Carteiras.....	478\$000
12 Bancos, 2 livros em branco, tinteiros, tympano e giz..	135\$000
1 Relogio de parede.....	55\$000
2 Lampadas, 1 interruptor, 1 abajour, 1 suporte, fio e isoladores.....	39\$300
5 Barras de ferro e parafusos.....	23\$000
1 Filtro com pé de ferro, 6 copos, 4 canecas de agath, 1 balde e 1 moringue.....	79\$400
Material escolar (Agencia Lux).....	376\$000
Tintas, verniz, brochas, sabão, potassa, cal e 1 vassoura	69\$200
Calafate.....	29\$000
Carretos de carrinho e de cabeça.....	33\$000
Trabalho de carpinteiro e materiaes.....	330\$200
1 Bureau ministre, 6 cadeiras e 1 cabide de centro....	198\$000
35 Ardosias, 3 dúzias de lapis de pedra, esponjas, tinteiros e gomas.....	85\$000
1 Globo de geographia physica.....	79\$000
500 Regulamentos da escola.....	31\$000
Carretos de caminiço.....	63\$000
5 1/2 Dias de Fernando.....	60\$500
5 Dias ao pintor.....	50\$000
2 Dias a João Gonçalves.....	24\$000
2 Dias ao servente.....	14\$000
Passagens.....	19\$700
1 Quadro negro.....	10\$000
Aluguel da sala.....	13\$000
Mais 31 livros Ilka e Alba.....	77\$400
2 Toalhas e carretos.....	11\$000
Somma	2:494\$800
Rio, 28 — 10 — 920.	
A Comissão.	

BALANCETE GERAL			
Apresentado pela comissão da Escola da União dos Operários em C. Civil			
Receita – (Resumo)			
596 ingressos vendidos e recebidos pela comissão conforme balancete apresentado.....	2:596\$000		
Receita apurada no Jardim Zoológico, conforme balancete já publicado.....	6:502\$500		
Livros vendidos na escola	31\$500		
		Soma	
	9:130\$000		
RESUMO DA DESPESA			
Despesa do festival do Jardim, conforme balancete já publicado	3:125\$700		
Quantia entregue à <Voz do Povo>	3:000\$000		
Montagem da escola (balancete apresentado)	2:494\$800		
		Soma	
	8:020\$500		
Dinheiro		em	caixa
		509\$500	
Balancete da Escola Primária da União dos Operários em C. Civil			
DESPESA			
20 Carteiras	478\$000		
12 Bancos, 2 livros em branco, tinteiros, tímpano e giz.....	135\$000		
1 Relógio de parede.....	55\$000		
2 Lâmpadas, 1 interruptor, 1 abajur, 1 suporte, fio e isoladores.....	39\$300		
5 Barras de ferro e parafusos.....	23\$000		
1 Filtro com pé de ferro, 6 copos, 4 canecas de agatha, 1 balde e 1 moringue.....	79\$400		
Material escolar	376\$000	(Agencia	Lux)
Tintas, verniz, brochas, sabão, potassa, cal e 1 vassoura.....	69\$200		
Calafate.....	29\$000		
Carretos de carrinho e de cabeça.....	33\$000		
Trabalho de carpinteiro e materinea.....	330\$200		
1 Bureau ministre, 6 cadeiras e 1 cabide de centro.....	198\$000		
35 Ardosias, 3 dúzias de lápis de pedra, esponjas, tinteiros e gomas.....	85\$000		
1 Globo de geografia física.....	79\$000		

Fonte: (Voz do Povo, 28/10/1920, p. 3).

Acerca do funcionamento e manutenção das escolas, métodos e práticas de ensino, é possível identificar o empenho pela oferta da instrução primária, conforme registro do “Balancete da Escola Primária da União dos Operários em C. Civil”⁸⁷. Pelo registro é possível inferir, a partir do investimento e ação coletiva, o desejo pelos saberes produzidos pelo e no espaço escolar, o valor dado a um cotidiano por meio de práticas construídas num lugar

⁸⁷ União dos Operários em Construção Civil.

também dedicado a aprendizagens e interação. Os documentos com dados sobre materiais escolares permitem analisar como vinte carteiras, doze bancos, dois livros em branco, “globo de geografia física” e “500 regulamentos da escola” apontam para o investimento em elementos culturais referentes à materialidade do espaço escolar. Se não conseguimos aprofundar as diretrizes e normas, parece razoável supor o planejamento e a atenção com as orientações a serem seguidas, mediante a existência do regulamento da escola. Notamos ainda a organização do espaço de funcionamento da escola e verba por meio de movimentos coletivos como a organização do festival, fato que demonstra um esforço das classes trabalhadoras articuladas com outras lideranças como Luiz Palmeira, noticiado como professor responsável pela escola *Voz do Povo*, 28/10/1920, p. 3).

Sobre a trajetória da associação de cunho sindical notamos que, de acordo com Batalha (2008, p. 270-271), a União Geral da Construção Civil foi fundada com essa denominação em 1915, atuou até 1918 quando sofreu alteração em seus estatutos, passando neste ano a se chamar União dos Operários em Construção Civil. “Aderiu à ‘União Geral dos Trabalhadores’, criada em abril de 1918, para substituir a ‘Federação Operária do Rio de Janeiro’, fechada pela polícia” (Batalha, 2009, p. 277 grifos do autor)⁸⁸.

No Balancete, um dos elementos declarados destinado ao “material escolar” sob a referência de Agência Lux apareceu com uma verba maior, se comparada com os demais componentes expostos, com um total de 376\$000. A Agência Lux aparece descrita em parênteses no balancete, veiculada no jornal *Voz do Povo* em outra edição associada a materiais de cunho libertário. Tal registro aponta para a relação dos materiais com aspectos da educação e literatura libertária, concepção de educação que apareceu com expressividade em edições do periódico. A propaganda da Agência Lux “Folhetos dos melhores escritores libertários”, veiculada na seção regular *Vida associativa de trabalhadores* do jornal operário *Voz do Povo*, demonstra como, dentre a pluralidade de ideias, de discursos e de projetos efervescentes à época. Os anúncios da Agência Lux como na edição de 17 de julho de 1920 divulgaram folhetos, livros, jornais e revistas, com obras de Kropotikne, de Hamon, de Camillo, de Eça, dentre outros. A propaganda destacou ainda considerado os melhores escritores libertários, o que indicia um apreço a literatura mencionada. “Depositaria da Memórias de um exilado, Discursos e Conferências e Um balanço da República; estas duas últimas, a sair” (*Voz do Povo*, 17/07/1920, p. 4).

⁸⁸ Teve expressiva atuação no 3º Congresso Operário Brasileiro e no comício do 1º de maio de 1922, na Praça Mauá (Batalha, 2009, p. 271), e funcionou na sede localizada à Rua Gomes Carneiro - 14 no ano de 1918, e na Praça da República, número 231 no ano de 1920.

Figura 12 – Anúncio Agência Lux



Fonte: *Voz do Povo*, 27/07/1920, p. 3.

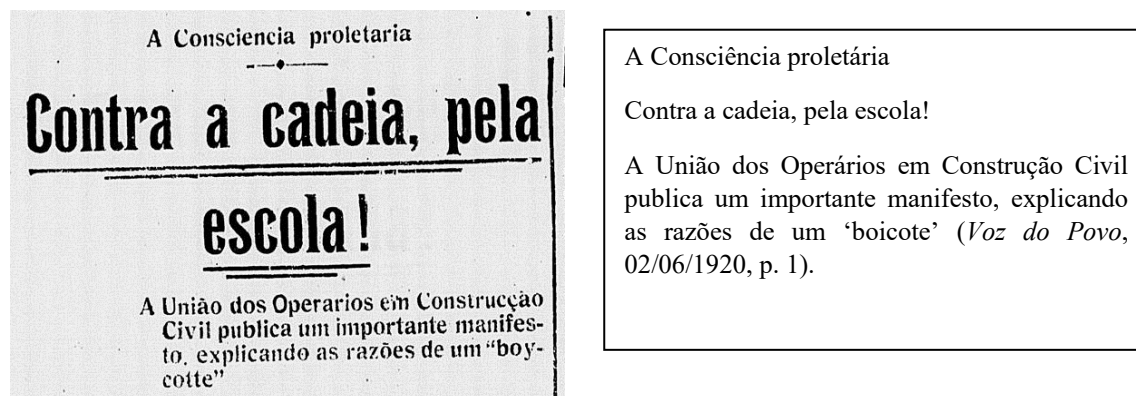
Em se tratando da Agência Luz, localizada à Avenida Rio Branco, 173, 2º andar, outras edições divulgaram diferentes obras, muitas delas de perfil libertário. A exemplo no dia 30 de outubro, anunciaram a venda de livros, dentre os que compunham a Coleção Moderna no valor de 1\$500, obras de Hackel⁸⁹ e obras de Kropotkine⁹⁰, informando ainda o acréscimo de 500 como possibilidade de envio pelo correio.

O acesso dos trabalhadores aos impressos permite pensar sobre como essas leituras das edições do jornal afetavam e aguçavam o interesse dos possíveis leitores. Ainda quanto à União dos Operários em Construção Civil, é razoável captar alguns indícios acerca da defesa orientada pela organização de trabalhadores.

⁸⁹ O alemão Ernst Hackel (1834-1919) foi biólogo, autor de tendência libertária com textos no Boletim de la Escuela Moderna com pesquisas dedicadas ao desenvolvimento humano, à infância e à educação racional da infância (Silva, 2021, p. 117). Acerca da ideologia da educação moderna em fins do século XIX e início do século XX e a influência de Francisco Ferrer em práticas educacionais das classes populares a partir da centralidade da Escola Moderna de Barcelona, conferir: Silva (2021).

⁹⁰ Pior Kropotkine (1842-1921), geógrafo e militante russo anarquista. Obras divulgadas pela Agência Lux: *A ciência Moderna e o Anarquismo, A conquista do Pão, Campos e Fábricas, A grande revolução* (*Voz do Povo*, 30/10/1920, p. 3).

Figura 13 – A consciência proletária



Fonte: (*Voz do Povo*, 02/06/1920, p. 1)

A fim de organizar a compreensão sobre as orientações associadas a possíveis concepções de educação estabeleceu-se o foco nos “questionamentos sobre o funcionamento da racionalidade humana que governa os comportamentos” (Levi, 2020, p. 20). Corroborando com as noções levantadas pelo autor, partindo dos pensamentos e ações dos sujeitos e grupos sociais pertencentes às classes trabalhadoras como forma de buscar captar como elaboravam e atuavam sobre seus cotidianos. Deste modo, no texto intitulado *A consciência proletária Contra a cadeia, pela escola* foi tecida sobre a estruturação da valorização da arte, da ciência e do trabalho em benefício do coletivo. Ao mencionar os pensadores e autores, a exemplo de Aristóteles, Arquimedes João Huss, Galileu, Campanella, Victor Hugo, Darwin e Wagner⁹¹ sinalizando respeito e admiração, em tom de comparação, registrou com a utilização do termo “abominar” “os Loyola, Carlos V e Torquemada”, “de todos os tempos”. Podemos inferir um argumento construído a partir da divisão dos grupos que remetiam a pensadores e cientistas e, agrupados em outra perspectiva, respectivamente, representantes de um passado centralizado no poder e ações da Igreja, do rei e de perseguições por inquisidores, como Torquemada (*Voz do Povo*, 02/06/1920, p. 1).

Enfatizou ainda a égide sob a orientação de que “queremos que onde se ergue tenebrosa uma prisão, se erga benfazeja e carinhosa uma escola. Queremos que a repressão criminal ceda lugar a medicina racional e científica” (*Voz do Povo*, 02/06/1920, p. 1). Ao prosseguir tratando da importância do desenvolvimento da arte e da ciência, foi pontuado a expectativa das mesmas não se renderem aos mecanismos do capital, mas sim “em benefício de todos e na verdadeira concepção do seu ser”. Ao tratar da importância do conhecimento científico e da valorização da pesquisa enalteceu os nomes de: “Oswaldo Cruz, Euclides da

⁹¹ Representam filósofos, escritores que se dedicaram a construção e buscas pelo conhecimento a partir da valorização da ciência.

Cunha, Mauá e tantos outros dignos e estigmatizamos os condes Modestos, os Gordos, os Gambas, Sotomaiiores e quejandos” (*Voz do Povo*, 02/06/1920, p. 1). “Bendizemos Frontin, não o conde, o político; mas sim o engenheiro, por tantos méritos ilustres.” “Admiramos Alfredo Pinto, o professor, mas amaldiçoamos Alfredo Pinto, o repressor” (*Voz do Povo*, 02/06/1920, p. 1).

Ao acompanhar as edições de *Voz do Povo* e a própria publicação que registrou no texto a União dos Operários em Construção Civil, assinando como União Geral da Construção Civil é razoável supor que correspondessem à mesma associação. Sendo assim, é possível inferir que foi a associação que organizou a inauguração da Escola Primária da Construção Civil noticiada em 28 de outubro de 1920 (*Voz do Povo*, 28/10/1920, p. 3.). A articulação do manifesto veiculado em junho com as ações empreendidas para a efetivação da escola indiciam a concepção de educação que influenciou as orientações da escola, ainda que não saibamos o período de funcionamento da escola. De fato, com o registro do balancete, aluguel e pintura da sala, compras de materiais como globo e uma quantidade considerada significativa de livros, evidenciam como organizaram e pensaram a Escola Primária da Construção Civil e seu funcionamento.

O texto assinado pela União Geral dos Trabalhadores, na assertiva de se intitularem como União dos Operários em Construção Civil, incide sobre uma reflexão a respeito da concepção de educação que orientou a prática pedagógica da Escola Primária. Ao convocar de forma a valorar nomes de filósofos e pensadores e representantes da ciência contribuem para identificar as diretrizes que orientaram as práticas de ensino. Em contrapartida, ao mencionar representantes da Igreja Católica, da monarquia de governos compreendidos como autoritários, violentos, analisados como marcas de um passado repleto de problemáticas a serem superadas, demonstra a distância que se pretendia tomar de tais condutas e orientações.

A União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) foi outra organização de expressiva atuação e com iniciativas educativas na cidade carioca. Acerca do seu alcance vale ressaltar que “em junho de 1917, já passa a agregar mais de 19 mil sócios no ano seguinte ao de sua fundação e, ao final deste, chega a 30 mil” (Machado, 2017, p. 50). Segundo o autor (2017, p. 58), a União tinha sedes em Petrópolis, Santo Aleixo e Niterói. Como aponta Batalha (2000), a indústria têxtil contava com um grande quantitativo de mulheres e crianças com longas jornadas de trabalho que chegavam até 14 horas nos anos iniciais do século XX e muito pouco se destinava a descanso e lazer. Com núcleos organizados nos bairros com fábricas de tecidos, a União dos Operários da Fábrica de Tecidos tinha sua sede social na Rua

Acre⁹², número 19, localizada no centro do Rio de Janeiro. Sobre o expressivo movimento da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) e suas ações em prol dos trabalhadores. Em entrevista⁹³, Octávio Brandão descreveu a força da atuação no período:

O.B. - Não; podia ser organizada pelos anarco-sindicalistas. Eles tinham muita força. Imagine você que o sindicato dos tecelões se chamava União dos Operários em Fábricas de Tecidos... Quando passo pela rua Acre, olho, e está lá ainda o edifício. O sindicato era no primeiro andar. Eu olho, paro, assim, e um mundo de recordações me vem à cabeça. Eles aproveitaram a guerra e fizeram greves gerais. Sobretudo de tecelões, empregados das fábricas de tecidos. Eles criaram uma espécie de comitês de sindicato nas fábricas. O secretário do sindicato telefonava e dizia: ‘Chama aí o fulano. E vinha um membro do comitê atender o telefone do escritório do patrão. E ele dava as ordens: ‘Parar! Greve geral!’ E a massa obedecia. Ali, na rua Acre, era uma coisa colossal: mulheres - havia muita mulher tecelã -, aquelas mulheres, aqueles homens [...] (Rego, 1993, p. 20).

O jornal publicou nota informando que, em assembleia realizada em julho de 1920, os filiados à União decidiram sobre a instalação de uma escola. Destacou também reuniões em suas sucursais (filiais) instaladas no Jardim Botânico, Vila Isabel e Alegria. Esses indícios encontrados por meio da atuação da União Operária em Fábrica de Tecidos no jornal *Voz do Povo* demonstram a existência de escolas no Rio de Janeiro e Petrópolis.

A União dos Operários Metalúrgicos do Brasil, com período de atuação entre 1926 e 1929 (Batalha, 2009, p. 274), funcionou todos os dias úteis das 19 às 21 horas (*A Classe Operária*, 25/08/1928). De acordo com a publicação as matérias lecionadas eram constituídas por: “aulas práticas e teóricas de motor a explosão, geometria, português, aritmética e cálculos de abrir roscas inglesa e francesa em torno mecânico” (*A Classe Operária*, 25/08/1928). Na mesma edição registrou-se evidências do Ensino Mútuo contemplando os trabalhadores. A matéria anunciou uma reunião promovida pelo Grêmio de Ensino Mútuo, compreendido como “centro de cultura. “Para essa tarde está organizado interessante programa que será levado, a efeito improrrogavelmente, as 15 horas em ponto, pelos trabalhadores de todas as corporações que compõem esse centro de cultura” (*A Classe Operária*, 25/08/1928, p. 3). Reunião marcada para a Rua da América, 56-A. Centro dos Metalúrgicos. O texto dizia ainda:

A nós, mulheres proletárias, grande tarefa compete. Se ainda não dispomos do direito do voto, podemos, no entanto, agir com dedicação e atividade junto às mais

⁹² *Voz do Povo*, quarta-feira, 28 de julho de 1920, p. 3. As filiais da União localizavam-se nos seguintes endereços: Vila Izabel, na Rua Luiz Barbosa n.º 34, Gávea, na Rua Jardim Botânico n.º 492, e na Alegria na Rua Bella de São João n.º 199.

⁹³ Entrevista concedida no ano de 1977 que abordou sua trajetória, aspectos familiares, sua vida política e suas redes de sociabilidade

largas massas operárias, incentivando-as a luta eleitoral, interessando-as na sua política, na política de classe, política da classe pobre contra a política da classe rica. Companheiros trabalhadores!

Companheiras trabalhadoras!

‘Que a nossa voz se faça ouvir junto aos homens de nossas famílias.’

Lembremos-lhes que eles são proletários por condição e que os sejam também por consciência.

Que não deem nem um voto há um candidato burguês ou a um representante do capitalismo, e sim que votem e aconselhem em votar nos nossos candidatos de classe, os candidatos do Bloco Operário e Camponês, escolhidos pelas delegações genuinamente operárias, com os mais seguros compromissos com o Bloco, legítimos mensageiros do nosso pensamento proletário.

‘É um erro pensarmos que as mulheres não devem se envolver em política.

Devem, sim, companheiras! Assim como somos exploradas nas fábricas e ateliês, onde nos tiram do nosso suor os lucros que vão enriquecer os patrões, e nas mercadorias que compramos pagamos impostos de consumo e os demais, assim nos deve assistir o direito, e mesmo o dever, de zelar pelos nossos interesses, quer na confecção das leis, quer na fiscalização das rendas e negócios públicos, pois nós somos parte integrante de um povo que produz e precisa ser devidamente remunerado e tratado com justiça.’

Com os nossos companheiros operários, formemos um bloco de ferro e sem desânimo preparemos as forças, que pouco a pouco irão vencer as forças inimigas.

A nossa classe, a classe operária, não é só de homens, e sim de homens e mulheres.

Trabalhamos, produzimos, lutamos e sofremos juntos.

Irmãos na escravidão proletária, sejamos irmãos pela liberdade coletiva.

Ajudemos os nossos companheiros na luta política.

Avante pela vitória do ‘Bloco Operário e Camponês’.

Entoemos com entusiasmo as estrofes de um hino dos trabalhadores:

Companheiros e companheiras,

Levantai-vos e vinde em massa.

O pendão livre esvoaça,

Ao sol claro de um porvir!

Nos insultos e nas penas,

A Grã causa, que liberta,

Qual de nós irá trair?!

A Grã causa que liberta

qual de nós irá trair?!

[...] (*A Classe Operária*, 25/08/1928, p. 3, grifos nossos).

A publicação assinada por Hermelinda Borges, operária pespontadeira⁹⁴ registrou ainda o convite para a reunião das mulheres trabalhadoras na União dos Operários Metalúrgicos no endereço da Rua América, número 56 A, Sobrado. Ao analisar a atuação das mulheres nos jornais operários a partir da perspectiva da “esfera discursiva das mulheres trabalhadoras”, Boenavides (2017, p. 298) nos provoca a pensar a respeito da expressiva ação das mulheres nas fábricas, na indústria têxtil no contexto do processo de industrialização do país, com ênfase na cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República.

Boenavides problematiza os rótulos construídos socialmente, que buscavam enquadrar as mulheres segundo uma perspectiva santificada, ou padronizar segundo juízos de valor estabelecidos. Nesse sentido, refletimos sobre os discursos na perspectiva das mulheres, suas

⁹⁴ Trabalho com máquina de costura.

reivindicações e proposições na esfera pública a partir de suas narrativas. Em consonância com as ideias expostas, Boenavides, à luz das reflexões de Rago (2014, p. 91), expõe os desafios enfrentados:

Assim, é possível verificar que a territorialização discursiva das mulheres na imprensa operária deu-se através de embates, sendo preciso que as mulheres ultrapassassem não apenas as fronteiras impostas pelas classes dominantes, mas também as fronteiras impostas pelos homens trabalhadores, já que estes consideravam que as mulheres eram uma ameaça à valorização da força de trabalho masculina (Rago, 2014, p. 91 *apud* Boenavides, 2017, p. 311).

A partir da imprensa operária, podemos notar discursos e defesas com inclinações às ideias anarquistas, socialistas e comunistas, sem que se limitasse a elas. Sob esta perspectiva, ressaltamos como as mulheres trabalhadoras, em meio a uma série de conflitos e enfrentamentos que também passavam por tentativas de invisibilidade e silenciamento de suas vozes, buscaram estratégias por meio de sua escrita, participando de grupos de estudos, organizações de seus ofícios, a fim de expressar suas interpretações da realidade⁹⁵.

Os movimentos das trabalhadoras também demonstram proposições educativas dentre suas pautas, que iam desde condições mais justas de trabalho até iniciativas que pudessem contemplar a instrução. Maria de Lourdes Nogueira⁹⁶, professora e escritora de perfil libertário (Oliveira, Costa, 2021), registrou, sob o título de *Era nova*, a iniciativa da fundação do Grupo Feminino de Estudos Sociais, chamando mulheres brasileiras e estrangeiras sob o alerta de que “não se dirá que no Brasil a mulher, vive alheia aos magnos e transcendentais problemas da harmonia social” (*Voz do Povo*, 19/03/1920, p. 2).

Outras iniciativas educativas referem-se aos grupos e centros de estudos. O Quadro 4 demonstra alguns indícios dos movimentos pensados e articulados por diferentes trabalhadoras, com ofícios e formações variadas, na expectativa de promover iniciativas educativas.

⁹⁵ Notória a diferença dos registros entre homens e mulheres pelas edições dos jornais analisados. Pelos nomes em diferentes ações empreendidas pelos trabalhadores, nas assinaturas dos textos e demais publicações, nas conferências e festivais, tal fato desperta a inquietação para os possíveis significados e sentidos das ausências, ou a desproporção dos registros nas documentações elaboradas por grupos de trabalhadores. Sabendo das expressivas atuações das mulheres nas atividades laborais, nos mais diferentes ofícios, grande quantitativo de mulheres na área industrial, sua grande contribuição no setor têxtil e demais atividades laborais, fica a pergunta sobre o que “se conta” e o papel das mulheres nessa imprensa.

⁹⁶ De acordo com as autoras Oliveira e Costa (2021), a professora anarquista lecionou no Colégio Pedro II, espaço ocupado predominantemente por homens e teve expoente atuação na imprensa com textos de cunho libertário na década de 1920. Sua trajetória contribui para a compreensão da rede de sociabilidade, como bem pontuam as autoras ao destacar o papel das mulheres no campo da educação pelos diferentes espaços em que atuaram, desde escolas a imprensa.

Quadro 5 – Grupos Femininos de Estudos Sociais

GRUPO	DIREÇÃO	CONTEÚDO	ENDEREÇO
Grupo Feminino Instrutivo e Recreativo Operário	Emma Silveira (costureira, professora de francês prático e datilografia). Corina Liccurso (bordadeira). Graziella Braga (ajureira) Luiza de Castro (encaderneira). Maria José (chapeleira). Olga de Castro (colleteira).	Criará aulas noturnas de português, francês, aritmética, datilografia, contabilidade, inglês e música, trabalhos manuais, aulas de corte, costuras, bordados, flores, espartilhos e chapéus.	---- não informado Rua Senhor dos Passos, 8? (este endereço destina-se à sede da União das Costureiras e Classes Anexas, sede da União dos Alfaiates. (Batalha, 2009, p. 265)
Grupo Feminino de Estudos Sociais Associação Gráfica	---	---	Avenida Passos, 106
Grupo Feminino de Estudos Sociais	União dos Operários de Construção Civil		
Grupo Feminino de Estudos Sociais	-	---	Rua do Senado, 215

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do jornal *Voz do Povo*.

Pela pluralidade dos nomes, apelos por convite e por orientações, acompanhamos esta iniciativa divulgada compreendendo sua dimensão educativa. Uma ação formativa cujo processo se constituiu a partir de elementos da cultura que envolveram múltiplas linguagens, como bem recuperam Bertucci, Faria Filho e Oliveira (2010, p. 75-76). A respeito dos processos formativos, destacam como educação e vida são indissociáveis. Intitulada “Uma bela iniciativa”, a publicação ressaltou a criação do Grupo Feminino Instrutivo e Recreativo:

Criará aulas noturnas de português, francês, aritmética, datilografia, contabilidade, inglês e música, trabalhos manuais, aulas de corte, costuras, bordados, flores, espartilhos e chapéus.
Este programa será dividido em dois cursos. Primeiro, o curso de aprendizagem; segundo curso de aperfeiçoamento.
Nesse grupo poder-se há matricular crianças, moças e mesmo senhoras idosas (*Voz do Povo*, 7/03/1920, p. 2).

De acordo com o jornal, o programa e o planejamento diversificado do ensino ofertado seriam distribuídos em níveis, incluindo o elementar e, posteriormente, o de aperfeiçoamento. Contemplava a diversidade do público feminino, iniciando as crianças nas orientações dos cursos ofertados. Direccionava-se para os estudos das mulheres, moças e idosas, prevendo ainda que o grupo teria como iniciativas “bailes de dois em dois meses”, “duas conferências

mensais, uma por pessoa previamente convidada para esse fim, outra por uma associada”.

Assim:

A associada que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três conferências seguidas ficará suspensa do grupo por 90 dias.

Não haverá quota mensal. O grupo só contará com a renda dos festivais que promoverá para as quais as associadas deverão passar o maior número de ingressos possível.

[...]

O grupo é composto de diretoras e reunir-se-ão quinzenalmente. São diretoras as companheiras.

Emma Silveira (costureira, professora de francês prático e datilografia).

Corina Liccurso (bordadeira).

Graziella Braga (ajureira)

Luiza de Castro (encaderneira).

Maria José (chapeleira).

Olga de Castro (coleteira) (*Voz do Povo*, 7/03/1920, p. 2).

Ao observarmos os nomes dessas mulheres frente aos grupos, sob expectativas de serem criados e alguns desses planos já em funcionamento, é possível inferir como trabalhadoras exerceram papel ativo a respeito do “formar-se”. Percebe-se como professoras, costureiras, bordadeiras, encaderneiras, chapeleiras, ajureiras, coleteiras, cada qual com seus ofícios e graus de instrução, na potencialidade de atuarem sobre seus processos formativos, mediante ao planejamento, organização e, em alguns casos, efetivação dos grupos de estudos que contavam com diferentes práticas sociais consideradas educativas. Os exemplos extraídos da publicação foram escritos no plural intencionalmente, pois uma vez que contavam com esse perfil divulgado no jornal, indicia sobre as possíveis integrantes que atuaram nesta prática educativa.

A coluna do jornal *Voz do Povo*, intitulada “Grupo Feminino de Estudos Sociais Um manifesto a mulher brasileira”, que segundo o jornal foi criado em 22 de janeiro de 1920, reforçava o desejo de construírem experiências: “[...] Professoras, funcionárias, costureiras, floristas, operárias em fabricas e ateliers, trabalhadoras em artes domésticas: Vinde, vinde até nós, que sereis jubilosa e fraternamente acolhidas!” (*Voz do Povo*, 7/02/1920, p. 1). Constavam, ainda, as seguintes informações:

O grupo Feminino de Estudos Sociais, fundado nesta capital em 22 de janeiro de 1920, propõem-se a agremiar todas as mulheres emancipadas do Brasil, a fim de combater sistemática e eficazmente a escravidão clerical, a escravidão econômica, a escravidão moral e a escravidão jurídica, que asfixiam, degradam e aviltam o sexo feminino. O Grupo estudará com carinho e debaterá com ardor os palpitantes problemas da questão social e procurará elevar, por meio de conferências, congressos, escolas e cursos de ciências e artes o nível intelectual e moral de suas associadas, para que se abra assina muralha negra, tenebrosa e compacta da rotina, do egoísmo, da ignorância e da hipocrisia, de todos os

preconceitos e de todas as opressões, uma brecha, uma fresta, uma frincha por onde livremente irradie um pouco de Vida e do Ideal (*Voz do Povo*, 7/02/1920, p. 1).

No dia 29 de fevereiro de 1920 foi noticiado em *Voz do Povo* o Comício do Centro Feminino de Estudos Sociais (*Voz do Povo*, 29/02/1920, p. 1). Sobre os desafios e dificuldades relativas à atuação de professoras na cidade do Rio de Janeiro no contexto da Primeira República, Silva e Alves (2020) trouxeram o *Manifesto à Mulher Brasileira* veiculado no ano de 1920. Para tal, em meio a um período em que muitos espaços eram ocupados por homens, os autores trazem o debate acerca da atuação das mulheres, contribuindo para análises que contam com a percepção da participação e significativo trabalho delas em diferentes espaços. Segundo os autores:

[...] a articulação com a imprensa já existente, foi uma estratégia utilizada para viabilizar a publicação dos seus escritos, o que possibilitaria atingir um público mais amplo. Do mesmo modo, usaram também de estratégias comuns as associações docentes, como por exemplo, a prática de ministrar conferências em diversas sedes de associações de trabalhadores (Silva; Alves, 2020, p. 75).

Ao elencarem as tensões vividas em meio às fortes desigualdades, incluindo a salarial, condições de trabalho, “autorização prévia do marido para exercer uma ocupação” (p. 70), ampliam as possibilidades de olhares ao promover o debate sobre a iniciativa de um grupo de diferentes ofícios, a exemplo do Grupo Feminino de Estudos Sociais, fundado em 22 de janeiro de 1920. Em decorrência de tais práticas, fica evidenciado o processo educativo relacionado às práticas promovidas pelas associações, no sentido de objetivar promover o nível intelectual de suas associadas.

Cabe indagar acerca das expressões e representações dos debates sobre as concepções de educação, com algumas ideias alternativas aos projetos em difusão que visavam à conformidade da “ordem”, do “progresso”, da civilização difundidas por grupos hegemônicos e dos valores forjados para a educação da mulher segundo esse modelo de sociedade. Ressaltamos a heterogeneidade que constituía as trabalhadoras que estavam à frente das mobilizações, que incluíam a participação e organização em congressos e conferências, greves e iniciativas de cursos, aulas e centros sociais. Este aspecto torna-se fundamental para nossa compreensão de que se variava as formas de pensar, lutar e atuar.

Na edição de 10 de setembro de 1920 do *Voz do Povo*, foi divulgada a reunião em prol de um Núcleo feminino na sede da União de Fábrica de Tecidos. Dentre os objetivos, o jornal no dia anterior já havia informado o desejo do núcleo “em prol dos filhos dos operários” (*Voz do Povo*, 09/09/1920, p. 1). “Entre diversas assistentes pudemos notar as seguintes camaradas:

Waldemira Fenandes, Rosa Leal, Maria Pinto, Adelina Gonçalves, Elvira Fernandes⁹⁷, Maria Gonçalves e Nympha de Vimnar” (*Voz do Povo*, 10/09/1920, p. 1).

Celebrando a festa do Jardim zoológico em prol das escolas operárias, a edição de 15 de setembro de 1920 do jornal *Voz do Povo*, intitulada *Um núcleo feminino*, foi assinada pela trabalhadora Ninpha de Vimnar⁹⁸. De acordo com o texto, foi mencionado o desejo por “um núcleo feminino em prol dos filhos desamparados dos operários, sim, pois é destes anjos tutelares que esperamos [...] o progresso da espécie”. Sob este aspecto, “amparar essas criancinhas é praticar o dever humano”, o apelo ao coletivo em prol desse ideal do operariado, destaca-se a ideia de que “Nós, mulheres, não vamos fazer favor nem caridade”. O plano proferido pela operária contava com uma divisão concernente às funções, envolvendo “uma comissão de: diretora geral de internato; vice-diretora; secretária; tesoureira; procuradora” (*Voz do Povo*, 15/09/1920, p. 2).

A publicação trouxe a expectativa por uma iniciativa planejada, a partir de uma proposta baseada em constituir uma instituição modelo na capital e, posteriormente, novos estabelecimentos principalmente em outros centros fabris nas cidades do Brasil, de acordo com a necessidade e, na medida da ampliação dos recursos financeiros. Recursos esses que seriam conquistados por meio de donativos, conferências, espetáculos e quermesses. O núcleo contaria com o auxílio mensal de cada sócia no valor de 1000 réis. Fica perceptível o desejo por uma educação racional, o que demonstrava uma afeição em diálogo com outras edições que trouxeram o desejo pela educação libertária (*Voz do Povo*, 15/09/1920, p. 2).

A Educação das mães proletárias foi o título do artigo publicado em *A Classe Operária*, no qual percebemos uma preocupação com os aspectos formativos relacionados à leitura e ao entendimento de outros componentes científicos (*A Classe Operária*, 27/06/1925, p. 1). Nos jornais de grande circulação que mantinham uma coluna específica a respeito do movimento operário⁹⁹, foram registrados alguns movimentos por escolas operárias. A esse respeito, os metalúrgicos publicaram no jornal *Gazeta de Notícias* uma pequena nota

⁹⁷ Elvira Fernandes era operária “discursou na sessão solene realizada na sede da Liga do Operariado do Distrito Federal, na celebração do 1º de maio de 1913” (Batalha, 2009, p. 62).

⁹⁸ Acreditamos ser pseudônimo, pois não encontramos na plataforma Family Search e em outras pesquisas realizadas. Em seu texto, “nós, mulheres, não vamos fazer favor, nem caridade” e outras afirmações em primeira pessoa indicia em ser uma mulher (*Voz do Povo*, 15/09/1920, p. 2).

⁹⁹ Durante a década de 1920, diferentes iniciativas educativas foram debatidas e empreendidas em diversas localidades. Ainda que não seja escopo da investigação abarcar a ampla gama de tais discussões e práticas, convém ressaltar como os debates foram ativos. São exemplos de outros movimentos os debates na Câmara Municipal da cidade de Campos do Partido Socialista Fluminense, com Antonio Eugênio Fritch (*Gazeta de Notícias*, 19/06/1924, p. 10). “A Sociedade Operária de Miracema já inaugurou em sua sede uma Escola Operária Noturna” (*Gazeta de Notícias*, 19/06/1924, p. 10).

intitulada *Comissão Pró-escola operária*, abordando uma reunião sobre a fundação de uma escola (*Gazeta de Notícias*, 8/06/1924, p. 10).

A mesma nota também apareceu em *O Paiz* na seção *No meio operário* (*O Paiz*, 6/06/1924, p. 7; 8/06/1924, p. 13). Esse movimento indicia para o desejo em propagar a divulgação em diferentes espaços, a fim também de que pudessem atrair amplo público para seus projetos e formulações para as iniciativas educativas empreendidas. Vale destacar o projeto no coletivo, uma vez que a assinatura da nota se realizou de forma a contemplar a categoria dos metalúrgicos. O texto dirigiu o convite aos “companheiros nomeados pelas suas associações para tratarem da fundação da Escola Operária” (*Gazeta de Notícias*, 8/06/1924, p. 10), permitindo inferir sobre o movimento de diferentes associações em benefício de uma causa comum, referente à educação das classes trabalhadoras.

Intitulada *Uma escola operária*, a nota divulgou a inauguração no dia 26 de junho do ano de 1927 de uma Escola Operária “no lugar denominado Portugal Pequeno, nos fundos da Vila Proletária Marechal Hermes, na estação deste nome, na E. F. C do Brasil” (*Gazeta de Notícias*, 26/06/1927, p. 6). Segundo o texto, a Escola foi fundada pelo Centro União e Progresso de Boa Esperança, associação criada com o propósito de se dedicar as melhorias do local.

O quadro abaixo, elaborado a partir de uma publicação divulgada no ano de 1926 na coluna *Gazeta Operária*, do jornal *Gazeta de Notícias*, relaciona algumas escolas operárias mantidas por associações de trabalhadores. Além das escolas primárias sob organização dos operários, foi divulgada uma escola primária localizada no endereço à Rua Drumond, número 127, em Olaria, sob responsabilidade de Pedro Matera e suas filhas, Nair e America Matera (*Gazeta de Notícias*, 02/04/1926, p. 7). Foram ressaltadas ainda três escolas de música: uma com funcionamento regular na sede dos Metalúrgicos com responsabilidade do Sr. Aristides Henriques; A Sociedade U. B. dos Calafates. O registro contou ainda com a expectativa de breve inauguração de outro espaço, desta vez na sede da União dos Operários Municipais, à rua Camerino, n. 99 (*Gazeta de Notícias*, 02/04/1926, p. 7).

Quadro 6 – Sete escolas primárias mantidas Associações Operárias *Gazeta de Notícias*

Escolas Primárias Operárias	Endereço
	Rua Senador Pompeu, n. 124
	Rua Sacadura Cabral na sede da União. P. dos Carregadores da Alfandega e Cais do Porto
(Mantida/organizada?) pela Liga dos	Rua Marechal Floriano Peixoto, n.180

Inquilinos e Consumidores	
Organizada pela Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro	Rua São João, n. 95 - Niterói
Organizada pelo Grêmio Republicano Liberdade	Rua Camerino, n. 16
Organizada pelo Centro Beneficente dos Operários Municipais	Rua Visconde de Itaúna, n. 241
U. R. dos Calafates	Rua dos Arcos, n. 15

Fonte: Elaborado pela autora a partir de *Gazeta de Notícias*, 02/04/1926, p. 7.

Nota-se, por meio da coluna intitulada *Um problema a resolver Educação e Ensino* do jornal *Voz do Povo*, como os debates em educação se davam a partir de diferentes tendências e grupos em meio às práticas sociais. Percebemos no jornal a abordagem da Educação Moderna, como horizonte alternativo aos modelos difundidos no período. Do mesmo modo, para refletirmos sobre outras concepções em disputa, desenvolveremos no próximo capítulo. os debates em torno das expectativas pontuadas em diferentes edições de *A Classe Operária* acerca da escola de trabalhadores, criada e dirigida por trabalhadores.

3 “UM PROBLEMA A RESOLVER: EDUCAÇÃO E ENSINO”

3.1 Iniciativas educativas: redes e trocas culturais

Ao percorrer o periódico *Voz do Povo* com período de circulação em 1920, podemos observar redes de sociabilidade construídas. Militantes como Álvaro Palmeira, Luiz Palmeira, Fabio Luz, Octavio Brandão, Astrojildo Pereira – intelectuais e lideranças com atuação expressiva na imprensa operária – junto a professores e pensadores, com formação intelectual e grau de instrução variado que argumentaram em prol de educação. Esses sujeitos criticaram as estruturas de ensino tradicional, além de participarem de diferentes debates em torno de temáticas relativas às questões sociais. Dos artigos assinados por estes intelectuais em *Voz do Povo*, percebemos a educação como uma das pautas levantadas nas reivindicações expressas no periódico e a importância de criação de escolas. Muitas críticas suscitaram a necessidade de expandir o ensino, problematizando as conduções do governo, propuseram caminhos em busca da ampliação da escolarização.

No contexto em que essas reivindicações foram elaboradas em meio a uma concepção de educação como regeneradora dos males sociais, formadora dos princípios para o controle, ordem e progresso sob a perspectiva de uma concepção burguesa, outros esforços revelam distintos sentidos, apropriações e disputas. É possível identificar a existência de intelectuais com atividades diversificadas que constituíram redes de sociabilidade destinadas a produzir jornais, n associações, bibliotecas, conferências. Construíram trocas de ideias, de posicionamentos e formaram laços.

A partir da noção de redes de sociabilidade desenvolvida por Sirinelli (2003), destaca-se a compreensão no sentido de pensar as ideias, visões e ações de diferentes sujeitos de modo a, com base em suas atuações, considerar suas vivências no contexto social, suas trajetórias e perspectivas que colaboram por compor uma tessitura social. Vale ressaltar a diversidade de pensamentos e de formações ideológicas desses militantes no jornal *Voz do Povo* e, mais tarde, em *A Classe Operária* no contexto das primeiras décadas do século XX. Por meio da análise das associações de trabalhadores e trabalhadoras, bem como nos jornais operários, nota-se a ênfase no desejo pela transformação social e luta por conquistas dos direitos.

Nota-se também as divergências quanto às tendências, com influência da formação ideológica do chamado sindicalismo revolucionário, de direcionamento mais radical, com

relação à suas proposições na busca por transformações da sociedade e o sindicalismo reformista¹⁰⁰, por sua vez mais aberto a negociações com as distintas forças de poder. No interior dos debates e proposições das questões que atravessavam a sociedade, inclusive sobre a temática da educação, as mulheres de diferentes atuações constituíram parte integrante em distintas frentes na conquista por direitos, com uma série de iniciativas. Muitas foram as demandas levantadas, como o discurso propagado pela professora Maria Lourdes Nogueira na edição de 29 de março de 1920. Para ela:

Tudo isso é, companheiras, uma farsa dos prepotentes. Vós que tendes, encerrados nas enxovias, vossos pais, esposos, filhos, irmãos e noivos, não podeis ficar inertes, ainda mesmo que todos os presos sejam, hoje ou amanhã, postos em liberdade. É preciso que se despertem as consciências, ante a arbitrariedade sem nome de se abrirem as portas das prisões *para encarcerar o pensamento!* Assim, sem motivo algum justificável: Fábio Luz, querido e respeitado do Brasil inteiro; Alvaro Palmeira, intemerato defensor das classes oprimidas; Octávio Brandão, jovem literato; Mattera, jornalista de ideias esclarecidas e centenas de outros, cujo crime, ninguém sabe. O próprio governo deve estar envergonhado pela rata formidável que ultimamente praticou, encarcerando a torto e a direito, numa greve declaradamente pacífica (*Voz do Povo*, 29/03/1920, p. 2, grifos do jornal).

Ao problematizar as arbitrariedades promovidas com as prisões ocorridas na greve, sendo compreendida como um direito pela professora Maria de Lourdes Nogueira, além de debater, convocou as companheiras ao protesto, enaltecendo a ação coletiva: “Agrupai-vos conosco”. A crença no coletivo e no processo formativo pode ser notada por meio do grupo feminino de Estudos, no qual se observa o convite: “Filiai-vos ao nosso grupo feminino de Estudos, a fim de que possais ensinar, transmitir aos vossos filhos e as pessoas que convivem convosco, os grandes e santos ideais do progresso humano” (*Voz do Povo*, 29/03/1920, p. 2)!

O texto de Maria Lourdes Nogueira permite inferir sobre os projetos de educação das classes trabalhadoras em sua pluralidade. Pelos atravessamentos nos mais variados cotidianos, os intensos debates corroboraram os planos discutidos entre os grupos pertencentes a essas classes. Vislumbrou-se, com ações de projetos de educação em prol de uma sociedade almejada, as suas experiências, ressaltando a natureza plural, pensando caminhos, somando a iniciativas para possibilidades de relações sociais, como expresse a seguir:

Tomai hoje a resolução de seguir o programa: organizar e lutar! Lutar intemeratamente pela verdade, pela justiça e pela redenção da humanidade! Os

¹⁰⁰ No interior do movimento operários correntes políticas agitaram diferentes iniciativas. O sindicalismo revolucionário contava com forças sindicais de forte resistência e embates aos moldes do ideário capitalista que se solidificava. Oliveira (2012) demonstra como abordagem de correntes reformistas promoveu uma série de ações, estratégias e embates nas relações de trabalhadores, com tensões e conflitos sem que possíveis consensos e negociações excluíssem a dimensão da luta de classes.

tempos são chegados e, com eles, a vitória do Bem, eliminando a desigualdade econômica, os contrastes sociais, as guerras, a prostituição, a indigência e a miserável exploração do homem pelo homem (*Voz do Povo*, 29/03/1920, p. 2).

Projetos de educação que, dentro de tamanha pluralidade, assumiram como interesse comum o desejo pela organização em prol da emancipação por meio da luta, contra as desigualdades e pela construção a partir das relações humanas sob outra perspectiva. Uma perspectiva que considerava as práticas éticas e políticas associadas às dimensões culturais e educacionais. Ao incluir o desejo para que “sejamos a força viva do Ideal, a caminho do futuro!”, foi destacada a compreensão por meio das ações, na orientação da força social ativa das mulheres o poder para a construção de uma outra sociedade (*Voz do Povo*, 29/03/1920, p. 2).

Outro aspecto pontuado no sentido de acompanhar a natureza de ser um jornal operário e sua função social, construído por e com trabalhadores, refere-se às múltiplas abordagens dos cotidianos e as menções dos nomes de diferentes operários¹⁰¹. De forma combativa, se na mesma página foi dado destaque para as prisões de nomes conhecidos à época nas lideranças políticas, como Álvaro Palmeira, Fábio Luz, Octávio Brandão, Pedro Mattera e o redator de *Voz do Povo*, Mâncio Teixeira, também foram registrados os nomes de diferentes operários. As produções escritas denunciando as arbitrariedades ao reiterar as prisões de João Antônio de Oliveira, sócio número 756 da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café e outros operários, a saber: Amadeu Teixeira, Alcino Machado, Aurélio Mousinho Durães, Manoel Real Paes, Antonio José da Cunha, Nicolao Parada e José Manchão dão a ver formas variadas dessas denúncias, construções propositivas do jornal com o intuito de transformar essas ações coercitivas (*Voz do Povo*, 29/03/1920, p. 2).

Em *Voz do Povo*, no ano de 1920, diferentes lideranças atuaram com expressividade, como Mâncio Teixeira, conferencista em diferentes movimentos, como divulgado na Aliança dos Trabalhadores em Marcenaria, à Rua Camerino, número 16 (*Voz do Povo*, 30/06/1920, p. 1). O intelectual José Oiticica teve amplitude com relação aos conteúdos e movimentos construídos. Colaborou em jornais de grande veiculação e tiragem, como *Correio da Manhã*, demonstrando como as diferentes iniciativas vivenciadas podem ser percebidas de formas diversificadas a partir dos impressos. A veiculação no teatro Carlos Gomes da peça *Pedra que*

¹⁰¹ Com essa análise não desconsideramos o fato de que na chamada grande imprensa os jornais de perfis empresariais não tenham tratado e mencionado nomes e circunstâncias de muitos sujeitos pertencentes às classes populares, apenas reiteramos as abordagens que distinguem os perfis de periódicos e, portanto, da natureza da imprensa.

rola, de José Oiticica, sugere o envolvimento da cultura operária em suas múltiplas dimensões (*Voz do Povo*, 30/06/1920, p. 1). José Oiticica¹⁰², um dos principais nomes do anarquismo, esteve à frente de diversos movimentos afeitos às causas dos trabalhadores.

Além dele, presente tanto na militância quanto em conferências e nas produções textuais em diferentes jornais durante as primeiras décadas do século, o jornalista e anarquista Astrogildo Pereira¹⁰³ escreveu inúmeros artigos para os jornais *Barricada*, *O Clarim*, *Voz do Padeiro*, dentre outros periódicos de cunho operário. No ano de 1913, atuou em *O Trabalho* (RS), entre 1913 e 1915, foi colaborador em *A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira e editorialista da publicação mensal anarquista *A Vida* (1914 a 1915). Na mesma década atuou em *O Cosmopolita* (1916-1918), *Guerra Social* e foi diretor em *Spartacus*. Dirigiu *O Debate* (1917), com colaboração de Lima Barreto. Nesse jornal foram publicados artigos contra a guerra e sobre a Revolução Russa como inspiração. Foi diretor do jornal do semanário *Crônica Subversiva* no ano de 1918 e também do *Germinal*. Foi ainda diretor em *Voz do Povo*. Posteriormente, ajudou a fundar o Partido Comunista. De acordo com Batalha (2009, p. 125), junto com Octávio Brandão, no ano de 1927, foi um dos principais redatores do diário *A Nação*, “colocado à disposição do PCB pelo seu proprietário Leônidas de Rezende” (2009, p. 125).

Com a carreira igualmente diversa, Fábio Luz, anarquista, médico e romancista, foi colaborador ativo no jornal *Voz do Povo*. Trabalhando em diferentes periódicos e movimentos associados às causas das classes trabalhadoras, desempenhou expressiva atuação tanto nas escolas oficiais quanto em outros movimentos, como no Centro de Estudos Sociais e Universidade Popular. Defensor da pedagogia libertária¹⁰⁴ e entusiasta da escola dos trabalhadores, registrou inúmeras contribuições ao periódico, desde artigos de cunho político, textos sobre educação e instrução pública até publicações de gênero literário.

Fábio Luz também teve atuação na instrução pública, vendo nas escolas e no ensino oficial um caminho possível para a educação das classes trabalhadoras. Crítico de muitas

¹⁰² Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OITICICA,%20Jos%C3%A9.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

¹⁰³ Astrogildo Pereira (1890-1965) defendeu ideais anarquistas, colaborador do jornal anarquista *Guerra Social* (1911), colaborador e diretor, redator do jornal *Voz do Povo* no ano de 1920. Posteriormente foi fundador do Partido Comunista (Batalha, 2008, p. 125).

¹⁰⁴ Fábio Luz foi um médico, intelectual defensor da educação que defendeu os princípios educativos de uma educação e uma escola com perfis libertários. Estes movimentos não impediram Fábio Luz de ver nas escolas estatais e no ensino oficial um caminho possível e viável para a educação das classes trabalhadoras. Sobre o pensamento e atuação do anarquista Fábio Lopes dos Santos Luz, conferir: Campos (2007).

conduções governamentais, assumiu como uma de suas pautas a defesa pelo ensino integral visando à transformação social. Em artigo intitulado *Instrução Municipal*, publicado no *Voz do Povo* no dia 05 de junho, ele criticou aspectos administrativos relacionados à inspetoria municipal. Mencionou os cuidados com os cursos noturnos, a importância de uma instrução articulada à estrutura concernente à inspeção escolar que, segundo o autor, seria necessária, porém com reformulações urgentes quanto aos profissionais. Condenou práticas como:

[...] nomear verdadeiros anônimos para comissões de responsabilidade, não só no julgamento de concursos de professores, como na apuração de merecimento dos mesmos. Pelas palavras do prefeito é intenção do diretor estabelecer o *regime de recompensa do mérito! Pobre mérito!* (*Voz do Povo*, 05/06/1920, p. 1, grifos do jornal).

Posteriormente, no dia 07 de junho de 1920, Fábio Luz criticou a ausência de escolas noturnas na área rural, bem como as longas jornadas dos docentes, a distância e os módicos vencimentos, não deixando de problematizar as tensões vivenciadas pelos professores. Além de assinar artigos sobre *A Instrução Municipal*, também assinava a coluna intitulada *Lua Nova* em *Voz do Povo* com textos de cunho literário. Para Luz, o magistério deveria contar com uma seleção criteriosa, passando pela formação na Escola Normal “escola profissional, escola de preparo de profissionais que tem que lidar com matéria prima delicadíssima e preciosíssima a alma da criança” (*Voz do Povo*, 07/06/1920, p. 1). Em uma publicação intitulada *Antonio Canellas*¹⁰⁵, o artigo de Fábio Luz no jornal *Voz do Povo* denunciou a prisão do jornalista e sindicalista, além de criticar o governo com relação à instrução. Demonstrando a forma como o Estado conduzia a educação, o autor relatou:

O Governo, por seus órgãos, subvenciona, estimula, agradece, recompensa e solicita de todos o auxílio que possam prestar ao país combatendo o analfabetismo como um grande mal social. Os médicos ilustres vêm a campo propor medidas contra a ignorância da maioria da população, ignorância a que atribuem os maiores males... clínicos. Os padres, as confissões religiosas, os Salesianos, os Beneditinos, a Associação Cristã de Moços, a Liga Contra o Analfabetismo, são considerados como beneméritos e merecedores dos títulos e proventos de causas de utilidade pública. Antonio Canellas é perseguido e encarcerado, e talvez deportado como indesejável, por ter dedicado sua vida, sua inteligência, sua iniciativa e seu esforço, a fundação de escolas ou

¹⁰⁵ Antonio Bernardo Canellas nasceu na cidade de Niterói no ano de 1898. Organizou diferentes sindicatos e atuou em diversos jornais. Teve atuação expressiva na busca pela propagação das ideias anarquistas e ao ter conhecimento com a experiência do projeto educativo *A Colmeia* ele passou a traduzir textos incentivando a difundir as propostas do pedagogo francês Sébastien Faure. Atuou na fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) no ano de 1922. Cf Faure (2015). Sébastien Faure (1858-1942) foi um militante anarquista, autor da obra e experiência *A Colmeia*. *A Colmeia* é considerado uma referência educacional do ideal e ação libertários.

institutos, modelados no sistema da Colmeia de Sebastião Faure [...] (*Voz do Povo*, 6/07/1920, p. 1).

Luz criticou como o governo criava estratégias educacionais, inclusive com subsídios e investimentos vinculados a demais instituições de cunho religioso como igrejas e ordens religiosas, associadas a práticas culturais herdadas historicamente. Estas recebiam notoriedade pela atuação frente aos desafios que a educação impunha à sociedade como o pontuado analfabetismo a partir da lógica dessas instituições. A escola no contexto das primeiras décadas do período republicano foi pensada, por distintos grupos de poder, nos princípios de um ideário de educação nos pressupostos e nos debates do higienismo e da eugenia¹⁰⁶. Período em que diferentes lideranças do campo médico, do direito e demais áreas científicas se debruçaram para pensar e atuar no campo da educação (Camara, 2010).

Incomodado com os discursos em difusão à época, alinhados ao crescente debate e ações em torno da instrução e em consonância com um projeto político na esteira de hierarquias sociais e de cunho capitalista, Fábio Luz demarcou a ordem social que delineava e se solidificava. Ao definir o projeto de educação pouco afeito ao pensamento crítico e reflexivo, enfatizou que “O mal do analfabetismo é resultado do regime social burguês, com suas repúblicas burocráticas e capitalistas e suas monarquias negociatas. Para dominar tiranicamente as massas é preciso conservá-las na ignorância” (*Voz do Povo*, 6/07/1920, p. 1).

Fábio Luz problematizou o fato de muito se falar sobre o povo, com pouca ação em prol da criação de políticas públicas sociais efetivas para melhoria na vida de boa parte da população. Pontuava que: “Toda essa grita pela educação do povo não passa de mais uma plataforma ou fita para iludi-lo” (*Voz do Povo*, 6/07/1920, p. 1). Segundo o escritor, muitas dessas intenções não passavam de discurso que não se preocupava efetivamente com a pauta. Ao denunciar a prisão de Antonio Canellas, o autor assinalou a sua defesa por uma concepção de educação inspirada em Sebatien Faure, com valorização pelas experiências articuladas ao cotidiano e construção de autonomia. Construída a partir do coletivo em todas as suas frentes, inclusive pelo apoio financeiro possível dos engajados, as ideias pedagógicas inspiraram inúmeras concepções nas primeiras décadas do século XX.

Como interesse em comum, esses atores sociais partilhavam a defesa pela transformação da sociedade. Esses intelectuais acreditavam ser possível alcançá-la de formas

¹⁰⁶ Sobre o tema, conferir a dissertação de Moura (2021). Os debates em torno da educação e da instrução no período republicano estiveram calcados na premissa de um ideário baseado nos pressupostos do higienismo e eugenia. A pesquisa de Moura (2021) contribui sobre os debates realizados no congresso de 1929 que permearam acerca da construção da nação e os valores pretendidos e o que se desejava normatizar, no que concerne a atitudes e comportamentos.

diferentes, seja por meio da revolução, de negociações, no entanto, ansiavam pela conquista por seus direitos e buscavam formas para alcançar modificações. Assim, percebemos a intensa atividade no sentido de estarem dispostos a intervir nos jornais e sindicatos. Essas dinâmicas indiciam acerca de relações construídas nos espaços laborais e demais espaços formativos. Experiências de um cotidiano que passava pelo trabalho, pelas associações e que se articulava as vivências nas ruas, praças e demais espaços de interação. As conferências constituíam-se como estratégias potentes para difundir os valores que determinados atores e grupos sociais levantaram em sua defesa (Carula, 2012). Promovidas e elaboradas com diferentes temáticas em articulação com organizações de trabalhadores¹⁰⁷, foram um instrumento de intervenção social, de trocas e de construção.

Na dinâmica de luta com os trabalhadores, um dos nomes que se construiu nas redes de comunicação foi Octávio Brandão. Atuou em *Voz do Povo* no ano de 1920 como colaborador e em *A Classe Operária*, em 1925, como um dos principais fundadores do periódico. Escritor e palestrante em diferentes conferências¹⁰⁸ demonstrou como os movimentos em torno das relações sociais em prol das lutas que envolveram setores como “alfaiates artesãos, que não eram bem operários, eram alfaiates artesãos; havia a construção civil; havia um ou outro tecelão; havia empregados no comércio, que eram muito ativos; havia gráficos” (Rego, 1993, p. 16). Foi um intelectual militante engajado em movimentos populares e operários.

Com tendências anarquistas entre 1919 e 1921 (Oliveira, 2019) e, posteriormente, comunista, Brandão atuou fortemente quanto à repressão da polícia durante sua trajetória. Participou como palestrante em conferências divulgadas no jornal *Voz do Povo*, como na edição de 7 de março de 1920 na sede dos sapateiros. Conforme consta na publicação, o evento contou com a leitura comentada do folheto de sua autoria, intitulado “Despertar!”, também sendo distribuído para os participantes. Sob este aspecto, vale ressaltar as práticas

¹⁰⁷ Numa edição já abordada, no dia 7 de março, Maurício de Lacerda realizou uma conferência em benefício do jornal *Voz do Povo* na sede da Aliança dos Operários em Calçados na Praça da República, número 58. Já Nicanor Nascimento realizou uma conferência em Vila Isabel na sucursal da União dos Operários em Tecidos (*Voz do Povo*, 7/03/1920, p. 2), demonstrando o circuito empreendido por estes intelectuais pelos bairros da cidade. Brandão detalhou suas diferenças referentes ao pensamento e atuação em relação a outros militantes (Rego, 1993). Em meio às críticas, o militante destacou sua diferença com as ideias e movimentos de Maurício de Lacerda e Nicanor do Nascimento, que também realizaram conferências divulgadas em *Voz do Povo*, dentre outros. Segundo sua leitura, eles se aproximavam do reformismo, mediante suas táticas de negociação e orientações, mais brandos e abertos, diferentemente de sua postura afeita a mudanças mais radicais por não acreditar em tais negociações para as transformações da sociedade. Tanto Maurício de Lacerda quanto Nicanor do Nascimento também apareceram como conferencistas de diferentes temáticas promovidas em organizações de trabalhadores.

¹⁰⁸ No jornal *Voz do Povo* são inúmeras as edições em que podemos ver as publicações referentes às diferentes conferências ministradas por Octávio Brandão. Conferir, dentre elas: (*Voz do Povo*, 6/03/1920, p. 2).

sociais que fizeram parte das trocas culturais de trabalhadores e construções de cunho social, literário e político, como demonstrado na sua obra. A publicação ainda informou como o salão dos sapateiros encontrou-se com expressivo quantitativo de pessoas (*Voz do Povo*, 7/03/1920, p. 2).

Quanto às conferências, os jornais permitem observar um cotidiano com organizações e divulgações de palestras com nomes e lideranças políticas como Álvaro Palmeira, Fábio Luz, José Oiticica e diferentes eventos com trabalhadores com ofícios e níveis de instrução. Essas estratégias revelam-se parte constitutiva de uma dimensão educativa na rede de circularidade e de ação coletiva para divulgação de interesses referentes as diversas temáticas, muitas delas de cunho social. Camara (2021) salienta o caráter pedagógico das conferências na organização e transmissão de determinados conteúdos (2021, p. 782), ao trazer a experiência das Conferências Populares da Glória.

Com relação às conferências, por diversas edições do jornal *Voz do Povo* vemos que muitas associações lançaram mão desta iniciativa como forma de construírem e divulgarem as demandas e angariar verbas para sua manutenção. Esses valores estipulados geralmente vinham acompanhados do objetivo associado a angariar benefícios em prol do jornal e/ou de uma pauta articulada às causas trabalhistas. Cada qual com suas tendências políticas e ideológicas promoveram ações junto aos trabalhadores que se materializaram por meio de organizações de eventos diversificados, como as conferências articuladas muitas vezes a reuniões e demais palestras. Brandão demonstrou as redes de comunicação entre esses militantes que combateram a máquina estatal e também da imprensa operária. Lançaram propostas e debates em defesa de uma sociedade na construção justiça social. Sobre seu conhecimento com as ideias anarquistas, contou que:

O.B. - Isso já foi depois, em Maceió. Em Maceió, houve um tipógrafo, Antônio Bernardo Canelas. Ele era tipógrafo, jornalista, tudo. Ele editou o jornal A Semana Social, em Maceió. Ele não estudava. Acreditava demais na própria intuição, mas era muito inteligente. Tinha antenas; pegava as coisas no ar. Canelas editou esse jornal. Esse jornal teve muita importância, porque, quando o governo declarou guerra à Alemanha, A Semana Social botou lá a manchete: 'Abaixo a guerra imperialista'. Somente Maceió, Rio e São Paulo é que protestaram contra a guerra. A esmagadora maioria dos intelectuais: Rui Barbosa, Coelho Neto, toda essa gente apoiando os Aliados contra os alemães. E nós contra os Aliados e contra os alemães, de modo que foi um coisa impressionante. E Canelas tinha amizade com Astrojildo Pereira, aqui no Rio de Janeiro. Astrojildo morava em Niterói, a correspondência vinha para o Rio de Janeiro. Então, Astrojildo começou a dar indicações. Aí eu li Bakunin, Deus e o Estado; li Kropotkin, A conquista do pão; li Sebastião Faure; li Malatesta. O que encontrei, fui lendo. E li Nietzsche, que contribuiu muito, porque, como ele mesmo diz, no prefácio lá de um dos seus livros: 'Retirai deste livro amargo, razões para tudo' [riso]. É como a Bíblia, a gente tira dali o que bem quer (Rego, 1993, p. 6-7, grifos do autor).

Sua análise convoca a pensar sobre o dinamismo que envolvia esses jornais. Um desses aspectos refere-se à tiragem do referido periódico. Em seu relato, Brandão demonstrou os boicotes sofridos pelo periódico que impossibilitaria um maior alcance. Nessa direção, analisamos como outros jornais de cunho operário, mesmo em demais regiões, poderiam sentir o impacto dessas estratégias de repressão, fato este que afetava a tiragem dos impressos.

Ainda assim, incita a refletir acerca do público consumidor dos jornais com essas configurações, contemplando as classes trabalhadoras em suas pluralidades e grupos afeitos às ideias progressistas. Ou seja, mesmo com a questão de um perfil de acesso e leitura desses jornais, de forma mais direcionada aos trabalhadores e grupos afeitos a causas progressistas, é possível perceber perfis de leitores de diferentes naturezas e as formas de embates sofridas para existência e manutenção desses periódicos. Sendo assim, notamos que a existência deles possuía em seu perfil a resistência, daí sua natureza também combativa diante de estratégias para manutenção e táticas (Certeau, 2014) para imprimir suas interpretações e elaborações das temáticas elencadas.

Otávio Brandão questionava o poder da Igreja, dos burgueses e defendia o encorajamento na luta com os trabalhadores rurais, o que entrava em desacordo com os donos de terras desejosos por manter as longas jornadas de trabalhos em benefício e lucros próprios. Ao narrar a dinâmica da Congregação Libertadora da Terra e do Homem¹⁰⁹, Alagoas e as conquistas por melhores condições de trabalho, Octávio Brandão demonstrou a dimensão educativa que passava pela valorização e reconhecimento da educação do povo por seus costumes, suas vivências e experiências, compreendida “por uma cultura nacional, para aproveitar o folclore alagoano que foi e é muito rico” nos anos 1918, 1919, seguidos da supressão da Polícia (Rego, 1993, p. 14).

Com a análise dos jornais operários vale destacar um aspecto concernente aos nomes desses atores sociais que escreveram e construíram os periódicos. Seja nos discursos voltados à temática da educação, e/ou enquanto atuações nos jornais, observamos como muitos intelectuais¹¹⁰ se dedicaram com ações diversificadas a pleitear condições mais justas de oportunidades em prol das classes trabalhadoras no âmbito político, econômico, social e

¹⁰⁹ Fundada por Octávio Brandão em 1918, a Congregação Libertadora da Terra e do Homem teve como princípio apoiar os trabalhadores do campo. Tinha por objetivo “a divisão de terra, aumento de salários, a valorização da cultura brasileira [...]” (Rego, 1993, p. 11-12).

¹¹⁰ Sem a pretensão de realizar um trabalho biográfico, considera-se relevante destacar os percursos destes militantes com histórias de vidas diferentes, mas que convergiram no tocante ao enfrentamento das desigualdades sociais do país, trazendo perspectivas alternativas ao modelo burguês que se impunham na sociedade.

educacional. Em agosto de 1920 o jornal *Voz do Povo* denunciou a prisão¹¹¹ do operário Minervino de Oliveira, sem definição dos motivos “a não ser que seja determinada pela perseguição que é movida pelos industriais em mármore a esse nosso camarada, um dos mais esforçados elementos da classe dos marmoristas” (*Voz do Povo*, 19/08/1920, p. 3). Buscando intervir na sociedade, em prol de interesses em comum das classes trabalhadoras e de sua emancipação social, muitos deles, a exemplo de Minervino, contribuíram na criação e elaboração de um país mais justo ao distribuir oportunidades. Minervino de Oliveira atuou como tecelão, operário, marmorista e comunista, desempenhando importante papel no movimento sindical. A edição de 25 de agosto do ano de 1928, do jornal *A Classe Operária* destacou sua atuação como candidato do Bloco Operário¹¹² junto a Octavio Brandão.

Figura 14 – Octavio Brandão e Minervino de Oliveira



Fonte: *A Classe Operária*, 25/08/1928, p. 1. Hemeroteca Digital/BN

Segundo Batalha, Minervino de Oliveira também dirigiu *A Classe Operária* (2008, p. 119). Primeiro afro-brasileiro candidato à presidência do Brasil no processo eleitoral do ano de 1929, Minervino de Oliveira colaborou em diferentes jornais, a exemplo de *A Batalha*, *Voz do Trabalhador* e *A Classe Operária*, atuando também como redator do *Voz do Marmorista*

¹¹¹ Em demais edições de *Voz do Povo* foram denunciadas as prisões de diferentes trabalhadores, inclusive a de Minervino de Oliveira proferindo críticas direcionadas ao prefeito da cidade, Geminiano da França, como em 14 de setembro (*Voz do Povo*, 14/09/1920, p. 1). Outras edições continuaram condenando a prisão do marmorista: (18/09/1920, p. 3; 22/09/1920, p. 1).

¹¹² O Bloco Operário e Camponês foi uma organização criada no ano de 1927 no Rio de Janeiro por parte do Partido Comunista do Brasil (PCB), a fim de disputar as eleições. Após 1930 teve suas atividades encerradas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/BLOCO%20OPER%C3%81RIO%20E%20CAMPON%C3%8AS.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

no ano de 1928 (Dominguez, 2017). Entre os silenciamentos e os não ditos que não nos permite trazer maiores informações a partir de histórias de trabalhadores como as de Minervino, convém ressaltar a existência de outras experiências de vida, acompanhadas de um debate da historiografia que tem problematizado experiências de sujeitos ativos sobre sua própria história. Os indícios apontam para a existência de muitas outras desconhecidas.

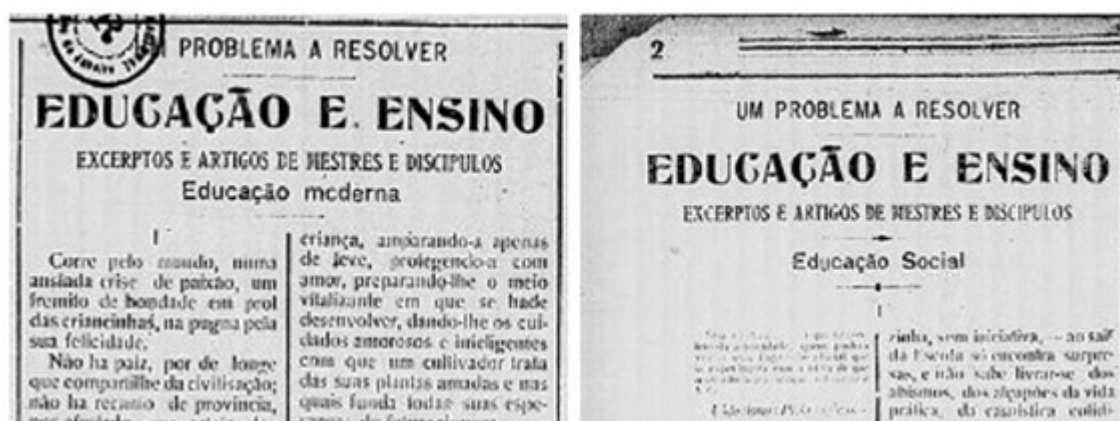
Nesse sentido, a circularidade de vozes possibilitou a construção de uma variedade de artigos assinados por lideranças da classe operária na capital do país. O circuito de intelectuais em diferentes periódicos demonstra movimentações em defesa de proposta de reorganizações da sociedade. Pelo registro escrito, formas de subversão, insurgência, contestação apareceram desde o título, forma de escrita e conteúdo. Como militantes, atuantes com significativa relevância social nas causas que envolviam o mundo do trabalho, intelectuais estabeleceram conexões com os trabalhadores e um público afeito às pautas que questionavam o sistema capitalista. Atuavam de forma coletiva, em consonância, mesmo no confronto de ideias, seja na atuação dos jornais e/ou em conferências. Pensaram projetos para a cidade, imprimiram ideias e debates sociais, construindo visões da realidade, das circunstâncias e das transformações que objetivavam.

Presente tanto na militância, conferências e nas produções textuais em diferentes jornais durante as primeiras décadas do século, o jornalista e anarquista Astrojildo Pereira no ano de 1913 atuou em *O Trabalho* (RS), entre 1913 e 1915, foi colaborador no órgão da Confederação Operária Brasileira. Editoralista da publicação mensal anarquista *A Vida* (1914, 1915). Na mesma década em *O Cosmopolita*, *Guerra Social* e foi diretor em *Spartacus*. Redator único do semanário *Crônica Subversiva* do ano de 1918. Posteriormente, foi um dos fundadores do Partido Comunista. De acordo com Batalha (2009, p. 125), junto com Octavio Brandão, no ano de 1927, foi um dos principais redatores do diário *A Nação*, “colocado à disposição do PCB pelo seu proprietário Leônidas de Rezende” (2009, p. 125).

Um aspecto importante de trocas refere-se ao contato entre esses intelectuais no que diz respeito às possibilidades de diálogos em formação, leituras específicas e traduções. Brandão (1977) revelou que “Só mesmo na segunda metade de 1922 é que Astrojildo me emprestou livros de Marx, Engels e de Lênin em traduções francesas” (1977, p. 7). O fato de se apropriarem das ideias que liam indicia para movimentos de conhecimentos e de leitura de autores específicos por meio dos encontros nas fábricas, nas associações, nos artigos dos jornais e demais espaços, demonstrando formas variadas existentes sobre os processos formativos coletivos.

Pela coluna publicada no jornal *Voz do Povo* no ano de 1920, *Um problema a resolver – Educação e Ensino – Excertos e artigos de mestres e discípulos*, alguns desses intelectuais empunharam suas bandeiras empreendendo debates abordando a educação e a instrução, seus desafios e entraves. Diante do próprio título da coluna, não é difícil compreender o posicionamento crítico dos autores ao analisarem a educação. Alguns artigos com títulos sugestivos apontam para inclinações às tendências alternativas às concepções de educação difundidas, apresentando críticas ao ensino público. Em diferentes edições com títulos: *Educação moderna*, *Escola moderna* e *Educação social*, publicados em *Voz do Povo*, fica marcado o tom de defesa por uma educação associada à vida cotidiana. Trazidas não raramente nas pautas do jornal em meio a outras perspectivas, pontuaram muitas vezes concepções alternativas e críticas à instrução pública na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Figura 15 – Coluna do jornal *Voz do Povo* – *Um problema a resolver*



Fonte: *Voz do Povo*, 07/02/1920, p. 1 e *Voz do Povo*, 13/02/1920, p. 2.

Uma interpretação plausível é supor que a intencionalidade em manter uma seção específica de educação, que aparece com certa frequência ao longo das edições, ainda que de forma irregular, esteve articulada ao propósito de debater a temática entre os trabalhadores e demais atores sociais. Essa seção, parte integrante da materialidade e da natureza do jornal, indicia a temática da educação como uma dimensão da vida humana a ser não somente pleiteada e debatida, como também articulada às demais pautas das classes trabalhadoras na luta por seus direitos. A coluna evidenciava a natureza do periódico, que se declarou como órgão das classes operárias e destacou a importância em ler seu conteúdo com a finalidade de emancipação, alinhando como seus objetivos de trazer pautas necessárias para os movimentos pretendidos.

Figura 16 – Jornal *Voz do Povo*

No Brasil, a educação e o ensino sobrepõem, em importância, a qualquer outro problema nacional. As estatísticas desolam a todos aqueles que têm o coração em seu lugar e que não substituíram por nenhum deixo áspero e brutal.

População 25.000.000, sendo 18.750.000 completamente analfabetos, 4.700.000 lendo mal e somente 1.550.000 mais ou menos cultos.

Urge difundir escolas e formar professores. Nisto está tudo, tudo está nisso.

Ufanamo-nos, por isso, quando vemos aqui e ali, de parte de minoria sensata do professorado, surgirem iniciativas e embalhos, que honram seus autores.

Felizmente, estamos presentemente de parabéns: diversas associações de professores têm surgido pelos Estados e, aqui, a Liga de Professores [...] (*Voz do Povo*, 6/02/1920, p. 1).

Fonte: *Voz do Povo*, 6/02/1920, p. 1.

Com esta publicação, acompanhamos o destaque em relação à presença da professora de Minas Gerais, Maria Lacerda de Moura¹¹³, “cujo retrato honra hoje nosso jornal” (*Voz do Povo*, 06/02/1920, p. 1.). A coluna citou as seguintes obras da autora, *Em torno da educação*, *Porque vence o porvir* e *Renovação*. Ao destacar o papel da mulher, reforçando como este deveria ser de justiça em relação aos homens, trouxe à tona debates quanto aos direitos da mulher e a importância da educação para a transformação necessária. Sobre esse tema, o jornal destacava:

A brasileira não lê.

E é preciso que ela saiba que o homem não a libertará: só mulher libertada, pode libertar o homem. Faz-se mister divulgar a instrução, sólida, a verdadeira instrução. É necessário que a mulher ocupe o lugar que lhe é reservado, de justiça, entre os homens.

Que ela tome o seu posto de igual ante os direitos, de companheira nas alegrias: tem sido superior nas dores, nos sacrifícios, no altruísmo [...] (*Voz do Povo*, 06/02/1920, p. 1).

O trecho da obra escrita por Maria Lacerda de Moura intitulada *A Renovação* destacou o papel ativo da mulher na luta por seus direitos e o movimento necessário para o processo de libertação e emancipação. Demonstrou a importância da instrução na busca de igualdade entre os gêneros. Pontuou o perfil do público, com destaque para a atuação da professora Maria Lacerda, além de discorrer a respeito das situações de vida das mulheres e as possíveis

¹¹³ Conferir: Roberto (2019).

transformações na sociedade, aspecto este que evidenciou a intenção de comunicação e diálogo com o público feminino (*Voz do Povo*, 06/02/1920, p. 1).

O jornal *Voz do Povo* recuperou parte da trajetória da intelectual Maria Lacerda de Moura, destacando as temáticas sociais de lutas e emancipação femininas, bem como os debates sobre as causas anarquistas e educacionais no país. A atuação da escritora, militante na defesa pela educação libertária, via como um instrumento de transformação e emancipação, outro aspecto mencionado no jornal e suas redes de trocas, construções de fomentos de ideais e aspirações ideológicas.

Roberto (2019), ao abordar a atuação da educadora, bem como sua relação com o anarquismo e com o feminismo, a partir de cartas, conferências e demais produções da educação como emancipação da mulher, contribui para o pensamento da escritora e como ela confere os ideais que o jornal, enquanto prática social, desejava levantar. O pesquisador demonstra como Maria Lacerda defendia a luta contra as opressões da família enquanto instituição burguesa e a educação em consonância com a liberdade, além de comprometida com transformação social. No que diz respeito à educação e à emancipação da mulher, Roberto (2019) assinala a luta de Maria Lacerda de Moura pela transformação da classe operária e da infância, justificando que estes:

[...] seriam os elementos principais para que as suas propostas de mudanças tivessem efeito no país, marcado por uma sociedade dividida, elitista e com um formato educacional que não possibilitava alterações, pois manteria correntes que impediriam o florescimento de uma nova sociedade (2019, p. 27).

As ideias da autora indicam uma defesa em prol da educação que visava as mudanças sociais, bem como romper as bases elitistas e hierárquicas. A materialidade do jornal pode ser vista com destaque para a seção *Educação e Ensino*. A temática foi abordada como “um problema nacional”. Com base em dados estatísticos, expressavam o alto índice de analfabetos e a necessidade de se difundirem escolas e a formação de professores para o desenvolvimento da instrução.

Voz do Povo destacou a educação como problema no país e demonstrou suas possibilidades na construção de diálogos com os leitores e demais grupos com acesso ao impresso, o que demonstra uma preocupação no sentido de ampliar as reflexões sobre a temática. Ao pontuar a necessidade de “difundir escolas e formar professores”, destacava que “nisto está tudo, tudo está nisso” (*Voz do Povo*, 06/02/1920, p. 1.) marca a expansão da oferta da instrução como uma das principais estratégias a ser implementada e levanta o debate

acerca da formação de professores, como eixos orientadores da temática educacional. A esse respeito, proporcionou analisar pontos em comum com os debates de outras orientações ideológicas, que se debruçavam sobre os desafios e proposições da educação no contexto das primeiras décadas da República.

Vale ressaltar que nesse período se multiplicaram as temáticas abordando educação e instrução com fóruns de discussões, conferências, teses e demais debates por partes de atores e grupos sociais. As classes trabalhadoras, em suas variadas formas e dimensões, fizeram-se presentes nessas discussões, uma vez que surgiam como pauta de trabalhadores e trabalhadoras pertencentes às classes populares e por jornais operários, nos estatutos de diferentes associações e no *Boletim do Congresso Operário* (1920). No contexto que se discutia a construção de nação a ser alcançada, a educação era uma temática primordial que se articulava fortemente aos objetivos pretendidos. Sob esta perspectiva, diferentes visões destacaram a emergência de ampliação de escolas e a de formação de professores. O artigo do *Voz do Povo* ressaltou a iniciativa de associações de professores pelos estados, ainda que não especificasse as localidades.

Com expressiva atuação em *Voz do Povo*, em conferências e palestras de cunho social, o professor e militante anarquista Álvaro Palmeira¹¹⁴ foi uma liderança também em diferentes movimentos associados às causas operárias. Teve presença na Liga de Professores fundada em 1919, foi professor da Escola Visconde de Mauá e no ano de 1927 assumiu a direção da escola. Palmeira foi atuante em publicações com inúmeras temáticas e críticas ao governo e defendeu estratégias como propagandas, conferências, folhetos, articuladas à criação de escolas, inclusive nas fábricas, para combater o analfabetismo e desenvolver a instrução popular. Reforçou que as organizações operárias deveriam reivindicar o direito da instrução primária obrigatória, além de defender a reforma escolar, destinada a ensinar com práticas úteis ao cotidiano, de forma natural e contextualizada. Afirmou ainda a necessidade de ensinar

¹¹⁴ Silva (2019) em seu estudo procurou demonstrar como Álvaro Palmeira atuou em diferentes escolas e teve circulação e expressiva atuação nas associações de trabalhadores. Em sua análise, aborda como ele participou de conferências, palestras e aulas em escolas operárias criadas pelas entidades (p. 69) entre os anos de 1917 e 1918. “Contribuiu também em eventos organizados pelo Sindicato dos Entalhadores o Centro Cosmopolita. Pela relação com a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, esteve em locais específicos, como a Fábrica de Bangu. Circulou também pela Aliança dos Empregados do Comércio e Indústria, União Geral dos Metalúrgicos, Centro dos Empregados em Ferrovia, Associação dos Cocheiros e Classes Anexas, União Operária de São Cristóvão e União dos Empregados Municipais. Além dessas, articulou-se, ainda, com a União dos Oficiais de Barbeiros, União dos Alfaiates, Centro dos Operários Marmoristas, União dos Empregados em Padaria e União dos Trabalhadores Gráficos (São Paulo). Dialogou também com as operárias da União das Costureiras e Classes Anexas, e reuniu-com as mulheres da Liga Comunista Feminina e Liga Feminina de Estudos Sociais” (2019, p. 72-73).

o Brasil a ler e condenou o caráter “livresco” e “artificial” da instrução pública, crítica destinada às práticas de ensino e à didática.

Tratando de uma crítica à política educacional e à concepção de educação, a temática do analfabetismo foi trazida com expressividade nos debates sobre o tema. Na mesma coluna do jornal *Voz do Povo*, o professor Álvaro Palmeira, também diretor do jornal, enfatizou o problema dos altos índices de analfabetismo e a emergência na difusão do ensino, quando comentou que:

Uma propaganda persistente contra o analfabetismo surtiria efeito: conferências, folhetos, reclames, emblemas... tudo serve. E o trabalho prático - A fundação de escolas: nenhuma oficina sem colégio. Por toda parte onde houver um campo, por toda parte onde houver um espírito, que haja um livro, que exija uma cartilha. E que nas cidades e nos campos a iniciativa particular organize as caixas escolares de socorros aos alunos (*Voz do Povo*, 21/02/1920, p. 2).

O tom propositivo da publicação assim dizia: “difundir o ensino para os que nada além e melhorar a escola para os semi analfabetos”. Defendeu a centralização do ensino, alegando que as desigualdades relativas ao poder econômico dos municípios o afetavam. Segundo ele, “a solução poderia vir pelo governo ou pelo povo. Não creio que o governo faça qualquer coisa de bom nesse sentido” (*Voz do Povo*, 21/02/1920, p. 2). O autor pontuou críticas, além de salientar o descrédito com relação à elaboração de medidas eficientes, uma vez que governantes estariam envolvidos com outros interesses e “trapaças políticas”.

Criticando o governo, pleiteou práticas populares e outras, a exemplo da iniciativa particular, no sentido de problematizar a ineficácia do alcance referente ao poder público. Convocou “lançar mão de todos os meios para a difusão da instrução primária. É preciso ensinar o Brasil a ler”. Nessa direção, Álvaro Palmeira considerou “melhorar o que já existe sobre instrução” avaliando a instrução nas escolas como “livresca e artificial” (*Voz do Povo*, 21/02/1920, p. 2). Tal perspectiva demonstra a importância de atuar considerando as iniciativas já existentes no sentido de ampliá-las e promover o desenvolvimento da instrução. No texto muitos pontos foram levantados, dentre eles a abordagem das associações de trabalhadores e suas reivindicações por direitos. Questionou o fato de que “por que não exigem elas, como ponto de reivindicação, a instrução primária obrigatória?” (*Voz do Povo*, 21/02/1920, p. 2).

As análises levantadas pelo professor permitem algumas reflexões acerca da educação e instrução pretendidas e debatidas não só nesta publicação, como também percebida em estatutos, bases de acordo e outras iniciativas, articuladas a uma “defesa pela aprendizagem da

vida e não da passividade”, uma educação pelo “interesse, pelo trabalho, pelo prazer do esforço, pela intensidade das ocupações” (*Voz do Povo*, 21/02/1920, p. 2). A educação na ação do fazer e nas experiências vinculadas à pluralidade que envolvem o trabalho. Ao criticar o ensino distante da realidade, propõe uma abordagem da experiência e vivência, demonstrando orientações que questionam:

para que provocar uma indigestão pelos conceitos abstratos dos livros sobre botânica e zoologia, quando é tão simples tão interessante ir ver as plantas e os animais nos lugares onde eles se acham, nos campos, nos currais, nos galinheiros? Ali se encontram também profissionais especialistas, operários, camponeses; que mesmo sem ser interrogados dizem muito e melhor que todos os doutos e teóricos (*Voz do Povo*, 21/02/1920, p. 2).

O texto de Álvaro Palmeira do mês de fevereiro do ano de 1920, articulado aos diferentes movimentos das organizações de trabalhadores encontrados no jornal *Voz do Povo*, proporcionam identificar defesas referentes à educação por parte de trabalhadores e redes de comunicação com militantes, professores e demais lideranças operárias que escreveram no jornal. Dessa forma, pleitearam o acesso à instrução pública e outras propostas educativas. Havia o desejo pela construção do conhecimento por meio das experiências, significados construídos e atribuídos à educação, a partir de práticas cotidianas vivenciadas por aqueles grupos sociais. Em meio aos debates sobre os desafios da educação e os entraves em torno do índice de analfabetismo, diferentes tendências e grupos teceram suas proposições relativas às práticas sociais. Não raramente o jornal *Voz do Povo* abordava a Educação Moderna como horizonte alternativo aos modelos difundidos neste período, como exposto no artigo que segue:

Educação Moderna

Corre pelo mundo, numa ansiada crise de paixão, um frêmito de bondade em prol das criancinhas, na pugna pela sua felicidade.

Não há país, por de longe que compartilhe da civilização; não há recanto de província por afastado que esteja dos grandes centros; não há terra, por miserável ou desconhecidamente que se acoite à sombra protetora de boas árvores amigas num vale ameno ou se perca pelas arribas das serranias adustas que se furte ao pensamento dominante da educação e da instrução da infância.

Estas duas palavras perderam, com a nova orientação dos espíritos que as propagam, a sua rigidez e frieza de lei imutável e indiscutível, impondo-se como um fiel de balança se impõe à consciência de um merceeiro que não precisa roubar no peso, tendo previamente falsificado o gênero vendido.

A palavra educação já não significa abdicação da vontade da criança perante a vontade soberana do superior. Já não significa uma súplica de preceitos de delicadeza cobrindo hipocritamente uma alma egoísta ou revoltada, numa imposição que não deixa sequer ao raciocínio a ocasião de se manifestar. A educação já não é a imposição de ideias e sentimentos feitos, que a almazinha ingênua da criança tem de

aceitar como verdades intangíveis; como dogmas indiscutíveis duma gravidade perfeitamente ritual.

‘A instrução já não é, para os modernos pedagogos, a absorção pela memória de conhecimentos abstratos, de datas sem significação moral, de fatos truncados escapando ao cérebro de criança que os não pode compreender’.

A educação significa hoje a cultura paciente da alma da criança, amparando-a apenas de leve, protegendo-a com amor, preparando-lhe o meio vitalizante em que se há de desenvolver, dando-lhe os cuidados amorosos e inteligentes com que um cultivador trata das suas plantas amadas e nas quais funda todas as esperanças de futura riqueza.

Não! Instruir não é fazer meninos (dredíngios) prodígios, educar não é fazer manequins sem vida própria.

Mais alta e mais nobre significação se está hoje dando estas palavras, que correspondem a dois grandes sentimentos de humanidade.

Por instrução entende-se hoje dar ao homem, ser consciente e pensante, o material necessário para que ele por si mesmo siga o pendor que a sua inteligência e o seu temperamento lhe indiquem; dar-lhe o instrumento precioso com a qual possa fabricar a sua própria e inatacável felicidade.

Instruir quer dizer, na nova interpretação alta e bela da palavra, mostrar ao homem o caminho fácil seguro onde ele pode chegar, sem percalços desarrazoados, nem apavoramentos de fantasia turvada, ao tesouro de Aladino, maravilhoso e deslumbrante, de que não haverá maus gênios que os expulsem, porque esse tesouro está dentro da própria alma, é feito de joias preciosas que nenhum ladrão pode roubar.

‘Educar é criar em cada ser uma alma autônoma, dar a cada criatura a inteira responsabilidade das suas ações, a felicidade suprema de procurar na vida o seu lugar e, encontrando-se nele à vontade, fazer a felicidade própria, concorrendo com ela para a suma das alegrias e felicidades coletivas que hão de tornar a sociedade mais justa, mais alegre e mais feliz’ (*Voz do Povo*, 7/02/1920, p. 1, grifos nossos).

O artigo sem assinatura, intitulado *Educação Moderna*, veiculado na terceira edição do jornal de 7 de fevereiro de 1920, aprofundou os debates sobre as particularidades entre as expressões educação e instrução, destacando como: “Estas duas palavras perderam, com a nova orientação dos espíritos que as propagam, a sua rigidez e frieza de lei imutável e indiscutível”. Tal afirmativa demonstra como tais concepções encontravam-se em disputa frente a diferentes projetos e perspectivas. Em decorrência de uma tendência pedagógica de cunho liberal, de perfil tradicional, com métodos de ensino enciclopedista e caráter livresco, o contexto trouxe novas propostas. Estas por sua vez relativas a uma escola ativa, com o estudante no centro do processo educativo. Propostas diversificadas centravam em suas defesas, alinhadas a determinadas concepções. Perfis mais afeitos ao caráter psicológico do ser humano no processo de ensino aprendizagem (*Voz do Povo*, 7/02/1920, p. 1).

Com centralidade na educação e instrução das infâncias, o texto promoveu um debate em torno de diferentes matizes, numa perspectiva mais ampliada, aspecto este que possibilitou as discussões veiculadas no periódico sobre a educação das classes trabalhadoras. A educação foi pensada por muitos grupos sociais e políticos como uma forma de emancipação aos moldes e “ao pensamento dominante da educação e da instrução da infância” que se delineava com a expansão da ordem burguesa. Em alguns jornais operários, a exemplo de *Voz do Povo*,

pode-se observar elementos da educação anarquista e de perspectiva libertária e sua filosofia a respeito da liberdade humana. Também outras formas de pensar o social se fizeram presentes e constituíram defesas por uma educação que promovesse maior autonomia e liberdade, criticando a escola e a educação de caráter oficial pelo poder estatal.

Observa-se uma crítica à concepção de educação difundida, regida por “imposições”, conduções que levavam à “abdicação da vontade da criança perante a vontade do superior”, conjuntos de regras culminando em padrões rígidos que acabavam por engessar e “que não deixa sequer ao raciocínio a ocasião de se manifestar”. Percebemos durante a construção narrativa do articulista o tom crítico, enfatizando que “educar não é fazer manequins sem vida própria”. Defendia “na nova interpretação” que instruir era, na verdade, uma contribuição com o caminho que poderia se chegar, valorizando, segundo essa interpretação, as potencialidades do sujeito, “porque esse tesouro está dentro da própria alma”. O autor destaca que “educar é criar em cada ser uma alma autônoma, dar a cada criatura a inteira responsabilidade de suas ações [...]” (*Voz do Povo*, 7/02/1920, p. 1). Fortalecendo o poder da educação a partir da criança como centro do processo de construção do conhecimento, esta ideia alinhava-se à concepção de educação da Escola Nova, associada a uma metodologia ativa por meio de um ensino com base no ser humano e na Ciência como método.

A crítica se colocava contrária à noção de formar, alinhando-se a uma visão estruturada e disseminada por parte de grupos das elites que assumiram um projeto de conformação aos valores de fortalecimento da ordem burguesa. Para isso, interessava formar e instruir para a perpetuação de um modelo educacional que estava centrado na e para a instrução popular, a qual desenvolveria uma sociedade organizada e disciplinada para o progresso de uma nação que ganharia rumo a uma modernização com limites bem estabelecidos e lugares sociais bem delimitados.

Ao tratar as especificidades relativas aos sentidos e significados atribuídos ao ato de educar e instruir, pode-se inferir que, considerando as particularidades, um ponto em comum que as expressões assumem em suas representações, se referia à potência formativa do ser humano. Esse processo formativo, por sua vez, constituiu-se de dentro para fora, com estímulo à autonomia por meio das vivências e das experiências do cotidiano. Ao considerar a heterogeneidade das experiências de vida dos sujeitos e grupos sociais, as diferentes maneiras de intervir na realidade, com saberes e cotidianos produzidos, pode-se ampliar os olhares sobre o que consideramos como processos formativos, sem que deixemos de considerar como legítimos e necessários a serem garantidos, enquanto direito, a formação escolar.

Iniciativas em diferentes localidades do Rio de Janeiro criticaram a atuação do Estado e da Igreja e buscaram combater as desigualdades sociais, promovendo distintos valores. Algumas experiências sob essas orientações ocorreram na Escola de Meriti, com a professora Armanda Álvaro Alberto, apenas para mencionar um exemplo. Com valorização do processo de aprendizagem a partir da experiência e ensino em tempo integral, biblioteca para e com apoio da comunidade, a atuação de Armanda Álvaro e a Escola Regional de Meriti destacou iniciativas construídas com a participação das classes populares. Com esse intuito, a educadora,

[...] juntamente com educadores conhecidos da época, traçaram a construção e implantação de um projeto de educação nesta localidade, fundando a Escola Proletária de Meriti, em 13 de fevereiro de 1921, num espaço da pequena Vila Meriti, um bairro proletário que surgira ao lado da pequena estação ferroviária, a mesma logo após a fundação mudou o nome para Escola Regional Meriti. Essa experiência foi considerada revolucionária para a época, na qual iniciou o horário integral, onde os alunos contribuíam no cultivo de hortas e criação de animais como o bicho-da-seda, contrariando a visão da época onde o ensino se baseava no conteúdo puramente didático dos livros, sem levar em consideração outras atividades. Criou a primeira biblioteca com proposta de ser aberta ao público e a comunidade, museu, rádio, o Círculo de Mães e a merenda escolar ‘Mate com Angu’, iniciativas pioneiras locais para a época. Defensora da educação, da emancipação das mulheres, da igualdade racial, era contrária ao autoritarismo dos governos, na escola havia um cartaz norteador resumindo-se em quatro palavras: ‘Saúde, Alegria, Trabalho e Solidariedade’. A proposta educacional de Armanda sofria influência de Montessori, juntamente com o formato de escola nova, entretanto, havia proximidade com alguns militantes do movimento educacional proposto e defendido por alguns anarquistas brasileiros, como Maria Lacerda, que nesta mesma época, desenvolvia-se noutros países (Santos, 2016, p. 4).

A experiência da Escola Proletária de Meriti¹¹⁵ fundada em 1921 com a professora e militante social Armanda Álvaro Alberto demonstra como os pensamentos e filosofias educacionais não estavam fechados em si mesmos, de forma rígida e sem relações, podendo ter pontos de convergências de diferentes orientações ideológicas. Um aspecto que distinguia dos valores burgueses e de um ensino denominado tradicional, voltado para o caráter conteudista e livresco, permitia diálogos com diferentes proposições defendidas por teóricos. Em alguma medida, conversam as ideias de Montessori¹¹⁶, diferentes intelectuais do

¹¹⁵ Consideramos relevante trazer a experiência da instituição, localizada no que se configura atualmente com o município de Duque de Caxias, que não se insere, portanto, no recorte desta investigação, sem que a importância dos movimentos e vivências nos impeça de analisarmos diferentes pensamentos e ações em prol da instrução para os filhos de trabalhadores no contexto da década de 1920. A esse respeito, conferir: Mignot (2010).

¹¹⁶ A educadora e médica italiana Montessori construiu uma proposta pedagógica com expressiva influência constituída por práticas educativas baseadas na defesa da liberdade do ser humano, a partir de construção de um cotidiano no qual as crianças assumiriam o centro do processo de construção de conhecimentos.

movimento da Escola Nova e da Educação libertária, cada qual com suas particularidades, encontrando-se na perspectiva da valorização da experiência, dos sentidos atribuídos ao cotidiano e de uma formação visando a valorização da atuação do ser humano sobre seu processo formativo.

Ao levarmos em consideração as práticas de associações que chegaram a efetivar aulas, cursos e criação de escolas, como a Escola da União dos Operários em Construção Civil e a Escola da União dos Operários em Fábrica de Tecidos, os cursos ofertados por diferentes iniciativas, a exemplo de São Cristóvão, podemos ressaltar essas novas concepções postas em prática, na participação e no apoio coletivo. Sendo assim, pensar esses intelectuais na perspectiva de rede de relações, implica em perceber diferentes movimentos, atuações e se faz necessário compreender os espaços em que circularam, bem como suas diferentes propostas. Os pensamentos divergentes e críticas a respeito de determinadas posições compunham essas trocas sociais.

Em *Carta Aberta a Exma. Sra. Prof. M. R. C*¹¹⁷, o professor e jornalista Luiz Palmeira, em tom de crítica, dialogou sobre aspectos do ensino tradicional na edição de 8 de setembro de 1920. Luiz Palmeira era irmão do professor Álvaro Palmeira, com quem organizou a Coligação Social. Segundo Batalha (2009, 123), “foi vice-presidente da União dos Empregados da Leopoldina, quando a entidade liderou a greve dos trabalhadores daquela ferrovia”. Em destaque na primeira página do jornal, o texto expressou uma resposta a uma publicação da professora mencionada, intitulada *Socialismo Praticável*¹¹⁸ (*Voz do Povo*, 8/09/1920, p. 1). O professor trouxe algumas ideias do filósofo Proudhon¹¹⁹ para o debate. Na crítica, a questão da herança foi mencionada, exemplificada com a fortuna da família. Condenando o sistema de ordem burguês e os males da herança, afirmou que: “A revolução russa extinguindo-a, demonstrou possuir um alto espírito de equidade, de justiça social. Ninguém nasce com privilégios. A sociedade burguesa é que os cria, para fins criminosos imorais” (*Voz do Povo*, 8/09/1920, p. 1). Visando confrontar as desigualdades de oportunidades, o autor desenvolveu seu argumento:

Concepção que compartilha de algumas defesas pontuadas pelos intelectuais da chamada Escola Nova e o método ativo, muito debatido também nos anos 1920 e na década seguinte.

¹¹⁷ Não encontramos referência a respeito do nome da professora a quem Luiz Palmeira dirigiu a carta.

¹¹⁸ Segundo o jornal *Voz do Povo*, a referência *Socialismo Praticável*, n O Ensino, de maio e junho (*Voz do Povo*, 8/09/1920, p. 1).

¹¹⁹ Pierre Joseph Proudhon (1819-1865) foi um líder anarquista francês, importante intelectual e influência expressiva também para os movimentos de associações de trabalhadores.

Do comunismo não tem V. Exa. a menor concepção, porque a respeito dele repetiu o que os jornais mercenários e sem ideal, publicam por aí afora. É preciso atender que a sociedade comunista será uma resultante ideal como expressão variável das ações e reações de seus componentes, de seus indivíduos. Está comprovado igualmente ser a ideia anarquista não um sonho de ilusionistas mais uma derivação necessária das modernas teorias científicas (Ricardo Melo).

É de entristecer ainda estas linhas de V. Exa., profundamente infantis: ‘Ainda mesmo que todos trabalhassem igual número de horas, esse trabalho resultante de esforços diferentes, teria rendimentos diversos e não seria justo tivesse uniforme remuneração’.

O Socialismo Praticável desiludiu-me deverás, tais os despautérios emitidos. E não só quanto à sociologia revolucionária como aos problemas do ensino (*Voz do Povo*, 8/09/1920, p. 1, grifos do jornal).

A crítica de Luiz Palmeira prosseguiu afirmando que a professora analisou a instrução pública pelo “prisma das fatalidades divinas quando devia observá-la pelo prisma da pedagogia positiva” (*Voz do Povo*, 8/09/1920, p. 1). Assim, expressou o professor:

Daí o dizer V. Ex. que ‘quando o pobre tiver, como um rico, a possibilidade de mandar seus filhos à escola e os meios de aí os manter contínua e eficientemente, e quando a criança, oriunda das mais baixas camadas puder guindar-se, pela inteligência, estudo e aplicação, as mais altas posições, estará, de fato, resolvida a questão social, por quanto os que ficarem pelas profissões inferiores e pelos empregos modestos, não se poderão queixar senão de si mesmos ou da má sorte que os tenha feito rudes e sem inteligência’. Em que tempo o pobre terá a possibilidade de mandar os seus filhos à escola, para dessa forma ser guindado às altas posições? No regime vigente o trabalhador matricula o filho num colégio e para tirá-lo depois de três anos, a fim de colocar numa oficina infecta a ganhar 500 réis por dia pois o pai precisa do seu minguado auxílio para no mínimo pagar o padeiro.

A instrução monopolizada como está, com um campo de ação restringido, a burguesia ganha com isso, porque na ignorância das massas é que ela tem apoiado o edifício de exploração.

Dois meios de ação têm os que querem renovar a educação da escola: pelo o estudo do menino, afim de provar-se cientificamente que a organização atual do ensino é defeituosa, ou fundar escolas novas em que se apliquem diretamente princípios encaminhados ao ideal de fraternização, princípios que reprovam os convencionalismos, as crueldades, os artifícios e mentiras que servem de base à sociedade moderna (Ferrer) (*Voz do Povo*, 8/09/1920, p. 1, grifos do jornal).

Luiz Palmeira destacou a inspiração do pedagogo espanhol Francisco Ferrer e sua obra: *A Escola Moderna*. Reiterando a visão do pedagogo sobre a escola e o seu papel de contribuição na questão social, mencionou como ele jamais distinguiu ricos e pobres no ambiente escolar. Prosseguiu com a assertiva de que “precisa ser idealista para que possa educar”. Foi enfático no confronto com as ideias da professora mencionada, afirmando que para colaborar com a instrução seria necessário “abandonar esses convencionalismos da burguesia e esse dogmatismo católico, dois grandes males para a sociedade, e agir dentro das normas indicadas por Francisco Ferrer” (*Voz do Povo*, 8/09/1920, p. 1). Dedicaram-se, com

discursos e ações, visando questionar a sociedade com proposições que direta ou indiretamente atravessaram os caminhos da educação brasileira na década de 1920.

De acordo com a publicação de 5 de outubro de 1920, Luiz Palmeira esteve na direção da Escola da União dos Operários em Construção Civil em outubro de 1920 (*Voz do Povo*, 05/10/1920, p. 2), como vimos no capítulo anterior. Com a publicação assinada posteriormente, em 13 de outubro, associada a outros textos, pode-se inferir sobre as defesas de Luiz Palmeira por uma concepção de educação influenciada pelas ideias do pedagogo Francisco Ferrer (*Voz do Povo*, 13/10/1920, p. 1). Tal condução permite inferir acerca de uma orientação na escola com base em alguns princípios difundidos pela pedagogia debatida por Ferrer e pela Escola Moderna. Seu texto condenou a ação que culminou na morte do pedagogo e endossou que a intenção em conter a expressão da defesa por educação não surtiu efeito, uma vez que as escolas de perfil racionalista estavam espalhadas pelo mundo.

A Escola da União dos Operários em Construção Civil, uma escola construída com a participação de diferentes trabalhadores, pensada e frequentada por atores e grupos sociais que ressignificavam e reapropriavam noções e posicionamentos, segundo adaptações, necessidades e condições estabelecidas, indicia para o conhecimento de princípios educativos que valorizaram a experiência, o cotidiano, a educação compreendida como uma associação entre o trabalho manual e intelectual enquanto elementos articulados e formativos.

3.2 A educação em *Voz do Povo* e *A Classe Operária*

A frase de Álvaro Palmeira extraída da edição de 21 de fevereiro de 1920 de *Voz do Povo* indicia uma temática debatida de formas variadas e como estratégia por muitos grupos no contexto da Primeira República (*Voz do Povo*, 21/02/1920, p. 2). A educação foi uma pauta com demandas pela expansão da oferta da instrução pública e outras iniciativas. De quais formas esse Brasil aprenderia a ler? Álvaro Palmeira demonstrava uma preocupação com as práticas acerca da educação e instrução, não se limitando apenas aos domínios dos códigos da leitura e escrita propriamente com o ato de ler, mas associado as compreensões realizadas com a função social que a leitura assume para além da decodificação.

Nessa esteira, cada qual com suas análises, Maria Lacerda de Moura afirmava que “a brasileira não lê”, ainda que se fique atento à forma taxativa e determinista ao generalizar, pode-se inferir uma inquietação sobre essa leitura capaz de questionar, de problematizar e

conhecer os seus direitos enquanto mulheres e cidadãs. Em alguma medida, os pontos levantados pelos autores incidem em pensar um problema histórico associado às práticas leitoras que pudessem desenvolver a conscientização dos processos e fosse problematizadora da realidade.

A leitura cada vez mais se constitui enquanto hábito nas cidades (Barbosa, 2010, p. 117) no contexto das primeiras décadas do século XX. O modelo burguês que ganhava contornos diante do sistema capitalista desenvolvia estratégias pela promoção de uma instrução pública de ensino. Iniciativas particulares, algumas delas de cunho confessional, atuaram, cada qual com seus princípios, como forma de enfrentar os problemas que assolavam a educação. A imprensa operária durante a Primeira República trouxe elementos de defesa por uma educação integral e a valorização das experiências no cotidiano. A temática da educação enquanto preocupação pode ser vista de diferentes formas no jornal *Voz do Povo*, com inúmeros artigos, textos de trabalhadores e as interlocuções com os redatores e demais militantes. Muitos deles com tendências anarquistas e socialistas, mas não só limitadas a essas influências, demonstraram aspectos da cultura operária, dialogando com elementos da cultura associativa que transcendeu os limites das culturas militantes (Batalha, 2004).

Vislumbraram, em alguma medida, o desejo pela expansão da oferta do ensino público, como também de outras possibilidades de se pensar a concepção de educação difundida à época, pelo Estado, pelas elites políticas e pela Igreja. A premissa difundida destacava um modelo de civilização e progresso da sociedade com base em determinados valores, a partir de uma compreensão que via na ausência da educação a mais grave mazela da sociedade brasileira. Assim, questões sociais que reforçavam as desigualdades sociais e as distâncias no tocante às condições de vida, trabalho e de oportunidades recebiam iniciativas que acabavam por reforçar mais privilégios a um grupo seletivo, reforçando as desigualdades.

Conforme assinala Calsavara (2012), a educação segundo a concepção libertária buscou se distanciar do ensino associado ao Estado e a Igreja. Como exemplo, temos o discurso de Adelino de Pinho¹²⁰, professor de uma escola mantida pela União de Operários de Fábrica em Tecidos (UOFT) em Petrópolis (*Voz do Povo*, 11/08/1920, p. 2), que durante inauguração de uma escola social, de perfil libertário, apontava para as “vantagens da instrução social” e os vícios da escola burguesa. A UOFT mantinha uma Escola Social, em

¹²⁰ Adelino Tavares de Pinho foi militante anarquista, professor e atuante no movimento operário. Segundo Ahagon (2015), atuou na Escolas Modernas em São Paulo nas primeiras décadas do século XX e foi ativo colaborador da imprensa operária e anarquista.

defesa da Educação Moderna com ideais difundidos pelo espanhol Francisco Ferrer e que influenciou iniciativas em diferentes países (*Voz do Povo*, 18/10/1920, p. 1).

O anarquista Adelino de Pinho recebeu as influências da Escola Moderna de Ferrer y Guardia. Antes de sua atuação na União de Operários de Fábrica em Tecidos (UOFT) no ano de 1920 foi diretor e professor da Escola Social, da Liga Operária de Campinas fundada no ano de 1907 e diretor da Escola Moderna n.º 2 (Ahagon, 2015). A Escola Moderna n.º 2 foi fundada em São Paulo no ano de 1913. Adelino de Pinho foi diretor, adepto à experimentação, liberdade, porém com as mesmas disciplinas ministradas no ensino oficial (Pinto, 2017, p. 311).

Como reitera Calsavara (2012), a educação seria um instrumento de atuação e transformação social. Nessa orientação, nota-se que algumas edições do jornal *Voz do Povo* abordaram aspectos da educação moderna e trouxeram como referência a experiência do pedagogo espanhol Francisco Ferrer. Suas defesas podem ser percebidas a partir das ideias alinhadas a proposta da educação racional. Sobre os elementos que constituíam o ensino racional, Ferrer y Guardia ressaltava que:

Uma educação racional será, então, aquela que conserve ao homem a faculdade de querer, de pensar, de idealizar, de esperar; aquela que está baseada unicamente sobre as necessidades naturais da vida; aquela que deixe essas necessidades manifestarem-se livremente; aquela que facilite ao máximo possível o desenvolvimento e a efetividade das forças do organismo para que todas se concentrem sobre um mesmo objetivo exterior: a luta pelo trabalho para o cumprimento que o pensamento reclama.

Então, serão renovadas por completo as bases da educação atual: ao invés de fundar tudo sobre a instrução teórica, sobre a aquisição de conhecimentos que não têm significância para a criança, se partirá da instrução da prática, aquela cujo objetivo seja mostrado claramente, ou seja, se começará pelo ensino do trabalho manual (2014, p. 146).

As ideias do pedagogo espanhol Francisco Ferrer y Guardia inspiraram iniciativas em muitos países, influenciando práticas no Brasil durante as primeiras décadas da República. Foi uma proposta pedagógica alicerçada nas ciências naturais contemplando as questões sociais (Gallo, 2013, p. 243). Uma concepção preocupada com a educação dos trabalhadores, mas que pensava sobre toda a sociedade, não se limitando a um grupo apenas. Preocupava-se com a construção de um processo educativo inclusivo no direito de garantia de acesso extensivo a todos que consideravam e contemplava os ideais de “liberdade, da solidariedade e da justiça” (Gallo, 2013, p. 244). No Rio de Janeiro, esse aspecto pode ser visto em iniciativas, a exemplo da Escola Operária 1º de Maio, durante o período compreendido entre 1903 e 1934 em Vila Isabel. Essa instituição, localizada na

Rua Souza Franco, n.º 64, em Vila Isabel, foi uma iniciativa promovida pelo diretor Pedro Baptista Matera, juntamente com apoio dos trabalhadores. O objetivo era promover uma educação popular, laica, com ensino elementar e primário para os trabalhadores e seus filhos, com oferta em turnos diurnos e noturnos. Promovia a coeducação, incluindo meninos e meninas, a educação integral, contato com a ciência por parte dos trabalhadores, relação entre teoria e prática com a construção de conhecimento por meio de pesquisas e de saídas de campos que constituíam as aulas (Silva, 2015).

É possível perceber inspirações da Pedagogia Libertária que ressaltava a educação enquanto estratégia de luta e de transformação social, como analisa Silva (2015). Como bem destaca o autor, a Escola Operária 1º de Maio foi uma iniciativa de interesse, apoio e participação popular, de cunho revolucionário que contou com uma série de estratégias e, em meio a intensos obstáculos, funcionou pelas primeiras décadas do século XX.

A participação dos trabalhadores, as possibilidades pelo acesso e envolvimento com o perfil da escola e suas defesas de orientações libertárias demonstram como eles tiveram contato e vivenciaram, de formas múltiplas, essas experiências de uma educação com valores alternativos aos difundidos à época pela sociedade burguesa. Aspectos da educação racionalista eram partilhados e construídos influenciando as práticas educativas, com diferentes ações, incluindo redes de trocas e diálogos, como na reunião promovida por Pedro Matera na qual “estiveram presentes diversos operários e delegados das federações ligadas à FORJ [...]” (Silva, 2015 p. 83).

Outra experiência que demonstra iniciativas educacionais com perfil libertário refere-se à escola fundada em 1921 pela Liga Operária da Construção Civil, uma associação de classe localizada no Centro da cidade de Niterói (Machado, 2017, p. 24), geograficamente e politicamente muito articulada ao Distrito Federal. Associação criada no ano de 1918 que agregava pedreiros, estucadores, carpinteiros e ajudantes (2017, p. 53). Essa iniciativa permite inferir como a existência dessas escolas e as informações veiculadas pelos jornais operários, não só receberam influência dessas concepções de educação, como também suas ideias foram socializadas nas redes de comunicação vivenciadas por diferentes trabalhadores, sendo estes leitores/consumidores dos jornais em que circulavam os ideais libertários e/ou leitores e frequentadores de tais escolas.

Analisando a educação operária durante a Primeira República, Machado (2017) investigou, por meio de periódicos, atas de congressos e demais fontes, estratégias em prol da educação dos trabalhadores com projeto em busca de transformação social: a Escola da Liga

Operária da Construção Civil da cidade de Niterói em articulação a Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro e a Escola A Forja. Segundo Machado:

A escola fundada pela Liga Operária da Construção Civil em 1921 se localizou no Centro da cidade de Niterói, na rua São João número 95, no prédio que servia como sede para a Liga, bem como para outros sindicatos. O Prof. Ruy Gonçalves lecionava na escola, e posteriormente prosseguiria suas atividades na Rua do Telhado, n.º 412, Fonseca, pelo menos até o ano de 1924, em uma escola de nome “A Forja” (2017, p. 13, grifos do autor).

Localizada à Rua São João, número 95, a escola da Liga Operária da Construção Civil foi um espaço para atuação de outros sindicatos e de estratégias pedagógicas articuladas aos movimentos sindicais. Iniciativa empreendida pelo professor e militante anarquista Ruy Gonçalves¹²¹, colaborador de jornais sindicalistas e libertários como *Liberdade* (1917-1919) e *O clarim* (1913-1917) “organizados pelo também educador anarquista Pedro Matera” (Machado, 2017, p. 110). Em se tratando do jornal *Liberdade*, Machado afirma que:

O jornal, administrado pelo também educador anarquista Pedro Matera, conta com a contribuição de diversos militantes anarquistas notórios do estado do Rio de Janeiro, além do próprio Ruy, os também professores Fábio Luz e José Oiticica, além de Carlos Dias, Valdemar Duarte, Gaspar de Freitas e o famoso poeta libertário Lírio de Resende. Em artigo para o jornal, Ruy Gonçalves disserta sobre a importância que este impresso cumpre na sociedade e, principalmente, na classe trabalhadora, celebrando o sucesso que tem conquistado (2017, p. 123).

Diferentes trabalhadores tiveram acesso a essas ideias e pensamento educacional que se debatia na Rússia, sobre um modelo pedagógico baseado no trabalho coletivo, educação pelo trabalho e a importância da autogestão para a construção de uma sociedade firme na luta contra as desigualdades sociais e que ganhou novos contornos de acordo com os debates constituídos por outros atores e grupos sociais em novas terras.

Em *Voz do Povo*, intitulado *A Educação e a Arte na Rússia Bolchevista*, na seção *A Guerra Social*, o texto assinado por Augustin Hamon¹²² datado de 13 de outubro do mesmo ano, trouxe uma série de apontamentos a respeito da educação. Dentre as análises críticas políticas dos processos centralizadores na Rússia, foi destacada a importância da educação quanto ao desenvolvimento da instrução e “a educação físico-moral da criança”. O jornal

¹²¹ Segundo Machado (2017), Ruy Gonçalves era natural do Maranhão e durante a Primeira República se mudou para o sudeste onde teve expressiva atuação em comícios, festivais e demais eventos associados as causas do operariado com diferentes associações de trabalhadores (p. 120).

¹²² O francês Augustin Frédéric Adolphe Hamon (1862-1945) foi um jornalista e escritor, socialista-anarquista. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/h/hamon_frederic.htm Acesso em: 02. out. 2023.

ênfaticamente com letras maiores, fato este que demonstra intencionalidades em relação ao conteúdo do escritor, reforçado pelo periódico, a adoção por parte do governo bolchevista o princípio de que “há para ‘todas’ as crianças possibilidades de educação e de ensino (*Voz do Povo*, 21/11/1920, p. 1, grifos do autor). Essas análises foram realizadas a partir das reflexões de Augustin Hamon com base em relatórios ingleses (*Voz do Povo*, 21/11/1920, p. 1). Avançando na discussão sobre o valor dado à ampliação do acesso à educação e no papel central da educação das crianças como instrumento de transformação, o autor afirmou que:

Os processos de educação empregados parecem serem em geral os chamados da Escola Nova, tais como os pedagogos alemães, ingleses, franceses, italianos, suíços, escandinavos, elaboraram a uma vintena de anos. Essas Escolas Novas são ainda muito raras e custosas no ocidente; só as crianças da burguesia daqui podem aproveitá-las. Aliás estes quase não as aproveitam, porque a rotina dos governos, dos pais e dos mestres se opõe a extensão desses processos educativos que o espírito inovador e aberto de Lunacharski, de Mme. Lenin e de outros imediatamente adotou para educação e ensino de todas as crianças. Naturalmente os ignorantes e os pedagogos atrasados do ocidente têm zombado das ‘experiências educativas dos Russos’ (*Voz do Povo*, 21/11/1920, p. 1, grifos do autor).

O texto prossegue afirmando que uma das dificuldades de implementação desta nova concepção estava associada ao perfil dos professores:

[...] é a falta de mestres aptos ao ensino, segundo os princípios da Escola Nova que repousam sobre a liberdade das crianças, a ausência de constrangimento e uma mistura harmoniosa de trabalho manual e intelectual, o mínimo de ensino livresco, o ensino das coisas da natureza e da vida, de modo a desenvolver o espírito de observação, de comparação e de dedução” (*Voz do Povo*, 21/11/1920, p. 1).

Para além dos princípios expressos, também foi destacado a importância dada às artes e ao esforço empreendido para alcançar aos trabalhadores urbanos e rurais, nas suas mais diferentes vertentes áreas “da arte teatral, musical, pictorial, etc.” (*Voz do Povo*, 21/11/1920, p. 1). Como ênfase, Augustin Hamon demonstrou que: “Os bolchevistas, pondo a arte ao alcance de todos, quiseram desenvolver não só o seu gosto nas massas, mas ainda fazer nascer necessidades de prazer e de repouso” (*Voz do Povo*, 21/11/1920, p. 1). Indo além em seus argumentos, Hamon pontuou como “criar necessidades é modificar a mentalidade dos homens”. Com este desenvolvimento o autor colocou como esses novos hábitos e mudanças promoveriam uma consciência e um estado de questionar as explorações em curso, em busca de condições de igualdade de oportunidades. Ao finalizar, reitera como a mobilização por parte do governo caminha na direção da premissa de que “A arte é para eles um meio poderoso de transformação das mentalidades humanas” (*Voz do Povo*, 21/11/1920, p. 1).

Confrontando os debates analisados nos jornais, em articulação com as experiências educativas nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, percebe-se a preocupação com uma educação que contemplasse a dimensão cultural, política e social dos trabalhadores. E ainda que a autogestão tenha sido bandeira eferescente dos ideais anarquistas, pode-se observar características de uma defesa também em *A Classe Operária*, jornal do Partido Comunista que pautou muitos de seus interesses com diferenças ideológicas e políticas com relação aos de tendência anarquista.

No entanto, alguns elementos trazidos, a exemplo da publicação que registrou a Escola Social da Rússia e outros debates, ressaltaram como se pretendeu levantar o papel transformador das práticas educativas e críticas que defenderam o ensino fora do poder do Estado e da Igreja e atenta às questões sociais. Tanto para anarquistas quanto para adeptos às ideias comunistas, observa-se o debate por defesas pela construção de uma educação problematizadora, combativa às desigualdades sociais e aos valores burgueses. A concepção de educação deveria estar distante dos valores religiosos, dando centralidade ao ensino racional e científico, uma educação social preocupada com a transformação.

Na coluna *Correspondência Internacional* observa-se as temáticas selecionadas a partir de determinadas finalidades a serem propagadas. Sob o título *O melhor educador na Rússia dos Soviets*, assinada por A. Ponomarew (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4), a publicação chama a atenção para a defesa, à época, por grupos e diferentes notas encontradas nos jornais, de uma “escola social” e uma “educação social”. O primeiro cuidado é não englobar a análise em uma única forma de pensamento e ação. As expressões em destaque remontam a formas possíveis com alguns elementos que podem convergir em determinados aspectos, mas que não se fecham em um único modelo de acontecer, diante de suas múltiplas experiências, atores e grupos sociais, localidades. Mencionando como a vida social dos trabalhadores tomou impulso após a revolução de outubro, reiterou o papel do educador que “não podia ficar a distância, não podia voltar as costas à vida social, que se realizava sobre novas bases” (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4).

É plausível pensar acerca da educação e escola social, mencionada no jornal *Voz do Povo*, como estando próxima e comprometida com os diferentes aspectos da vida social. Em que se considere as diferenças geográficas, culturais e políticas que destacam a impossibilidade de importar modelos a se encaixarem em outras sociedades, constituídas por outros atores e grupos sociais, outro clima, por outros processos de produção e de relações, convém perceber as possibilidades de como as ideias e análises que contemplavam caminhos que consideravam essa atenção com o social e a preocupação com os abismos entre grupos

poderiam influenciar e ressignificar contribuindo com novas construções. Escola social e educação social, em sua pluralidade, dão a ver formas possíveis de experiências formativas comprometidas com os diferentes atores e grupos sociais, a partir de concepções de educação, compreendida em sua ampla dimensão, em intrínseca associação entre vida e trabalho.

Sob esse contexto, a publicação anteriormente mencionada divulgou um concurso referente ao melhor professor da escola soviética realizado no ano de 1923, organizado pelo jornal *Pravda*¹²³. Um primeiro aspecto salta aos olhos, relativo à função do jornal na iniciativa promovida, enquanto instrumento de apoio às orientações desejosas de serem difundidas. Como exposto, o concurso teve “grande repercussão em toda a República dos Sovietes (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4). Reiterando a existência das dificuldades no que tange à educação, foi destacado como “a escola do trabalho se manteve, graças a múltiplos esforços” e a relevância do papel dos professores para essa construção (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4). Avançando na discussão, ficou expresso no discurso como os aspectos culturais podem ser analisados como parte fundamental do processo educativo, a constar que:

Se examinarmos mais de perto o melhor educador, tal qual ele nos apresenta nesse concurso, concluiremos que a característica primordial da atividade do educador é a complexidade do seu trabalho criador no terreno cultural. O educador é, em sua aldeia, uma alavanca poderosa que movimenta não apenas a obra escolar mas também toda a atividade cultural. (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4).

Ao elencar práticas consideradas valiosas por parte de diferentes professores, celebra experiências educativas desejosas de servir como inspiração. O relato das práticas do professor N. N. Solowzow¹²⁴ celebra a organização de uma “escola do trabalho” descrevendo as circunstâncias de um contexto de pobreza, fome e de falta de recursos no ano de 1921. No início de 1922, o professor promoveu coletivamente com os alunos “uma série de oficinas, oficina de ferreiro, de marceneiro, de sapateiro, de funileiro, de pintura, confeccionando os próprios alunos seus calçados, seus trenós, seus bancos, etc.” (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4). A partir desse relato, é possível nos aproximarmos da defesa por uma concepção de educação pela realização da educação pelo trabalho, trilhando as bases a partir das

¹²³ Jornal diário de organização de classe de Lenin editado em Petersburgo construído para mobilizar a classe acerca de seus direitos, “[...] ferramenta de formação e organização da classe trabalhadora indispensável”, “A Verdade” de acordo com Araújo; Gois (2016, p. 6).

¹²⁴ Ainda que não se tenha encontrado informações da vida e trajetórias desses professores, foi considerado relevante registrar seus nomes como bem demonstrou o periódico, a fim de destacar suas atuações e os debates que suas iniciativas impulsionaram acerca da educação e instrução.

experiências, considerando o contexto vivido e a promoção de construir potencialidades por meio de práticas cotidianas.

Em função de algumas ideias compartilhadas, é possível realizar algumas aproximações com relação a defesas por ideias e posicionamentos acerca da educação que aparecem em diferentes jornais operários quando abordaram iniciativas educacionais empreendidas com a participação de trabalhadores, ainda que com projetos diversificados dependendo de suas particularidades. Um aspecto em comum relaciona-se à dimensão educativa do trabalho e os movimentos para o desenvolvimento do processo formativo (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4, grifos do jornal). Ainda de acordo com a nota, o grande feito desenvolvido pelo professor se devia a sua habilidade de associar o ensino às condições existentes bem como formas possíveis de aproveitar para produzir em meios a adversidades, “fazendo inteligente uso da produção para educar as crianças pelo trabalho” (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4).

Outro professor mencionado foi Mirjajew, reverenciado em sua prática na escola soviética, o que incide para uma educação preocupada e atenta com as questões sociais e diretamente guiada pela orientação ideológica que conduzia sua prática. “As crianças são criadas como comunistas. Abordam diretamente a explicação da natureza e dos fenômenos sociais; a ideia religiosa é banida da escola. A formação da inteligência política é a preocupação primordial” (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4, grifos do jornal).

O texto mencionou o “grupo de educadores, de heróis do *front* educativo: os camaradas Lades, Russakow e Wseswaysky” chamando a atenção para a “metodologia de ensino”. Foi ressaltado como foram suprimidos pelos educadores “os velhos métodos do ‘de cor’ (grifos do jornal) da reprodução mecânica e passaram a observação sistemática, racional e experimental da natureza pelas crianças, ao estudo ativo” (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4). Entende-se possibilidades por outros caminhos que não passavam por métodos classificados como tradicionais, com utilização de repetições para memorizações. Destacando a metodologia de ensino se preocupava com as diferentes etapas, dando ênfase ao trabalho que contava com a observação. Deste modo, valorizava-se a experiência e sistematização com pesquisas e desenvolvimento de relatórios. A nota descreveu as etapas do processo educativo com um contexto investigativo que considerava desde a observação individual, pesquisas e anotações em agenda, para que, em seguida, constasse em relatórios individuais organizados para si e para os demais.

Ao citar o professor Russakow, foi destacado sua defesa “por inspirar as crianças o amor da natureza e não entulhando-lhe a cabeça de fórmulas feitas; de maneira alguma ‘fazer cursos; nada de ensino ‘ex catedra’ (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4, grifos do jornal). A

observação, análise e exame compunham a metodologia do processo educativo propagado. Dentre as análises, registraram ainda a celebração do professor Pestow do Instituto de Técnica Agrícola do distrito de Nolinsk, considerado “parte ativa na vida social” e sua forte atuação na vida política do país (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4).

Além da professora Schumilowskaja e do professor W. Malinotschka com expressiva atuação na escola e fora dela. As contribuições da professora Schumilowskaja contavam com a distribuição de cereais, sementeiras e melhoria dos processos agrícolas. Preocupada com as questões da região, foi ressaltado o seu desenvolvimento da educação popular baseada no ataque ao analfabetismo e o tratamento contra o alcoolismo. O professor Malinotschka que se detinha ao estudo do materialismo histórico junto a demais professores com ensino também a bibliotecários e suas escolas para adultos, escolas elementares para analfabetos e outros estabelecimentos de instrução.

O artigo que tratou de educadores da Rússia e suas práticas permite elaboramos algumas inferências sobre as perspectivas de educação também debatidas na sociedade carioca nos anos de 1920. Possibilita observar uma concepção de educação veiculada através do periódico associada a experiência ao trabalho e a vida do trabalhador. Escola e educação social vinculadas às condições de vida das pessoas. A reflexão encontrada na assertiva de “que o educador moderno não separa a escola e a vida; ao contrário, faz da escola um centro da vida política e social” (*A Classe Operária*, 06/06/1925, p. 4) foi uma tônica observada em diferentes edições dos jornais analisados. Tal expectativa indicia para uma observação dessa educação preocupada com a vida que contempla aspectos do cotidiano da formação política, cultural e social.

Em nota, a edição do jornal *A Classe Operária* salientou a publicação a respeito dos professores. Intitulado *Aos professores primários do interior* presume o desejo de dialogar com os docentes acerca da publicação anterior veiculada no periódico e que abordou uma série de elementos constitutivos e orientadores por uma concepção de educação comprometida com o social, com a construção do processo educativo pelo trabalho, valorizando a formação dos professores. Tal intenção demonstra a tática em dialogar com eles, a fim de que a concepção de educação defendida pelo periódico pudesse assumir alcance com o público leitor e com suas redes de trocas e diálogos (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 2).

Quanto à proposição dos diálogos com o público leitor, centrados nas defesas por seus pensamentos a respeito de uma tendência educacional como a que pode ser percebida com a publicação anterior, relativa aos professores, encontra-se como pautas os direitos sobre as

condições de trabalho. Nesse sentido, as frequentes denúncias referentes às horas trabalhadas foram registradas. Variando de 10 a 12 horas e chegando a 15 horas, foi sinalizado o direito conquistado pela lei de trabalho a oito horas de trabalho por dia, conclamando a classe “a não se sujeitarem a tamanha exploração” (*A Classe Operária*, 04/07/1925, p. 1).

Com relação às lutas da classe trabalhadora, é importante destacar como demonstram a preocupação coletiva em manter os direitos alcançados e que são constantemente colocados em prova: “Todos esses decretos foram conseguidos com grande esforço e não devemos renunciar a essas conquistas”. Mais do que as denúncias dos baixos salários, das condições e horas exaustivas de trabalho, valem destacar, como assinalado na publicação, as ‘aspirações’ da classe sinalizando o próprio jornal como espaço formativo. Econômicas, políticas, higiênicas, econômicas-higiênicas e intelectuais, esta última que previa a manutenção de uma “escola exclusivamente operária” (*A Classe Operária*, 04/07/1925, p. 1).

No que se referia ao desejo pela emancipação dos próprios trabalhadores pela sua instrução, atentava-se à convocação:

ESCOLA NOTURNA

Trabalhadores! Aprendam a ler para que melhor possam compreender o valor do trabalho e do trabalhador. A Caixa Beneficente, com o fim de propagar o ensino entre companheiros, acaba de fundar uma escola noturna em seu vasto salão, à rua José Mauricio, n. 46, sobrado, para o ensino primário e das línguas inglesa e francesa.

Não há distinção para quem quiser aprender, adulto ou criança, nacional ou estrangeiro. Podem vir matricular-se. Serão cobrados 5\$000 mensais para compra de tinta, papel e penas, que serão fornecidos pela escola.

Horário das aulas: 1ª turma, das 19h às 21h, o 2º, das 21h às 23h. Haverá aulas diurnas (*A Classe Operária*, 04/07/1925, p. 3).

As aspirações de “uma escola operária” e de “uma escola rigorosamente operária” apareceram em diferentes edições. A defesa por “uma escola exclusivamente operária” foi levantada pela classe dos trabalhadores de padaria na edição de 4 de julho de 1925. Denunciando os salários defasados, elencou uma série de demandas e expectativas para a classe. Associadas a elas, debates que pleitearam a instrução pública de ensino como direito, articulam-se iniciativas e estratégias educativas que demonstram, por sua vez, na coletividade dessas classes trabalhadoras, formas variadas por sua educação e instrução. Dentre os processos formativos construídos com e pelas classes trabalhadoras, o estímulo a práticas leitoras e as bibliotecas constituíram espaços educativos de interação e orientação.

3.3 O poder da leitura como perspectiva de transformação social

A defesa por uma educação associada às vivências e ao cotidiano era um ponto em comum a diferentes concepções de educação difundidas à época. Abordava-se muito as críticas relativas a um ensino tido como livresco, enciclopédico, distante da realidade vivida. Ao observarmos a documentação, não percebemos que essas críticas caminhavam na direção de desvalorizar a importância dos livros e da leitura para as classes trabalhadoras. Pelo contrário, de forma expressiva, nota-se propagandas e experiências nas associações que davam a ver formas que contemplavam variadas maneiras de incentivo às práticas leitoras. Essa pluralidade em relação a tais práticas, ao domínio ou não do código escrito, mas a apreensão de saber a função diante da sociedade e realizar usos a partir dessa ciência, compreendendo e explicando o mundo orienta essa potência quanto ao contato e às construções da cultura impressa.

Com esse direcionamento, nota-se que as iniciativas diversificadas, com grande expressividade em estatutos de associações, previam a criação e manutenção de bibliotecas e jornais que incentivavam a leitura, atentando para o seu valor no processo formativo. Procurava-se articular as práticas leitoras com o cotidiano das classes trabalhadoras. Sob esta perspectiva, por meio da leitura e/ou da escuta dos jornais, órgãos de propagandas, folhetos e livros a respeito de um assunto específico, destacavam possibilidades de construções e elaborações por parte dos sujeitos, que poderiam estar associados a concordâncias, divergências, permitindo ao sujeito se apropriar e construir sentidos ativos diante de suas experiências.

Pelos jornais *Voz do Povo* e *A Classe Operária* é possível observar uma variedade de títulos de obras divulgadas. Pode-se realizar algumas inferências acerca de possíveis orientações pretendidas. Intencionalidades com o objetivo de alcançar os trabalhadores por meio de leituras críticas mediante as circunstâncias políticas, sociais e econômicas expressivamente desiguais na sociedade em que atuavam. Obras que tratavam de questões sociais e condições dos trabalhadores, como *Problemas Sociais*, *Sindicalismo e Greve Geral*, *Movimentos Revolucionários* remetiam a finalidades de constituir leituras no processo formativo do trabalhador para problematizar as circunstâncias de suas vidas, a fim de instrumentalizá-la para meios de transformação. Podemos observar que os títulos estiveram associados a debates sobre a ciência, a exemplo de *Descendemos do Macaco?*

Voz do Povo incentivou a leitura do jornal como genuíno órgão dos trabalhadores em muitas de suas edições, como no dia 26 de setembro de 1920, e estimulou a literatura com tendência libertária. Com demais anúncios geralmente na última página, boa parte deles que envolviam o cotidiano dos trabalhadores e comércios variados, também promoveu o estímulo por leituras em anúncios que divulgavam pedidos da Agência Lux com as seguintes obras de Kropotkine *Em volta de uma vida* por 4\$000, *A ciência moderna e o anarquismo* por 2\$500, *A conquista do pão* por 2\$500, *Campos e fábricas* a 2\$500, *A grande revolução* 4\$000 (*Voz do Povo*, 26/09/1920, p. 4).

Na mesma sessão na terceira página, trouxe obras escritas em espanhol e vendidas pela Agência, tais como: *A Revolução Bolchevista* por Casanneva por 4\$000, *A Ditadura do Proletariado* por Tassin 4\$000, *A Revolução Russa* por Tassin 5\$000” (*Voz do Povo*, 10/10/1920, p. 3). Em relação à dimensão e ao acesso às obras, é possível ao menos ter a percepção de que os anúncios divulgados demonstravam títulos com abordagens sobre questões sociais e problemáticas do cotidiano que envolviam lutas, melhores condições de vida, ciência, exploração econômica e política.

Na primeira página da edição de 8 de setembro de 1920, *Voz do Povo* destacou a venda de obras na redação do jornal, com o preço de 800 réis por volume, compondo uma coleção sindicalista dos autores e suas respectivas obras. M. Pierrot e sua obra *Sindicalismo e Revolução*, E. Pouget com *A Confederação Geral do Trabalho*, V. Griffuelher *A Ação Sindicalista*, A. C. dos Santos, *A questão operária e o sindicalismo*, *Vários Sindicalismos e Socialismo* (*Voz do Povo*, 08/09/1920, p. 1).

Coleção Moderna
 A 1\$500
 A Igreja e a Liberdade.
 Descendemos do Macaco?
 Não creio em Deus.
 A Vida dos Astros.
 História das Religiões.
 As Grandes Lendas da Humanidade.
 Na Aurora do Século XX.
 Virgens depois do Parto.
 O Amor através dos Tempos.
 Problemas Sociais.
 Sindicalismo e Greve Geral.
 Evolução Geral da Vida.
 A Ciência da Felicidade.
 Através da história.
 Jesus de Nazareth.
 Os partidos políticos e a Vida da Nação.
 Criação e Vida.
 Movimentos Revolucionários.
 Agencia LUX, Avenida Rio Branco, 173, 2º.

Pelo correio, mais 500 réis.

 Obras de Hackel
 Enigmas do Universo
 As Maravilhas da Vida enc.6\$000
 O menismo 6\$000
 Origem do Homemenc 6\$000
 Religião e Evolução enc 6\$000
 História da Criação enc 6\$000
 Pelo correio mais 500 rs

Obras de Kropotkine
 Em volta de uma vida 2\$000
 A ciência moderna e o anarquismo 2\$500
 A Conquista do Pão 2\$500
 Campos e Fábricas 2\$500
 A Grande Revolução 4\$000
 Pedidos a Agência Lux
 (*Voz do Povo*, 30/10/1920, p. 4).

As obras divulgadas faziam referência a alguns teóricos que desenvolveram ideias anarquistas, como Kropotkine, *A Conquista do Pão, Campos e Fábricas*. Os livros e os autores geralmente possuíam uma abordagem relativa às questões sociais, envolvendo processos e circunstâncias enfrentadas por trabalhadores e mesmo pensadores com o objetivo de orientar os processos de vida. Sobre os teóricos e os conteúdos, o intelectual Octavio Brandão Rego afirma que: “Todos esses teóricos: Bakunin, Kropotkine, nada de política e nada de máquina do Estado. Kropotkine, por exemplo; dizia: “Os homens são homens, e não se pode dar uma parcela de autoridade ao indivíduo sem corromper” (Rego, 1993, p. 20).

Em *A Classe Operária*, a seção regular intitulada *Leituras para trabalhadores*, sugeriu indícios do estímulo de leitura promovido pelo jornal. A publicação de 6 de junho de 1925 (p. 4) expressou uma indicação para um componente fundamental no processo formativo relacionado ao movimento da leitura. Assim:

Leituras para trabalhadores
 PARA AS MASSAS
 Evangelho dos livres\$200
 Programa da I.S.V. (em espanhol) 1\$200
 PARA A VANGUARDA
 Anarquismo e comunismo –
 Bulcharine.....\$200
 Manifesto de Marx – Engels\$500
 Rússia Proletária3\$000
 Revista do P.C. – cada n.\$300 e \$500.
 Pedidos acompanhados da respectiva importância, a A. A Brazil de Mattos – rua Marechal Floriano Peixoto n. 172, 1º andar – Rio de Janeiro. (*A Classe Operária*, 6/06/1925, p. 4).

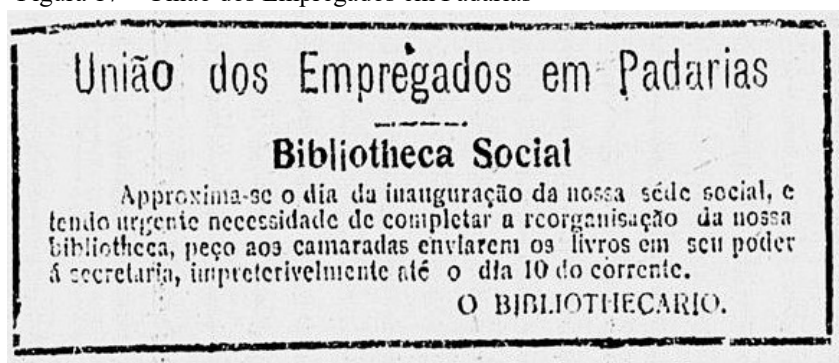
Podemos acompanhar, então, o jornal como espaço formativo, além de sua intencionalidade por meio das orientações de autores e obras específicas que, por sua vez, refletiam influências de perspectivas filosóficas e políticas. Na décima edição, além de mencionar os demais autores e títulos já registrados na edição anterior, foi indicado *Três anos de luta da I. S. V* (em espanhol) ao preço de \$200, *Abre teus olhos, trabalhador* a \$100 e *Noções de Rapport* a \$300 “para as massas”. Já “para a vanguarda” *O canto imortal dos trabalhadores* por \$400 (*A Classe Operária*, 4/07/1925, p. 4).

Os diferentes títulos e obras nos permitem pensar as possibilidades de acesso, contato, consumo e reapropriações construídas pelos trabalhadores por meio de suas experiências com os livros. Podemos inferir que as propagandas possuíam o objetivo de orientar a leitura das obras mencionadas ao analisar as possibilidades das apropriações, dos leitores e o que consumiam. Tendo em vista que esses jornais possuíam um público de trabalhadores e trabalhadoras em diferentes espaços laboriosos, é crível perceber como estas práticas leitoras poderiam acontecer de formas variadas, nos âmbitos individuais, de forma coletiva e em momentos diversificados. A hipótese caminha na direção de que essas obras não só chegavam ao conhecimento de trabalhadores, como também por eles eram apropriadas e ressignificadas, criando sentidos e significados em suas experiências leitoras, associadas às suas vivências laboriosas e de vida. Nesse processo, as práticas envolvendo leitura e escrita aconteceriam a partir dos jornais, baseadas nas referências de obras e conteúdos segundo autores e orientações políticas e ideológicas selecionados.

O estímulo pela criação, existência e manutenção de bibliotecas foi pontuada em muitas associações. Muitas publicações na sessão *A vida dos trabalhadores* no jornal *Voz do Povo* demonstraram como parte das associações previam como uma de suas finalidades a criação e manutenção de bibliotecas, demonstrando valor atribuído a sua existência nas sedes das organizações de trabalhadores. No jornal *Voz do Povo* foram publicados pedidos de doações, solicitações para devolutivas dos livros que compunham a biblioteca das associações (*Voz do Povo*, 17/05/1920, p. 3), evidenciando movimentações diversificadas em torno dos livros e de práticas educativas que envolvem a biblioteca enquanto prática social e formativa. Pedidos e aceites de doações de livros como exposto na publicação que relatou ter sido sugerido a “formação” de uma biblioteca dos Sindicatos de Trabalhadores dos Gráficos registrada pelo segundo secretário. Além da solicitação pela doação, registrou-se a presença do camarada Anibal, fato este que pressupõe uma organização para a recepção das possíveis doações, além das devolutivas e empréstimos (*Voz do Povo*, 27/05/1920, p. 3).

A União dos Empregados em Padarias, com sua sede na Rua da Saúde, número 41, sobrado, também sinalizou a existência de biblioteca e suas “várias obras de literatura destacando-se número elevado de obras sobre socialismo, etc.” (*Voz do Povo*, 04/07/1920, p. 3). Assinada pela comissão executiva foi informado ainda o regulamento que previa a retirada da obra e o prazo de oito dias sob a guarda do leitor, revelando formas de organização das práticas previstas e elaboradas pelo grupo (*Voz do Povo*, 04/07/1920, p. 3). Posteriormente fornece indícios de uma reorganização, em nova data solicitando devolutivas sem mais informações a respeito de possíveis intercorrências. Em setembro, nova nota descreveu leitura de ofícios de associações coirmãs, além de descrever a leitura de uma relação de quinze livros devolvidos para a biblioteca (*Voz do Povo*, 07/09/1920, p. 3).

Figura 17 – União dos Empregados em Padarias



Fonte: *Voz do Povo*, 08/10/1920, p. 3.

O esforço pela manutenção da biblioteca, com possíveis dificuldades ou desafios enfrentados, pode ser analisado em diferentes movimentações de organizações de trabalhadores indiciando uma tática educativa. Com informação sobre nova sede, o bibliotecário da União dos Empregados em Padarias destacou ainda a reorganização da biblioteca, solicitando os livros que estavam com os trabalhadores (*Voz do Povo*, 08/10/1920, p. 3). A Aliança dos Empregados do Comércio e Indústrias promoveu um festival pró-biblioteca na compreensão de “uma noite de arte e alegria” para o dia 23 de outubro de 1920. A divulgação demonstrou diversos elementos, como “conferência literária”, “ato de cabaré com atores e atrizes da capital”, “baile familiar”, “banda de música e orquestra de 25 professores” com direito a “dança”. Venda do ingresso em “todas as associações ou na sede” (*Voz do Povo*, 26/09/1920, p. 3). Intitulada *Escolas*, em função das obras mencionadas, presume-se que a seleção faça parte de um planejamento de uma prática educativa, a exemplo de um desenvolvimento de aulas e/ou cursos. Constavam as obras:

Escolas									
Geografia	elementar	e	superior						
2\$000									
Gramática			sintética		por			C.	
Figde.....						3\$000			
Aritmética,					por			Serrasqueiro	
.....						7\$000			
Ortografia			no		Brasil		por	C.	
Figde.....						3\$500			
Problema	de		colocação		dos		pronomes,	idem	
.....						4\$500			
Método de escrever sem erros,								idem	1\$000
Gramática			das		crianças,			idem	
.....						2\$000			
Lições de Pedagogia geral por Pimentel F.									5\$000
A Moral nas escolas por A. Palmeira									2\$000
Cadernos	de	desenho	infantil		por,	formando	1	volume	
.....									1\$000

Pedidos a Agência Lux Avenida Rio Branco, 173 (*Voz do Povo*, 25/09/1920, p. 3).

As solicitações de devolutivas evidenciam movimentos de empréstimos aos trabalhadores e as possibilidades de suas leituras. Dentre muitas edições que explicitaram o periódico como um instrumento de diálogo e comunicação com o objetivo de entrar em contato para saber informações a respeito de devolutivas, de livros emprestados, destacamos a União das Oficinas de Barbeiros que divulgou uma nota solicitando aos camaradas que estivessem com livros da biblioteca para a entrega (*Voz do Povo*, 28/06/1920, p. 3). O Centro Cosmopolita também publicou uma nota solicitando a devolutiva dos livros da biblioteca (*Voz do Povo*, 04/07/1920, p. 3), assim como o bibliotecário da União dos Empregados em Bares Leiterias e Cafês (*Voz do Povo*, 14/09/1920, p. 3). Esses exemplos refletem a diversidade das classes trabalhadoras e suas práticas leitoras.

Na edição de 10 de outubro de 1920, uma publicação do Grupo de Propaganda Social informou em relatório uma movimentação de valores com matrículas, vendas, compras demonstrando o dinamismo do cotidiano do grupo, auxílio e o valor em caixa (*Voz do Povo*, 10/10/1920, p. 3). Destaque para “despesas com a propaganda na festa da escola com o valor de 16\$000” (*Voz do Povo*, 10/10/1920, p. 3)¹²⁵.

As concepções de educação contidas nas associações de trabalhadores e trabalhadoras não podem ser agrupadas no sentido de torná-las homogêneas. É justamente no movimento de considerá-las a partir de sua heterogeneidade, sem que tal fato impeça de analisar experiências educativas no interior dos seus movimentos, em possamos atribuir sentidos e significados dos processos formativos e o papel ativo de homens e mulheres sobre sua formação. Um elemento

¹²⁵ Com essa publicação o questionamento indicia para a possibilidade de uma Escola do Grupo de Propaganda Social, ainda que não tenhamos maiores informações.

constitutivo alinha-se com a defesa por concepções de educação que viam no trabalho caminhos possíveis para um processo formativo articulando o trabalho manual com oficinas e demais movimentos.

A coletividade proporcionou solidariedade, buscas, tensões e enfrentamentos, em meio a caminhos na luta por seus direitos, diante de uma sociedade hierarquizada, na qual as desigualdades sociais escancaravam as forças exploratórias. Assim, se uma forma de olhar pode analisar a fragilidade da mobilização das associações de trabalhadores em torno da sua educação, olhar a partir de outra ótica permite relativizar os movimentos das associações de trabalhadores considerando como experiências educativas.

Em que se considere e as divergências ideológicas dos projetos dos jornais *Voz do Povo* e *A Classe Operária*, fica perceptível a finalidade explícita das orientações acerca das leituras e obras indicadas, distanciando da crença relativa à neutralidade dos periódicos. A tomada de posição indicia para o objetivo da transformação social defendida no modelo de sociedade debatido. Enquanto instrumento educativo, analisaremos no próximo capítulo os elementos associados à educação e como os jornais operários perspectivaram as múltiplas concepções de infâncias na sociedade carioca. Abordaremos a infância nas fábricas e demais espaços laborais, bem como as denúncias dos jornais ao trabalho de menores e as condições relativas ao ambiente e higiene nas fábricas, além das críticas feitas às desigualdades entre as condições das diferentes infâncias.

4 “E A EDUCAÇÃO DOS FILHOS?” AS INFÂNCIAS EM DEBATE PELOS JORNAIS VOZ DO POVO E A CLASSE OPERÁRIA

4.1 As concepções de infâncias

Veiculada no jornal semanal *A Classe Operária*, a publicação do dia 6 de junho do ano de 1925, ao revelar elementos do cotidiano de um trabalhador, demonstrou as altas despesas mensais e a defasagem com relação ao baixo salário, detalhando informações de sua família, composta por cinco integrantes, com sua mãe, esposa e dois filhos morando na mesma residência. Foram demarcados aspectos constituidores de suas vidas, a constar a indagação sobre as múltiplas dimensões da vida. Assim, a matéria demarcou um posicionamento de descontentamento e crítica, sobre como dar conta de elementos relacionados a determinados gêneros, a constar: “E o vestuário? E as enfermidades? ‘E a educação dos filhos?’” (*A Classe Operária*, 6/06/1925, p. 1, grifos nossos).

[...] E o vestuário? E as enfermidades? E a educação dos filhos?

Para cobrir o *déficit* e suprir mais essas despesas, a companheira do camarada aferrase dia e noite à máquina de costura. E ele emprega as horas de folga fazendo ‘biscates’ que lhe rendam mais alguns tostões.

É assim vive sem descanso, sem alegria e sem conforto essa família proletária (*A Classe Operária*, 6/06, 1925, p. 1, grifo do autor).

O questionamento “E a educação dos filhos?”, que pode expressar a indignação em torno das circunstâncias vividas por uma família, nos incita a pensar na representação do cotidiano de muitas outras, e nos convocou a analisar como debatiam sua educação e a de seus filhos. Seguindo a compreensão ressaltada por Arend e Lazareto (2020), ao considerar os “jornais como fonte privilegiada para a reflexão sobre o processo de ampliação do campo de estudos a respeito dos infantes” (Arend; Lazareto, 2020, p. 215), interessou-nos pensar como os jornais perspectivaram as infâncias das classes trabalhadoras no contexto da década de 1920 na cidade do Rio de Janeiro. As pesquisadoras enfatizam ainda, à luz de Kulhmann e Leonardi (2017), a potência da História da Educação ao desenvolver pesquisas além da dimensão escolar ao poder assumir essa ampliação quanto às possibilidades de investigação.

Deste modo, se a educação das classes trabalhadoras conduziu o fio da presente investigação, saltaram aos olhos as experiências acerca das infâncias pelos jornais *Voz do*

Povo e A Classe Operária. Sob esse aspecto, os periódicos trouxeram a temática das infâncias e os atravessamentos que perpassavam as vidas dos filhos dos trabalhadores e trabalhadoras e inúmeros casos de crianças trabalhadoras, nos diferentes espaços laborais na cidade carioca, além dos demais atravessamentos sobre a infância pobre nos anos 1920. Desse modo, foi possível delinear como grupos sociais pensavam políticas e demais ações com a finalidade de enfocar uma temática de fundamental necessidade em termos de saúde, cidadania e educação.

A indagação presente no jornal *A Classe Operária* acerca da educação, associada às formas de viver, intervir e construir experiências, compreendidas a partir dos jornais operários, chamou a atenção para as infâncias pertencentes às classes populares e para as múltiplas camadas que as constituíram: infâncias em sua pluralidade, filhos e filhas pertencentes às classes trabalhadoras, crianças de diferentes nacionalidades e origens sociais, crianças que desde cedo estavam nos espaços laboriosos.

Era urgente uma educação, instrução e atendimento às crianças segundo os propósitos da organização social pretendida. Diferentemente do modelo burguês, outros debates foram elaborados, como podemos acompanhar a partir dos jornais analisados. A seguir, uma leitura sobre a crença no poder da juventude acerca do papel de luta coletiva e transformador diante de uma sociedade capitalista. Ao dialogar a respeito dos impactos sofridos por meio de uma infância constituída pelo trabalho no contexto de uma organização social aos moldes capitalistas, ressaltou-se as condições díspares das classes trabalhadoras desde suas infâncias. Convocar à juventude para pensar e agir tratava-se de um convite a olhar para suas infâncias pensando em transformar, no tocante às condições de oportunidades mais justas. Nessa direção, a argumentação desenvolvida destinava-se:

Aos jovens operários

‘Na sociedade capitalista somos os mais explorados. Desde a nossa infância ela arrasta-nos para as oficinas onde, sem higiene e sem conforto, somos obrigados a executar trabalhos pesadíssimos, superiores às nossas forças, em troca de um salário irrisório que mal chega para as nossas necessidades.

Quanto de nós, ao atingir a maioridade, são atirados a uma cama em consequência de uma tuberculose adquirida nas fábricas ou nas oficinas? E isto porque, até hoje, nós, os jovens, não nos temos preocupado com a nossa sorte.’

Esse desinteresse não pode continuar, companheiros!

Sentimos que somos explorados, brutal e desenfreadamente.

Compreendemos que se não fossemos atirados às fábricas numa idade em que devíamos estar nas escolas, não morreríamos tão rapidamente.

Sabemos já que os patrões se servem de nós para baratear a mão de obra, sugerindo, portanto, maiores lucros.

E por que não nos organizamos em juventudes operárias? Por que não acompanhamos o proletariado em geral na luta pela conquista de seus direitos?

Precisamos lutar com o ardor que caracteriza os jovens. Temos o dever de melhorar as nossas condições de vida.

Dormimos, pois, as juventudes operárias. Jovens operários (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 4, grifos nossos).

A construção da narrativa, assinada e dirigida aos jovens operários, demonstrava a preocupação com a sua formação e a busca por efetivas transformações sociais. A utilização do pronome “nós”, além dos demais recursos gramaticais, evidencia a inclusão da identidade do jovem trabalhador no registro escrito no jornal. A publicação direcionada a uma faixa etária específica de trabalhadores revelou propósitos em perspectivar ações encaminhadas com a participação da “juventude” na luta pelos movimentos de classe e na organização política e social. Ademais, reflete sobre as experiências das classes populares, muitas vezes atravessadas por precárias condições de vida, com enfermidades, trabalho desde a infância, questões sociais e econômicas desiguais.

Em contraposição à sociedade que se delineava à época, com o aparelho estatal, na qual as forças de poder lançavam mão de dispositivos como a opressão ostensiva das forças policiais e os mandos e desmandos patronais, foram pensados e articulados, para além das críticas, proposições por mudanças. A persuasão em prol da força da juventude ocorria por meio da construção de redes de solidariedade, articulada à esperança nas novas gerações e em seu potencial de transformar.

Com essas preocupações, vale ressaltar o caráter educativo da publicação, que constituía parte integrante das pautas das classes trabalhadoras, relativas à mobilização dos jovens para a conquista da união da classe. Nota-se como foram registradas as estratégias dos patrões com pagamentos de salários diferenciados entre os trabalhadores, a depender das idades¹²⁶, ressaltando os princípios liberais. Ao denunciá-los, os jovens trabalhadores expressavam o desejo pela ruptura com os componentes que consolidavam esse modelo econômico e social.

Portanto, no fragmento do jornal *A Classe Operária*, verifica-se uma reflexão sobre as condições desiguais que atravessavam as vidas dos trabalhadores desde a infância e uma preocupação por compor uma pauta das classes trabalhadoras, tanto para si quanto para seus filhos. Nas diferentes edições dos jornais *Voz do Povo* e *A Classe Operária*, debates abordaram a precária situação das crianças proletárias e a condição de calamidade pública à que muitas estavam submetidas em razão da ausência e/ou ineficiência do Estado. Proposições e perspectivas foram pontuadas para as infâncias que, por vezes, não estavam nas escolas, mas inseridas em locais insalubres, nas fábricas, demais locais de trabalho e nas ruas.

¹²⁶ Para uma compreensão acerca das diferenças salariais quanto à faixa etária e gênero na fábrica Aliança localizada em Laranjeiras, por exemplo, ver: (Pires; Fortes, 2020, p. 20).

Olhar e perspectivar uma sociedade mais justa, com condições e oportunidades, significava perspectivar as infâncias e sua educação.

Como destaca Camara (2010), a educação foi temática expressamente pensada e articulada por diferentes intelectuais e pelo Estado, como forma de agenciar projetos, fomentando transformações para a sociedade carioca. Nesse sentido, a expansão da educação escolar era mais do que uma premissa a ser conquistada, era, um direito a ser garantido. Para determinados grupos, importava também disseminar uma educação com valores morais como eixos articuladores baseados na noção de civilidade, disciplina e higiene. A infância pobre foi uma preocupação, como reitera a autora:

Durante os anos de 1920, deu-se a redefinição dos sentidos e dos lugares a serem direcionados às infâncias, bem como a definição do papel messiânico e iluminista do Estado na elaboração de leis e políticas de intervenção na esfera pública e privada. Compondo o universo de preocupação que alimentou os projetos em prol da causa da infância pobre e, por conseguinte, do progresso do país, a educação constituiu-se como ponta de lança desse discurso (Camara, 2010, p. 113).

Sob esse aspecto, nota-se como a infância, concomitantemente à demanda da instrução das classes populares, foi uma temática debatida em diferentes âmbitos, tais como a educação, a saúde e o direito, no contexto das primeiras décadas do século XX. Analisando as edições do jornal *Voz do Povo*, é possível identificar debates que representaram projetos políticos em disputa e diversas representações atribuídas às infâncias¹²⁷. No bojo da efervescência entre movimentos sanitaristas, percebem-se fortes debates, diversas iniciativas assistencialistas e reformas sociais no tocante à ampliação da implementação da educação escolar e do atendimento às crianças (Camara, 2010).

Tanto os intelectuais do campo da medicina, do direito, da educação, quanto demais lideranças e outros grupos sociais pela imprensa argumentavam em prol da necessidade da educação e de ações para a construção de uma sociedade para a ordem e progresso. Alguns pontos poderiam convergir quanto a ideia da vigilância, valorização do trabalho e da prevenção. Em contrapartida, outras análises problematizavam a questão da assistência, reivindicando o papel do Estado com a necessidade da implementação de estratégias como políticas governamentais para o problema de saúde e educação.

Nas inúmeras edições, é possível compreender o posicionamento crítico sublinhando a ineficiência do Estado, pauta recorrente da *Voz do Povo*, como destacado no artigo intitulado *Trabalho de menores*, publicado na edição de 16 de fevereiro de 1920. Nele, a denúncia

¹²⁷ Rizzini e Rizzini (2004) elaboraram um glossário que contribui para a análise das categorias que envolvem o estudo das concepções de infâncias.

assentava-se na situação de miséria da população que, diante da crise social vigente no país, via-se “povoar as fábricas e oficinas com os menores de casa”. Crianças de 6 a 14 anos de idade eram obrigadas a trabalhar nos ofícios “mais rudes do amanhecer até à noite” despovoando as escolas. Desse modo, o artigo buscava traçar uma comparação entre realidades distintas: de um lado, os pequenos trabalhadores “párias nesta sociedade”, que cumpriam jornadas de trabalho de até 12 horas diárias; de outro, as crianças da mesma idade que “folgam sadias e felizes”. Como resultado das péssimas condições e longas jornadas diárias, poucos eram os filhos de trabalhadores que conseguiam prosseguir os estudos frente ao “patronismo”, “mandonismo” e “escravagismo” dos patrões. Diante do descaso do Estado, a situação da cidade foi apontada pelo articulista como lamentável, sendo “simplesmente irrisório falar-se em instrução popular obrigatória”, e completa:

Irrisório é o termo. Instrução obrigatória pressupõe duas coisas: uma, é a assistência econômica ao escolar, outra é o auxílio econômico às famílias pobres, a quem se tiram os parcos proventos dos filhinhos, que a necessidade obrigou a entrar desgraçadamente, numa fábrica, numa oficina ou numa construção. Pode o Estado atual proibir o mal do trabalho infantil, fazer a instrução obrigatória e auxiliar, economicamente, as famílias proletárias interessadas? Cremos, sinceramente que não (*Voz do Povo*, 16/02/1920, p. 1).

Segundo o artigo, a crise social foi atribuída à ineficiência do Estado na oferta de escolas e na criação de condições para que os filhos de trabalhadores nelas permanecessem. O texto problematiza as circunstâncias que as levavam ao trabalho na infância, refletindo sobre o ciclo que impedia a frequência nas escolas e contribuía para uma formação que impossibilitava descortinar a exploração vigente e a lutar por condições justas. Sob esta análise sobre o poder estatal, Batalha (2000) destaca o distanciamento da ação do Estado em relação às questões sociais, afastamento esse que também pode ser sentido nas relações entre trabalhadores e patrões, aspectos reiteradamente pontuados nas edições do jornal operário *Voz do Povo* no ano de 1920 e discussões que foram tencionadas no decorrer nos anos subsequentes.

Abordada no jornal *Voz do Povo*, a temática da infância, abandonada pelo Estado e pela sociedade, que reforçava as desigualdades sociais na cidade do Rio de Janeiro, foi um debate que, dentre as diversas problemáticas envolvidas, refletia sobre o fato da permanência na escola não ser assegurada. Em meio à complexidade que constituía as relações de trabalho no contexto da década de 1920 e à efervescência de debates delas decorrentes, promulga-se, em 1927, o Código de Menores, que, dentre uma série de orientações e delineamentos sobre a infância, visou a regular as relações do trabalho infantil.

Nota-se diferentes concepções a respeito das experiências do trabalho infantil, existindo os favoráveis ao trabalho com regulamentação por meio de legislação.

As distintas defesas em torno do trabalho infantil constituíram extensos debates durante os anos 1920. As críticas levantadas pelos industriais deviam-se, sobretudo, à proibição de menores de 18 anos trabalharem mais de seis horas por dia, e as empresas que violassem esta lei seriam multadas. Empresários, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, manifestavam sua insatisfação por meio dos jornais e lançaram campanha contra os juízes e o Código de Menores de 1927 (Camara; Silva, 2021, p. 267-268).

Os autores sublinham os objetivos do Código de 1927 na regulamentação do trabalho de menores em diferentes contextos. Além da indústria, o Código estendeu sua regulamentação aos menores de quatorze anos e aos menores de dezoito que trabalhavam nas ruas das cidades — o que abrangia o trabalho em teatros, cinemas e serviço doméstico. As medidas introduzidas por lei destinavam-se a regularizar estas formas de trabalho, ao mesmo tempo que facilitavam oportunidades para que tais atividades fossem realizadas, de forma controlada e contínua. Em resumo, o Código de 1927 visava garantir que o trabalho infantil fosse legalmente organizado, promovendo a regulamentação como uma medida destinada a prevenir o abuso durante o trabalho infantil e a garantir condições favoráveis onde fosse permitida a sua ocorrência.

No entanto, outros grupos combatiam, de forma sistemática, as práticas adotadas vinculadas ao trabalho infantil, como o exposto em *Infância abandonada*, no dia 17 de fevereiro de 1920 em *Voz do Povo*. O texto denunciou um quantitativo elevado de crianças que, “em lugar de irem aos colégios receber instrução e educação, são conduzidas às fábricas e oficinas, onde se tuberculizam, ou abandonadas às ruas e vielas, onde se pervertem”. O articulista posicionava-se contrário à prática da destinação das crianças ao trabalho nas fábricas, afirmando categoricamente que: “Ontem, deste mesmo lugar, já combatemos o trabalho dos menores pelos prejuízos materiais e sociais, que acarreta” (*Voz do Povo*, 17/02/1920, p. 1). Quanto à infância abandonada, os argumentos foram destacados, ressaltando as perdas e os danos para a sociedade como um todo, dentre as condições degradantes e desiguais dessas crianças, conforme evidenciado:

Os menores abandonados, quer dizer, os menores vadios são infelizes ferreteados pela adversidade desde o nascer. Órfãos, filhos de pais incógnitos ou de maternidade secreta, repudiados ou indigentes, desde o berço têm por companheiro inseparável o abandono social, o desprezo público, o descaso, o repelão (*Voz do Povo*, 17/02/1920, p. 1).

O abandono remetia a um responsável, o Estado, que, por sua vez, não só foi identificado, como também convocado a deixar sua postura omissa, insuficiente e assumir a postura de proposição no tocante às ações necessárias. Presume-se que a denúncia, já no início do texto, tratava-se de uma cobrança por iniciativas que contemplassem as 130.000 crianças que não frequentavam as escolas na cidade do Rio de Janeiro, segundo os dados veiculados na reportagem, consoante aos quais havia um total de 200.000 crianças em idade escolar no município (*Voz do Povo*, 17/02/1920, p. 1).

Outra consequência desse abandono social mencionado estava articulada com uma constatação, segundo as estatísticas policiais identificadas: “verificam que mais da metade dos criminosos é constituída de menores, cuja idade oscila entre 15 e 21 anos” (*Voz do Povo*, 17/02/1920, p. 1). A publicação justificou o raciocínio ao articular o crime envolvendo menores à questão dos direitos não assegurados, destacando as privações, a falta de instrução e condições de saúde enfrentadas, como exposto:

Os menores delinquentes não são culpados. Eis porque:

- a) - não tiveram educação nem instrução suficientes e necessárias;
- b) - sofriam privações materiais; e o mal-estar físico conduz à prática dos atos maus;
- e c) - finalmente, todos já eram doentes orgânicos ou estavam predispostos ao alcoolismo, à sífilis e à tuberculose (*Voz do Povo*, 17/02/1920, p. 1).

Questionavam-se as razões de tamanha violência e truculência empreendidas por parte das forças policiais e do Estado, que não investia diretamente nas áreas necessárias para a criação de ações sociais de enfrentamento desses problemas e para a garantia os direitos negados a um número significativo de crianças e adolescentes. Como destacado, “O Estado, antes de reprimir, tinha o dever de prevenir” (*Voz do Povo*, 17/02/1920, p. 1). Dessa forma, o texto criticava as conduções de prisões, agressões e direções à “Detenção, a Correção ou a Colônia, onde eles vão aperfeiçoar a sua degenerescência ao contato dos grandes criminosos, já prescritos pela sociedade” (*Voz do Povo*, 17/02/1920, p. 1).

Reforçava, ainda, uma concepção de educação que acreditava na transformação de hábitos e atitudes que passavam longe de tratamentos associados às forças punitivas: “No caso dos menores abandonados, tudo quando se queira fazer para aproveitá-los, há de fugir às práticas policiais” (*Voz do Povo*, 17/02/1920, p. 1). Quanto às medidas pensadas, o posicionamento ia ao encontro de ações de instrução, com base em propostas saneadoras, com valorização pelo trabalho e preventivas no aspecto social, como observado:

Primeiro que tudo, a questão se deve iniciar com o envio dos menores (mendigos e vadios) para internatos de ensino; depois já ingressos, cuidar-se da instrução geral, mas sobretudo da educação moral. O êxito do trabalho de aproveitamento dos menores repousa na eficiência da educação moral. Ela, somente ela, pode transformar caracteres, cimentando as bases novas de uma nova personalidade. Institutos de menores abandonados, em que se não pratique convenientemente a educação moral, não preenchem absolutamente os seus fins, e são relativamente estes, de uma perfeita e absoluta incapacidade e nulidade. A questão dos menores abandonados (vadios e mendigos) é uma questão exclusivamente moral, só resolvida pela educação do caráter. Terá feito alguma coisa, neste sentido, o governo do país? Absolutamente. É ousada a firmeza da negativa, mas é verdade: A Escola 15 é uma gota de aproveitamento num oceano de misérias, e as escolas profissionais, mais os patronatos agrícolas, não são em rigor, para os abandonados e pervertidos. Outra gente ingressa nestas casas de educação e trabalho, menos os menores desprezados. Mas, uma pergunta? Não será essa conversa ociosa? Ontem demonstramos a impotência do Estado atual em resolver a grave questão do trabalho dos menores; e se assim é como poderá o Estado resolver a questão, mais grave ainda, da infância abandonada? (*Voz do Povo*, 17/02/1920, p. 1).

Os caminhos apontados pelo articulista do jornal *Voz do Povo* fundamentaram-se na defesa de uma educação e instrução dos menores. Percebe-se uma valorização da educação moral, com base na condução de valores estabelecidos pelos institutos de ensino mencionados¹²⁸, como estratégia para combater os vícios e os crimes na construção de novos hábitos e atitudes. A publicação chegou a mencionar a Escola 15, referindo-se à instituição Escola 15 de Novembro¹²⁹ como um instituto educacional e profissional de cunho disciplinar, com o objetivo de atuar no problema social, a exemplo do abandono e da criminalidade, com o fim de integrar, incluir, proteger e regenerar.

Nota-se como as questões sociais compunham as pautas ressaltadas pelos trabalhadores, conduzidas por críticas diretas ao Estado. Os debates a respeito das problemáticas envolvendo as infâncias pobres estiveram presentes também na imprensa comercial, nos jornais de circulação diária, com abordagens e intencionalidades diversificadas. Como indica Camara (2010), os periódicos denunciavam-se a falta de assistência, a ineficiência de políticas e as precárias condições enfrentadas, amplamente difundidas:

Dessa forma, os jornais atestaram os males identificados ao problema da infância, entre eles: o descaso das famílias, a falta de instituições escolares para atendê-las, as suas condições de sobrevivência e, fundamentalmente, a ausência de políticas

¹²⁸ Dentre alguns exemplos de instituições disciplinares do Rio de Janeiro, Escola Premonitória Quinze de Novembro localizada na Fazenda da Bica Quintino Bocaiuva que atendia ao público masculino, bem como a Casa de Preservação em Teresópolis. Para o atendimento feminino havia a Casa de Prevenção e Reforma (Escola Alfredo Pinto) em São Cristóvão e a Escola João Luiz Alves na Ilha do Governador (Camara, 2010, p. 304).

¹²⁹ A respeito da Escola 15 de Novembro conferir a investigação, em curso, da pesquisadora Bruna Bottino da Silva, integrante do NIPHEI que tem como centralidade a instituição.

públicas, por parte do Estado. O cenário que se desenhava indiciava, aos olhos da imprensa da época, a premência de medidas que envolvessem ações correlatas entre o poder público e a iniciativa privada no campo da assistência. Embora a atenção estivesse voltada para captar o que estava à mostra pelas ruas da cidade, é possível observar, analisando os jornais, a ênfase direcionada à vida privada das famílias pobres (2010, p. 42).

A partir da análise de uma densa documentação concernente à legislação, e matérias de jornais, Camara (2010) demonstra nuances da infância pobre relacionadas à sociedade desigual e hierarquizada. Em consonância com a pesquisadora, na direção de recuperar os debates quanto aos sentidos atribuídos às infâncias e às experiências analisadas, pode-se inferir o modo como os jornais analisados pela autora demonstravam atravessamentos vivenciados pelas classes trabalhadoras.

Ao pensar como os debates em torno das infâncias e dos problemas sociais foram levantados, nota-se que algumas visões convergiam no sentido de construções e expressões da época como o entendimento da infância abandonada ser articulada a termos como “vadios” e na defesa dessas instituições de cunho preventivo, regenerador, de vigilância e controle (*Voz do Povo*, 17/02/1920, p. 1).

No entanto, outras abordagens, em *Voz do Povo* e a perspectiva de uma educação social também presente em *A Classe Operária*, indicia para a defesa de perspectivas de concepções de infância distintas, na qual foram valorizados aspectos de uma experiência pelo fazer e pelas vivências. Uma concepção de infância que considera as potencialidades das crianças para a construção de sua autonomia e a valorização de uma infância a partir de uma concepção que já considera sua perspectiva em si mesma, distinta de um vir a ser, tratando de um preparo para uma determinada sociedade projetada (*Voz do Povo*, 7/02/1920, p. 1).

Sob esta perspectiva, ao trazer o debate da educação e instrução da infância (*Voz do Povo*, 7/02/1920, p. 1), o texto defende os princípios filosóficos orientadores a partir da liberdade humana em oposição aos padrões rígidos que corroboram para enquadramentos e/ou engessamentos para a formação pretendida aos cidadãos úteis à sociedade. Com isso, nota-se concepções distintas quanto aos valores propagados quanto ao controle, prevenção por parte de vigilância e a noção de valorização de trabalho por um eixo de modulação com forte teor de ajuste social.

Nesse entendimento, cada ser humano seria responsável por suas ações e uma autogestão desenvolvida na sociedade. Assim, observa-se como foram debatidas distintas concepções do ato de educar e atuar no mundo, sendo encaminhadas defesas por princípios que acreditavam na transformação da sociedade constituída por sujeitos autônomos, críticos, a

partir de processos formativos cuja liberdade humana acompanharia a noção de responsabilidade social e autogestão, diferente de uma visão de enquadramento no mundo.

Imbuídos dessas defesas e ideais construídos e difundidos entre múltiplos atores e grupos sociais, nas primeiras décadas do século XX, muitos trabalhadores buscaram se fortalecer e promover ações em prol de seus direitos, sendo frequentes as tentativas de repressão e supressão por parte das forças dirigentes. Em contraposição ao que ameaçaria a construção da nação a ser consolidada, sob a lógica da ordem pública e da segurança nacional, as forças de poder estatal, inclusive com ostensiva policial, lançaram estratégias que afetaram a vida de trabalhadores imigrantes e de suas famílias. Em razão da forte busca por legitimidade e legalidade por meio da criação de leis em defesa da ordem, não foram poucos os casos de trabalhadores deportados como estratégias do Estado.

Deste modo, deparamo-nos com o debate sobre as experiências vivenciadas por crianças brasileiras e/ou imigrantes e/ou com pais imigrantes. Em meio às lutas enfrentadas pelas classes trabalhadoras, uma questão expressamente debatida pelo jornal *Voz do Povo*, no ano de 1920, no contexto das primeiras décadas do século XX, refere-se a constantes perseguições aos estrangeiros com ideais distantes da premissa defendida pelo Estado e, que, portanto, prejudicavam a ordem estabelecida pelas forças dirigentes, fato esse que afetava muitas famílias.

Dentre as desigualdades e entraves enfrentados pelas infâncias pertencentes às classes trabalhadoras chamou a atenção o caso do menino Cultur Lopes e o de sua família demonstrado no jornal *Voz do Povo*. Expondo as adversidades vivenciadas pela família Lopes, o periódico denunciou ações arbitrárias de prisões que modificavam as configurações familiares e que impactavam a vida de muitas crianças. Ao tratar da prisão do trabalhador Salvador Lopes, a publicação relatou a situação que afetava diretamente a vida dos seus dois filhos, o menino Cultur Perez, de seis anos, e a menina Cultura Elza Perez¹³⁰, de cinco. O caso dos irmãos demonstra como as expulsões deixavam as crianças desassistidas.

¹³⁰ Agradecemos pela partilha do documento disponibilizado pelo integrante do grupo NIPHEI, Deilson Barboza da Silva, que prontamente compartilhou informações sobre a menina Cultura por meio da plataforma *Family Search*, como as datas relativas a nascimento e casamento. De acordo com a certidão de óbito, Cultura Elza Perez de Azevedo, nome depois de casada, faleceu com 64 anos. Doméstica, viúva de Luiz Borges de Azevedo.

Registro de Nascimento Cultura Lopes Peres: Nasc. 12 de agosto de 1912. (Pais: Salvador Lopes Peres e Francisca Navarro Olsina). Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, database with images, *FamilySearch*. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:7941-5Q2M:24June2022>, Cultura Lopes Peres, ting Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro. Acesso em: 29 mai. 2023. Obituário Cultura Elza Peres Azevedo. Pais: Salvador Lopez Alcina e Francisca Navarro Alcina) Falecimento: 6 de agosto de 1984 "Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch* (Disponível em:

Na Figura 20, ao divulgar o enterro da sogra de Salvador Lopes, dona Dolores Navarro, o texto informou também que as crianças, já órfãs da mãe, Francisca Navarro Alcina, enfrentavam a prisão de seu pai (*Voz do Povo*, 4/04/1920, p. 1). Em edição anterior, de 2 abril, a *Voz do Povo* divulgou a prisão e a pretensão da polícia em deportar o espanhol viúvo Salvador Lopes Perez. Ainda, segundo o jornal, o sapateiro Lopes residia no Brasil há seis anos à Rua General Pedra. Junto a Salvador Lopes, foram denunciadas as prisões de outros trabalhadores, a exemplo de “Nagib, sírio; 16 anos de idade, sapateiro” recolhido ao “cubículo 59 da Casa de Detenção: veio para o Brasil pequenino” (*Voz do Povo*, 02/04/1920, p. 1).

Figura 18 – Os filhinhos de Salvador Lopes

Os filhinhos de Salvador Lopes

Hontem, pela manhã, realizou-se o enterro da sogra de Salvador, D. Dolores Navarro, falecida ante-hontem, conforme noticiamos, vitimada pela enorme dor de ver que ia ficar só, no Rio, com os dois filhinhos de Salvador, órfãos de mãe.



Cultur, o filhinho de Salvador

O acompanhamento foi regular e nelle se fizeram apresentar varias associações de classe e numerosos camaradas, que assim confortavam, a distancia, a dor do companheiro preso.

Vimos os dois filhinhos de Salvador: Cultur, o menino, de 6 anos, e Cultura, a menina, de 5 anos.

Inocentes, sorriam e folgavam à vista de tantas pessoas desconhecidas, em sua casa vazia.

Pobrezinhos!... (*Voz Do Povo*, 04/04/1920, p. 1).

Os filhinhos de Salvador Lopes

Ontem, pela manhã realizou-se o enterro da sogra de Salvador, D. Dolores Navarro, falecida anteontem, conforme noticiamos, vitimada pela enorme dor de ver que ia ficar só, no Rio, com os dois filhinhos de Salvador, órfãos de mãe.

Cultur, o filhinho de Salvador

O acompanhamento foi regular e nele se fizeram apresentar várias associações de classe e numerosos camaradas, que assim confortavam, a distância, a dor do companheiro preso.

Vimos os dois filhinhos de Salvador: Cultur, o menino, de 6 anos, e Cultura, a menina, de 5 anos.

Inocentes, sorriam e folgavam à vista de tantas pessoas desconhecidas, em sua casa vazia.

Pobrezinhos!... (*Voz Do Povo*, 04/04/1920, p. 1).

Fonte: *Voz do Povo* (04/04/1920, p. 1).

<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7QPB-7CMM> : 9 April 2020), Cultura Elza Perez de Zevedo, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro.

Sobre o menino Cultur: Falecimento: 19 de maio de 1939 Nasc. Estimado 1915 (Pais: Salvador Lopez Perez e Francisca Orsina Navarro)"Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012," database with images, *FamilySearch*. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:7991-VPPZ> : 9 April 2020), Culto Lopez Perez, ; citing Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Corregedor Geral da Justicia (Inspector General of Justice Offices), Rio de Janeiro. Acesso em: 29 mai. 2023.

Dias antes, em 28 de março de 1920, no jornal comercial de grande circulação *Gazeta de Notícias*, foi registrada uma petição para o *habeas corpus* “em favor de Jorge Arthur Pinheiro, Salvador Lopes, Pedro Matera, José Esteves, Antonio Rodrigues Tavares e todos os demais grevistas que se acham detidos a ordem do chefe de polícia” (*Gazeta de Notícias*, 28/03/1920, p. 3). Em *O Paiz*, no mesmo dia, na edição de 28 de março de 1920, foi veiculada a petição dirigida ao presidente da 3ª Câmara da Corte de Apelação com defesa para a liberação do sapateiro viúvo Salvador Lopes, do tipógrafo Pedro Matera, dentre outros trabalhadores “detidos ilegalmente” (*O Paiz*, 28/03/1920, p. 5). No texto assinado por Augusto Pinto Lima e Luiz Pinto Pereira de Andrade, percebe-se a preocupação em não demonstrar associação com o que eles classificam de “arruaceiros”.

De forma diferente em relação ao jornal operário *Voz do Povo*, a abordagem do periódico comercial *O Paiz* debatia as prisões e os problemas sociais relacionados, deixando claro seu distanciamento a respeito das ideias anarquistas: “Sem nos agruparmos com arruaceiros e os exploradores do trabalho, declaramo-nos, no entanto, ao lado dos que têm fome e somos os primeiros a nos bater pelos princípios consagrados nos pactos fundamentais dos povos civilizados” (*O Paiz*, 28/03/1920, p. 5).

O texto assinalou que a “voz do canhão” também não seria a solução para os problemas que afetavam a construção da nação pretendida. Considerava os impostos parte das injustiças, sendo a greve uma tática para a luta, culminando “nas reclusões ilegais em prisões infectas” (*O Paiz*, 28/03/1920, p. 5). O texto do jornal *O Paiz* acentuava a defesa dos presos sob a alegação de os operários serem “paupérrimos”, serem “os humildes operários que protestam, pacificamente, por um direito que julgam seu e sagrado”, diferentes dos anarquistas, “que dinamitam” (*O Paiz*, 28/03/1920, p. 5). No dia 31 de março, mais uma vez, foi mencionada a expulsão de Salvador Lopes sob alegação de ser anarquista. No sábado, 17 de abril, a edição de *Gazeta de Notícias* veiculou novamente os nomes dos trabalhadores que se encontravam presos, ressaltando o estado de “extrema miséria” que passavam os dois filhos menores brasileiros de Salvador (*Gazeta de Notícias*, 17/04/1920, p. 3).

Pelas diferentes edições do jornal operário *Voz do Povo*, pode-se observar a denúncia das arbitrariedades por meio das prisões e das expulsões, como o caso do jornalista espanhol Everardo Dias e de outros estrangeiros. Ao publicar a prisão de Salvador e problematizar as condições das crianças Cultur e Cultura, tiradas do convívio com o pai, *Voz do Povo* divulgou as prisões de “Anchyses de Souza, brasileiro, 27 anos de idade, marceneiro”, “preso na Central de Polícia; casado; Narciso Marcial Messias Oliver, sapateiro, preso defronte da *Voz do Povo*; recolhido à casa de Detenção” com oito anos de residência no Brasil, à época.

Augusto Frias, com 38 anos de idade e 15 de residência efetiva, sapateiro “e até o dia da greve trabalhava na casa ‘Elite’, à rua Lavradio; Arthur Gomes da Costa, casado, sapateiro, português, com cinco anos de residência no Brasil à época; Manoel Martinez, espanhol com quatro anos de residência” (*Voz do Povo*, 02/04/1920, p. 1).

As prisões e deportações que transformaram a vida das famílias, como no caso de Salvador Lopes, estavam associadas à “classificação dos estrangeiros em categorias distintas”, como reitera Menezes (1996, p. 189). Trata-se de um quantitativo expressivo de imigrantes que, em muitos casos, já residiam em terras brasileiras desde a infância. No projeto de país rumo ao progresso, os imigrantes, compreendidos pelas forças de poder como úteis à nação, seriam integrados a esse “país carente de identidade” e separados dos estrangeiros “nocivos”, “desordeiros”, “perigosos”, “indesejáveis”, expressões cunhadas e propagadas para designar os estrangeiros contestadores.

Nessa direção, a situação das crianças, denunciadas nos jornais, foram acentuadas em diferentes frentes, pois, além de enfrentar as condições precárias, o trabalho infantil e a ausência e a ineficiência de políticas públicas voltadas para suas necessidades, contavam, em casos como o da família de Cultur e Cultura, com a prisão do pai e com a iminência da deportação. Outro aspecto relevante a ser sublinhado diz respeito às defesas partilhadas pelos trabalhadores, experiências que podem ser analisadas a partir das pistas deixadas nas diferentes edições dos jornais mencionados. É possível supor a existência da influência de ideias, inclusive nos nomes dos filhos.

Nas primeiras décadas do século XX, foi veiculada a *Kultur*, revista internacional de estudos filosóficos e questões sociais que circulou no Rio de Janeiro entre 1904 e 1905. Editada por Elísio de Carvalho¹³¹, a revista, além de veicular a defesa da tendência anarquista mediante análises teóricas de escritores e intelectuais, incentivou a proposta de criação da Universidade Popular no Brasil, além de abordar a educação social: Em *Kultur* o que prevalecia era o anarquismo como tema de ensaio e pesquisa, como elaboração teórica de uma avaliação de cultura promovida por intelectuais interessados em intervir no sistema literário e desfrutar de seu poder e prestígio (Prado, 2013, p. 137). De acordo com o autor, a segunda edição da revista afirmava ser um “instrumento educador da razão e da sensibilidade [...]”

¹³¹ O intelectual alagoano Elysio de Carvalho (1880- 1925) dirigiu inúmeros periódicos na cidade do Rio de Janeiro, a exemplo de revistas mensais *A Meridional*, *Brasil Moderno* e a *Revista Naturista Franco-Brasileira*, *A Greve*, *Kultur*, *Revista Nacional* e *América Brasileira* entre 1922 e 1924. Sua formação recebeu influência anarquista e socialista. Posteriormente, atuou na direção do Gabinete de Identificação e Estatística da Polícia do Rio de Janeiro (1911-1915). Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/elysio-de-carvalho-do-anarquismo-para-a-policia.html>. Acesso em: 23 jun. 2024. Sobre a atuação de Elysio de Carvalho na polícia, conferir: Monteiro (2019).

(2013, p. 137), o que nos permite perceber os impactos com relação às apropriações a partir das leituras da obra e de seus conteúdos.

Cabe ressaltar que as concepções debatidas revelam ser a infância uma temática pensada por variados aspectos e condicionantes sociais. Há diferenças significativas entre as experiências de vida de crianças de classes diferentes e a pluralidade ainda percebida entre as classes trabalhadoras. Nesse caso, percebem-se indícios de costumes pertencentes ao cotidiano de fábricas e outros espaços de trabalho. Os valores morais e socializantes revelam a percepção dos modos de conceber e refletir sobre as infâncias enquanto construção social, pensadas a partir de análises que contemplam aspectos culturais, experiências e particularidades que envolveram classe, gênero e raça.

Com destaque à complexidade que envolvia essas relações, nas suas circunstâncias variadas - confronto direto, tensões, negociações e rearranjos -, os registros permitem analisar os conflitos entre os trabalhadores em lugares distintos na sociedade com relação às forças estatais e aos donos de fábricas: “É tempo de sairmos da inércia em que temos vivido. Os salários são insignificantes. Nossos filhos não podem ir à escola. E crescerão como nós. E serão explorados como nós” (*A Classe Operária*, 4/07/1925, p. 3). É possível inferir o desejo pela emancipação da classe para a transformação e para outras possibilidades de vida para seus filhos, portanto, para as novas gerações. Nesse bojo, há a preocupação com a educação dessas crianças, para o entendimento da exploração destacada e as ações para as necessárias mudanças em benefício dos interesses das classes trabalhadoras e de justiça social.

4.2 Os debates em torno das infâncias trabalhadoras

No que se referia às relações que envolviam o mundo do trabalho, cabe observar a complexidade que perpassava os atores sociais e outros múltiplos aspectos, como a questão das crianças que, desde cedo, trabalhavam em oficinas e demais espaços laboriosos. As denúncias de algumas práticas cotidianas ocorridas em fábricas, bem como o tratamento dado às crianças e as experiências de violência e exploração econômica e social indicam a situação de muitas crianças que acompanhavam seus pais ao local de trabalho e como o trabalho infantil era pensado como atividade rentável por grande parte dos proprietários.

Mediante a essas circunstâncias, acidentes em locais de trabalho com pessoas de diferentes faixas etárias, decorrentes de problemas advindos das atividades laborais, eram frequentemente relatados nos jornais. Dentre as diferentes publicações de *Voz do Povo*, em tom de descontentamento, ficou demonstrado em *Nos ergástulos*¹³² do trabalho a complexidade desses espaços laborais, frequentados por adultos e crianças, em situações muito diversificadas. Neste caso em específico, foi apresentado indícios de queimadura por café quente sofrida pelos “menores Mario, de 2 anos, filho de Pedro Coscata, residente a rua Viscondessa de Perassimunga, 44, e Antonietta, de 1 ano, filha de Maria da Conceição, moradora à rua Bento Lisboa, 56” (*Voz do Povo*, 10/02/1920, p. 2). Não raramente, acidentes envolvendo crianças em locais de trabalho decorriam do fato de muitas famílias, não tendo outros ambientes apropriados e adequados para deixarem seus filhos no período do exercício da atividade laboral, precisavam levá-los às fábricas, estabelecimentos comerciais ou outros locais de trabalho. Sem políticas públicas adequadas, as crianças eram expostas muitas vezes a circunstâncias de periculosidade em seus cotidianos.

Indicando o uso social do jornal como uma estratégia, é temática expressiva nas diferentes edições dos periódicos *Voz do Povo* e *A Classe Operária* a denúncia de violências, exploração e salários baixos a que estavam submetidos trabalhadores. Tratamentos com agressões, locais insalubres e falta de higiene também constituíram as circunstâncias vivenciadas por muitas crianças, além do salário inferior em relação aos demais trabalhadores, conforme relatos da edição de 19 de julho de 1920.

O texto intitulado *O sindicato dos T. Gráficos e as oficinas gráficas*¹³³ denunciou as condições de trabalho enfrentadas por “estes meninos” que “apanham puxões de orelhas e bofetões, quando não dão produção de acordo com as conveniências do patrão” (*Voz do Povo*, 19/07/1920, p. 2). Ao receber “a justa reclamação contra a muito célebre tipografia *Cruzeiro da Miséria* (*Voz do Povo*, 19/07/1920, p. 2, grifos do jornal), destacou como a “oficina não obedece às condições exigidas pelas regras da higiene [...]” (*Voz do Povo*, 19/07/1920, p. 2). Nessa denúncia, que também convocou os trabalhadores a reagirem, percebe-se uma abordagem que condenava a exploração das crianças, pontuando, por exemplo, o problema de espaços com pouca ventilação, enquanto o “sr. Moraes cada vez mais aumenta o seu capital à custa da exploração exercida contra as pobres crianças” (*Voz do Povo*, 19/07/1920, p. 2).

¹³² Ergástulo trata-se de uma expressão em latim, indicando local em que as pessoas ficavam acorrentadas.

¹³³ De acordo com Batalha (2009), o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos também aparece como Sindicato dos Artistas Gráficos tendo como data de sua fundação 29 de janeiro de 1920 (2009, p. 242). Segundo o autor, constava nas suas bases de acordo (estatuto) “a filiação à Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ)” (p. 243).

Para além dos “trabalhadores dos livros e do jornal” (*Voz do Povo*, 19/07/1920, p. 2), como ressaltaram ao se referir aos gráficos, a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores foi destacada reiteradamente nas inúmeras páginas de suas produções, preocupação voltada à classe trabalhadora de diferentes ofícios. Assim, *Voz do Povo* trouxe à tona o movimento grevista por parte de taifeiros, culinários e panificadores como instrumento de luta, salientando como indispensáveis a resistência, a solidariedade e a consciência de classe.

A respeito da greve declarada, a publicação denunciou as estratégias utilizadas pela grande empresa de navegação, Lloyd Brasileiro, que lançou mão de substituir os grevistas por outros trabalhadores, incluindo crianças. “Ilustram esta nota as duas fotografuras dos dois meninos embarcados como taifeiros no paquete – Oyapock, confirmando as nossas afirmações [...]” (*Voz do Povo*, 02/09/1920, p. 2).

Figura 19 – A Consciência dos Marítimos



Fonte: *Voz do Povo* (02/09/1920, p. 2).

Dada a importância do movimento grevista, da resistência e da consciência como instrumento de luta, reforçou-se a exploração dos padrões sobre o trabalho infantil. Ainda que não tenhamos maiores informações a respeito da identidade dos jovens (Figura 21), pode-se inferir, pelas imagens, que se tratava de crianças vestindo gravatas e chapéus, o que remete a elementos culturais característicos de adultos e pretendia exprimir seriedade, como forma de inserção no universo do adulto. Ademais, a publicação reiterava como o trabalho infantil era considerado um recurso lucrativo por determinados grupos à época, no sentido de representar

uma força de trabalho com custo mais baixo, em comparação ao pagamento de trabalhadores adultos, e de mais fácil adaptação. Nesse sentido, o texto informava a substituição dos grevistas adultos por outro “recurso”, o trabalho de:

[...] ingênuos rapazinhos, crianças que a miséria impele a ir ganhar o pão com o revoltante sacrifício de sua saúde e desenvolvimento, e enganando-as cinicamente com promessas falazes as transporta para bordo dos paquetes, encarregando-os de trabalhos superiores às suas forças e enchendo-as de responsabilidade incompatíveis com a sua tenra idade (*Voz do Povo*, 02/09/1920, p. 2).

Destacam-se alguns trechos elucidativos do que se almejava reforçar: a problematização de uma sociedade que destinava às crianças os espaços de trabalho, desrespeitando os aspectos biológicos e sociais que as constituíam na sua faixa etária. Buscar a força de trabalho infantil para substituir a adulta, a fim de não prejudicar sua produção, foi uma das estratégias da empresa para o enfraquecimento do movimento grevista, colocada em evidência como repercutido no jornal:

Infelizes crianças vilmente arrastadas a prejudicar inconscientemente uma causa digna que também é a deles, pois a causa dos homens do trabalho é a dos proletários, dos desgraçados, dos explorados como eles pequeninos mais do que os adultos o são, irresponsáveis, entretanto do mal que praticaram, elas são as vítimas indefesas do capitalismo desumano (*Voz do Povo*, 02/09/1920, p. 2).

O texto, de forma direta, problematiza o modo como o capitalismo agia nas diferentes intervenções da sociedade. O caso das lutas sociais que envolviam os trabalhadores marcou a questão da consciência, que ficava prejudicada com o trabalho das crianças posto no lugar dos grevistas. As críticas do jornal, no entanto, foram desenvolvidas sem culpabilizar as crianças, uma vez exposta a dinâmica desse “capitalismo desumano” que crescia a partir da exploração.

Essa função do periódico como intervenção social, expressão dos trabalhadores e instrumento de busca por melhorias, ficou evidenciada também em *A Classe Operária*. Na coluna *Nossos Correspondentes*, notícias variadas, registradas por trabalhadores de ramos diversificados, divulgavam informações sobre o movimento operário e sobre o universo do trabalho de diferentes estados. A título de exemplo, foram denunciadas as péssimas condições de trabalho vivenciadas na Fábrica de Chapéus Mangureira, sobretudo por mulheres e crianças. A matéria assinada por F. P.¹³⁴ demonstrava a insatisfação com a situação relatada, que envolvia cerca de 200 operários (incluindo menores), e informou que daria maiores informações a respeito (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 2).

¹³⁴ Não há informação a respeito de quem assinou a matéria.

Nota-se como o trabalho infantil foi uma temática que dividiu opiniões. Em defesa de uma infância que deveria ser salva das mazelas da sociedade por meio de uma educação moralizadora, a fim de se formar uma nação com novas bases diante de um projeto civilizatório, um grupo de médicos, juristas e demais intelectuais apoiava a regulamentação do trabalho infantil para essa regeneração. No embate de ideias, outros grupos se manifestavam contrários ao trabalho infantil e às teses de regeneração¹³⁵.

Empenhando-se no distanciamento das ações do governo, o debate concernente à infância foi uma temática com expressivos posicionamentos no jornal *Voz do Povo* de 1920. A publicação intitulada *Violência inqualificável* denunciou a opressão e a ação violenta de policiais na Quinta da Boa Vista. A crítica condenou a repressão de “agentes da segurança pública, soldados e guarda civis que esbordoaram um grupo de grevistas que demandava a antiga Quinta Imperial, não com o intuito de desordem, mas a cata de um descanso à sombra dos arvoredos”.

Ainda, a publicação informou que os grevistas, em sua maioria “composta por meninos”, foram tratados sob condução marcada por “insensatez e ausência de critério”. Tal constatação dos movimentos reivindicatórios por parte dos meninos trabalhadores demonstra a participação ativa na luta por seus direitos em meio ao contexto de tensões dos anos 1920, como bem salienta Pires e Fontes (2020, p. 5). A partir das tensões entre o poder a nível do Estado e os industriais, em meio aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, os autores analisam o impacto dessas lutas na formatação das leis com relação aos menores nas fábricas.

Nesse sentido, a publicação ainda comparou a diferença entre o governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) e a forma como outros países “cuidam melhor da sorte da infância”. Na análise, nota-se o teor de confronto às ideias da ordem social emergente, em que “o governo comprado pelo capitalismo estrangeiro joga à prisão inúmeras crianças!” (*Voz do Povo*, 27/03/1920, p. 2.).

À luz dos debates que abordavam a questão da infância pelos impressos, Camara (2010, p. 57-58) recuperou o caso do menino engraxate e vendedor de jornais, de doze anos de idade que foi preso e violentado por vinte presos adultos na prisão. Como demonstrado também em diversos jornais comerciais da época e em suas construções a respeito das representações das infâncias, mais do que noticiar inúmeros casos envolvendo a situação das crianças e da infância trabalhadora, os periódicos formulavam e elaboravam opiniões. A

¹³⁵ Sobre o aprofundamento acerca dos grupos sociais que se manifestavam contrários ao trabalho infantil, ver: (Camara, 2010).

publicação do *Jornal do Brasil* de 28 de março do ano de 1926 expunha a degradação de um sistema cruel e desumano que, de todas as formas possíveis, desrespeita a integridade física, emocional e social de muitas crianças, escancarando as desigualdades sociais. Ao retratar a prisão arbitrária do engraxate, o texto do jornal comercial apresentava, como demonstra Camara (2010, p. 58) o relato do pequeno trabalhador acerca do abuso e da violência sofrida na prisão. A autora argumenta, a exemplo da situação vivida pelo menor e em outros casos abordados, como os jornais refletiram sobre a “necessidade de se pensar” as especificidades da infância, inclusive com relação ao mundo do trabalho, mas não demonstravam nenhum questionamento sobre o “fato do menino não ter sido ouvido pela polícia em sua versão para o ocorrido ou mesmo para os motivos que ocasionaram em sua detenção”. Ainda segundo a pesquisadora, a análise do periódico centrou “no problema que envolvia os ‘menores criminosos’ e a conveniência de tirá-los das ruas, encaminhando para instituições apropriadas na sua regeneração” (Camara, 2010, p. 58, grifos da autora), recurso utilizado, sobremaneira, como forma de garantir o estabelecimento da ordem.

O embate - em meio à diversidade de interlocutores dos periódicos - é percebido nos discursos e nas práticas que se expandiam para solucionar as questões relativas à infância das classes trabalhadoras e suas interfaces, a exemplo daqueles que enfrentavam o trabalho no início de suas vidas. *Voz do Povo* nos mostra como crianças, adolescentes, trabalhadores em outras faixas etárias e colaboradores dos jornais sofriam retaliações por parte das forças policiais, como exposto:

A exploração das crianças nas fábricas

Tem as raízes da mais degradante exploração a questão infantil das fábricas. Que [?] nesses estabelecimentos de trabalho de progresso humano terá uma impressão dolorosa [?] da vida desses míseros e pequenos operários já na infância submetidos a – trabalho ----- e ininterrupto, expostos a ser - usados nas complicadas engrenagens das máquinas. E o que é ainda mais revoltante, além dos maus tratos e brutalidades por parte dos chefes, e mesmo aquele trabalhadores aviltados e inconscientes, é a remuneração que recebem a título de salário. É o que há de mais odioso, de mais mesquinho. Tenho procurado às vezes indagar os vários aprendizes e qualquer umas das fábricas das várias indústrias menores já de 17 e 18 anos e tenho constatado a vergonhosa exploração dessas pobres crianças.

Imagine-se que tem grande número desses jovens que, fazendo os mesmos trabalhos dos adultos recebem o irrisório salário de 2\$000 e ...3\$000! Quando isso se dá com esses menores o que não se dará com as crianças de tenra idade, que há tantos? Com estas é uma miséria. Os pretendidos salários são ... 1\$000:500

Pobres crianças. E ainda se se tivesse uma certa consideração pela sua inferioridade, pela sua adolescência... Mas não, não se condói delas o industrial avaro e prepotente. Submetem-nas a pesados serviços e a serões diários e penosos, substituindo assim por um pseudo salário o braço do adulto, do trabalhador. Enquanto isso, ele vai expor nos mercados, por preços egoísticos, os produtos manufaturados para ser adquiridos pelos ricos, aquilo que representa a exploração mais desumana das vítimas infantis da ganancia burguesa (*Voz do Povo*, 17/10/1920, p. 1).

Ao publicar *A exploração das crianças nas fábricas*, o jornal demonstrou seu posicionamento em relação à “ganância burguesa”, ao “industrial avaro e prepotente”. A perspectiva sinalizada condenou a exploração infantil nas fábricas com “pesados serviços e a serões diários e penosos, substituindo assim por um pseudo salário o braço do adulto, do trabalhador”. Ainda, denunciou “as complicadas engrenagens das máquinas”, questionando os espaços para as crianças, além de condenar os valores desiguais e as diferenças salariais. A esse respeito, ao indagar “Quando isso se dá com esses menores o que não se dará com as crianças de tenra idade, que há tantos?”, problematizou como muitas crianças eram introduzidas em atividades laborais desde muito novas, com remunerações mais baixas em comparação aos demais trabalhadores (*Voz do Povo*, 17/10/1920, p. 1).

Nesse período, o texto de *Voz do Povo*, mesmo sem assinatura, indicia alguns posicionamentos sobre como as crianças eram vistas em uma sociedade que não as reconhecia como cidadãs com direitos¹³⁶. Nessa oportunidade, criticou, de forma expressiva, o trabalho infantil e as conduções de ordem liberal. Ao analisar os sentidos que se desejavam exprimir, referentes à infância e à adolescência na sua relação com a fase adulta do ser humano, o jornal pontuou que: “E ainda se se tivesse uma certa consideração pela sua inferioridade, pela sua adolescência [...]” (*Voz do Povo*, 17/10/1920, p. 1).

O uso de tais termos permite uma inferência em torno do entendimento da infância e da adolescência como preparo para a fase adulta, concepção que coloca o adulto como o ápice do desenvolvimento humano e que percebe a infância e a adolescência como estágios transitórios cuja finalidade essencial é moldar e lapidar para os caminhos da vida adulta. O discurso também tratava da fragilidade corporal, de um corpo em formação, tendo em vista os “pesados serviços e a serões diários e penosos substituindo assim por um pseudo salário o braço do adulto, do trabalhador” (*Voz do Povo*, 17/10/1920, p. 1).

Nas diferentes fábricas de tecidos da cidade do Rio de Janeiro, o trabalho de crianças representava um quantitativo expressivo. A publicação *Ao público e aos Trabalhadores* retratou, em diferentes momentos da construção do texto, o ambiente hostil e precário vivenciado pelas crianças que trabalhavam na fábrica, demonstrando também a tática de greve após a demissão de “nove de seus infantis companheiros”:

¹³⁶ A Constituição Republicana de 1891 não contemplou a proteção à infância de forma explícita. A lei 1.313 de 17 de janeiro de 1891 estabeleceu as regras para o trabalho de menores na Capital Federal. Permitia que as crianças trabalhassem após os doze anos. A brecha atendia às pressões dos setores industriais, como sinalizado por Pires e Fortes (2020, p. 23), ao demonstrarem a permissão, mediante a situação de crianças com oito anos na justificativa de aprendizado.

Já é do domínio público a greve desencadeada na Fábrica de Tecidos de D. Isabel pelos meninos empregados na secção de fiação, em virtude do gerente da mesma sr. Blummer despedir injustamente nove de seus infantis companheiros, do modo mais arbitrário, despótico e vingativo que é possível imaginar-se.

‘Os infantis operários cuja sociedade mal organizada atira para as negruras das fábricas na idade de escola e dos brinquedos, diante da tirania de tal gerente ferindo dos seus camaradas, atirando os para o asfalto das calçadas, sujeitos a morrer de fome e a viciar-se, declararam que não trabalhariam enquanto os seus nove colegas não fossem readmitidos; e o sr. Blummer resolveu fechar a fábrica, obrigando a uma paragem forçada centenas de trabalhadores, cheios de família que nada tinham com o caso e que trabalhavam noutras secções!’

Diante deste fato cuja prepotência atinge as raias do absurdo e da incongruência, nós lançamos o mais veemente e vigoroso protesto contra as manobras dum gerente tão arrebatado e tão insensato, que se está excedendo, fazendo cousas que nunca os seus antecessores fizeram e prejudicando nos grandemente gritando a plenos pulmões: só queremos justiça. Só retomaremos o trabalho quando os companheiros despedidos voltarem de cabeça erguida para dentro da fábrica!

‘Somos pequenos, mas temos um grande coração. Nascemos em época de liberdade e não nos curvaremos a escravidão. Abaixo os despotismos dos Blummer estrangeiros que nos insultam e nos espezinham!’

Pedimos o comparecimento de todos os operários das Fábricas de Tecidos de Petrópolis a tomar partido na reunião monstro, hoje as 7 horas da noite, à rua Marechal Deodoro n. 26.

Petrópolis, 29/10/1920. *Os fiandeiros da D. Isabel*. (*Voz do Povo*, 30/10/1920, p. 2, grifos nosso).

Veiculado no dia 30 de outubro, na coluna *Reivindicações do proletariado*, o texto de *Voz do Povo* sugere os movimentos dos meninos em protesto, após medidas arbitrárias, demonstrando táticas ativas desses atores sociais em meio a experiências que evidenciam condições precárias de trabalho. Os responsáveis estrangeiros pela fábrica, sr. Blummer, tiveram de fechá-la em meio à agitação, que questionava as arbitrariedades e reivindicava a readmissão dos operários demitidos, demonstrando a tensão decorrente da não conformidade com as demissões. A afirmativa “Somos pequenos, mas temos um grande coração”, mesmo que o texto não tenha sido escrito exclusivamente por uma das crianças, aponta para a inclusão dos meninos na mensagem a ser compartilhada.

Ao se referir à Fábrica de Tecidos de D. Isabel, o periódico questionou, mais uma vez, a concepção de educação que legitimava o trabalho das crianças nas fábricas, confrontando uma “sociedade mal organizada” com o posicionamento questionador do trabalho de crianças em “idade de escola e dos brinquedos” (*Voz do Povo*, 30/10/1920, p. 2).

Em outra publicação, meninos que protestavam no trabalho eram vistos como agitadores. As ações dos operários - expressas em “responderam”, “protestaram”, “pediram satisfação” e “abandonaram” - apontam para as elaborações desses atores sociais diante da situação e revelam experiências a respeito de suas intervenções na realidade. Em meio à situação de opressão, os trabalhadores criavam estratégias como forma de contestar as situações vividas (*Voz do Povo*, 21/11/1920, p. 1).

O texto em *A Classe Operária*, escrito na primeira pessoa do plural, também demonstrou elementos que remontam experiências das crianças, remontando a um pertencimento e coletividade. Denunciou as condições de trabalho e exemplificou aspectos de seus cotidianos em locais de trabalho, exposto a seguir:

Na Fábrica de Calçados Coelho

Nós, pequenos operários da fábrica de calçados Coelho, a Rua da Constituição, vimos reclamar os nossos direitos. Entramos as 7. largamos as 10. Entramos novamente às 11. Largamos as 16:30min. Aos sábados, largamos às 13:15. Trabalhamos semanalmente 48 horas. Há companheirinhos do pesponto com 16 anos, que ganham 3\$500. Outros com 14 anos, ganham 2\$. Outros com 13 anos, ganham 2\$. Moramos longe, em São Cristóvão, Quintino e até em Cavalcanti, na Linha Auxiliar.

Queremos ganhar mais 1\$ e trabalhar somente 42 horas semanais.

Somos menores: não podemos trabalhar as mesmas horas que um homem - Os pequenos operários da fábrica de calçados Coelho (*A Classe Operária*, 27/06/1925, p. 1).

O apontamento sobre “os nossos direitos” reitera o debate sobre melhores condições de trabalho e de vida, temática que atravessava o cotidiano de um grupo de crianças. No texto de *A Classe Operária*, é possível identificar as diferenças salariais de acordo com a idade, por exemplo, quanto menor fosse o trabalhador, possivelmente mais baixo seria o valor. Pelas fábricas de estreitinhas, de calçados, de tecidos, notamos parte das experiências das crianças à época, imersas no mundo do trabalho.

Em contraposição à exploração vivenciada pela infância trabalhadora, os articulistas e os jornais manifestavam as incoerências de uma sociedade cujas fábricas, outras atividades laboriosas e até mesmo a dinâmica da venda dos jornais da imprensa empresarial se fundamentavam em bases estratégicas aglutinadas à força do trabalho infantil. Ao se destacar como órgão dos trabalhadores, *A Classe Operária* de 13 de junho de 1925 fez questão de pontuar sua ação: “é como um olho [...] a mergulhar em todos os antros do industrialismo, a velar pelo proletariado [...] a atenção dos trabalhadores das cidades e dos campos” (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 1).

Intitulada *O martírio das crianças proletárias em Sapopemba*, a publicação (Figura 22) denunciou o cotidiano das crianças nas longas jornadas: “continuam a fazer ‘serão’ até às 8 horas da noite entrando às 7 da manhã”. A situação dos pequenos operários da Fábrica de Tecidos de Linho de Sapopemba, atual Deodoro, em Irajá, Rio de Janeiro (Mendonça, 2017, p. 37), era combatida no jornal, conforme o trecho abaixo:

Figura 20 – “O Martírio das crianças proletárias em Sapopemba”



[...] O Sr. Antônio Teodoro, mestre doação? e bobinas, cerca as crianças para elas não saírem. Que coração o deste homem! De certo ele nunca teve filhos. E não se lembra que já foi criança...

Os pais dos pequenos operários vão pedir por eles. Teodoro alega, porém, que para dispensar um, teria que dispensar todos. E não atende.

A que ponto a economia capitalista transforma o caráter de um homem!

Tal fato prova que o serão é obrigatório na Fábrica de Tecidos de Linho de Sapopemba.

O jornal de trabalhadores não poderia silenciar o martírio dessas crianças.

Entre os pequenos gazeteiros

Outras crianças martirizadas são os pequenos vendedores de jornais. Ganham 20 réis em cada jornal. Vendendo 200 ficam com 4\$ diários. Há alguns mais espertos, que conseguem vender 300 e 400 jornais. São 300 e 400 envenenadores do proletariado com a literatura corrompida e corruptora do inimigo burguês. Pobres crianças que nem calculam o mal que fazem a própria classe - a classe trabalhadora!

Rotos, sujos, dormem sobre os montes de papel nas oficinas, ou mesmo, na própria calçada ou nos portões, encolhidos como um tatu-bola.

Interrogamos um deles. Perguntamos quais eram as suas aspirações. Aspirações? Eis uma palavra que não existia no seu dicionário. Mandou que perguntássemos no patrão.

Desditosas crianças proletárias!

No meio dos pequenos serviços

Nas ruas Uruguaiana e Quitanda no centro da cidade, na Light, nos mensageiros e agências, há uma grande quantidade de garotinhos de 10 e 13 anos, que são porteiros, levam recados, vão e vêm a serviço dos patrões. Ganham 40\$ 50\$ e 60\$ a seco. Trabalham oito horas e mais. Não tem associação. Preferem o salário a seco porque assim economizam na comida. Alimentam-se mal. E assim, preparam a cama para a tuberculose...

Desejariam ganhar 80\$000. Mas, como fazer valer os direitos, se não são associados e se a mão de obra é em demasia?

Pobres crianças proletárias! (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 1).

Fonte: *A Classe Operária*, (13/06/1925, p. 1).

Em caráter de denúncia e de questionamento dos limites e dos níveis de exploração da “economia capitalista”, na qual se baseava a organização social, o texto problematiza as experiências das crianças que trabalhavam em estabelecimentos industriais em longas jornadas, suas péssimas condições alimentares e toda a dinâmica que envolvia o trabalho. Ainda que houvesse a intervenção da família, é possível presumir as relações de controle

envolvidas. Além da Fábrica de Linho, outra crítica se referia ao trabalho de crianças com venda de jornais. A publicação escancarou um cotidiano no qual as crianças eram expostas a perigos, precariedades e vulnerabilidades. Nessa direção,

Constituindo-se como espaços de sobrevivência para as camadas populares, composta por trabalhadores autônomos, semiassalariados e assalariados, as ruas eram marcadas pela heterogeneidade dos seus frequentadores, em grande parte, emigrantes rurais e imigrantes estrangeiros que lhes davam um caráter de hibridação, próprio de um grande centro. Vendendo jornais, bilhetes de loteria ou doces nas ruas, fazendo carretos nas feiras, engraxando botas nas esquinas, servindo de ajudante no comércio, entregando encomendas ou realizando extensas jornadas de trabalho nas fábricas, em casas de espetáculos e circos, sem garantia, segurança e a troca de ínfimos salários ou, em casos, da comida e de um teto para abrigá-las, as crianças eram, muitas vezes, vítimas de violências, castigos, mutilações e de aliciamento, principalmente as do sexo feminino [...] (Camara, 2010, p. 48).

No caso descrito, *A Classe Operária* apontou para a imprensa que compactuava com tais práticas e delas se alimentava. Imprensa caracterizada pelo jornal operário como “uma literatura corrompida e corruptora do inimigo burguês”. Pelo tom combativo e crítico ao sistema, é possível inferir que essa menção se refere aos jornais constitutivos da chamada grande imprensa. Além disso, a publicação denunciava elementos de uma sociedade desigual que não oportuniza alguma estrutura para essas crianças, dentre as quais uma parte expressiva vivenciava experiências problemáticas de moradia, alimentação, higiene e saúde. Por exemplo, o texto assinalava os valores direcionados ao pagamento, os quais, por serem muito baixos, dão a ver a estratégia de exploração da força de trabalho.

O jornal registrou também o agravamento da situação em razão do não agrupamento dos trabalhadores, o que enfraquecia a organização por táticas de mobilização, mas deixou clara a importância do movimento associativo como forma de alterar as precárias condições enfrentadas. Em “Pobres crianças que nem calculam o mal que fazem a própria classe - a classe trabalhadora!” (*A Classe Operária*, 13/06/1925, p. 1), o jornal se refere ao problema social que colocava as crianças no trabalho e à mentalidade que alimentava o sistema, utilizando uma força de trabalho considerada mais econômica e maleável e promovendo o lucro dos proprietários.

4.3 “O abandono em que jazem os desprotegidos da sorte”: Os desafios da questão social em torno das infâncias

Com regularidade expressiva, nota-se críticas aos valores burgueses que reforçavam abismos sociais, a exemplo da publicação *O problema do crime*, assinada por Octavio Leal em *Voz do Povo*, datada de 14 de setembro de 1920 e veiculada no dia 20 do mesmo mês. Entre os debates em curso à época acerca das infâncias, a preocupação com “o abandono em que jazem os desprotegidos da sorte” pode ser percebida com o político Octavio Leal, que abordou a temática tratando os “crimes da burguesia” delegando a responsabilidade do tratamento dado ao povo aos “criminosos burgueses”. Ainda que sua narrativa corrobore com alguns elementos do discurso assistencialista, os argumentos trouxeram pontos de inflexão com relação aos discursos da época. Se, por um lado, a assistência caminhava junto com ações do Estado, atuando, inclusive, em espaços que o poder estatal não conseguia alcançar; por outro, essas iniciativas recebiam inúmeras críticas.

A efervescência da temática relativa à assistência às infâncias nos anos 1920, em muitas práticas, alinhava-se aos aspectos morais valorizados numa perspectiva ideológica de combate ao vício e à ociosidade (Chalhoub, 1996, p. 25), associada, inclusive, a uma ética pela valorização do trabalho que dignificaria o ser humano. Portanto, os ideais que iam ao encontro de um viés salvacionista e redentor buscavam atuar na formação moral e tornar as crianças e os jovens úteis para a sociedade. Tais ideais também foram questionados no que se refere às transformações da sociedade, como argumentou Octavio Leal:

O problema do crime

Se excetuarmos os crimes cometidos pela burguesia, podemos provar que os cometidos pela chamada baixa classe, tem como causa o abandono em que jazem os desprotegidos da sorte. Quanto aos crimes da burguesia, ficam na maioria das vezes, impunes. É, si por caso vão criminosos burgueses ao júri, são absolvidos quase sempre.

Pintam a justiça com uma venda nos olhos, mas, na ocasião de julgar a espertalhona afasta a venda e absolve ou condena conforme for o véu maltrapilho ou bem trajado. A tese, que vamos desenvolver é a seguinte: os crimes cometidos pelo povo têm como causa o abandono a que é condenado injustamente.

Nas chamadas baixas classes sociais depara-se nos um espetáculo contristador, que comove e emociona.

Nas casas de cômodos, nas hospedarias, nos cortiços, infelizes meninas e desgraçados meninos vivem na mais ignóbil promiscuidade. Sem educação, sem instrução, filhos de pais alcoólicos ou criminosos, habitando viciado meio, que destino reserva o futuro a essas desditosas crianças? As meninas - pobres flores do vício - defloradas em tenra idade, caem cedo nos antros do panar, e de degradação em degradação, vão terminar uma vida de vergonha e de miséria, corroídas de moléstias, revoltadas, desesperadas, no leito do hospital... E quantas dessas infelizes não são vítimas de um torpe d. Juan burguês ou de um sátiro da alta sociedade?

Os meninos serão os ladrões, os assassinos, os dinamiteiros do futuro. Espera os a cadeia. Prisão ou bordel, eis o destino dessa criança. Quem cuida delas? É doloroso constatar que ninguém!

A caridade social é uma burla. Antes de tudo, é uma afronta falar de caridade. Não se trata de caridade, trata-se de um dever; trata-se do dever de assistência e proteção ao fraco, do dever de solidariedade humana.

Abre-se um asilo para a infância desvalida. Os jornais sérios e honestos, os jornais burgueses entoam unânimes hinos de louvor ao governo providente, que resolveu o problema da miséria humana evidando? com desveto? dos pobres desvalidos. Quanta mentira! Quanta hipocrisia! É falso! A sociedade jamais procurou resolver esse problema.

Em algum desses asilos não se aceitam crianças de cor, em outros só podem entrar filhos de casados, como se os ilegítimos não fossem ainda mais dignos de amparo. Para ter entrada nesses asilos é preciso empenho e forte empenho. As crianças que não dispõem de quem por elas se interesse, (e são quase todos os filhos do povo), ficam sem instrução e sem educação. Eis o que é a caridade social.

Eis os asilos para a infância desvalida (que ironia pungente!)

Crédito ilimitado, senhores, para a fundação de asilos, para cuja entrada, se dispense o patronato. Que se organizem comissões, que vão de porta em porta, às hospedarias e casas de cômodos, arrancar ao bordel e a cadeia essas pobres crianças, que folgam e riem tão cheias de inocência, inscientes do trágico porvir que as aguarda... (*Voz do Povo*, 20/09/1920, p. 1).

A argumentação crítica em torno da caridade social revelou os critérios desiguais da assistência, como as normas quanto a questões étnico-raciais: “Em algum desses asilos não se aceitam crianças de cor” (*Voz do Povo*, 20/09/1920, p. 1). Além deste, outros critérios segregavam o ingresso das crianças, a exemplo da permissão aos filhos de casados, além das condições díspares organizadas em algumas dessas instituições, o que constituiu a explanação de Octavio Leal.

A partir de tais tensões, torna-se necessário sublinhar como crianças negras enfrentavam a realidade de uma nação que se constituía impregnada de estigmas e entraves quanto aos seus direitos. O desejo por romper com o atraso, com as marcas do sistema escravista, em nome do projeto de modernização, sem que efetivamente houvesse uma transformação de mentalidade, de ações e atitudes, afetava sobremaneira as crianças em um período de feridas abertas, compostas por preconceitos e desigualdades. Os limites se mostravam cada vez mais acentuados com relação à criação de políticas sociais por parte do Estado que garantissem às crianças o direito à educação, à alimentação e à saúde.

Ao levantar questões que estiveram articuladas às pautas sociais e à ineficiência do Estado com relação a ações governamentais que garantissem o atendimento às necessidades de uma parte da população, o articulista demonstrou, dentre uma gama diversificada de posicionamentos e concepções, como os periódicos construíram as representações das infâncias. Nesse sentido, Octavio Leal condenou as circunstâncias de uma sociedade que expunha meninas e meninos, “desprotegidos da sorte”, a uma série de mazelas, à pobreza, à prostituição e ao “abandono” (*Voz do Povo*, 20/09/1920, p. 1).

Os argumentos de Leal no jornal operário *Voz do Povo*, no tocante as leis e em aspectos sociais e políticos, conduzem à reflexão acerca das lutas sociais quanto às questões étnico-raciais, de gênero e de configurações familiares, que afetavam a decisão sobre quem

esse assistencialismo poderia abarcar, segundo critérios de determinadas concepções e/ou instituições. Desse modo, sustentava-se a fragilidade da temática da educação e instrução, compreendida como problema e, de forma enfática, ao “constatar que ninguém” cuidava dessas crianças, reiterava categoricamente condicionantes que as destinavam a “Prisão ou bordel, eis o destino dessa criança”, “infelizes meninas e desgraçados meninos vivem na mais ignóbil promiscuidade” (*Voz do Povo*, 20/09/1920, p. 1). Na mesma publicação de *Voz do Povo*, Leal avançou em sua reflexão acerca da falácia e da nocividade promovida por ações de cunho assistencialista e de caridade social. Segundo sua perspectiva, contribuía para reforçar valores determinantes a vícios e a situações de exploração e criminalidade.

Ademais, trouxe à tona a condenação moral da sociedade sobre a condição de abandono de muitas “meninas - pobres flores do vicio - defloradas em tenra idade, caem cedo nos antros do panar [?], e de degradação em degradação” (*Voz do Povo*, 20/09/1920, p. 1) expostas, como destacou Leal, a condições de exploração em vários sentidos e níveis, situação enfocada por muitos jornais.

A carga incisiva e crítica dava o tom do combate contra a condução do governo e de determinados segmentos da sociedade em suas iniciativas, as quais não promoviam uma transformação mais radical nas precárias condições de vida que impactaram muitas crianças e acentuaram as desigualdades sociais. Por um lado, havia a defesa das ações estatais e políticas como dever do Estado; por outro, havia questionamentos que desacreditavam o papel estatal quanto à efetivação de soluções para os problemas sociais enfrentados.

Quanto às questões sociais, pode-se observar como os anos de 1920 foram constituídos por muitos debates em torno de projetos de nação, a fim de implementar estratégias para assistência da infância pobre. Foi um período marcado por campanhas educativas com a finalidade de combater o analfabetismo e promover ações sanitárias com iniciativas moralizantes.

A coluna *A questão social* criticou as ações governamentais. Lim. De Sey¹³⁷ destacou a solução para os problemas advindos do sistema capitalista por meio de um novo modelo de ordem social, a “organização socialista”, “visando o bem geral e equitativo de todos os membros da família humana (*Voz do Povo*, 03/09/1920, p. 1). Ao mencionar os danos “que caracterizam o presente regime individualista, vão diariamente acentuando as dificuldades da luta pela vida, já tão sufocante para as vítimas desta solene mentira social...” (*Voz do Povo*, 03/09/1920, p. 1). O texto prossegue citando um caso visto na rua, “num estado desolador, um

¹³⁷ Não foi encontrada informação a respeito.

pobre menino sujo, cheio de rasgões, quase que asqueroso. E a sociedade de olhos fechados” (*Voz do Povo*, 03/09/1920, p. 1). Cobrando providências para a situação, a crítica se direcionou à inércia do Estado frente às decisões sobre as políticas públicas de atendimento e garantia de direitos a essas crianças. Outra problemática referia-se ao papel hostil das forças policiais:

Por outro lado, a polícia não sabe e não pode obstar a que indivíduos sem escrúpulos explorem a infância.
No entanto, gosta muito de certas brilhaturas fáceis... e, na sua tolice quixotesca, dá a vida por manter a ordem... rasgando até a própria Constituição!
Onde o santo empenho pela educação das crianças?
Franqueza, meu tio... a continuar tal bambochata, que circunstâncias envolverão os dias futuros? Muitos pais pobres, sem recursos para a manutenção dos filhos, quando a miséria os atinge, obrigam-nos, ainda que com lágrimas nos olhos, a estender a mão à caridade pública (*Voz do Povo*, 03/09/1920, p. 1).

Alicerçados na promoção da ciência e da técnica, no valor pelo progresso a ser conquistado como regeneração da sociedade, no combate aos vícios e no valor da dignificação do trabalho, diferentes grupos sociais buscaram difundir, por meio de debates, conferências e teses a defesa da moral e da higiene e constituíram suas bases em argumentos sobre vadiagem e mendicância associadas à população pobre. Nessa esteira, muitas formulações foram pensadas e promovidas a fim de controlar os corpos, as ações e as vidas das classes populares. Por sua vez, com a promulgação do Código de Menores em 1927, essa organização, no âmbito das leis, ganhou novos contornos (Camara, 2010).

Nessa direção, os debates e a atuação da sociedade civil com relação à oferta da instrução às camadas populares também foram expressivos, contexto em que diferentes grupos tomaram para si o propósito de oferecer, a partir de uma premissa assistencialista, instrução e/ou atividades, cursos e projetos educacionais e instrutivos. Alguns debates versavam sobre como esse assistencialismo estava articulado com a ausência e a ineficiência do poder público, invisibilizando tensões entre grupos e atores sociais e não propondo soluções efetivas para os problemas sociais existentes.

Uma questão que assolava a sociedade referia-se aos ambientes frequentados por meninos e meninas em tenra idade, a exemplo da matéria de 19 de abril de 1920 em *Voz do Povo*. O jornal noticiou inúmeros casos de presença de crianças em locais como clubes, casas de jogos e atividades noturnas (*Voz do Povo*, 19/04/1920, p. 2) e, sobre a proibição da entrada de menores por parte do chefe de polícia, sinalizou questões sociais que acentuaram o acesso de muitas delas a lugares inadequados. Por mais que as críticas condenassem e denunciassessem

enfaticamente tais circunstâncias, faltavam modificações que pudessem superar esses entraves, os quais o Estado, associado a iniciativas de cunho assistencialista, não dava conta de solucionar. De acordo com os debates, não bastava apenas proibir o acesso, mas sim pensar e promover ações para garantir os direitos das crianças, contemplando a educação, a saúde e a moradia. Quanto à presença das crianças nesses locais inapropriados, afirmava a crítica:

Crianças não podem entrar!

[...]

É uma boa medida essa e melhor seria se se cortasse logo o mal, completamente, ordenando o fechamento de tais lugares de explorações. Se a medida se estendesse depois às hospedarias e casas suspeitas da avenida Passos, ruas Riachuelo e outras, onde são exploradas miseravelmente meninas de pouca idade, prestaria a polícia ao menos uma vez um bom serviço.

Até lá ... (*Voz do Povo*, 19/04/1920, p. 2).

Atentemos para o discurso que, cortando “logo o mal” como resolução, defendia o fechamento de locais que viabilizam tais práticas de exploração e vulnerabilidade de meninas e meninos. Uma parte do problema seria atacado com a proibição da entrada de menores. Porém, para além da proibição da entrada de menores a determinados estabelecimentos, o que dialoga com a elaboração de leis e com a fiscalização, nota-se, em meio aos debates promovidos, iniciativas de atendimento a crianças sem condições mínimas de habitação, saúde e educação e, muitas vezes, sem família. Acerca dos debates em torno das intenções e expressões que as leis carregavam, percebe-se diferentes iniciativas que buscaram atuar no atendimento às infâncias pobres, em situação de abandono e demais circunstâncias precárias, a saber:

O decreto número 16.272 de 20 de dezembro de 1923, autorizou, assim, o governo a organizar o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente estabelecendo, também, a criação do Juízo de Direito Privativo de Menores, do Abrigo para recolhimento dos ‘menores’ e de outros dispositivos complementares (Camara, 2015, p. 110).

Como órgão complementar de assistência social foi sancionado o Decreto 16.388 com a criação do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Decreto 16.444 com a regulamentação do Abrigo Provisório de Menores, ambos no ano de 1924 (Camara, 2015, p. 116). No contexto dos debates tencionados no âmbito da legislação como expressão das demandas da população, a imprensa¹³⁸ expôs inúmeras situações de atendimento em

¹³⁸ A autora Sônia Camara coordena o grupo de pesquisa NIPHEI, inventariando uma documentação que reúne uma extensa seleção de jornais, a fim de analisar o papel da imprensa no tocante às representações com relação às infâncias, ao Código de Menores, as estratégias no âmbito da educação, das leis e do Estado, a

instituições, as conduções de espaços educativos com ações intervencionistas com forte teor assistencial e de perfil preventivo e regenerador. Também constituíram as denúncias dos jornais os castigos e demais atitudes conduzidas por algumas instituições educativas, como no Abrigo de Menores¹³⁹.

Dentre as ações implementadas articuladas às iniciativas tutelares, destacou-se inúmeras conferências e palestras, como o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância que foi presidido pelo médico Arthur Moncorvo Filho no ano de 1922. O Congresso contou com diferentes intelectuais de todo país e suas diversas áreas de conhecimento, com a finalidade de debater “iniciativas e pesquisas relativas à infância brasileira” (Camara, 2020, p. 156). A preocupação contava em discutir a função da família, do Estado e sociedade ao problematizar as mazelas sociais que afetavam a população.

O médico Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) dedicou sua atuação à assistência da infância com vasta produção científica contribuindo para políticas públicas concernentes ao atendimento à infância com base na assistência científica. Com grande preocupação com relação às instituições de amparo à infância pobre, defendia ações com o intuito de controle sobre a população. Abordava a necessidade da extensiva vigilância a partir de pilares como a higiene, dos aspectos relacionados à saúde e alimentação.

Como bem reitera Camara (2020), a atuação do médico Moncorvo Filho e inúmeros intelectuais de diferentes países ao se organizarem com a finalidade em propor políticas de proteção à infância pobre viam “nos modelos de intervenção higienista e pedagógico os parâmetros de sustentação das ações de normatização das famílias e das crianças vindas da pobreza” (2020, p. 163). Enquanto instrumento de elaboração e difusão de ideias, produção de sentidos e de objetivos, os jornais assumiram um papel de comunicar, tencionar e propor concepções acerca das experiências dos trabalhadores, sendo as infâncias uma temática atravessada a partir de diferentes elementos.

Questionamentos relativos à “educação das crianças” (*Voz do Povo*, 03/09/1920, p. 1), como no texto que indagou sobre a *E a educação dos filhos?* (*A Classe Operária*, 6/06/1925, p. 1), reiteram como as infâncias constituíram as pautas das classes trabalhadoras, registrando, nos jornais operários, a crítica à organização da sociedade que, estruturada sobre elementos excludentes e desiguais, não assegurava os direitos das crianças. Mais uma vez, notamos um

saber: *O Paiz*, *Vanguarda*, *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, *O Imparcial*, *Jornal do Commercio*, *A Cruz*, dentre outros (Camara, 2015, p. 110)

¹³⁹ Instituição de nível federal, de atendimento assistencial à infância órfã e/ou abandonada (Duarte; Silva, 2019, p. 1)

posicionamento que contestava o assistencialismo concernente “à caridade pública”, o qual mascarava ou não atendia às efetivas necessidades. Se em alguma medida discursos assistencialistas foram convergentes a determinados grupos, parece significativo pontuar como foi questionado o imaginário difundido à época no sentido de propor a defesa por uma educação distinta dos aspectos punitivos, vigilantes e disciplinadores, associados à caridade social. Outras possibilidades, na crença de transformações sociais por uma outra sociedade foram debatidas.

Em suma, os periódicos trouxeram os debates acerca das concepções que envolviam a temática das infâncias e que as compreendiam em sua diversidade. Nos jornais operários, em consonância com os estatutos das associações de trabalhadores que por vezes sinalizaram a idade permitida ao ingresso nas atividades laborais, foram assinaladas opiniões diversas acerca do trabalho infantil, circunstância essa vivenciada por diferentes países. Além disso, havia críticas sobre o modo como o governo tratava as crianças das classes trabalhadoras, diferentemente das classes mais abastadas. Logo, problematizava-se sobre uma educação que valorizava o trabalho como regenerador desde a tenra idade para organização da sociedade e, ao mesmo tempo, desenhavam-se apontamentos de enfretamento com a busca por elaborações de cunho estatal, sinalizando para a necessidade de um princípio além da caridade social.

Nos desdobramentos da preocupação constituída por parte de diferentes áreas, a exemplo da medicina, direito, psicologia e educação, a infância era parte integrante do ideário da nação civilizada e da identidade da sociedade que desejava se estabelecer e construir. Nessa perspectiva, a análise focalizou em como os periódicos trouxeram a questão da infância pobre e trabalhadora, as desigualdades sociais que impactaram e constituíram a sociedade, além de debater acerca da assistência e filantropia e as mobilizações por parte de diferentes setores da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos em educação e escolarização nos apontam para a necessidade de pensar a educação brasileira em sua complexidade e multiplicidade, frente aos projetos em disputa, tensões, acordos e negociações. Mobilizados e instigados por pesquisas que se debruçaram sobre os processos educativos pelas classes populares, pretendemos compreender processos formativos pelas lentes das classes trabalhadoras, suas lutas e iniciativas por educação.

Com o objetivo de elucidar algumas iniciativas educacionais, coube investigar questões debatidas e práticas empreendidas com a participação de trabalhadores e trabalhadoras sobre sua educação e suas experiências, a partir da imprensa operária na década de 1920, com centralidade nos periódicos *Voz do Povo* e *A Classe Operária*, em que estiveram expressas ideias, proposições, concepções e práticas da educação e instrução das classes trabalhadoras.

Enquanto produção elaborada por e com a classe trabalhadora, os periódicos sinalizam a dimensão educativa que se articulava à ação, tanto em a *Voz do Povo* quanto em *A Classe Operária*. Como intervenção, objetivando transformações no cotidiano de tensões, solidariedade e sociabilidade, os periódicos foram instrumentos de expressão de suas vozes, de reivindicações, de propostas e de elementos pedagógicos, como demonstrado nos textos individuais e coletivos. Por meio dos periódicos, as produções dos trabalhadores, das lideranças políticas e de intelectuais em defesa pelas causas operárias, buscaram expressar também o anseio pela construção de uma identidade que correspondesse às suas causas, lutas e possibilidades de inserção e intervenção social.

Em meio à construção do que socialmente era valorizado nessa reorganização do trabalho e forte repressão empreendidas pelas forças governamentais, a compreensão das experiências a partir das múltiplas dimensões das vidas de homens e mulheres que constituem as classes trabalhadoras possibilitou analisar o seu papel ativo referente aos seus modos de vida, suas lutas e ações.

Uma das inquietações durante o percurso da investigação esteve mobilizada em torno de saber sobre quem eram esses trabalhadores. Em decorrência de histórias silenciadas, invisibilizadas, buscou-se tratar de experiências constituídas por resistência, conflitos e tensões de atores e grupos sociais. Disputas, posicionamentos ideológicos e políticos distintos, mas também solidariedade e interesses em comum perpassaram as histórias de homens e mulheres que viveram na cidade do Rio de Janeiro no período das primeiras décadas do

século XX, em ativa participação sobre seus processos de vida. Trabalhadores nacionais, afro-brasileiros, imigrantes de diferentes regiões atuaram frente aos processos e dinâmicas objetivando conquistar direitos.

Ao passar página por página na Hemeroteca Digital, as associações com os processos históricos se ampliavam de forma envolvente. Nos jornais, nomes de pessoas se cruzavam e apareciam em outros jornais, em outras iniciativas. Os desafios referentes à regularidade, maiores detalhes nos jornais davam vez ao caráter desafiador e fascinante, a possibilidades.

A circulação de *Voz do Povo* possibilitou analisar movimentos, lutas e iniciativas articulados e registrou trajetórias que se constituíram potentes no período anterior ao ano de veiculação do jornal e que podem ser percebidas por meio de outros espaços produtores de circulação, interação e de memórias. Por meio do *Voz do Povo*, veiculado no ano de 1920, foi possível perceber as agitações dos anos e das décadas anteriores. Também permitiu realizar articulações sem comparações rígidas com o jornal *A Classe Operária* no ano de 1925 e suas poucas edições disponibilizadas na hemeroteca.

Diante de intensas transformações, ao considerar os fluxos e movimentações nas ruas e bairros que passavam por modificações quanto ao espaço e o tempo que se aceleravam cada vez mais, refletimos sobre os sentidos atribuídos à educação e os papéis da imprensa por meio de diferentes caminhos e possibilidades. Os debates a respeito da educação e imprensa encontravam-se em um contexto efervescente e, por uma perspectiva, articulavam-se ao projeto de intervenção do Estado a respeito da necessidade da expansão da oferta de instrução popular. Sob outras óticas, podemos considerar como esses debates se mostram múltiplos e ampliam os olhares a respeito de outras concepções de educação, além de nos fazer analisar as reconfigurações que permeavam o campo da imprensa à época.

No contexto de agitação das primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro, os periódicos constituíram-se em estratégias dedicadas a expressar vozes plurais na elaboração de discursos e de demonstrar diferentes concepções de sociedade. Em conformidade ao contexto da sociedade urbano-industrial que se delineava, outros projetos elaboraram formas de perceber e interpretar a realidade. Os atores sociais possuíam demandas, bem como perspectivaram visões de mundo plurais, elaborações sobre suas experiências, muitas delas diferentes e alternativas ao que se tentava difundir por grupos dirigentes.

Pelos jornais também pode-se apreender as iniciativas articuladas por meio das associações e seus movimentos reivindicatórios e produtores de luta e de cultura. Dessa forma, os estatutos de organizações de trabalhadores possibilitaram análises acerca de seus

percursos construídos. Com categorias e ofícios diversos, os estatutos demonstraram evidências de aspirações, expectativas e iniciativas na busca por autonomia frente às adversidades. Com práticas associativas de perfis e finalidades distintas, atuaram em busca de suas representações e identidade.

Atas, ofícios, registros com informações variadas, desde aprovação e funcionamento de entrada de novos sócios, saída de membros e outros movimentos demonstraram dinâmicas variadas de cotidianos dos trabalhadores. Atentamos para dinâmicas que envolviam muitos trabalhadores e trabalhadoras que, após longas horas de trabalho, dirigiam-se às reuniões e assembleias das respectivas associações das quais faziam parte em busca de efetivar proposições debatidas em âmbito individual e coletivo. Ainda que fossem intensas as tramas tecidas por diferentes grupos sociais em meio às relações de poder, percebemos possibilidades pleiteadas por educação e emancipação. Mais do que compor as diretrizes, objetivos e finalidades de estatutos enquanto documentação de determinadas organizações, esses registros possuíram caráter formativo e de interação das classes trabalhadoras.

Ainda que muitas vezes a educação não se apresentasse como um tópico específico na documentação por eles produzida, nota-se que suas produções revelam evidências de concepções de educação promovidas também por “propagandas e ações”, consideradas orientações educativas na heterogeneidade das associações e demais movimentos sindicais.

Em meio a intercâmbios e trocas de modelos e influências ideológicas, considera-se que as propostas e as intervenções sociais tiveram diferentes apropriações por parte dos atores sociais. Em articulação, observa-se que as concepções com tendências e defesas diversificadas representaram instrumentos de criação, de construção e ressignificação para iniciativas educativas elaboradas por e com as classes trabalhadoras, atenta na busca de contemplar aspectos sociais em benefício de proposições pelas conquistas dos direitos sociais.

Assim, percebemos os discursos que revelavam além da militância dos trabalhadores, aspectos da cultura operária em sua pluralidade, em contato com iniciativas de dimensão formativa que se associam aos códigos da leitura, escrita e seu universo dinâmico. Nas diferentes publicações, com alguns artigos assinados por operários, é possível perceber suas demandas e propostas atravessadas pelas experiências vividas.

Sob este aspecto, a educação dos trabalhadores foi analisada considerando as condições de vida das classes trabalhadoras a partir dos jornais operários *Voz do Povo* e *A Classe Operária*. Aqui saímos do enquadramento do que era difundido como norma, como o modelo a ser seguido, pois essa fixação e rigidez na interpretação não consegue dar conta da multiplicidade de formas de viver. O que deve ser feito denota uma premissa a partir de uma

concepção de educação que atende a determinados grupos, sob óticas específicas, que constroem discursos que reforçam ações que não abarcam as muitas arestas que atravessam atores e grupos sociais.

A provocação de nossa construção narrativa objetivou problematizar algumas visões reproduzidas, vindas de construções históricas que defendem a perspectiva de que as classes trabalhadoras, em seus processos históricos, queriam (e querem) “apenas sobreviver”, sendo despossuídas de vontade, ações e de reflexões acerca da sua educação como um direito. Tais visões podem corroborar para interpretações que desconsideram o papel ativo no tocante aos enfrentamentos sociais e que, em meio às lutas e condições, os atores e grupos populares constroem suas experiências.

Concordamos que a preocupação e movimentos por direitos nas primeiras décadas do século XX incluíram reivindicações e lutas concernentes aos direitos básicos à vida, o que de fato apresentam centralidade na alimentação, moradia e saúde, assim como escancaram grandes mazelas encontradas nos presentes dias. No entanto, a perspectiva que orienta nossa análise não vê como excludente ou como impossibilidade a atenção com a educação e a instrução como direito social.

Seguimos uma possibilidade de interpretação que entende a educação como parte constitutiva da vida, percebida em muitas dimensões da vida humana, coexistente aos enfrentamentos sociais. Nesse sentido, compreendemos que a educação não só compunha essas pautas, como gerava debates em vários movimentos. Assim, percorremos as diferentes percepções de como as classes trabalhadoras viveram, enfrentaram e como compreenderam a realidade na qual atuaram na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920.

Também não vemos como aleatórios os títulos do jornal *Voz do Povo*, ao colocar lado a lado a crítica referente ao aumento de preços com o artigo *Educação Social*. Tal escolha pode ser um indício de um horizonte diferente do que se estava delineando com as forças de uma sociedade com a defesa de um progresso que acentuava as desigualdades sociais. Por isso, não raro, em coexistência a muitos debates em educação, a educação social, expressão e debates que demonstraram preocupações com os rumos da sociedade e como ela estava sendo entendida, constituiu pauta desse jornal, que se denominava enquanto expressão e órgão representante da *Voz do Povo*.

Acreditamos que podemos identificar pela imprensa operária, indícios de debates, iniciativas e ações que representam experiências dos próprios trabalhadores seja na sua formação e educação, práticas que contemplam a escolarização ou outras iniciativas. Não deixamos de analisar como legítima a instrução sob a perspectiva de organização e de

formação escolar, contemplando outras formas de experiências consideradas educativas. Portanto, assim como acompanhamos demandas acerca da escolarização presentes em aulas, cursos, construção e manutenção de escolas, a educação contempla uma série de práticas que passam pela escola e por outros espaços formativos.

A emancipação mencionada no estatuto da Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro e em tantas outras organizações de trabalhadores, no debate por uma escola pensada *por e para* trabalhadores, dentre outros grupos sociais, questionou essa concepção de educação que se delineou em conformidade a nova ordem burguesa que se difundia à época.

Muitas publicações de divulgação de reuniões e assembleias de diferentes organizações de trabalhadores indiciam para tentativas de efetivar aulas e cursos. Percebemos organizações a fim de arrecadar fundos ou solicitações de nomes de trabalhadores como forma de organizar dados relativos a matrículas e funcionamento de possíveis aulas. No interior dos debates e iniciativas, em constante enfrentamento e na luta para a manutenção em caso de efetivas realizações, percebe-se que, em meio aos fortes confrontos para concretização, diferentes organizações das classes trabalhadoras empreenderam esforços para sua educação e instrução. Portanto, é possível inferir que esses sujeitos, imersos nas dimensões individual e coletiva, estiveram preocupados em pensar e prover formas sobre sua educação e instrução, na busca por conquistar um espaço na cidade durante a Primeira República.

Pelos jornais, também pudemos notar como debateram a situação das infâncias das classes populares. Criticando as desigualdades sociais, a ineficiência do Estado com relação a políticas públicas, também perspectivaram uma educação para as crianças capaz de lutar por outra sociedade, com condições mais justas de oportunidades. Uma educação reflexiva, atenta às questões sociais, valorizando as experiências do cotidiano.

É justamente por acreditarmos em uma sociedade mais justa, que nos apropriamos da ação tão mencionada pelos trabalhadores do início do século XX e materializada no verbo de encorajamento tão bem iluminado por Paulo Freire sobre a nossa necessidade em “esperançar”!

Ressaltar a perspectiva de uma pesquisa da história da educação brasileira que proporciona compreender processos que envolvem transformações, mas também permanências e que demonstram dificuldades a serem superadas relativas às práticas pedagógicas. Assim, quando vemos as críticas, para mencionar apenas uma situação, como a expressa por Fábio Luz acerca da problemática envolvendo o mérito nas escolas no ano de 1920, podemos relacionar no tempo presente, com práticas que ainda envolvem estratégias

concernentes à meritocracia em sistemas de ensino para enquadrar modelos rígidos, estimular a competitividade, na qual escolas contam com premiações para se atingir critérios determinados, enquanto outras são desconsideradas do processo. Práticas estas que envolvem, inclusive, valores financeiros que deveriam constituir parte integrante de políticas públicas de todo um sistema educacional que se propõe a realizar tais medidas.

Respeitando-se os tempos históricos, é possível propor relações e atentar para permanências em relação a determinados pensamentos arraigados nos presentes dias. Fato este que não nos impede de conhecer a nossa história, examinar os processos educativos envolvidos na luta, com enfrentamento e comprometimento com a educação brasileira, na esperança de que as transformações sociais também debatidas no passado possam ser lançadas e influenciar práticas do presente.

Outro debate a partir dessa investigação foi pensar a partir de outros ângulos que muitas vezes podem engessar, enquadrar e trazer rigidez para se refletir acerca de processos formativos e educativos de origens diversas. A nossa herança da educação brasileira deixou marcas, algumas delas ainda presentes nos dias atuais, sobre ações e pensamentos orientados, em determinadas práticas de escolarização que podem dificultar visões de contemplar iniciativa educativas de vertentes variadas.

Práticas pedagógicas regulatórias associadas e rígidas com forma, fila, planejamentos prontos a serem implementados, verticalizados também podem acarretar formatações de corpos e mentes. Aspectos de educação e instrução que, por vezes, contribui, por pensar maneiras de educar, de instruir e de formar, segundo estruturas delimitadas. Nesse sentido, a presente investigação buscou contribuir para a reflexão acerca de outras formas de aprender, de construir e de conhecer. Não excluindo a dimensão da escolarização, sendo um importante componente na pauta das classes trabalhadoras, foram considerados outros aspectos de vida como formativos e educativos.

Ao identificar a complexidade da temática, percebemos o quanto as experiências educativas construídas com a participação das classes trabalhadoras precisam ser investigadas. Em suma, o ponto final vem com o grande desejo por novas pesquisas, por novas perguntas no campo das iniciativas educativas empreendidas por trabalhadores e trabalhadoras que constituíram as experiências das classes populares.

REFERÊNCIAS

A Classe Operária: jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=086569&pesq=>. Acesso em: 01 set. 2021.

AHAGON, Vitor Augusto. *A trajetória militante de Adelino de Pinho: passos anarquistas na educação e no sindicalismo*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/906.pdf>. Acesso em: 01 set 2021.

AREND, Sílvia Maria; LAZAROTTO, Aline F. História da educação e jornais: em busca de uma infância plural. *Revista Reflexão e Ação* [ISSN 1982-9949]. Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 3, p. 214-230, set./dez. 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

_____. Como escrever uma história da imprensa. In: *II Encontro da Rede Alfredo de Carvalho*, 2004, Florianópolis. CD Rom do II Encontro da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis: UFSC, 2004.

_____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. *“Operários do pensamento”* (visões de mundo dos tipógrafos no Rio de Janeiro - 1880-1920). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens. In: Encontro de História ANPUH, 13, Rio de Janeiro, 2008. *Anais...* Rio de Janeiro, 2008.

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências, In: Marcos C. de Freitas (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 2003, p. 145-58.

BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio (Org.) *Dicionário do Movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____. *O movimento operário na primeira República*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000, pp.7-68.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda de. *Edward P. Thompson: história e formação*. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

BICCAS, Maurilane de S. Impresso pedagógico como objeto e fonte para a história da educação em Minas Gerais: Revista do Ensino (1925-1940). In: Christianni Cardoso Morais, Écio Antônio Portes, Maria Aparecida Arruda. (Org.). *História da Educação: Ensino e Pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 71-106, 2006.

_____. *O impresso como estratégia de formação*: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940). 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: Aspectos de uma trajetória historiográfica. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 218-234, 2011. DOI: 10.5007/1984-9222.2010v2n4p218. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p218>. Acesso em: 2 set. 2021.

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. Nem no convento, nem no cabaré, na imprensa operária: a ampliação das esferas discursivas da mulher trabalhadora na República Velha. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 17, n. 3, p. 297-313, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/ddSDQpYZDpgrGPnrfSHCPWt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BOLETIM DA COMISSÃO EXECUTIVA DO TERCEIRO CONGRESSO OPERÁRIO. Disponível em: <http://ccssp.com.br/portal/index.php/notas/67-boletim-do-3-congresso-operario-brasileiro>. Acesso em: 07 jan. 2023.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

CAMARA, Sônia. Celebrar o Brasil, monumentalizar a infância: o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e sua perspectiva educativa e regeneradora da criança (1922). In: Santos, Maria Cristina Ferreira; Farias, Mônica; Rangel, Jorge A; Camara, Sônia. (Org.). *Intervenções dialógicas: debates sobre educação, ciência e museu*. 1ed. Curitiba: Appris, 2020, v. 1, p. 155-178.

CAMARA, Sônia; SILVA, D. B. A JUDICIALIZAÇÃO DA INFÂNCIA: Concepções em torno do trabalho infantil no Código de Menores de 1927. *Cadernos Cajuína*, v. 6, p. 252-274, 2021.

CAMARA, Sônia. *Pelo Brasil de amanhã: os debates acerca da judicialização da infância nos periódicos cariocas da década de 1920*. 2015 Disponível em: <https://www.aacademica.org/4jornadasinfancia/21.pdf> Acesso em: 25 jun. 2024.

_____. *Sob a Guarda da República, A infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMPOS, Andreia da Silva Laucas de. *Fábio Luz e a Pedagogia Libertária: traços da educação anarquista no Rio de Janeiro (1898-1938)*. Dissertação (Mestrado em educação), 2007. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CATANI, Denise B. A Imprensa Periódica Educacional e o Estudo do Campo Educacional. *Educação e Filosofia*, Minas Gerais, v. 10, n. 20, p. 115-130, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed., Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

_____. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa, Ed. Difel, 1990.

CORD, Marcelo. M. (Org.); BATALHA, C. H. M. (Org.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

CORD, Marcelo. *E. P. THOMPSON, A historiografia brasileira e a valorização das experiências dos trabalhadores*. Ano 12, nº 18/2014. Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario. Acesso em: 16 mar. 2022.

_____. *Artífices da Cidadania. Mutualismo, educação e trabalho no Recife Oitocentista*. Editora Unicamp. São Paulo, 2013.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *O educar-se das classes populares no Rio de Janeiro oitocentista: escolarização e experiência*. 1 ed., São Paulo, 2019.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas do município da corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 53-68, jan./mar. 2011.

_____. *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Associativismo operário, educação e autonomia na formação da classe trabalhadora em São Paulo (1889-1930). *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 44, 2018. Acesso em: 02 abr. 2023.

_____. Educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 16, n. 4 (43), p. 123-154, out./dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40729>. Acesso em: 04 nov. 2020.

COSTA, Nilson do Rosário. Capítulo IV – Crise sanitária e o Departamento Nacional de Saúde. In: COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário. Origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 81-116.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

DA SILVA, Marcelo; ALVES, Cláudia. “Um manifesto à mulher brasileira”: grupo feminino de estudos sociais e atuação das mulheres na imprensa. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 16, n. 38, p. 66-87, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i38.5989. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5989>. Acesso em: 28 ago. 2021.

DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro na virada do século*. RJ: EDUERJ, 1996, p. 11-29; 69-118.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França de 1775 -1800*. São Paulo: Edusp, 1996.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Pela Reforma, Contra a Revolução: Notas sobre Reformismo e Colaboracionismo na História do Movimento Operário Brasileiro da Primeira República. *Revista Crítica Histórica*, 3(5), 2012. <https://doi.org/10.28998/rchv12n05.2012.0003>_Acesso em: 22 jun. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. MINERVINO DE OLIVEIRA: UM NEGRO COMUNISTA DISPUTA A PRESIDÊNCIA DO BRASIL. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, v. 101, p. 13-51, 2017. Acesso em: 25 mar. 2023.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, índices e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

ESTEVES, Suzana Martins. *Práticas emancipatórias e democracia: em busca de saberes-fazeres libertários nos currículos praticados*. 2014. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: Araujo, J. C. S.; Gatti Jr, D. (Org). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; BERTUCCI, L.M. *EXPERIÊNCIA E CULTURA: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização*. *Currículo sem Fronteiras*, v. 9, n. 1, Jan/Jun 2009. p. 10-24.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; BERTUCCI, L. M.; OLIVEIRA, M. A. T. *Edward P. Thompson - História e Formação*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

FAURE, Sébastien. *A Colmeia: uma experiência pedagógica*. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2015.

FÁVERO AREND, Sílvia Maria; LAZAROTTO, Aline Fátima. História da Educação e Jornais: em busca de uma infância plural. *Reflexão e Ação*, v. 28, n. 3, p. 214-230, 28 ago. 2020.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. *A Escola Moderna*. Tradução Camilo Alvares. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil: 1880-1920*. São Paulo, Editora Ática, 1988.

GALLO, Sílvia. Francisco Ferre Guardia: o mártir da Escola Moderna. *Pro-Posições*, vol. 24, n.º 2, Campinas, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072013000200015. Acesso em: 20 jun. 2022.

_____. *Pedagogia libertária - anarquistas, anarquismos e educação*. São Paulo: Imaginário; Manaus: EDUA, 2007. Campinas, Editora da Unicamp, 1991.

GAZE, Isabella Paula. *Orlando Corrêa Lopes: A gestão de um anarquista na escola profissional Visconde de Mauá (1916-1927)*. 2013. 167f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. *Imprensa operária e educação nos inícios do século XX: o jornal A voz do trabalhador*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2019.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GOLDMACHER, Marcela. *A “greve geral” de 1903: o Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910*. 2009. 181 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

GOMES, Camila Estevam Dantas. *“Instruam o operário”*: Projetos, disputas e demandas por instrução para trabalhadores na imprensa do Engenho de Dentro (1890-1905). 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

GOMES, Ângela Maria. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. (Orgs.). *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GRIBAUDI, Maurizio. Forma, tensão e movimento: a plasticidade da História. In: VENDRAME, Maíra. KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Editora Letra & Voz, 2020.

GUIMARÃES, Luiza Angélica Paschoeto. *A Educação do trabalhador no Movimento Operário da Primeira República no Rio de Janeiro*: apropriações e traduções do pensamento de Pierre-Joseph. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24075/24075.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História. Ensaios*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória, tradução Bernardo Leitão...* [et al.]. 5. ed. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEONARDI, Paula; AGUIAR, Thiago. As potencialidades para o uso da obra de Carlo Ginzburg na História da Educação. *Revista Tempos e Espaços em Educação*. Sergipe, v. 1, n. 1, 2008, p. 107-124. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2231>. Acesso em: 10 jan. 2021.

LIMA, Patricia Ferreira de Souza. Mulheres do Caderno B: gerações de jornalistas na empresa da condessa Pereira Carneiro (1960-85). *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – UERJ – 5 a 9 de setembro de 2005.

LIMEIRA, Aline de Moraes. “Impressos: veículos de publicidades, fontes para História da Educação”. *Cadernos de História da Educação* – v. 11, n. 2 – jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/21702/11911>. Acesso em: 09 jan. 2021.

LUCA, Tania Regina de. In.: DUTRA, Eliana F. e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política*. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassenzi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014, pp.111-154.

MACHADO, Antonio Felipe da Costa Monteiro. *Forjas da Liberdade: Educação Operária, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário na Niterói da Primeira República*. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017.

_____. Educação, sindicalismo revolucionário e anarquismo nos Congressos Operários Brasileiros (1903-1921). *Revista Crítica Histórica*, 11(21), 163–185, 2020. <https://doi.org/10.28998/rchv11n21.2020.0008> Acesso em: 23 mar. 2024.

MACIEL, Laura Antunes. Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República. <https://doi.org/10.15446/achsc.v48n1.91555>, v. 48, p. 383-413, 2021.

_____. Imprensa, Esfera Pública e Memória Operária – Rio De Janeiro (1880-1920). *Rev. Hist. (São Paulo)[online]*. n.175, pp.415-448, 2016.

_____. Evocar o passado, reger o presente, descortinar o futuro: imprensa e memórias populares. In: *XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza. História e Ética, 2009.

_____. *Imprensa, História e Memória: Da unicidade do passado às outras histórias*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 58-81 - dez. 2009.

_____. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores”? *História & Perspectivas*, Uberlândia (39): 89-135, jul.- dez. 2008.

_____. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

MARTINEZ, Alessandra Frota de. *Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial - 1870 a 1889*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *Histórias da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MARTINS, Barbara Canedo Ruiz. “Os trabalhadores que se apresentam à noite as escolas”: sentidos e significados dos cursos noturnos para trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro (1870-1910). 232 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MARTINS, Ismênia de Lima, LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer e KOCHER, Bernardo. *Guia dos jornais operários do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

MATTOS, Hebe. A Vida Política (Além do Voto: Cidadania e Participação Política na Primeira República Brasileira). In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*, Volume 3, A Abertura para o Mundo 1889-1930. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 3, p. 85-132.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. Tempo. *Revista do Departamento de História da UFF*, v. 13, p. 25-41, 2009.

_____. *A República consentida*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Edur, 2007.

MENEZES, Lená. *Os indesejáveis. Desclassificados da modernidade*. RJ: EdUERJ, 1996, p. 187-236.

MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves; XAVIER, Libânia Nacif; BONATO, Nailda Marinho da Costa (Orgs.) *História da Educação: Desafios teóricos e empíricos*. Niterói: EDUFF, 2009, p.41-50.

MENDONÇA, Leandro Climaco. *Jornalismo como missão: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MIGNOT, Ana Cristina. Armanda Álvaro Alberto. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, 164 p. il. (Coleção Educadores).

MOURA, Victoria Guilherme Guedes de. *Pela perfectibilidade da raça: a infância no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929)*. 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2021.

NEGRO, Antônio; SILVA, Sérgio. (Orgs.). *E. P. Thompson - As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

NEVES, Margarida de S. O povo na rua um “conto de duas cidades”. PECHMAN, Robert M. (org.). *Olhares sobre a cidade*. RJ: UFRJ, 1994, p. 134-155.

NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino. In: Denice B. Catani. & Maria Helena C. Bastos (Org.). *A educação em revista*. São Paulo: Escrituras, p. 11-31. 1997.

OLIVEIRA, Danilo Mendes de. *Os projetos de aliança de classes no jornal A Classe Operária (1928-1935)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019. 160 f.

OLIVEIRA, Marcus A. Taborda de. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa histórica em educação. In: *II Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2002, Natal/RN. *Anais ...* Natal/RN: Technomedia, 2002, p.1- 11.

OLIVEIRA; Paloma Rezende de.; COSTA, Nailda Marinho. *Maria de Lourdes Nogueira: o percurso de uma professora e escritora libertária*. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e188>. Acesso em: 30 maio 2022.

PAULILO, André Luiz. A reforma Carneiro Leão no Distrito Federal. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. (Org.). *Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)*. 1ed. Campinas: Uberlândia: Autores Associados; EdUFU, 2011, v. , p. 43-62.

PERIOTTO, Marcília Rosa. *Imprensa e educação no século XIX - As Ideias de O Progresso*. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA - CBHE *Anais...*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PESSOA, Renata Rodrigues Chagas. *Instrução primária e profissional na Gazeta de Notícias - Rio de Janeiro (1875-1888)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

_____. *Trabalhadores pela educação - projetos educacionais criados e mantidos por trabalhadores, Rio de Janeiro, primeiras décadas do século XX*. Monografia. Niterói, 2019. 87f.

PIRES, Izabelle Cristina da Silva. As mulheres na União dos Operários em Fábricas de Tecidos: atuações, obstáculos e negociações (Rio de Janeiro, 1926 – 1930). *Tempos Históricos, [S. l.]*, v. 26, n. 2, p. 274–307, 2022. DOI: 10.36449/rth.v26i2.28459. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/28459>. Acesso em: 3 mar. 2023.

PIRES, Izabelle Cristina da Silva; FONTES, Paulo. Crianças nas fábricas: o trabalho infantil na Indústria Têxtil carioca na Primeira República. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0101, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312302020e0101>. Acesso em: 23 jul.2021.

PINTO, Levi Fernando Lopes Vieira. *A educação integral na perspectiva anarquista: reflexões a partir das experiências das escolas modernas de São Paulo*. CIEA. 2017. Disponível em: https://www.anarquista.net/wpcontent/uploads/2022/02/A_EDUCACAO_INTEGRAL_NA_PERSPECTIVA_ANARQU.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca*. Trabalhadores do comércio carioca (1850-1911). Campinas/Cecult/Ed. da Unicamp, 2007.

PRADO, Antonio Arnoni. Imprensa, cultura e anarquismo. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania. (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 131-148.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista Brasil 1890-1930*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 156-213.

REGO, Otávio Brandão. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 139 p. dat.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, M. D. *História das crianças no Brasil*. 6 ed., São Paulo: Contexto, 1999. p. 376-406.

RIZZINI, Irma; GOMES, Camilla; SCHUELER, Alessandra. Elisa Scheid: uma professora nos movimentos de trabalhadores da estrada de ferro central do Brasil (Engenho de Dentro, Rio De Janeiro, 1890 a 1910). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 20, p. e020050, Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8656567>. Acesso em: 23 dez. 2020.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra. *Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893)*. *Revista Brasileira De História Da Educação*, 17(1[44]), 89 - 115. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40718>. Acesso em: 04 nov. 2020. RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. *A institucionalização de crianças no Brasil*. RJ: Ed. PUC-Rio; SP: Loyola, 2004.

ROBERTO, Jodar de Castro. *Educação e emancipação feminina na obra de Maria Lacerda de Moura (1919-1935)*. 2019. 220f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, Patrícia Cristina dos. Instituições de Ensino Anarquista no Início do Século XX. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh / Rio*, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1471215697_ARQUIVO_PatriciaCristinadosSantos.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. Organização do ensino profissional primário em Minas Gerais: Mendes Pimentel em defesa da educação popular. *Rev. bras. hist. educ.*, Maringá-PR, v. 16, n. 2 (41), p. 23-49, abril/junho 2016. Disponível em: http://old.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40753/pdf_126. Acesso em: 11 jan. 2021.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Lúcia. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 20: urbanização e vida urbana. In: FENELON, Déa Ribeiro (Orgs). *Cidades*. PUC/SP, 1999.

SILVA, Marcelo Gomes da. “Operários do pensamento”: trajetórias, sociabilidades e experiências de organização docente de homens e mulheres no Rio de Janeiro (1900-1937). 2018. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SILVA, Marcelo Gomes da. Álvaro Palmeira: “de comunista a legalista, de legalista a revolucionário”. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 14, p. 67-87, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/21047/pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SILVA, Márcia Cabral da. *Uma história da formação do leitor no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SILVA, Pedro Henrique Prado da. *A escola operária 1º de maio e Pedro Matera: a educação popular como instrumento revolucionário no Brasil (1903-1934)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Pedro Henrique Prado da. *Escolarização e anarquismo: modernização educacional e educação dos corpos na perspectiva libertária da Escola Moderna de Barcelona (anos finais do século XIX e início e início do século XX)* Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2021, 292f.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Educação, experiência e emancipação: contribuições de E. P. Thompson para a História da Educação. *Trabalho Necessário*, ano 12, nº 18 – 2014.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo. Revista de História da Universidade Federal Fluminense*, v. 26. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2008.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Formas e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representação, experiência e profissão docente nas escolas públicas primárias - (1870-1890)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos: nem negros escravos e nem criminosos. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 4, n. 7, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981, p.180-201.

_____. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol 1. A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. TIRIBA, L.; MAGALHÃES, L. D. R. Lições do trabalho associado: educação, experiência e memória coletiva. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 87–102, 2017. DOI: 10.20396/rho.v16i70.8649210. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649210>. Acesso em: 11 jan. 2021.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepção do Moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria (orgs.). *História e Imprensa. Representações culturais e práticas de poder*. RJ: DP&A, 2006, p. 312 a 331.

_____. “O Rio civiliza-se”; sonhos e pesadelos da cidade moderna”. In: *As tradições populares na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro, Funarte, 1988, pp.11-62.

Voz do Povo. *Órgão da Federação dos trabalhadores do Rio de Janeiro e do proletariado em geral*. Rio de Janeiro, ano I, 1920. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720003&PagFis=0>. Acesso em: 16 mar. 2022.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave*: um vocabulário de cultura e sociedade. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

APÊNDICE A - Os intelectuais atuantes no Jornal Voz do Povo (1920)

Quadro 7: Intelectuais atuantes no Jornal *Voz do Povo* (1920)

Nome	Nascimento e morte	Profissão
Carlos Dias		Diretor do jornal
Afonso Schimidt	(1890-1964)	Diretor do jornal
Álvaro Palmeira	(1889-1992)	Diretor do jornal. Foi orador em diversas conferências no Rio e São Paulo.
Astrogildo Pereira	(1890-1965)	Diretor do jornal
Otávio Brandão	(1896-1980)	Médico, professor, anarquista e, posteriormente, comunista. Colaborador do jornal Voz do Povo. Foi orador em diversas conferências no Rio e São Paulo. Um dos fundadores do órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro e do jornal <i>A Classe Operária</i> em 1925.
Fábio Luz	(1864-1938)	Professor e médico anarquista. Colaborador do jornal Voz do Povo em 1920. Um dos fundadores da Universidade Popular de Ensino Livre em 1904, onde também foi professor. Exerceu o cargo de inspetor de escolas no Distrito Federal, entre 1893 e 1918.
Mâncio Teixeira		Anarquista. Colaborador do jornal <i>Voz do Povo</i> .
Evaristo de Moraes	(1871-1939)	Socialista Colaborador do jornal.
Maurício Paiva de Lacerda (1888-1959)	(1888-1959)	Socialista. Colaborador do jornal. Foi orador em diversas conferências no Rio e São Paulo.
José Rodrigues Leite e Oiticica	(1882-1957)	Professor, escritor, filólogo. Colaborador do jornal. Escritor de peças teatrais

Fonte: Quadro produzido pela autora.

APÊNDICE B - Levantamento realizado nas revistas do campo da História da Educação

Quadro 8: Revista Brasileira de História da Educação (RBHE)

Artigos encontrados com as palavras-chave: educação de trabalhadores no Rio de Janeiro; educação de trabalhadores;

- Palavras-chave: “educação de trabalhadores e imprensa operária” - não foi encontrado artigo na RBHE; “educação de trabalhadores e jornais operários” - não foi encontrado artigo na RBHE; “educação de trabalhadores e imprensa” - não foi encontrado artigo na RBHE.

AUTOR	ANO	TÍTULO
Carmen Sylvia Vidigal Moraes, Daniel Righi, Luciana Santos, Tatiana Calsavara	2011	Inventário de fontes das escolas dirigidas pelo educador anarquista João Penteado (1912-1961): dimensão pedagógica e contribuição para a história da relação trabalho e educação no Brasil
Ana Luiza de Jesus da Costa	2016	Educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX
Irma Rizzini e Alessandra Schueler	2017	Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro

		(1872-1893)
Eliana Nunes da Silva	2017	Escola Mista na República: um lugar na sombra da história educacional
Irlen Antônio Gonçalves, Vera Lúcia Nogueira	2018	Espaços de formação do trabalhador em Minas Gerais no alvorecer da República (1891-1920)
Cristiane Fernanda Xavier	2019	História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil - inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades

Fonte: Quadro produzido pela autora.

Quadro 9: Revista HISTEDBR *On-line*

AUTOR	ANO	TÍTULO
Lia Tiriba; Livia Diana Rocha Magalhães	2016	Lições do trabalho associado: educação, experiência e memória coletiva
Irma Rizzini, Camila Gomes e Alessandra Schueler	2020	Elisa Scheid uma professora nos movimentos de trabalhadores da estrada de ferro central do Brasil (Engenho de Dentro, Rio De Janeiro, 1890 a 1910)

Fonte: Quadro produzido pela autora.

Quadro 10: Cadernos de História da Educação

AUTOR	ANO	TÍTULO
Aline Limeira	2012	“Impressos: veículos de publicidades, fontes para História da Educação”

Fonte: Quadro produzido pela autora.